

UNIVERSITÄT KASSEL

**UNIVERSITÄT UND SOLIDARISCHE ÖKONOMIE:**

Die von den Universitäten geförderten Methodologien der Inkubation  
auf dem Gebiet der Solidarischen Ökonomie

**Inauguraldissertation  
zur Erlangung des akademischen Grads  
der Wirtschafts- und Sozialwissenschaften  
(Dr. rer. pol.)  
am Fachbereich Gesellschaftswissenschaften der Universität Kassel**

Vorgelegt von: Rosângela Alves de Oliveira  
Gutachter: Prof. Dr. Clarita Müller-Plantenberg und Prof. Dr. Hans Nutzinger.  
Tag der Disputation: 20.11. 2008

Kassel

UNIVERSIDADE DE KASSEL

**UNIVERSIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**As Metodologias de Incubação formentadas pelas Universidades no campo**  
**da Economia Solidária**

**Dissertação Inaugural para obtenção do título acadêmico de doutora em Ciências Econômicas e Sociais no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Kassel – Alemanha.**

**Doutoranda:** Rosângela Alves de Oliveira

**Avaliadores:** Prof. Dr. Clarita Müller-Plantenberg, Prof. Dr. Hans Nutzinger

**Banca Examinadora:** Prof. Dr. Clarita Müller-Plantenberg, Prof. Dr. Hans Nutzinger, Prof. Dr. Paul Singer, Dr. Dieter Gawora

**Data da Defesa:** 20.11.2008

Kassel

## **ERKLÄRUNG**

Hiermit versichere ich, dass ich die vorliegende Dissertation selbständig und ohne unerlaubte Hilfe angefertigt und andere als die in der Dissertation angegebenen Hilfsmittel nicht benutzt habe. Alle Stellen, die wörtlich oder sinngemäß aus veröffentlichten oder unveröffentlichten Schriften entnommen sind, habe ich als solche kenntlich gemacht. Kein Teil dieser Arbeit ist in einem anderen Promotions- oder Habilitationsverfahren verwendet worden.

Rosângela Alves de Oliveira

## AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa tem um significado muito especial. Ela permitiu não apenas avançar no conhecimento, como também, possibilitou aprimorar meu crescimento pessoal. Conviver em outro país, outro idioma e outra cultura, fez-me entrar em contato comigo mesma, reconhecer os meus próprios limites, buscar forças e superar os desafios. Concluo esta pesquisa com a certeza de que ela só foi possível porque contou com a solidariedade de muitas pessoas. Quero agradecer à todas e todos, que de alguma forma, contribuíram para a realização desta tese. Algumas destas pessoas, irei nomear, as outras, estarão presentes da mesma forma.

Primeiramente, agradeço à Deus que é Pai e Mãe, e que, com sua infinita bondade, convida-nos a viver o amor em sua radicalidade. É pela solidariedade com as pessoas, com os outros seres e com o planeta que aproximamo-nos de vossa plenitude.

Agradeço às minhas filhas: Regina, Dandara e Olga por compreender minha ausência e incentivar este trabalho. Aos meus pais, Maria e Luís que mesmo não sendo alfabetizados e com muitos sacrifícios priorizaram a educação dos seus filhos. Aos meus irmãos e irmãs: Rosilene, Rosa Maria, Angélica, João, Adailton e Rogério, que ficaram torcendo à distância pela sucesso desta experiência.

Agradeço à minha família alemã: Norbert, Angelika, Jörg, Lukas, Hannah e Lina por abrir sua casa e favorecer-me um ambiente familiar, essencial para meu equilíbrio pessoal e tranquilidade necessária para realização desta pesquisa.

À Roberto Marinho Alves da Silva, amigo sempre atento, que compreende o real significado do “saber cuidar”. Ao amigo Bruno Borges e à família Boing pelas contribuições feitas a este trabalho.

Às companheiras e companheiros da INCUBES pela atenção e carinho que dispensaram a esta pesquisa, da mesma forma, agradeço a todos da Incubadora de Kassel, de forma especial, a Alexandra Stenzel, Kristina Bayer, Jacqueline Bernardi e Romeu Forneck pela paciência e partilhas solidárias.

À professora Clarita Müller-Plantenberg pela valiosa contribuição dispensada a esta pesquisa, pelo cuidado atento e zeloso de uma verdadeira *Doktormutter*. Ao Dieter Gawora pelas preciosas sugestões. Ao Professor Paul Singer pela disponibilidade em acompanhar o desenvolvimento desta pesquisa. Ao professor Hans Nutzinger pela gentileza em aceitar o convite de ser meu segundo orientador na Universidade de Kassel.

À Fundação Ford, cujo financiamento permitiu a realização desta pesquisa, sem a qual, não teria sido possível da forma que foi realizada. À Equipe da Fundação Carlos Chagas que coordena este Programa no Brasil, pela presteza e atenção que dispensa aos bolsistas.

Agradeço, de forma especial, ao movimento de economia solidária, por me dar a oportunidade de “ser mais”, de me fazer acreditar que um outro mundo é possível e que uma outra economia já acontece.

Por fim, dedico esta tese a Norbert Bolte.

## RESUMO

A economia solidária é aqui apresentada como um movimento social emancipatório e como uma das formas de resistências das trabalhadoras e trabalhadores ao modelo de desenvolvimento capitalista. O movimento contemporâneo de economia solidária abrange o processo de produção, comercialização e finanças. A economia solidária é caracterizada pela posse coletiva dos meios de produção e pelo controle dos trabalhadores dos empreendimentos através de autogestão, cooperação e solidariedade. Os empreendimentos econômicos solidários se organizam sob a forma de cooperativas, associações e grupos informais. Um dos maiores desafios da economia solidária está no campo educativo, porque impõe a desconstrução dos princípios individualistas e privatistas preponderantes na maioria das relações econômicas, e exige a construção de outra cultura pautada na solidariedade. Nesse sentido, a pesquisa realizada, tem como objeto de estudo as metodologias de incubação fomentadas pelas universidades nas ações de economia solidária. Para isso, analisamos as experiências da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal da Paraíba - Brasil e da Incubadora na Universidade de Kassel-Alemanha – Verein für Solidarische Ökonomie e.V. A pesquisa buscou conhecer e analisar as práticas de incubagem das universidades na economia solidária, como processos de mudança social. A coleta de informações foi realizada, tendo por base, uma revisão bibliográfica, relatórios das Incubadoras, registros fotográficos, observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados da análise indicam que as metodologias de incubação na economia solidária, por terem um caráter aberto e participativo, por considerarem os condicionamentos históricos e as diferentes culturas, fazem-nas portadoras de mudanças sociais. Esta metodologia pode ser utilizada por diferentes atores, em lugares e situações distintas. A pesquisa indica ainda, a centralidade da questão ecológica como elemento que poderá unificar o movimento internacional de economia solidária.

## ZUSAMMENFASSUNG

Die Solidarische Ökonomie wird vorgestellt als eine emanzipatorische soziale Bewegung und eine Form des Widerstands der ArbeiterInnen gegen das kapitalistische Entwicklungsmodell. Die gegenwärtige Bewegung Solidarische Ökonomie umfasst die Prozesse von Produktion und Kommerzialisierung sowie Finanzen. Kennzeichnend für die Solidarische Ökonomie sind kollektiver Besitz der Produktionsmittel, Kontrolle der Unternehmen durch die ArbeiterInnen in Form von Selbstverwaltung, Kooperation und Solidarität. Die Solidarischen Wirtschaftsunternehmen organisieren sich in Genossenschaften, Vereinen und informellen Gruppen. Eine der größten Herausforderungen für die Solidarische Ökonomie ist die Bildung, da dies den Aufbau einer Kultur der Solidarität voraussetzt. Diese steht im Gegensatz zu den meisten wirtschaftlichen Beziehungen, die auf individualistischen Prinzipien beruhen. Gegenstand der Forschung sind die Methodologien der Inkubation, die von den Universitäten in den Aktionen der Solidarischen Ökonomie gefördert werden. Zu diesem Zweck analysieren wir die Erfahrungen des Inkubators Solidarische Ökonomie der Bundesuniversität Paraíba, Brasilien, und den Inkubator Verein für Solidarische Ökonomie e.V. an der Universität Kassel. Die Untersuchung versucht, die Praktiken der Inkubation an den Universitäten auf dem Gebiet der Solidarischen Ökonomie als Prozesse sozialen Wandels kennen zu lernen und zu analysieren. Die Sammlung von Informationen erfolgte durch das Studium der Bibliographie, die Analyse der Berichte und Fotoarchive der Inkubatoren sowie das Führen eines Feldforschungstagebuchs während der Zeit der Teilnahme an den Aktivitäten der Inkubatoren. Die Forschungsergebnisse zeigen, dass die Methodologien der Inkubation in der Solidarischen Ökonomie Träger von sozialen Veränderungen sind, da sie einen offenen und partizipativen Charakter haben, da sie die historischen Rahmenbedingungen und die kulturellen Mannigfaltigkeiten berücksichtigen. Diese Methodologien können von verschiedenen Akteuren, in unterschiedlichen Orten und Situationen benutzt werden. Die Forschung offenbart, dass die ökologische Frage von zentraler Bedeutung ist und die internationale Bewegung der Solidarischen Ökonomie vereinen kann.

## **ABSTRACT**

The Solidarity Economy is introduced as an emancipatory social movement and a form of resistance of workers against the capitalist model of development. The current movement of Solidarity Economy encompasses the processes of production and marketing as well as finances. Characteristic for the Solidarity Economy there is the collective ownership of the means of production and capital goods, control of enterprises by the workers in form of self-administration, cooperation and solidarity. The solidary enterprises organize themselves in cooperatives, societies and informal groups. One of the prominent challenges for the Solidarity Economy is education, as this implies the development of a culture of solidarity. This stands in contrast to most of the economical relationships that rest on individualistic principles. Object of this research are also the methodologies of incubation that are supported by universities within the actions of the Solidarity Economy. For this end we are analysing the experiences of the incubator Solidarity Economy at the University of Paraíba, Brasil, and of the incubator Verein für Solidarische Ökonomie e.V. at the University of Kassel. The investigation tries to learn to know about the practical approaches of incubation at universities in the field of Solidarity Economy as processes of social change and as such to analyse them. The collection of information was done through literature studies, analysing the reports and photo archives of the incubators and by keeping a journal of field studies during the time of participating in the incubator's activities. The results of this research show the methodologies of incubation of Solidarity Economy to be factors of social change, since they are open and participating in character, and since they account for historical framework and cultural diversity. These methodologies can be used by different actors in different places and situations. The research reveals that the ecological question is of central importance and that the international movement could unify the Solidarity Economy.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Desemprego de jovens abaixo de 25 Anos no norte de Hessen .....	87
---	----

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Solidariedade em movimento .....	167
--	-----

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Número de EES por municípios no estado da Paraíba .....	45
Mapa 2: Estado de Hessen .....	87

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Economia solidária como forma social de produção .....	112
QUADRO 2 – Economia solidária como modo de produção .....	117
QUADRO 3 – A racionalidade da economia solidária a partir da democratização do mercado .....	130

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Fórum Regional de Hessen Menos Pessoas - mais Cooperação .....	88
Gráfico 2: Formas de organização dos empreendimentos solidários no norte de Hessen .....	91
Gráfico 3: Motivos para criação dos empreendimentos solidários no norte de Hessen .....	92
Gráfico 4: Atividades econômicas dos empreendimentos solidários no norte de Hessen .....	92
Gráfico 5: Iniciativas para a melhoria na qualidade de vida dos consumidores .....	93
Gráfico 6: Ano de criação das Florestas Comunitárias por Município .....	95
Gráfico 7: Participação de migrantes e seus descendentes nos empreendimentos .....	95
Gráfico 8: Motivo da criação das Florestas Comunitárias .....	96
Gráfico 9: Utilização de combustíveis nos veículos das Florestas Comunitárias .....	98
Gráfico 10: Combustíveis usados nos veículos dos empreendimentos .....	103
Gráfico 11: Público das Incubadoras no Brasil .....	178
Gráfico 12: Renda nos empreendimentos solidários .....	179
Gráfico 13: Composição das equipes nas Incubadoras Universitárias – Brasil .....	180
Gráfico 14: Produção de trabalhos científicos .....	181
Gráfico 15: Gênero e distribuição de renda .....	190
Gráfico 16: Grau de escolaridade .....	192
Gráfico 17: Fases da Incubação .....	221
Gráfico 18: Tipos de Orientação .....	222
Gráfico 19: Oferta Interna de Energia – Brasil 2007 .....	239
Gráfico 20: Matriz de Oferta de Energia Elétrica – Brasil 2007 .....	239

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 : Apresentação da Pesquisa em Kassel – 2005 .....	26
Foto 2: Apresentação da Pesquisa na INCUBES – 2006 .....	27
Foto 3: I Plenária de Economia Solidária - PB 2003 .....	45
Foto 4: Visita à cooperativa em 2006 .....	100
Foto 5: I Sommerschule – 2004 .....	206
Foto 6: Visita de Intercâmbio – Itália/2005 .....	208
Foto 7: Visita à Cooperativa de Energia Solar – 2006 .....	209
Foto 8: Apresentação do Mapeamento em Kassel .....	210
Foto 9: Visita do representante da SENAES .....	211
Foto 10: Paul Singer na Universidade de Kassel – 2006 .....	212
Foto 11: Exposição de Economia Solidária .....	214
Foto 12: Rede de Universidades – 2005.....	215
Foto 13: I Congresso de Economia Solidária – Berlim/2007.....	216
Foto 14: Infor -Tour – Munique/2007.....	217
Foto 15: Visita na SENAES – 2007 .....	218
Foto 16: Reunião do FEES/PB – 2008 .....	243
Foto 17: IV Plenária de Economia Solidária – Brasília/2008 .....	249
Foto 18: Incubadora de Kassel – 2005 .....	251
Foto 19: Entrevista com o Grupo de Jovens – 2007.....	257

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC-Waffen - Armas Atômicas, Biológicas e Químicas  
ABICRED - Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito  
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário  
ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão  
APS - Área de Propriedade Social  
ApO - Außerparlamentarische Opposition  
ASA - Articulação do Semi-árido  
AS-PTA - Assessoria e Serviços à Projetos em Agricultura Alternativa  
ASTRAMARE - Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis  
ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
CFES - Centro Nacional de Formação em Economia Solidária  
CGN - Comissão Gestora Nacional  
CGEs - Comissões Gestoras Estaduais  
CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador  
COEP - Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida  
CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária  
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária  
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
COPPE - Centro de Pós-graduação de Engenharia  
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DGB - Deutscher Gewerkschaftsbund  
DRT - Delegacia Regional do Trabalho  
EAD - Ensino à Distância  
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
EMLUR - Empresa de Limpeza Urbana  
ESF - Europäischer Sozialfonds  
EUF - Einrichtungen zur Unterstützung, Beratung und Förderung  
EKKW - Evangelische Kirche von Kurhessen-Waldeck  
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FEES/PB - Fórum Estadual de Economia Solidária no estado da Paraíba  
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos  
FOCCITT - Federação das Organizações Indígenas, Comunidades e Caciques da Tribo Ticuna do Alto Solimões  
FSM - Fórum Social Mundial  
GPBT - Gestão Pública de um Brasil para Todos  
HMWK - Hessisches Ministerium für Wissenschaft und Kunst  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Solidários  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
ISÖ - Informationssystem Solidarische Ökonomie  
ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
KIGG - Kasseler Internationales Graduiertenzentrum Gesellschaftswissenschaften  
LOES - Lei Orgânica de Economia Solidária  
MAB - Movimento Atingidos por Barragens  
MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado  
MDS - Ministério de Assistência Social  
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
ONG – Organização Não-Governamental  
OS - Organizações Sociais  
PACs - Projetos Alternativos Comunitários  
PACS - Projetos Alternativos do Cone Sul  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCI - Partido Comunista Italiano  
PRAC- Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários  
PIB - Produto Interno Bruto  
PRONINC - Programa de Apoio as Incubadoras Tecnológicas  
ProUni - Programa Universidade para Todos  
PT - Partido dos Trabalhadores  
RBES - Rede Brasileira de Economia Solidária  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SECAFES - Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária  
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SDS - Sozialistischer Deutscher Studentenbund  
SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária  
SWU - Solidarisches Wirtschaftsunternehmen  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UNISOL - União Nacional de Empreendimentos Solidários  
UNICAFES- União de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária  
UNITRABALHO - Rede Universitária de Pesquisa e Estudos sobre o Trabalho

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE MAPAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE FOTOS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>PARTE 1</b>	
<b>1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	30
1.1 O MOVIMENTO SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: FÓRUNS COMO ESTRATÉGIAS DE MUDANÇA SOCIAL .....	30
1.1.1 A economia solidária como movimento social .....	31
1.1.2 Fórum Brasileiro de Economia Solidária: espaço e instrumento de articulação do movimento da economia solidária .....	40
1.1.3 Fortalecendo a identidade da economia solidária no Brasil: os desafios da construção coletiva de uma política de educação e formação em Economia Solidária.....	49
1.1.4 Mapeamento da economia solidária no Brasil: visibilidade, identidade e organização como estratégias de fortalecimento .....	54
1.2 AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL .....	58
1.2.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária: implantação da outra economia no Estado Brasileiro .....	60
1.2.2 Conselho Nacional de Economia Solidária: as possibilidades e os desafios da construção democrática de políticas públicas .....	64
1.2.3 Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária: confirmando a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento .....	74
1.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ALEMANHA – UM RESGATE DA ECONOMIA ALTERNATIVA? .....	78
1.3.1. O Movimento Estudantil de 1968 nas raízes da economia solidária .....	80
1.3.2 As influências da Economia Alternativa .....	82
1.3.3 Atualidade da Economia Solidária no norte de Hessen - Formas alternativas no relacionamento com os recursos naturais .....	86

1.3.3.1 Florestas Comunitárias no norte de Hessen (Gemeinschaftswälder in Nordhessen) .	94
1.3.3.2 Cooperativa de Abastecimento de Água – o caso de Großropperhausen .....	99
1.3.3.3 Energias renováveis e sustentáveis .....	101
<b>2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS SIGNIFICADOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>104</b>
2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA TENTATIVA DE TEORIZAÇÃO.....	104
2.1.1 Conceitos norteadores .....	105
2.1.2 Economia Solidária como forma social de produção .....	107
2.1.3 Economia Solidária como modo de produção .....	112
2.1.4.A racionalidade da economia solidária a partir do mercado democrático .....	118
2.2. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CATEGORIAS DE ANÁLISES .....	131
2.2.1 Economia solidária e movimentos autogestionários .....	131
2.2.1.1 Conselhos Operários na Alemanha (Arbeiterräte) .....	134
2.2.1.2 Autogestão na Iugoslávia .....	137
2.2.1.3 Autogestão na América Latina: a experiência chilena .....	139
2.2.1.4 Uma vivência histórica de autogestão no Brasil: a República de Palmares .....	141
2.2.2. A economia solidária e o desenvolvimento territorial sustentável e solidário .....	144
2.2.2.1 Desenvolvimento sustentável: projetos políticos em disputa .....	144
2.2.2.2 O caminho do desenvolvimento sustentável e solidário .....	148
2.2.2.3 Economia solidária e o desenvolvimento territorial .....	150
2.2.3 Educação na economia solidária: um processo de transformação social .....	153
2.2.3.1 Economia solidária como filosofia da educação: o diálogo como princípio educativo .....	155
2.2.4 Cultura da solidariedade na economia solidária .....	164
<b>PARTE 2</b>	
<b>3 AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>168</b>
3. 1. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS .....	168
3.1.1 As universidades brasileiras, extensão universitária e economia solidária .....	170
3.1.2 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Redes tecendo novas realidades .....	176
3.2 AS METODOLOGIAS DE INCUBAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	181
3.2.1 Princípios da metodologia de incubação na economia solidária .....	182
3.2.2 Pressupostos teóricos do processo de incubação .....	190
3.2.3 Alguns instrumentos pedagógicos .....	192
3.2.4 Passos metodológicos no processo de incubação .....	194
3.3 A INCUBADORA DE EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA .....	197
3.3.1 Criação e processo organizativo da INCUBES .....	197

3.3.2 Ações da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba .....	200
3.4. INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE DE KASSEL - VEREIN ZUR FÖRDERUNG DER SOLIDARISCHEN ÖKONOMIE E.V. ....	204
3.4.1 Criação e Processo Organizativo da Incubadora de Economia Solidária de Kassel ....	204
3.4.2 Ações da Incubadora de Economia Solidária de Kassel .....	207
<b>4 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DAS INCUBADORAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS UNIVERSIDADES .....</b>	<b>223</b>
4.1. O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PROCESSO DE MUDANÇA SOCIAL .....	223
4.2 AÇÕES DA INCUBES E DA VEREIN FÖRDERUNG FÜR SOLIDARISCHE ÖKONOMIE – CONVERGÊNCIAS NAS DIFERENÇAS .....	242
4.3 PROCESSOS DE INCUBAÇÃO IMPLEMENTADO PELAS UNIVERSIDADES – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	251
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>262</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>268</b>

## INTRODUÇÃO

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade atual vive uma crise estrutural advinda do modelo de desenvolvimento hoje hegemônico pelo grande capital financeiro que, mundialmente organizado, tem provocado muitas mudanças no mundo do trabalho, concentrado riquezas, marginalizado a grande maioria da população e destruído o meio ambiente.

Este modelo tem no seu núcleo, o pensamento de que o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países do centro industrializado pode ser universalizado. Este é um mito criado pela teoria liberal que não se sustenta na realidade, o planeta não suportaria.

Uma grande contribuição neste debate vem de Celso Furtado. Um advogado nascido no sertão paraibano (Pombal), que se especializou em ciência política e economia. Em pleno “milagre econômico brasileiro” entre 1972 e 1974, Furtado escreve uma das suas mais importantes obras: “O Mito do Desenvolvimento Econômico”. Esta foi sem dúvida, uma voz solitária em meio à euforia desenvolvimentista. Afirmava o autor que para sustentar esse modelo de desenvolvimento seria necessário o agravamento da exclusão social e da concentração de renda. Naquela época, ele já alertava para a relação entre o processo de desenvolvimento e ecologia, a inserção dos custos ambientais impostos pelos padrões de consumo dos ricos eram escamoteados, não apareciam nas estatísticas oficiais e estes precisavam ser considerados em qualquer proposta de desenvolvimento.

De forma ousada, ponderava que o desenvolvimento não era decorrente de um maior nível de investimento econômico, como afirmava o discurso governista da época, pois este desconsiderava os desgastes ambientais e humanos que o sistema produzia. Assim, argumentava que a implantação de empresas multinacionais induzia padrões de consumo e criavam bens de consumo supérfluos que sangrariam a natureza e aumentariam a exploração da mão-de-obra da classe trabalhadora nos países periféricos.

No seu entendimento, o subdesenvolvimento não é uma fase do processo de desenvolvimento. Ele se caracteriza pelo grau de acumulação de capital aplicado à produção; o grau de acesso aos bens; heterogeneidade tecnológica e pela natureza das relações externas.

Nesse sentido, Furtado considera três fases distintas do capitalismo e em cada uma delas vai destacando as diferentes trajetórias dos países centrais e dos países periféricos no

sistema. Assevera que em todas essas fases, a centralização das decisões econômicas e os chamados projetos nacionais – na realidade elaborados externamente – são desfavoráveis aos países da periferia.

Para justificar seu pensamento, lembra que no início do capitalismo, com a intensificação do comércio internacional, o excedente foi canalizado para a Inglaterra. A participação dos países subdesenvolvidos se deu na exportação de produtos primários. Na segunda fase de amadurecimento do capitalismo, houve uma consolidação dos sistemas econômicos nacionais dos países considerados desenvolvidos. Projetos esses, danosos aos países periféricos, já que os países desenvolvidos centralizavam o capital e as decisões econômicas. Aos países subdesenvolvidos coube participar deste sistema por meio da exportação de matérias primas.

Depois da Segunda Guerra Mundial aconteceu a integração das economias nacionais centrais no sistema capitalista pelo fortalecimento dos oligopólios, Dentro disso, as grandes empresas contribuíram para a integração do centro e ao mesmo tempo, para ampliação do fosso com a periferia. Isto acontece, por exemplo, quando o país incorpora à sua economia, os recursos de mão-de-obra barata dos países subdesenvolvidos.

Uma das conseqüências é que este sistema impõe uma homogeneização cultural, voltada para o consumo de uma minoria privilegiada dos países periféricos que procura reproduzir o estilo de vida do centro, agravando a concentração de renda, as desigualdades sociais e violência nos países periféricos.

Este processo de apartação econômica entre países do centro e periféricos, faz com que, as economias da periferia jamais se equiparem ao padrão estabelecido pelo países industrializados. As formas de consumo que prevalecem atualmente nos países centrais serão sempre privilégio de uma minoria nos países periféricos, comprovando que a orientação geral deste modelo de desenvolvimento exclui a maioria da população mundial.

Furtado aponta ainda para o risco do esgotamento dos recursos naturais não renováveis que os países periféricos seriam obrigados a provocar para gerar recursos a serem utilizados no consumo de supérfluos dos países centrais, implementados com a total convivência das elites dirigentes dos países periféricos seriam desastrosos.

Mais de 30 anos depois, a teoria de Celso Furtado vem se confirmando. São muitos os desafios apresentados neste século. Saímos de um século no qual o modelo de desenvolvimento hegemônico vem se consagrando como degradador e insustentável. As certezas irrefutáveis já não explicam a gama de problematização posta na realidade porque o

mundo se complexifica, a revolução tecnológica, a rapidez da informação e da comunicação dão visibilidade a questões nunca vistas antes na história da humanidade.

Por todos os lugares, em todos os campos surgem demandas por outras formas de desenvolvimento e de relacionamentos. O espaço local está intrinsecamente interligado ao global, aumenta a concentração de renda e a exclusão social, populações são dizimadas, a natureza reage, não suporta as agressões, o individualismo e a intolerância se fortalecem.

É nesse contexto que a economia solidária vem dar sua contribuição para o processo de autonomia da classe trabalhadora e para as mudanças sociais. Ela poderá ser um dos movimentos sociais de maior mobilização deste início do terceiro milênio. Primeiro porque o capitalismo, na sua expressão financeirizada não responde as necessidades da maioria da população, provoca desemprego estrutural, fome e destruição ambiental. Segundo porque o ambiente do cooperativismo autogestionário de hoje é completamente diferente do auge do capitalismo industrial do século XIX. O aprendizado nos mais de 200 anos, permite-nos olhar para trás e aprender com a experiência.

Muitas das questões apontadas pelos críticos do cooperativismo, algumas foram confirmadas pela história outras não. Apesar do grande número de cooperativas que se transformaram em empresas capitalistas, isto não nos permite afirmar que as cooperativas estão fadadas a falir ou virar capitalistas (Lei da Transformação de Franz Oppenheimer).<sup>1</sup> Os vários exemplos exitosos de processos autogestionários no campo econômico nos permite ousar construir alternativas que possibilitem outro processo societário.

A reprodução e a acumulação do capital historicamente têm sido baseadas na separação entre o trabalhador – que só dispõe de sua força de trabalho para sobreviver – e os meios de produção, que são concentrados pelos detentores do capital.

Nesse sentido, a emancipação do trabalho humano não se refere apenas à liberdade de vender ou não a força de trabalho em troca de salário, mas a possibilidade de sua efetiva autonomia. Leroy (2002) assevera que a redução do assalariamento e as formas de ocupação sob a determinação do capital têm impedido o avanço da autonomia dos sujeitos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da criatividade enquanto agente transformador coletivo.

Entendemos que a economia solidária não pode se reduzir as “ilhas de solidariedade”, para se contrapor as “ilhas de modernidade capitalista”. As iniciativas

---

<sup>1</sup>Conferir em: *Die Siedlungsgenossenschaft. Versuch einer positiven Überwindung des Kommunismus durch Lösung des Genossenschaftsproblems und der Agrarfrage*. 1. Aufl. Duncker & Humblot, Leipzig 1896.

existentes de economia solidária permitem afirmar que esta poderá torna-se um instrumento valioso na construção de um novo processo de desenvolvimento da humanidade, como uma alternativa que garanta sustentabilidade e uma distribuição de renda mais justa.

Na visão de Tiriba (2001), a *economia solidária*, enquanto reação dos setores empobrecidos do atual sistema econômico, tem desafiado os cientistas sociais a se interrogarem sobre estratégias e paradigmas contidos nos diversos tipos de empreendimentos econômicos solidários. A variedade e a complexidade das diferentes ações e iniciativas tendem a ofuscar uma compreensão global do próprio significado da economia solidária que os estudos de casos não conseguem alcançar com nitidez. Ainda mais quando se pretende analisar os significados e características da economia solidária em distintas sociedades, culturas e contextos históricos.

Ao iniciarmos aqui, algumas reflexões acerca da economia solidária, é importante esclarecer que entendemos a produção do conhecimento como ação histórica e coletiva. Deste ponto de vista, um novo conhecimento advém de um conhecimento produzido anteriormente e/ou de uma re-leitura de uma determinada realidade. Somando-se a isso, as habilidades pessoais e interesses particulares dos pesquisadores, fatores estes, determinantes nas elaborações de diversas temáticas e diferentes abordagens, que vistos no todo, conferem ao conhecimento científico, um caráter processual e coletivo, portanto, histórico.

Ao se relacionar com a natureza, com os outros seres, o humano tem a capacidade de criar e recriar novos saberes. Esses saberes estão intrinsecamente ligados aos contextos históricos, nos quais, estão inseridos os fenômenos e seus pesquisadores. Incluem-se aí, as ferramentas e os conhecimentos produzidos até então. Isto possibilita que o conhecimento, ao considerar os saberes existentes, possa avançar na construção de um novo conhecimento, de um novo conceito, até que novas condições históricas alterem ou não, o que foi produzido.

Isto confere à produção do conhecimento científico, ao fazer ciência, seu caráter coletivo, mesmo que o ato de escrever seja algo solitário, ele é feito a partir do diálogo travado com o outro. Este outro é constituído pelos vários conhecimentos, pelas diferentes gerações e pelas realidades distintas. Assim sendo, mesmo entendendo que esta sistematização é de minha inteira responsabilidade, informamos que no decorrer deste trabalho, pelos motivos aqui expostos, usaremos sempre o “nós” e não o “eu” no corpo desta tese.

Assim, apresentamos algumas questões acerca da economia solidária, que na nossa opinião, poderão somar com tantas outras já existentes, na expectativa de irmos avançando

coletivamente na construção de referenciais que nos ajudem a entender a realidade, a reorientar, quando for o caso, as práticas de economia solidária

Partimos de dois pressupostos, o primeiro, é o *trabalho* que tem na economia solidária um papel central. Consideramos o trabalho no seu sentido ontológico e não como mera expressão do capitalismo que reduziu o trabalho a uma relação funcional, cuja expressão é o emprego assalariado, sendo o trabalho “expressão do produto da união entre a natureza e o homem, realizando um naturalismo no próprio homem e um humanismo na própria natureza” (MELO NETO, 2004, p. 70). Por conta disso, queremos situar o *trabalho* na sua forma mais genuína, aquela expressa pela autogestão, na qual o trabalhador – ser livre e criativo – age na natureza transformado-a.

O outro pressuposto é que a educação desempenha um papel relevante para a consolidação da economia solidária. Por isso, destacaremos aqui, a educação como um instrumento de transformação social. O processo educativo vivenciado no movimento de economia solidária e no interior dos empreendimentos solidários, pode ser uma ponte, capaz de direcionar estas iniciativas para além do econômico, pode ser um instrumento privilegiado na emancipação dos setores que vivem do trabalho, articulando as iniciativas produtivas, cujo aumento de sua capacidade política pode se dar a partir das redes solidárias, na perspectiva da reprodução ampliada da vida. Essas práticas educativas, se contemplarem a autonomia e o protagonismo desses setores, podem ser o motor de um novo paradigma de desenvolvimento.

Nesse contexto, as questões postas no campo educativo são extremamente complexas. É preciso construir processos educativos tomando em consideração outras construções teóricas, neste sentido é preciso ser humilde e de forma audaciosa, como diz Morin (2002), aprender a ser, a fazer, viver juntos e a conhecer.

Descobrir, localizar e compreender o verdadeiro papel da educação na produção do conhecimento e desenvolvimento da humanidade, tem animado gerações, provocado o surgimento de movimentos sociais, causado polêmica. Inseridos nesse movimento de busca e de construções, situamo-nos entre os que compreendem a educação como ato político. A educação nunca é um ato neutro. Ela tem lado, sua postura tanto pode servir para fortalecer a alienação dos empobrecidos, como também para favorecer a autonomia desses setores.

Paulo Freire, na sua obra “Pedagogia da Autonomia” afirma que “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos *constatando* apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para *inserção*, que implica *decisão, escolha, intervenção* na realidade” (FREIRE, 2007, p. 77).

Apresentamos, assim, o significado da educação popular no processo de transformação social, partindo da ação dos movimentos sociais populares. Ao analisar os processos educativos implementados nas diversas experiências, desconfiamos que a economia solidária é portadora de uma filosofia da educação, que tem no diálogo, o seu sentido de ser.

No que tange aos movimentos sociais, percebemos que um movimento social organizado tem sempre sua origem ligada à demanda de algum setor ou grupo social, o qual exige uma ação social coletiva, seja ela de caráter reivindicatório, de denúncia, de alerta, entre outras expressões. Mesmo surgindo de uma ação concreta, os movimentos sociais vão construindo no seu processo organizativo, suas plataformas de lutas específicas e o seu arcabouço ético-moral. Referenciais que, ao serem sistematizados se transformam em princípios que orientam os movimentos sociais, nas suas ações e atitudes diante da sociedade.

Queremos deixar claro que privilegiamos alguns princípios presentes no movimento de economia solidária que, a nosso ver, são relevantes para esta pesquisa. Quais sejam: a autogestão, a educação popular, o desenvolvimento solidário e sustentável e a cultura da solidariedade.

Obviamente, os temas aqui expostos têm suas limitações. Abordamos enfoques que nos parecem mais adequados para essa análise. Por exemplo, no caso do *Trabalho*, como elemento fundante da economia solidária, será focado o trabalho autogestionário e dentro deste, o seu caráter social ampliado, não apenas a autogestão ligada ao processo produtivo. Quanto ao desenvolvimento sustentável, o enfoque dado é na perspectiva do desenvolvimento territorial e solidário, da mesma forma que a questão da solidariedade é tratada nesta tese como um elemento cultural, que deve ser visto dentro de uma perspectiva de organização societária. No caso da educação popular, buscamos extrapolar para uma visão, que entendemos, está ligada a uma filosofia da educação, com uma pedagogia apropriada à realidade dessa outra economia que vem sendo forjada pelos setores populares.

Destacaremos para os fins desta pesquisa, uma das entidades fomentadoras da economia solidária - a Universidade. No Brasil, essa é uma das primeiras entidades governamentais a aderir à economia solidária. Ao fazer isto, a Universidade procura romper com preconceitos históricos de um ideário elitista, inaugurando um novo tempo, uma nova concepção de extensão universitária. Ela insere-se numa missão ousada – construir uma ponte solidária entre a academia e a população empobrecida. Para isso, precisa estar aberta a

outros conhecimentos, ao saber popular e a construir dentro e fora da academia uma nova mentalidade educativa.

Por uma opção feita nesta pesquisa, trataremos da ação educativa realizada pelas incubadoras universitárias de economia solidária conhecidas no Brasil como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's. Por isso, ao expor esta discussão, parece-nos oportuno resgatar a origem do termo *incubadora*, sua apropriação pelas universidades e pelo movimento de economia solidária.

Falar em origem de um termo, de um conceito, de uma expressão, traz sempre o risco de cometer erros. Neste caso, parece-nos mais apropriado falar em *origens*, visto que, ao conceituamos um fenômeno social ele está, em si, impregnado de significados históricos. As vezes, o que nomeamos de “novo” é, na verdade, uma reconceituação do “antigo” a partir de novas condições, novos atores, novas realidades.

Podemos dizer que o termo incubadora foi tomado por empréstimo do setor tecnológico das ciências médicas que inventou a incubadora (Brutkasten) como um lugar terapêutico no qual, alguns recém-nascidos necessitados de cuidados especiais, precisavam ficar até que pudessem adquirir condições de garantir sua sobrevivência.

No campo econômico-social, mais precisamente, na produção e trabalho, foi nos Estados Unidos da América onde primeiro se utilizou o termo “incubadora” relacionando-o às empresas que precisavam de tratamento especial para que se mantivessem no mercado. Essas empresas precisavam ser *incubadas*. Isto é, precisavam de atenção diferenciada para tornarem-se competitivas, assim poder sobreviver e permanecer no mercado. Este apoio se dava no campo da capacitação, da criação de novas tecnologias, do fomento, etc. Algumas instituições, entre elas o Banco Mundial, trataram de utilizar e disseminar o termo.

A Universidade é uma instituição cujo papel social é a produção do conhecimento, do debate, do pensamento. Por ser uma instituição social ela é a expressão da realidade da qual faz parte. No seu interior, há diferenças políticas e projetos culturais distintos. Seus rumos são disputados pelas forças políticas presentes na sociedade.

Em uma sociedade dividida em classes sociais, é compreensível que os conflitos inerentes a este modelo societário estejam presentes. Assim sendo, a Universidade incorporou a incubação como forma de oferecer respostas a uma demanda social oriunda do campo econômico, mais precisamente da indústria, do setor empresarial.

Em várias universidades foram criadas as *Incubadoras Tecnológicas de Empresas* enquanto espaço de ensino, pesquisa e extensão. Estudantes e professores, na maioria vindos dos cursos de Economia, Administração de Empresas e Ciências Contábeis, assumiram a

responsabilidade de apresentar alternativas para as empresas em vias de implementação ou mesmo já criadas, mas que precisavam de novos investimentos. Obviamente, essas empresas têm sua forma de organização pautadas nos princípios hegemônicos da sociedade moderna, de base capitalista. Os princípios – competitividade, eficiência, produtividade – definem o conteúdo da incubação. Neste caso, a incubagem precisa estar atenta às novas tecnologias, aos sistemas sofisticados de gestão empresarial, à eficácia dos planos de negócios, à qualidade total etc.

Na produção do conhecimento, uma questão é colocada em discussão na medida em que, ao ser exposta, requer explicações até então não explicitadas. No caso dos fenômenos sociais, é preciso que um problema se torne relevante para um determinado grupo social e que, ao buscar sua constituição histórica, descubra-se a importância desta para uma coletividade, transformando-o em um problema legítimo a ser investigado.

No caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, na perspectiva da economia solidária, não foi diferente. A economia solidária teve que trilhar seu próprio caminho para se fazer um problema a ser investigado. Por muito tempo, as diversas expressões da economia solidária ficaram submersas, anônimas. Os empreendimentos solidários eram apenas mais um caso da economia informal e portanto, nada tinha de novo. As análises e estudos iam em outra direção. A economia solidária, ao se diferenciar de outros empreendimentos da economia dos setores populares foi se firmando e ao mesmo tempo indagando, ampliando-se, começando a chamar à atenção dos pesquisadores. Para Noelle Lechart:

Esse processo de construção e legitimação de um novo objeto de estudo acadêmico, de novos agentes sócio-políticos que é preciso compreender. Ou seja, como se agenciam os processos político-pedagógicos e acadêmicos para a identificação, nomeação e estruturação de um novo campo de ação e teorização”. (LECHAT, 2006, p. 9).

Desse modo, definimos a incubação na economia solidária como um processo educativo de teor político, econômico e cultural, desencadeado conjuntamente pelas incubadoras e trabalhadores, desde a criação até o período em que o empreendimento possa garantir sua autonomia.

É importante destacar que o termo “incubação” foi introduzido no vocabulário do movimento de economia solidária pelas universidades brasileiras, na segunda metade da década de 1990. Desde então, o termo vem se popularizando cada vez mais. Para se referir

ao processo de organização, criação e fortalecimento dos empreendimentos solidários, as expressões mais usadas pelas diversas entidades de apoio e pelas trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária era, e ainda é, o “acompanhamento” ou “assessoria”. Mais recentemente, o setor estatal, precisamente os gestores públicos, tem também usado muito o termo “incubação”, visto que, estão sendo criadas incubadoras de economia solidária nestas instâncias.

Neste estudo, ressaltamos as experiências de economia solidária implementadas pelo Brasil e Alemanha. Sabemos da responsabilidade que esta tarefa representa, visto que se trata de países situados em dois continentes com características muito diferenciadas. Porém, verificamos que, no campo do trabalho, há uma longa tradição de solidariedade entre a classe trabalhadora destes dois países. Isto pode ser verificado pelas diversas parcerias realizadas seja no campo formal do emprego, por meio dos sindicatos e centrais sindicais alemães e brasileiros, seja no campo da economia solidária. Neste sentido, algumas organizações da sociedade civil, fundações, e movimentos sociais têm desenvolvido importantes parcerias. É o caso, por exemplo, da Misereor e Cáritas Alemã que além do apoio às organizações, têm investido nos fundos de créditos para centenas de empreendimentos solidários no Brasil. Mais recentemente, assiste-se a uma articulação entre universidades nas ações de incubação e também com a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, de forma especial, no tocante ao mapeamento realizado nos dois países.

A economia solidária, no Brasil, vive o processo de maior mobilização nacional de sua história. A realização do II Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre – 2002, demandou uma articulação nacional dos atores da economia solidária, na medida em que, o contato com a economia solidária dos outros países, exigia do Brasil uma ação mais articulada. A manifestação brasileira da economia solidária é aqui destacada considerando ações desencadeadas em fóruns e o papel do Estado como fomentador de políticas públicas destinadas a esta outra forma de economia.

Algumas questões de fundo estão postas para a economia solidária na sua versão alemã. Uma destas questões diz respeito ao entendimento da economia solidária em relação ao terceiro setor, que, na Europa, tem forte tradição. Politicamente, esta corrente faz parte de um posicionamento dos que não acreditavam mais no socialismo e também não viam no capitalismo a alternativa viável para a maioria da população, no caso, a saída desse grupo foi uma terceira via formada pela sociedade civil que iria atuar no setor público.

Assim, situa-se a economia social como uma alternativa no setor de serviços, já que as cooperativas estavam no patamar da produção. São várias entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, que operam com muitos voluntários e prestam serviços dos mais variados tipos.

A nosso ver, a economia social nos marcos do terceiro setor e o movimento atual de economia solidária são questões distintas. Não excludentes, complementares nas suas ações, mas guardam em si, significativas diferenças, principalmente no que diz respeito aos fundamentos e projetos societários. A Alemanha vem construindo seu movimento de economia solidária de forma diferente da tradição européia, da economia social implementada principalmente pela França e pela Itália. O caso da Espanha, com o *Complexo Mondragon*, referência exitosa no movimento de economia solidária é algo muito particular. Não só na Europa, mas em outros continentes.

Esta pesquisa não contempla a análise do movimento recente da economia solidária na Alemanha como um todo. Ela se detém às expressões contemporâneas da economia solidária no norte do Estado de Hessen, ressaltando seu potencial inovador na perspectiva do meio ambiente, das energias renováveis na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Esta parece ser a contribuição que a Alemanha oferece ao “movimento internacional de economia solidária” – a forma como valoriza e trata o elemento da sustentabilidade, que é apresentado como conteúdo político e como estratégia de desenvolvimento.

## 2. OBJETO DE ESTUDO

Antes de apresentarmos o formato desta tese, é importante socializar as motivações que me fizeram realizar esta pesquisa. Ela partiu, primeiramente, de uma inquietação particular: a necessidade de analisar mais cuidadosamente a minha prática junto aos movimentos sociais, de forma especial, a ação desenvolvida por duas décadas (iniciada em 1988 através da Cáritas Brasileira), no que hoje chamamos de economia solidária. A implementação de outras relações de trabalho, outra forma de gestão que observava no acompanhamento direto às trabalhadoras e trabalhadores desempregados urbanos, aos trabalhadores rurais sem terra ou mesmo aqueles que já a tinham conquistado e dela precisava sobreviver, me fazia curiosa. O que eu via na realidade cotidiana durante os processos de incubação dos “Projetos Alternativos Comunitários” não batia com a crítica feita por outros setores sociais e políticos por onde eu circulava, particularmente, no Partido dos Trabalhadores e no contato com o movimento sindical. Além disso, destoava das

opiniões de alguns intelectuais pelos quais eu tinha muito respeito. O trabalho realizado para geração de renda com os empobrecidos era uma ação paliativa, caritativa, eram “projetinhos” que serviam apenas para curar as feridas do capitalismo. Estes projetos não tinham consistência revolucionária, não apontavam para processos de mudanças sociais. Assim, diziam os críticos.

No Brasil, a geração da década de 1980, da qual fiz parte, tinha como prioridade a ação, os movimentos de massa, a “agitação política”, por isso sobrava pouco tempo para os processos de sistematização. No final da década de 1990, decidi que era preciso realizar um desejo que já me rondava e que não era só meu, era também de muitos que faziam a economia solidária. A opção pelo estudo das metodologias de incubação na economia solidária foi fortemente influenciada pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares e pela Rede de Educadores Populares do Nordeste Brasileiro, na qual, desenvolvíamos processos formativos para dirigentes dos diversos movimentos sociais nos nove estados do Nordeste. Percebi que a “metodologia dialética da educação popular” tinha muito a dizer à economia solidária e me propus a estudar especificamente esse tema porque entendo que ele traz em si muitas possibilidades.

A metodologia, enquanto um caminho que leva a objetivos definidos, não pode ser minimizada nos processos formativos. Mesmo que esses estejam claros, que o lugar da chegada esteja definido, se o caminho não for feito da forma correta, ele poderá levar para outros rumos e nunca se encontrará o lugar de chegada desejado. Assim, iniciei o meu caminho de busca pela análise das práticas educativas da economia solidária, analisando a organização da 1ª Feira Agroecológica da várzea Paraibana, realizada por trabalhadores rurais de quatro assentamentos de reforma agrária no estado da Paraíba. Porém, para minha surpresa, as inquietações não cessaram, pelo contrário, outras portas foram abertas e novas perguntas apareceram. Esta forma de metodologia pode ser desenvolvida em culturas diferentes, em realidades distintas? O fato da Universidade de Kassel se interessar pela criação de uma incubadora de economia solidária possibilitou a realização deste projeto.

Esta pesquisa foi realizada entre 2005 e 2008, escolhemos como fenômenos sociais para esta análise, a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba/Brasil – INCUBES e a Incubadora da Universidade de Kassel/Alemanha – Verein für Solidarischen Ökonomie e.V. Estas organizações realizam suas ações em realidades completamente distintas e ideais para o estudo que propomos realizar.

O tema desta pesquisa é *Universidade e Economia Solidária*. Dentro deste tema, elegemos como objeto de estudo *as metodologias de incubação fomentadas pelas*

*universidades nas ações de economia solidária. A tese afirmada é que os processos de incubação são determinantes para a consolidação da economia solidária. Assim, a pergunta que orientou este trabalho foi: as metodologias de incubação são capazes de promover o desenvolvimento local sustentável e solidário, de modo a garantir a autonomia dos atores envolvidos? Em caso afirmativo, em que aspectos o fazem?*

Partimos da hipótese de que a economia solidária não se restringe a um conjunto de práticas e iniciativas geradoras de oportunidade de trabalho e de melhoria de renda. Ela vai além de uma resposta imediata aos problemas gerados pelo desemprego e pela precarização do trabalho informal. Ela possui valores e princípios de solidariedade e diretrizes estratégicas autogestionárias que podem orientar uma nova construção societária, orientando novas relações socioeconômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, os princípios e práticas da economia solidária estão na base da própria concepção de desenvolvimento sustentável e solidário, sendo capaz de dialogar com as diversas culturas. É nesse contexto que os processos de incubagem realizados pelas incubadoras universitárias são determinantes tanto para a consolidação de empreendimentos econômicos solidários, quanto para a dinamização e impulso a novos ciclos virtuosos de desenvolvimento local e territorial tendo a economia solidária como orientação estratégica.

Com essa investigação, nossa pretensão era conhecer e analisar as práticas de incubagem das universidades na economia solidária, enquanto processos de mudança social. Assim, elaboramos como objetivos específicos: a) Identificar os pressupostos teórico-metodológicos das universidades que orientam a incubação dos empreendimentos econômicos solidários; b) Conhecer e analisar a criação das incubadoras universitárias no Brasil e na Alemanha; c) Conhecer e analisar o processos desenvolvidos pelas universidades no Brasil e na Alemanha, comparando as ações das incubadoras na Universidade Federal da Paraíba – Brasil com os processos de incubação da Universidade de Kassel - Alemanha.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A realidade é sempre um processo concreto e histórico, na qual os seres se organizam de forma a garantir sua existência como saída para a perpetuação da espécie. No caso dos seres humanos, esse processo é internalizado pela criação e recriação da realidade, é a atividade humana (trabalho) que produz e reproduz o mundo material, social e cultural em que vivemos. Por isso, é fundamental reconhecer que a subjetividade e a autonomia dos seres individuais só podem ser separadas do contexto social para fins analíticos. As pessoas

organizam seus espaços sociais e projetam um mundo futuro a partir das condições produzidas no passado histórico. O conhecimento está condicionado pelo contexto histórico e pela forma que os produtores de conhecimento se inserem na realidade social.

Compreendemos que a realidade é sempre mais rica e complexa do que a capacidade do sujeito cognoscente (individual e coletivo) de apreendê-la e sistematizá-la integralmente. Assim, situamos a pesquisa social, como um processo de conhecimento da realidade que ao investigar o “porquê” de um determinado fenômeno se constitui ao mesmo tempo, possibilidade de mudança social. Por isso, o método de análise da realidade aqui escolhido se baseia no paradigma da práxis, *na dialética marxista*. Optamos pela Pesquisa-ação pois esta se inspira em uma concepção de ciência na qual o “conhecimento é derivado da prática, e a prática é informada pelo conhecimento, em um processo contínuo” (O’BRIEN. 2003, p.201).

Para os cientistas sociais que trabalham com a Pesquisa-ação, o mais importante para uma intervenção na realidade é o conhecimento coletivo, a ação, reação e opinião do grupo ante uma situação determinada. É pela inserção na realidade histórica que o indivíduo pode questionar, interpretar, e transformar a realidade na qual está inserido.

Na perspectiva de construir conjuntamente este processo de investigação, algumas



Foto 1: Apresentação do projeto de pesquisa em Kassel-2005  
Fonte: Arquivo da Autora

ações foram realizadas. Inicialmente, apresentamos a proposta de pesquisa para as duas incubadoras envolvidas. Esta fase marcou a construção de acordos, de como esta, deveria ser desenvolvida. Em seguida foi realizada a discussão do planejamento das ações em Kassel identificando os limites e

possibilidades das alternativas apresentadas.

A pesquisa privilegiou o processo de organização da Incubadora de Economia Solidária em Kassel, mas também foi possível participar de algumas atividades da INCUBES na Universidade Federal da Paraíba.

A coleta de informações foi realizada tendo por base uma revisão bibliográfica, a pesquisa em relatórios das Incubadoras nos registros fotográficos e o uso de diário de campo, durante a participação nas atividades das Incubadoras.

A maioria das informações foi coletada por meio da *observação participante*. Outras informações foram também adquiridas com *entrevistas semi-estruturadas*. Na perspectiva de garantir ao entrevistado a liberdade de falar sobre o tema considerando o seu ponto de vista, foi elaborado um roteiro “guia,” com as questões temáticas que orientaram as entrevistas, autogestão, educação, desenvolvimento sustentável e solidariedade. Assim, procurou-se considerar o processo vivenciado pelos entrevistados nas suas respectivas Incubadoras, sobre sua visão de mundo, sobre incubação de economia solidária e como cada uma e cada um se percebe dentro do trabalho que desenvolve.

As entrevistas foram realizadas considerando os diferentes “olhares”, assim foram entrevistados representantes da coordenação das Incubadoras, os sócios que não estão diretamente envolvidos na coordenação, incluindo professores e estudantes. No caso da Paraíba, foram entrevistados, os parceiros da Incubadora, representantes de empreendimentos solidários assessorados pela Incubadora, sendo um representante do Fórum Estadual de Economia – Paraíba (ligado ao movimento social) e o outro, a Diretoria de Economia Solidária da Prefeitura Municipal de João Pessoa representando o setor governamental.



As informações recolhidas dos entrevistados foram sistematizadas a partir da *Análise de Discurso*, procurando interpretar o que as entrevistadas e os entrevistados disseram, como foi dito, quem falou, de quem estava falando, e por que se disse o que se disse. A compreensão detalhada dos significados e das características situacionais apresentadas pelos entrevistados foi importante para compor o quadro que Paulo Freire chama em “Pedagogia do Oprimido” de *palavra verdadeira* – a síntese (teoria e prática) que as pessoas conseguem fazer de sua própria realidade.

#### 4. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA TESE

Ao sistematizar esta pesquisa procuramos considerar as questões de mais relevância (no nosso entendimento) para a economia solidária dos dois países envolvidos. Assim, este trabalho é composto por duas partes nas quais os conteúdos foram divididos. Na primeira,

trataremos dos aspectos conjunturais da economia solidária e do referencial teórico e na segunda, focaremos o tema do ponto de vista das incubadoras universitárias de economia solidária. Estes conteúdos foram organizados em quatro capítulos, além desta introdução e das conclusões.

O primeiro capítulo dedica-se ao estudo da realidade atual da economia solidária no Brasil e na Alemanha. A contextualização situa a economia solidária como movimento social, destacando a importância dos fóruns de economia solidária como estratégia de um desenvolvimento sustentável e solidário na contemporaneidade. Para isso, abordamos o tema dividindo-o em três sessões. Na primeira, destacamos a experiência brasileira de economia solidária sob as perspectivas do movimento social. Apresentamos uma conceituação sobre os movimentos sociais e seus vários espaços de articulação – *redes, fóruns e conselhos de gestão*. As redes, fóruns e conselhos apresentam muitas similaridades, mas resguardam algumas especificidades na sua natureza. A idéia aqui é tecer um fio desde o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES até sua instância de base, representada pelo Fórum Estadual de Economia Solidária no estado da Paraíba - FEES/PB.

A segunda sessão trata das políticas públicas de economia solidária, aqui apresentadas como ação do Estado sob o enfoque da participação popular. Neste sentido, destacamos a criação da *Secretaria Nacional de Economia Solidária* enquanto órgão do governo federal, a criação do *Conselho Nacional de Economia Solidária* e as *Conferências Públicas* enquanto espaços de proposição de política com participação da sociedade civil organizada. A terceira seção desse capítulo é dedicada à economia solidária na Alemanha. Procuramos resgatar as raízes dessa outra economia, nas formas tradicionais coletivas de manejos dos bosques comunais ainda hoje mantidos por diversas comunidades camponesas, no movimento estudantil de 1968 e as diversas expressões da Economia Alternativa nas décadas de 1970/1980, considerando as repercussões nas formas contemporâneas de economia solidária.

O segundo capítulo diz respeito ao referencial teórico que orienta este trabalho. Para isso, apresentamos algumas reflexões sobre a economia solidária, na busca de luzes, que iluminem a construção de outro paradigma de desenvolvimento pautado na solidariedade. Busca-se conhecer os diferentes pensamentos de alguns autores e estudiosos sobre o papel da economia solidária, na construção de alternativas societárias. A análise avança buscando respostas sobre o potencial da economia solidária de contribuir para uma nova sociedade, que pretendemos socialista, como um novo modo de organizar a economia, de organizar a democracia com base na autogestão, de forma que não sejam cometidos os mesmos erros

históricos de algumas experiências socialistas anteriores. Desta forma, não entraremos no discurso corrente de que as utopias socialistas estariam todas enterradas, por não ter, estas experiências, cumprido seu papel humanizante. Este capítulo está composto de dois blocos. Um que se detém mais ao debate político-teórico da economia solidária, o qual se pauta em referências teóricas de pensadores do passado, e no presente, resgata reflexões dos que fazem a economia solidária, dos que estão envolvidos no atual contexto histórico. No outro bloco, retomaremos alguns princípios que têm norteado a ação da economia solidária e os tomamos como nossas categorias de análise. Com eles, tentaremos constantemente olhar para a realidade do movimento de economia solidária e questionar o nosso fazer.

A segunda parte desta tese, inicia-se com o terceiro capítulo, centraremos nossa atenção na economia solidária a partir da ação das universidades enquanto espaços de produção do conhecimento. Para isso, apresentaremos a experiência brasileira de incubadoras universitárias considerando o contexto e as concepções que articulam o ensino, a pesquisa e extensão nas universidades do Brasil. Assim, as redes de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares são apresentadas especialmente pelo Programa de Apoio as Incubadoras Tecnológicas – PRONINC, pois este programa tem, com muita apropriação sistematizado as ações das Incubadoras Universitárias no Brasil. Em seguida, abordaremos a questão das metodologias de incubação na economia solidária implementada pelas diversas organizações, neste caso, considerando os processos vindos das incubadoras universitárias.

No quarto e último capítulo desta tese de doutoramento, busca-se fazer uma análise do processo da pesquisa aqui sistematizada. Tendo como referência nosso objeto de pesquisa centrado nas metodologias de incubação fomentadas pelas universidades nas ações de economia solidária procuramos saber se essas metodologias de incubação são capazes de promover o desenvolvimento territorial sustentável e solidário, de modo a garantir a autonomia dos atores envolvidos. Faremos isso considerando as nossas categorias de análise (autogestão, desenvolvimento sustentável e solidário, educação popular e a solidariedade). A partir delas, analisaremos os processos implementados pelas duas incubadoras em seus respectivos lugares e suas especificidades.

Interessa-nos, também, saber o que esta pesquisa vem acrescentar ao conhecimento e ao movimento de economia solidária. Nesse campo, procuramos identificar os pressupostos teórico-metodológicos das Universidades que orientam a incubação dos empreendimentos econômicos solidários. Isso foi possível ao conhecermos a constituição e as ações das Incubadoras Universitárias no Brasil e na Alemanha. Por isso, organizamos a

análise em três eixos. a) O movimento de economia solidária no processo de mudança social; b) As ações da INCUBES e da Verein Förderung für Solidarische Ökonomie – convergências nas diferenças e; c) Processos de incubação implementado pelas universidades. Essas considerações são apresentadas como aprendizagem do processo de pesquisa e como novas indagações para a continuidade da reflexão e de novas explorações na realidade. Enfatiza-se, sobretudo, as relações entre o processo de incubagem de cooperativas populares e a educação para a autogestão no trabalho e na sociedade. Ou seja, a incubagem requer um trabalho no qual esteja contemplado a assessoria e a educação para a autogestão. Esse processo educativo precisa ser construído nas relações entre os cooperados, e na relação destes com as entidades de fomento. Por fim, as conclusões são apresentadas de forma curta e concisa, pontuando as respostas que a pesquisa pôde revelar considerando seus objetivos e condicionamentos.

A economia solidária é um instrumento valioso na construção de um novo processo de desenvolvimento da humanidade, enquanto alternativa que garante sustentabilidade e uma justa distribuição de renda. Nesse sentido, é imprescindível conhecer e comparar as ações da economia solidária no mundo. Entender de que forma ela dialoga com as diferentes culturas. Para tanto, é preciso que as experiências estudadas possam ser sintetizadas, teorizadas, de forma que demonstrem o seu verdadeiro impacto na realidade e suas reais condições de efetividade em diversos contextos históricos.

Esperamos, dessa maneira, alimentar a roda do conhecimento, a práxis que vai sendo alimentada pelo fazer histórico, pelos elementos abstraídos do real, reconfigurando e retornando outra a vez à realidade. Por fim, desejamos que esse estudo seja uma singela contribuição para aquelas e aqueles que diante do caos não ficam passivos, que buscam construir alternativas.

## **PARTE 1**

### **1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE**

#### **1.1 O MOVIMENTO SOCIAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL - FÓRUMS COMO ESTRATÉGIA DE MUDANÇA SOCIAL**

Há um debate posto na atualidade para a economia solidária no Brasil cuja raiz é político-filosófica e diz respeito à natureza constitutiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, que também, vem sendo chamado de “Movimento Nacional de Economia Solidária”. O dilema no qual a economia solidária se encontra, tem suas explicações no seu

próprio processo histórico de construção. No processo constitutivo do Fórum, foi se gestando um movimento social popular. Ambos, porém, fórum e movimento social são de naturezas diferentes.

Uma questão posta é se o Fórum é um movimento social ou uma expressão do movimento. A outra questão é da relação do Fórum com o Estado, da participação de gestores públicos nas suas instâncias. Nesse sentido, a IV Plenária da Economia Solidária realizada em 26 à 30 de março de 2008 em Brasília, deu um passo importante. Definiu o FBES como “um instrumento do Movimento da Economia Solidária e um espaço de articulação e de diálogo entre diferentes atores e movimentos sociais”<sup>2</sup>. Ou seja, o FBES deve articular e integrar as diversas organizações da economia solidária, quais sejam: os empreendimentos econômicos solidários e suas redes, as entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária e a rede que agrega gestores públicos de economia solidária no Brasil, como também, favorecer o diálogo com os demais movimentos sociais.

Entre esses sujeitos da economia solidária no Brasil, destacam-se os empreendimentos econômicos solidários como aqueles que devem ser protagonistas nesse processo. De fato, passados cinco anos desde a III Plenária Nacional da Economia Solidária no Brasil (2003), que deu origem ao Fórum, é possível afirmar que os empreendimentos econômicos solidários fortaleceram cada vez mais suas entidades de representação, sendo uma das principais expressões do movimento da economia solidária, tais como: a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão - ANTEAG; a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - CONCRAB/MST; a União Nacional de Empreendimentos Solidários - UNISOL; a União de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES, além de outras redes e organizações de segmentos específicos articulados na economia solidária, como o Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. Porém, nem todos os empreendimentos estão filiados a essas redes, restante quantidade significativa que tem por única forma de articulação e de expressão (uma espécie de representação), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Possivelmente vem daí certa confusão entre espaço e instrumento de articulação, fazendo com que, alguns atores sociais, interpretem o Fórum como sendo o próprio movimento.

#### 1.1.1 A economia solidária enquanto movimento social

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 04.04.2008.

Para uma compreensão dos movimentos sociais, resgatamos a elaboração da autora Maria da Glória Gohn que define os movimentos sociais como sendo:

Ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 1997, p. 253).

Segundo esta autora, na construção das teorias sociais do continente latino-americano é importante considerar duas premissas. Uma ligada ao cenário político-econômico-social dos países, que nesse período – segunda metade do século XX – encontravam-se mergulhados em regimes ditatoriais. Concomitantemente, era também um cenário onde as lutas pela redemocratização, se constituíam como uma urgência. A outra premissa diz respeito à produção intelectual internacional acerca da temática dos movimentos sociais, influenciada notadamente pela corrente européia. Os cientistas sociais latino-americanos incorporaram essas duas condições na produção do conhecimento sobre os movimentos sociais na região.

No que tange à produção intelectual sobre esta temática, o pensamento sociológico no continente era hegemônico pela compreensão de que os processos sociais deveriam ser analisados na perspectiva de mudança global. Assim, duas correntes polarizavam o debate. Uma corrente centrava sua abordagem no funcionalismo, cuja estratégia deveria ser de modernização e a outra, se fez presente nos estudos dos movimentos sociais, principalmente pela corrente marxista. As leituras da realidade eram feitas principalmente a partir destes referenciais. Gohn (1997) vem afirmar que isso acarretou uma certa rigidez no pensamento científico-acadêmico:

Esta rigidez decorria da separação entre o fluxo dos acontecimentos onde se inseria o fenômeno a ser estudado e os caminhos que a reflexão tomava, baseados em procedimentos predeterminados. A razão não operava com liberdade necessária para captar os ecos e ressonâncias que os fenômenos provocavam na realidade social. (GOHN, 1997, p. 217).

A década de 1970 e toda a década de 1980 foram marcadas por uma transição paradigmática nesse campo das teorias dos movimentos sociais. Em um contexto assinalado pela crise do capitalismo e cuja dinâmica atinge diretamente o mundo do trabalho formal, surgem assim, novos atores sociais coletivos, cujas configurações não cabiam dentro dos conceitos já estabelecidos e predeterminados pelas teorias vigentes.

Os novos movimentos sociais articulados por bandeiras de luta específicas, que em alguns casos, extrapolavam a categoria de classe social, punham em discussão a questão social cujo viés, até então hegemônico, era centrado na exploração no interior do trabalho. Por isso, a estratégia tradicional dos movimentos sociais populares estava centrada na tomada do poder pela via revolucionária sendo a classe operária, protagonista da transformação social.

Os novos movimentos sociais pautavam outras demandas. Tais como: a questão ambiental, orientação sexual, gênero, etnia, etc. Obviamente, a questão de classe continuava a existir. Porém, os movimentos sociais chamavam a atenção para questões que iam além da categoria de classe social. Os negros no Brasil eram (e são) discriminados não apenas por uma questão de classe, mas também de etnia. As mulheres são exploradas não apenas como classe. Uma das reivindicações do movimento feminista é não ser discriminada pela condição de ser mulher. Em ambos os casos, ocorre uma dupla exploração – pela sua condição de classe e pela sua condição específica. Outra fonte de expressão social, na época, vinha principalmente do fenômeno da urbanização. Foram vários os movimentos por moradia, transporte, saúde, etc. que assumiram a cena política em muitos países.

Uma contribuição importante na tentativa de entender os novos movimentos sociais na sua singularidade, vem da análise feita por Castells nos seus estudos sobre os movimentos sociais urbanos em países desenvolvidos quais sejam: Estados Unidos, França (Paris), Canadá (Montreal) como também em países do capitalismo periférico como foi o caso do Chile.

Segundo Castells (1985), essas novas contradições sociais exigiam novas formas de reações na vida cotidiana. Nesse sentido, os movimentos sociais urbanos eram exemplos desta riqueza de expressões. O autor afirma que a diversidade desses movimentos é tão grande que não se pode falar de “luta urbana” generalizada. Isto porque o movimento urbano se configura de forma diferenciada, a depender de cada contexto histórico “assim cada luta urbana deve poder compreender-se, especificar-se em seu conteúdo estrutural e remeter-se ao papel que desempenha frente às diferentes classes em luta. Então, somente assim, saberemos do que se fala”. (CASTELLS, 1985, p. 113). Nas suas análises, o autor identifica ainda que há um limite nos movimentos urbanos no que se refere ao seu próprio desenvolvimento quando não há articulação com outras lutas gerais na sociedade.

No nosso entendimento, isto significa que os movimentos sociais, para galgar espaço político na sociedade, precisam romper a barreira do isolamento, preservando sua identidade, porém, articulando-se com movimentos de lutas mais gerais. Além disso, uma demanda

específica, aparentemente secundária pode ter caráter aglutinador, mobilizador para questões mais amplas na sociedade.

Na busca da formulação do paradigma latino americano e sua expressão brasileira, Gohn (1997) apresenta algumas características dos movimentos sociais que nos parece interessante destacar.

Ao falar dos novos movimentos sociais, a autora destaca a *diversidade de movimentos* como elemento importante, existente em sua maioria nos movimentos populares. Estes movimentos buscavam garantir direitos básicos à sobrevivência tais como: o acesso à terra, casa, comida, postos de saúde, transporte público, escolas, creches, etc. Os movimentos sociais populares no Brasil, tiveram uma *relação de muita proximidade com as igrejas* especialmente com a igreja católica, pela identificação com a teologia da libertação. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs são expressão de uma igreja fortemente identificada com a causa dos empobrecidos. Estes foram espaços que abrigavam muitos movimentos contestatórios ao regime militar e fomentaram o surgimento de diversos movimentos sociais populares rurais e urbanos.

No caso da *relação com o Estado*, durante a ditadura militar, os movimentos sociais populares tiveram uma postura contrária ao estado ditatorial. Com o processo de democratização no país, as estratégias da maioria dos movimentos mudaram. A nova conjuntura exigia uma forma diferenciada de relação com o Estado. Muitos movimentos sociais se viram desafiados a sair de sua condição apenas de “reivindicadores” para tornarem-se “propositores” de políticas públicas. Esta nova situação veio introduzir novos elementos no campo político e nas ações dos movimentos sociais.

Um outro elemento importante na caracterização dos movimentos sociais diz respeito às *ideologias* “todo movimento social é articulado a um conjunto de crenças e representações e são eles que dão suporte às suas estratégias e desenham seus projetos políticos-ideológicos”. (GOHN, 1997, p. 235). Aqui há uma forte influência gramsciana, que apresenta a ideologia no campo das práticas sociais, como algo objetivado na realidade histórica e concreta. Gramsci afirma que há dois tipos de ideologias. Uma de pequenos grupos, de caráter transitório, de pouca influência para a humanidade e outra, que ele chama de *ideologias orgânicas*. Estas são historicamente construídas e se apresentam como “uma concepção de mundo e se manifestam implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva”.(GRAMSCI, 1977, p. 1380. apud SIMIONATO, 2004, p. 76).

Um elemento importante a ser destacado nesse resgate é a *articulação entre os movimentos sociais*. Os movimentos sociais que nas últimas décadas se dedicaram a demandas locais sem articulações com bandeiras de lutas gerais, em sua maioria, se enfraqueceram. Os movimentos que conseguiram criar uma estrutura de articulação nacional se fortaleceram. É o caso de movimentos tais como: o Movimento Nacional de Luta por Moradia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimentos dos Atingidos por Barragens<sup>3</sup>, Movimento dos Seringueiros<sup>4</sup>. Na segunda metade da década de 1990 surge também o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

A necessidade da articulação dos movimentos sociais e a constituição das redes, vêm se configurar como uma das principais estratégias dos movimentos sociais populares. Este perfil vai marcar a trajetória dos movimentos sociais na década de 1990 e na virada do século XX. As *redes* de movimentos sociais visam fazer a ponte entre o específico e o diverso, entre o local e o global. Um dos exemplos do poder de articulação em redes pode ser representado pelo o que veio a se configurar no início do novo milênio (2000) como Fórum Social Mundial. O FSM em 2001 consegue exercitar a articulação em rede dos movimentos sociais e da sociedade civil em suas diversas expressões de forma planetária.

Queremos agora voltar à questão, objeto de nosso estudo nesse capítulo que é o fato de situar a economia solidária como movimento social, depois voltaremos para este debate de redes e articulações dos movimentos sociais, a partir da experiência do movimento de economia solidária.

Para ajudar no entendimento, recorreremos às contribuições da Ilse Scherer-Warren (1996) que retoma um estudo realizado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais publicado em 1986, no qual sintetiza o que seriam as orientações coexistentes no interior das práticas coletivas na América Latina, quais sejam: a) Democracia *versus* verticalismos e autoritarismo dentro dos próprios movimentos; b) Valorização das diversidades *versus* a tendência ao reducionismo, a monopolização da representação; c) Autonomia diante dos

---

<sup>3</sup> O Movimento Atingidos por Barragens foi criado em 1991. É fruto da luta de milhares de pessoas penalizadas pelo modelo de geração de energia implementada pelo governo brasileiro desde da década de 1970. Modelo que prioriza a construção das Usinas Hidrelétricas ( Sobradinho, Itaparica, Itaipú, Tucuruí). A plataforma de lutas do MAB contempla a resistência na terra, a preservação da natureza e uma política energética justa, participativa, democrática. Conferir em: <http://www.mabnacional.org.br/historia.html>. Acesso em 24.7.08.

<sup>4</sup> O movimento do seringueiros é uma das expressões de resistência dos Povos da Floresta ao programa do governo militar na década de 1970 que visava o “desenvolvimento” na Amazônia. Nessa investida, muitas comunidades tradicionais foram dizimadas pelas doenças, invasões de suas terra e destruição dos seus recursos naturais. Entre seus maiores líderes estão Chico Mendes, Jaime da Silva Araújo e Marina Silva. Os seringueiros pautaram a sociedade brasileira quando propuseram um desenvolvimento sustentável para região influenciado inclusive a constituição brasileira de 1988.

partidos políticos e o Estado *versus* clientelismo e dependência; d) Busca de formas de autogestão, de cooperação, de co-gestão da economia diante da crise *versus* a dependência estatal e ao sistema produtivo capitalista; e) Emergência de novos valores da solidariedade, reciprocidade e comunitarismo *versus* individualismo, lógica de mercado e competição.

Entendemos que essas orientações observadas no interior dos movimentos sociais devem ser vistas de forma dialética, dentro dos seus limites e possibilidades. Mesmo assim, se observarmos as diversas expressões da economia solidária na sociedade enquanto práticas solidárias de geração de trabalho e renda, não nos faltarão elementos empíricos que, ao dialogar com a teoria dos movimentos sociais aqui exposta, nos comprovem a estreita relação entre ambas.

Uma questão trazida pela ciência econômica, de forma especial pela teoria liberal, é o fato de a mesma separar a política e o social da economia. Nesse sentido, a economia solidária tem uma singularidade no que se refere a sua configuração enquanto movimento social. Ela traz, em si, a possibilidade de unir o que foi dividido na teoria liberal. É o retorno da economia na sua estreita relação com a política, o social e com o ecossistema.

França Filho (2006) aponta nesta direção ao afirmar que a economia solidária incorpora a dimensão sócio-econômica à natureza sócio-política dos movimentos sociais. Segundo o autor, nos movimentos sociais populares havia uma certa tendência em não tratar a questão econômica, pois esta, ou era imediatamente associada ao modelo capitalista ou era vista como uma estratégia de longo prazo, na perspectiva de uma sociedade socialista, na qual estava previsto o modelo da economia planificada. Mesmo se pensarmos com base nesta perspectiva, ficará o vácuo entre o que queremos e o que temos no concreto real. Aqui, mais uma vez, a economia solidária pode ser um instrumento econômico-social que é também político. “É preciso operar a economia por dentro. Mostrando por exemplo como gerir e se constituir organização produtiva diferente da organização capitalista”. (FRANÇA FILHO, 2006, p. 85).

A trajetória da economia solidária no Brasil, dentro do contexto dos movimentos sociais populares, principalmente na década de 1980 e na primeira metade da década de 1990, era restrito a ações de algumas Organizações Não Governamentais - ONGs que no máximo, se articulavam internamente, no seu próprio campo. Um elemento conjuntural, que possivelmente influenciou esse isolamento, foi o imaginário criado em torno das iniciativas econômicas de geração de trabalho e renda, como sendo algo ligado à “promoção humana”, com caráter caritativo e assistencialista. A Cáritas Brasileira, organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi uma das primeiras organizações no país a iniciar o fomento

à economia solidária. Sua ação nesta temática data de 1983, com os “Projetos Alternativos Comunitários”, cuja atuação acontecia em todas as regiões brasileiras. Sua inserção se dava basicamente nos setores mais empobrecidos, nas periferias dos centros urbanos e nas comunidades rurais mais distantes e isoladas. Por conta disso, o público priorizado pela Cáritas se constituía basicamente de grupos informais. A condição social de extrema pobreza não permitia que esses grupos se organizassem formalmente em cooperativas, no máximo se organizavam em associações. O foco da Cáritas era mais na melhoria da qualidade de vida e na organização social e política destes setores, e menos na formalização. A legalização do empreendimento era apenas um resultado do processo organizativo, que poderia vir ou não a acontecer. O outro fator importante na ação da Cáritas era que esta detinha fundos de crédito para financiamento de pequenos projetos, o que possibilitava a criação efetiva dos grupos produtivos. Em comemoração aos 20 anos da ação da Cáritas na Economia Solidária, a entidade publicou um livro no qual aponta que “A Cáritas entre 1995 e 2000 apoiou 1004 Projetos Alternativos Comunitários – PACs. Desses projetos, 83% estão em atividade. Foram envolvidas 57 mil pessoas e um total investido de R\$ 7.000.938,00”. (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 34).

A ação da Igreja Católica no Brasil no campo do trabalho e geração de renda não é prerrogativa apenas da Cáritas Brasileira. Outros movimentos eclesiais tais como o Movimento Focolares e pastorais sociais como a Pastoral da Criança, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Operária e Conselho Indigenista Missionário também têm ações neste campo. Cada um com seu enfoque pastoral específico e alguns com forte influência da teologia da libertação.

Como os Projetos Alternativos Comunitários<sup>5</sup> tinham uma forte presença da Igreja Católica durante a década de 1980, muitos setores progressistas, sejam intelectuais, partidos políticos de esquerda e o movimento sindical, viam estas iniciativas de forma um tanto marginal - eram os “projetinhos” da igreja. Para muitos, o importante era a luta sindical. O desemprego e o trabalho informal eram ocasionais e não aglutinavam a “massa”.

Com o acirramento da crise do capitalismo já na década de 1980 e a abertura do mercado interno às importações nos anos de 1990, percebeu-se que o desemprego era mais que algo conjuntural. A crise era estrutural, advinda do modelo de desenvolvimento hegemônico pelo grande capital financeiro. A população que ficava à margem deste sistema

---

<sup>5</sup> Projetos Alternativos Comunitário era a nomenclatura usada na época. O termo “Empreendimentos Econômicos Solidários” foi cunhado por Luis Inácio Gaiger na década de 1990.

precisava reinventar alternativas econômicas para garantir sua sobrevivência. Assim, afirma Ricardo Antunes:

Sua condição de despossuído e excluído, o coloca potencialmente como sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que esses segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia.(ANTUNES, 1998, p. 86).

Se para os diversos movimentos sociais, a articulação das lutas específicas com bandeiras de luta mais gerais na sociedade, era uma estratégia fundamental na sua ampliação, para a economia solidária era uma questão de sobrevivência. Os empreendimentos solidários descobriram que ao ficarem isolados, por mais organizados que fossem, tornavam-se vulneráveis e corriam o risco de desaparecer. Para superar essa limitação foram construídas e fortalecidas algumas estratégias. Entre essas estratégias está a constituição de redes e fóruns. No entendimento dos movimentos sociais, esses são espaços privilegiados para o seu próprio fortalecimento, para a construção das políticas públicas. Pode ser também, uma possibilidade de democratização do Estado. As redes são espaços de formação, intercâmbios de experiências, de articulação, deliberação e ação articulada dos movimentos sociais. São organizadas por setores específicos, tais como a Rede de Agroecologia, Rede de Apicultores, Redes de Feiras Agroecológicas, entre outras. Para entendermos melhor a estratégia das redes retomemos aqui a conceituação de “redes de colaboração solidária”, elaborada por Euclides Mance:

Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir em novas unidades ou manter-lhe um equilíbrio sustentável. Cada módulo de rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos. (MANCE, 2001, p. 24).

Segundo o autor, as redes trazem em si, dois princípios. A *intensividade* e a *extensividade*. Cada unidade que compõe a rede, ao envolver o maior número de pessoas no seu local de atuação, amplia a intensividade à medida que fomenta a criação de outros grupos. A extensividade se dá quando as redes conseguem expandir-se para outros territórios ampliando a abrangência e fortalecendo o seu conjunto. Na economia solidária, há uma presença muito ativa das redes de comercialização. Os pequenos empreendimentos têm mais chances de manterem-se no mercado ao juntarem-se com outros empreendimentos. Assim, entre outros exemplos, a Associação dos Apicultores do Agreste Paraibano se articula com o

Associação dos Apicultores do Litoral; a Associação dos Trabalhadores em Materiais Recicláveis de João Pessoa se empenha na organização da Associação dos Catadores no interior do Estado da Paraíba.

É importante ressaltar que, ao fazer isso, o Movimento de Economia Solidária vai solidificando outras relações de mercado. Nas redes de economia solidária há todo o interesse que o “concorrente” dê certo. Se um empreendimento cresce há possibilidades de todos crescerem juntos. Quando um empreendimento “quebra” a rede se enfraquece, porém diferente do sistema de cadeias produtivas, as redes têm mais flexibilidade, visto que, quando um “nó” se rompe, é possível que os demais lhe dêem suporte, a rede não cai de imediato. Isso vai criando uma articulação de um mercado pautado em outros princípios, tais como a cooperação e a solidariedade.

As redes são importantes, contudo, sozinhas parecem ser insuficientes para responder aos desafios que a realidade impõe. Assim, uma outra forma de organização presente nos diversos movimentos sociais no Brasil são os fóruns e/ou articulações. Os fóruns constituem-se como espaços de fortalecimento da ação política dos movimentos sociais e de controle social das políticas públicas. Os fóruns, na maioria das vezes, articulam várias redes, grupos, organizações e, em muitos casos, são compostos por representantes de órgãos públicos governamentais ligados às temáticas específicas de cada fórum. Apesar de a participação de órgãos governamentais ser ainda uma questão “em aberto” nos movimentos sociais.

Nesse sentido, é possível encontrar fóruns como o Fórum de Organizações Não Governamentais que trabalham com o tema da AIDS (ONGs-AIDS) na Paraíba onde estão presentes a Rede de Mulheres, o Movimento de Direitos Humanos, o Fórum da Criança e do Adolescente, o Movimento de Homossexuais, a Secretaria de Saúde do Estado, etc. como também no Fórum Paraibano de Meio Ambiente com a participação da Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis – ASTRAMARE juntamente com a Empresa de Limpeza Urbana do Município de João Pessoa – EMLUR, a Caixa Econômica Federal, Universidades, etc. No caso do Fórum Estadual de Economia Solidária convivem as várias organizações de empreendedores solidários com as organizações de fomento – Cáritas, Universidades, Instituto Cidades, entre outras entidades da sociedade civil. Porém, o setor governamental - Prefeitura Municipal de João Pessoa que por proposição do próprio Fórum criou em 2005 um setor de Economia Solidária e o Governo Federal através da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego na qual a SENAES está incluída, não participam do Fórum de Economia Solidária na Paraíba. Segundo Regimento Interno do Fórum, eles são considerados apoio, mas não membros deste. A compreensão é que o Fórum de Economia

Solidária deve ser um espaço apenas da sociedade civil – no fundo está posta uma visão do Fórum como um movimento social popular – Esta é uma singularidade deste Fórum Estadual, na maioria dos outros Fóruns Estaduais de Economia Solidária todos os setores estão juntos<sup>6</sup>.

Os fóruns têm-se constituído em atores políticos importantes, principalmente pelo poder de mobilização que representam. No sertão paraibano, destaca-se a *Articulação do Semi-árido-ASA* que mobiliza centenas de organizações e tem desenvolvido tecnologias apropriadas para a região. É neste fórum que se faz o controle social das políticas públicas, onde se constróem as demandas, apresentam-se propostas e executam-se projetos de desenvolvimento para o semi-árido.

### 1.1.2 Fórum Brasileiro de Economia Solidária: espaço e instrumento de articulação do movimento da economia solidária

A economia solidária no Brasil é marcada na sua história recente por dois grandes fatos. Um, foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que deu um caráter nacional ao que chamamos aqui, de “Movimento de Economia Solidária”, e o outro, foi a criação, no Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, trazendo para o Estado, a responsabilidade da implementação da política pública.

O I Fórum Social Mundial em Porto Alegre – 2001, exigiu do Brasil uma ação mais articulada e para isso, foi criado o *Grupo de Trabalho - GT* composto por 12 entidades da sociedade civil<sup>7</sup>. Como fruto dessa articulação, aconteceu em dezembro de 2002, em São Paulo, a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, Ali deu-se início à construção dos princípios e da plataforma política que deveria orientar o FBES.

A II Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada em janeiro de 2003, em Porto Alegre, durante o III Fórum Social Mundial. Esta Plenária tomou duas importantes decisões. Uma foi a de desencadear um processo de mobilização e discussão nos diferentes

---

<sup>6</sup> A IV Conferência Nacional de Economia Solidária a participação dos gestores públicos foi definida. Porém, até o período desta pesquisa, não houve reformulações no Regimento Interno do Fórum da Paraíba.

<sup>7</sup> Cáritas Brasileira, Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão – ANTEAG; Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - CONCRAB/MST; Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPS/INCUBES; Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS/CUT; Rede Universitária de Pesquisa e Estudos sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito - ABICRED; Projetos Alternativos do Cone Sul – PACS; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE, Rede Brasileira de Economia Solidária – RBES e o que veio posteriormente a se transformar na atual Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária, na época, representada pelos gestores do Estado do Rio Grande do Sul e pela Prefeitura de São Paulo.

estados brasileiros sobre a criação de uma estrutura organizacional nacional que articulasse as ações da economia solidária e seus atores. Isso se deu a partir do debate sobre a Carta de Princípios e a Plataforma Política. Outra decisão foi a de respaldar o “GT brasileiro” como legítimos promotores desse processo organizativo.

Em junho de 2003, depois de um processo que mobilizou 17 estados, foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária na qual foi criada o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O FBES nascia com a missão de mobilizar as ações de economia solidária no Brasil em torno da *Carta de Princípio* e da *Plataforma Política* ali aprovada e com a tarefa de fazer a interlocução entre a economia solidária e o governo federal.

A Carta de Princípios e a Plataforma Política são os instrumentos que unem os diferentes segmentos da economia solidária no Fórum. Entre os princípios do FBES destacamos:

A valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2003).

Os eixos de ação do Fórum estão assim especificados: a) Organização Social do Movimento de Economia Solidária; b) Redes de Produção, Comercialização e Consumo; c) Finanças Solidárias; d) Marco Legal; e) Educação; f) Comunicação; g) Democratização do Conhecimento e Tecnologia. Esses eixos compõem a plataforma política do FBES e manifestam as demandas do movimento de economia solidária.

A constituição do FBES é feita por organizações e redes de diversos segmentos sociais. Essas organizações atuam no meio rural e urbano, estão ligadas às bases populares, sindicais, universidades, experiências governamentais e não governamentais. São organizações com vínculos local e nacional no campo da economia solidária. No que tange à articulação internacional do FBES com outros países, isto se deu inicialmente através dos FSM e vem se fortalecendo através da articulação com outras redes de economia solidária, de forma especial, com os países da América Latina. O FBES está organizado em três setores. Quais sejam: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e o setor estatal representado pela rede de gestores públicos.

Sua estrutura está assim organizada: a) Coordenação Nacional: principal instância de decisão do Fórum, é composta por representantes das entidades e redes nacionais de fomento – desde que a rede/entidade nacional tenha ação em pelo menos sete fóruns estaduais – e mais três representantes por cada estado. Destes três representantes, dois são de empreendimentos

solidários e um é assessor ou gestor público. Essa coordenação reúne-se ordinariamente duas vezes ao ano; b) Coordenação Executiva Nacional: tem a missão de fazer a interlocução com os demais movimentos sociais e com o governo federal. É responsável pela gestão política cotidiana do Fórum. Sua composição é feita por 13 pessoas, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do norte, 2 do nordeste, e 1 representante para cada uma das demais regiões), 5 representantes das Entidades e Redes Nacionais de promoção à Economia Solidária; c) Grupos de Trabalho (GTs): são formados a partir das demandas de ações específicas do FBES. Na IV Plenária ocorrida em 2008, foi deliberado pela criação de um GT sobre Gênero.

O FBES dispõe de uma secretaria executiva, com sede em Brasília cuja função é dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos. Essa secretaria executiva tem o apoio de uma comissão de acompanhamento composta por membros da Coordenação Nacional<sup>8</sup>. O FBES está presente em todos os estados da confederação brasileira através dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária – FEES. Cada fórum estadual está organizado a partir de sua própria história, de seu próprio processo de organização e inserção na economia solidária. Assim sendo, optamos por apresentar o FBES a partir de sua expressão local, de uma de suas instâncias de base - o Fórum Estadual de Economia Solidária na Paraíba.

#### - Fórum Estadual de Economia Solidária na Paraíba

A criação do Fórum Estadual de Economia Solidária, mesmo sendo uma organização recente (2003), no nosso entender, não pode ser dissociada de sua história e da cultura local. Por isso, faremos um breve histórico da Paraíba pontuando as origens do Movimento de Economia Solidária.

O Estado da Paraíba localiza-se no litoral do nordeste brasileiro e limita-se com os estados do Rio Grande do Norte, ao Norte; Pernambuco, ao Sul; Ceará, a Oeste; e a Leste com o Oceano Atlântico. O estado tem uma população de 3,6 milhões de habitantes e uma extensão territorial de 56.372 km<sup>2</sup> dos quais 75% estão situados no semi-árido. A Paraíba é composta por 223 municípios. A ocupação espacial da Paraíba não se difere do restante do nordeste brasileiro, norteadada pela monocultura da cana-de-açúcar e pela pecuária extensiva. Culturas que se caracterizam por grandes extensões de terra numa estrutura agrária que tem

---

<sup>8</sup> Conferir em [www.fb.es.org.br](http://www.fb.es.org.br)

suas origens nas sesmarias. Esta estrutura fundiária é caracterizada pela exclusão de pequenos produtores rurais e pela concentração da terra nas mãos de poucos proprietários.

São poucos os estudos sobre a etnohistória da Paraíba apesar de comprovada a existência de comunidades primitivas e descobertos vários sítios rupestres. Segundo Melo (1999), os povos indígenas que habitavam a Paraíba no período da colonização portuguesa estavam assim organizados: na região litorânea, os Tabajaras no litoral sul (Alhandra e Conde) e Potiguaras no litoral norte (Baía da Traição e Rio Tinto). LIRA (2008) afirma que na época da fundação da Paraíba (1574), os Tabajaras formavam um grupo de aproximadamente 5 mil pessoas. Já os Potiguaras eram mais numerosos que os Tabajaras e ocupavam uma pequena região entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Os Potiguaras, na sua resistência à colonização portuguesa se aliaram aos franceses e ao holandeses. Por conta disso, a região que ocupam no litoral norte paraibano é chamada de Baía da Traição. No interior do estado, da Serra da Borborema ao sertão, várias nações compunham o povo Cariri também chamados de Tapuias. Os Cariris eram indígenas que se diziam ter vindo de um grande lago. Alguns estudiosos acreditam que eles tenham vindo do Amazonas ou da Lagoa Maracaibo, na Venezuela.

A Paraíba também tem uma forte presença africana na sua constituição histórico-cultural, mesmo não sendo tão expressiva como foi a presença africana nos estados de Pernambuco, Bahia e Maranhão. A colonização da Paraíba se deu através da ampliação da agroindústria do açúcar vinda de Pernambuco. Foi a escravidão dos negros trazidos da África o sustentáculo da economia açucareira. Segundo Galliza:

Primeiramente, tentou-se escravizar o índio, mas não deu certo. O nativo não era incapacitado ao trabalho, como argumentaram os historiadores, que abraçaram a tese da indolência do indígena. Fracassou a tentativa de escravizá-lo, porque o colonizador não quis despende seu tempo preparando o índio para o trabalho metódico, organizado, que a cultura da cana exigia, como o fizeram os jesuítas. No afã de obter lucro imediato, o português procurou, de forma brusca, ceifar sua liberdade, tirá-lo do nomadismo em que vivia e fixá-lo à terra, como escravo. O nativo revoltou-se. A solução encontrada foi a utilização da mão-de-obra africana, encontrada, cujo tráfico iria proporcionar elevados ganhos a Portugal. (GALLIZA, 2000, p.153).

Os componentes étnicos destacados aqui, indígenas e afro-descendentes, são importantes para que possamos entender e situar a economia solidária hoje. Dos povos que sobreviveram, apenas os Potiguaras no litoral norte paraibano (em torno de 16 mil indígenas) permanecem como povo organizado e lá existem grupos de economia solidária. No litoral sul, há em curso um processo de sensibilização e organização do povo Tabajara disperso na região

de Barra de Gramame. Lá também existem grupos de economia solidária. Os Cariris transformaram-se em apenas um nome dado a uma microregião geográfica. Quase não se faz referência ao povo Cariri. Sobraram os topônimos: Bodocongó, Caturité, Piancó, etc., na fala do povo. Na região de Piancó (sertão) os grupos de economia solidária têm resgatado a tradição do artesanato em palha, segundo esses empreendimentos solidários, esta é uma prática de seus antepassados.

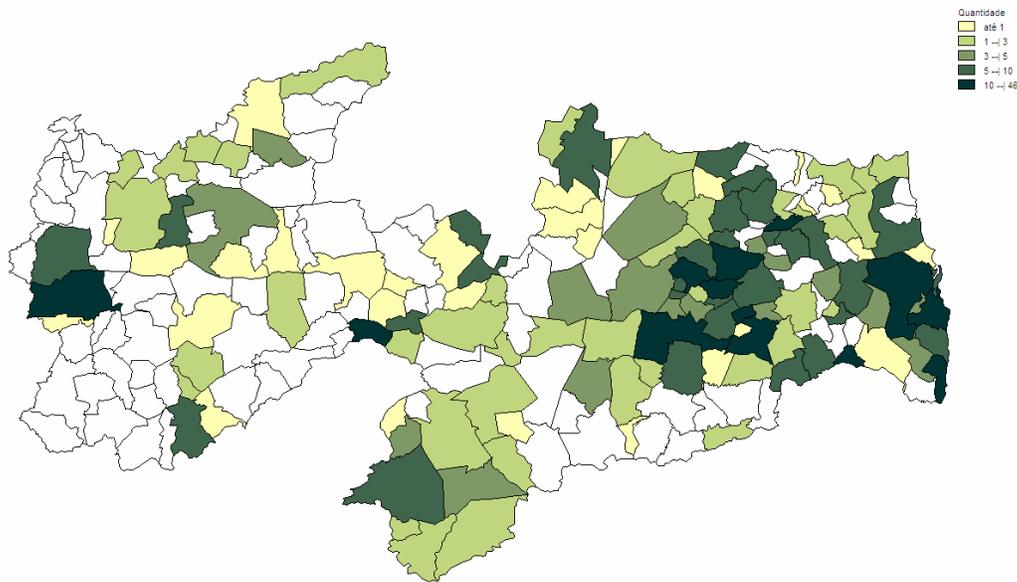
No caso da população afro-descendentes foram eles, os principais atores na desapropriação dos engenhos de cana-de-açúcar e na implementação da reforma agrária no estado. Alguns desses grupos, ao comprovar sua descendência a partir da preservação de vários traços culturais, associado ao vínculo territorial no qual estavam inseridos, conseguiram o reconhecimento legal de vinte e duas Comunidades Quilombolas<sup>9</sup>.

São esses grupos que hoje se articulam no FEES. São eles que, ao reconquistar a terra, resgatam o seu uso em prol da coletividade. Assim, é que a Articulação do Semi-árido Paraibano retoma práticas antigas de convivência com o semi-árido, introduzindo um outro paradigma de desenvolvimento na região. São os ex-canavieiros que ao tomarem posse da terra, no lugar do plantio ostensivo da cana-de-açúcar, implantam nas áreas de reforma agrária, a agroecologia. É o retorno às origens projetando o futuro através do desenvolvimento sustentável. A economia solidária tem sido, desta forma, um instrumento de resgate e valorização da identidade cultural na Paraíba.

Segundo o Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES/SENAES, na Paraíba foram mapeados 670 empreendimentos de economia solidária em 132 municípios, atingindo uma população de 26.983 pessoas. A maioria dos empreendimentos (399) está localizado na área rural. As atividades econômicas que mais se destacam na Paraíba estão relacionados a agricultura e agropecuária (404). Assim demonstra o mapa:

---

<sup>9</sup> “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (Lei N° 4.887. 20.11.2003).



Mapa 1: Número de EES por municípios no Estado da Paraíba  
 Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil, SIES - 2007.

Segundo o SIES, a principal forma de organização dos empreendimentos é a associação. São 387 associações no estado. As cooperativas somam apenas 52 unidades. Existem 209 grupos informais e 10 não se enquadram dentro da nomenclaturas definida pela pesquisa.

A primeira plenária do FEES aconteceu em João Pessoa em junho de 2003. A



Foto 3: I Plenária de Economia Solidária - PB 2003  
 Fonte: Arquivo da Autora

plenária foi organizada pelas seguintes entidades de fomento: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba - INCUBES-PB, Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT e diversos grupos de economia solidária. Até então, as

organizações que trabalhavam com a temática, tinham realizado algumas atividades formativas em conjunto<sup>10</sup>, porém, o forte da ação era o público com quem cada entidade trabalhava.

<sup>10</sup> Na Paraíba existe desde meados da década de 1990 o Fórum Estadual de Políticas Públicas e a Rede de Educadores Populares. Nestes espaços aconteciam as discussões sobre o tema “trabalho e geração de renda” e se promoviam conjuntamente algumas atividades.

A Cáritas Arquidiocesana da Paraíba foi uma das primeiras entidades no estado da Paraíba a organizar os grupos na perspectiva da economia solidária. Iniciou em 1983 com o apoio (crédito e assessoria organizativa) a vários grupos de trabalhadores rurais e desempregados nas periferias das cidades. Com os Projetos Alternativos Comunitários-PACs realizava sistematicamente seminários, cursos, encontros e feiras<sup>11</sup>. A INCUBES criada em 2001 marcou sua presença no movimento de economia solidária<sup>12</sup>, em 2002, realizado em parceria com a ADS-CUT (entidade criada em 1999). Este curso foi um marco importante porque trouxe para o movimento de economia um público ao qual a Cáritas da Paraíba não tinha acesso<sup>13</sup> que eram as cooperativas.

Em 2002, por ocasião da preparação do Fórum Social Mundial, da discussão sobre a organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a criação da SENAES, o Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba participou deste debate através da representação da Cáritas Arquidiocesana.

No FEES-PB é fundamental para a implementação de uma outra economia, o desenvolvimento local sustentável, a valorização das potencialidades locais e a articulação entre os diversos segmentos sociais. Por isso, organizou-se estruturalmente de forma a facilitar a implementação dessa estratégia. Ele está organizado em quatro regionais. A região da *zona da mata* que compreende o litoral e a região metropolitana; a *região do agreste*, a *região do cariri* e a *região do sertão*. Dentre estas, a região do sertão teve um processo mais lento na sua organização, apesar de lá existir vários empreendimentos e entidades de economia solidária. Uma explicação é o fato de existir na região várias redes e fóruns (reforma agrária, articulação do semi-árido, mulheres, agroecologia, etc.) normalmente com o mesmo público. Possivelmente, isto dificultou a criação de um fórum orgânico da economia solidária. As discussões sobre a economia solidária aconteciam por dentro dos outros fóruns.

---

<sup>11</sup> A “Feira 13” foi uma das primeiras experiências de comercialização coletiva autogestionária com grupos da economia solidária criada em 1992. Era um evento realizado a cada dia 13 do mês, durante dois anos com todas as artesãs e artesãos apoiados pela Cáritas Arquidiocesana da Paraíba.

<sup>12</sup> A Universidade Federal da Paraíba desde 1990, já fazia um trabalho de extensão universitária no qual envolvia a temática do cooperativismo. Depois com a UNITRABALHO é que de fato iniciou a discussão sobre a economia solidária.

<sup>13</sup> O público prioritário da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba eram os setores mais excluídos da sociedade. Esses grupos normalmente não tinham condições de legalizar seus empreendimentos. Portanto eram grupos informais com pequenos projetos de produção.

A coordenação do FEES é eleita em assembléia e composta de duas entidades de fomento e três representantes de empreendimentos.<sup>14</sup> Os regionais intercalam suas reuniões mensais com as reuniões estaduais, isto é, em um mês a reunião acontece na regional, no mês seguinte, a reunião é estadual com representação dos regionais. O fórum dispõe ainda de um regimento interno que regulamenta as suas ações.

Outras instâncias de organização interna do FEES são os Grupos de trabalho – GTs. Eles são criados a depender das demandas que o fórum apresenta. Um dos primeiros Grupos de Trabalho organizado foi o de *Mapeamento*. Esse GT foi formado inicialmente por representantes da Delegacia Regional do Trabalho-DRT/MTE, Instituto Cidades, UNITRABALHO (Universidade Federal na cidade de Campina Grande), INCUBES (Universidade Federal na cidade de João Pessoa), e dois representantes dos empreendimentos. Durante o ano de 2005 esse GT foi responsável pelo mapeamento dos empreendimentos no estado, ação desenvolvida com a assessoria da SENAES que demandou um amplo processo de participação e mobilização social. Outro GT criado foi o da *Formação*. A formação é uma preocupação constante do movimento. Em alguns momentos a formação tem um caráter de capacitação específica (técnica), mas ela tem seu centro numa formação ampliada, isto é, nos aspectos políticos, históricos, conceituais de economia solidária. Na Paraíba, o GT de formação é constituído pela Cáritas, INCUBES, Instituto Cidades. O terceiro GT na Paraíba é o de *Produção, comercialização e consumo*. Inicialmente esse grupo chamava-se o “GT de Feiras”. Tinha como ação principal fazer a articulação da comercialização coletiva, das artesãs e artesãos. Essa categoria de trabalhadoras(es), em sua maioria, caracteriza-se pelo trabalho individual e/ou pelo núcleo familiar. O FEES despertou o interesse deste setor e atraiu uma razoável parcela dos artesãos. Fato esse, que provocou a inclusão de muitas pessoas que não vinham de um processo organizativo anterior, que desconheciam o movimento de economia solidária. Isto acarretou uma reflexão acerca de uma re-estruturação do GT que precisava acolher essa nova realidade. O GT está definindo novas estratégias de ação. Compõem este Grupo de Trabalho, nove empreendedores.

No que se refere às ações do FEES, estas são focadas no fortalecimento da economia solidária enquanto possibilidade concreta de organização social e econômica. Para isso, o FEES desenvolve duas grandes estratégias. Uma é a formação, a articulação e mobilização

---

<sup>14</sup> As entidades de fomento que atualmente compõem a coordenação são a INCUBES, e a AMAZONA. Os empreendedores são dois do interior do estado e outro da capital.

interna dos empreendimentos e entidades da economia solidária. Assim, foram realizados cursos, seminários, debates sobre o tema, o mapeamento e as plenárias<sup>15</sup>.

A outra estratégia de perfil externo é a sensibilização e divulgação da economia solidária na sociedade de forma mais ampla. Nesse sentido, as *Feiras de Economia Solidária* têm sido um importante instrumento. Elas dão visibilidade à economia solidária, oportunidades de vendas para os grupos e, ao mesmo tempo, pautam o debate na sociedade. A exemplo disto, a II Feira Estadual de Empreendedores da Economia Solidária em dezembro de 2004, cujo tema foi as “Políticas Públicas na Economia Solidária”, possibilitou um intercâmbio entre a experiência de políticas de economia solidária da Prefeitura Municipal do Recife-PE com vários órgãos públicos na Paraíba, inclusive com a presença do prefeito recém-eleito da capital paraibana, o que resultou (facilitou) na criação da Diretoria Municipal de Economia Solidária, órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de João Pessoa. O FEES da Paraíba foi um dos primeiros fóruns a se organizar como tal no Brasil.

Os fóruns e outras formas de articulações dos movimentos sociais populares, vem sendo na experiência brasileira, uma maneira de fortalecer os empobrecidos, de superar o desafio da grande extensão do território nacional e de exercitar o diálogo com o diferente. A organização em fóruns é uma alternativa para os que procuram sair da intolerância, da arrogância em achar que o seu movimento é o melhor, o único com a prerrogativa revolucionária. A convicção é que a realidade é por demais complexa e que nenhum ator político seria capaz de transformá-la sozinho, seja ele partido político, movimento social, igrejas, universidades, etc.

Esses fóruns e articulações só têm sentido se forem para ser um aporte no processo de mudança social. O desafio posto é conjugar a proposição de políticas públicas inclusivas para os setores empobrecidos da sociedade com a estratégia de construir um novo projeto societário que possibilite um desenvolvimento sustentável. Esse projeto precisa ser construído de forma participativa, contemplando, na medida do possível, aspirações e desejos de todos os envolvidos. Isso requer um longo processo pedagógico. O ato de aprender se dá na participação da população nessas instâncias de poder. Se os fóruns, redes, conselhos conseguirem exercitar a participação cidadã nas esferas de poder de forma democrática, terão cumprido o seu papel histórico.

---

<sup>15</sup> As plenárias são espaços privilegiados de debates e discussões políticas. É uma grande assembléia onde o movimento avalia e planeja as suas ações. Acontecem ordinariamente uma vez ao ano. Na Paraíba já aconteceram três grandes plenárias.

### 1.1.3 Fortalecendo a identidade da economia solidária no Brasil: os desafios da construção coletiva de uma política de educação e formação em economia solidária

A educação é um tema presente no cotidiano dos que fazem economia solidária. Ela se efetiva através da *formação na ação* e da *formação programada*. A formação na ação acontece no dia-a-dia. É nas atividades diárias dos processos organizativos que as pessoas vão aprendendo a lidar com a realidade e os desafios que ela apresenta, é o “aprender fazendo” ao qual Paulo Freire se refere. A formação programada, por sua vez, são momentos pontuais de educação/formação dos agentes e dos empreendedores solidários. Ambos são primordiais no processo educativo como um todo. Embora seja a formação programada, na maioria das vezes, objeto de discussão e análise nos processos avaliativos, é na formação na ação, que é possível aferir o sucesso do processo educativo. É quando o empreendimento se torna autônomo, quando seus participantes tornam-se sujeitos e protagonistas de suas ações, quando são capazes de expressar, de fazer sínteses de sua realidade, que poderemos mensurar o sucesso da ação educativa e do processo político-pedagógico vivenciado.

No Movimento de Economia Solidária, o tema educação está presente desde a sua primeira plenária nacional em dezembro de 2002. Na plataforma política do FBES, a educação está organizada em eixos que se configuram enquanto bandeira de luta do movimento de economia solidária na questão educativa. Esses eixos compreendem aspectos de conteúdo, metodologia e estratégias de implementação.

A SENAES, ao ser instituída, criou também na sua estrutura, um setor específico para tratar da questão - Diretoria de Estudos e Divulgação - A SENAES no campo formativo atua em três frentes, na formação de formadores, de gestores públicos e das trabalhadoras e trabalhadores na economia solidária. No caso da formação direta das trabalhadoras e trabalhadores, é importante destacar que a SENAES conseguiu pautar as demandas da economia solidária no Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional - PNQ, que está sob a responsabilidade da Secretaria de Política Pública de Emprego. Este plano é coordenado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT<sup>16</sup> e opera com

---

<sup>16</sup> O CODEFAT é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT. Entre suas funções está a de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas do setor.

recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT<sup>17</sup>. A importância dele se dá, principalmente, por sua capilaridade, pois os estados e municípios só recebem os recursos financeiros (para este fim), do governo federal se constituírem as Comissões Estaduais de Trabalho e Emprego, comissões estas, que deliberam sobre a capacitação das trabalhadoras e dos trabalhadores. Assim, a SENAES procurou envolver os agentes da economia solidária na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações de qualificação específicas e ao mesmo tempo articular as políticas de qualificação e as políticas de economia solidária aos processos de desenvolvimento. A questão é que SENAES e/ou os agentes da economia solidária não têm como interferir diretamente nas comissões pois esta são tripartite e depende dos representantes da Comissão e na capacidade de negociação<sup>18</sup>.

Na formação dos gestores públicos a SENAES, realizou cursos com os agentes das Delegacias Estaduais do Ministério do Trabalho, com os servidores públicos federais e tem priorizado sua ação junto à Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária.

Entendendo que os processos formativos devem contemplar a diversidade inerente à economia solidária, a SENAES criou em 2006 um *Comitê Metodológico* na perspectiva de sistematização do conjunto de experiências formativas. O Comitê é composto por educadores com no campo da formação para autogestão<sup>19</sup>.

Em 2005 o FBES em parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego – MTE através da SENAES, realizou a “I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária” com representantes de 22 estados. A metodologia utilizada privilegiou as experiências de formação contidas no Movimento de Economia Solidária a partir de dois focos, quais sejam: a formação dos formadores e multiplicadores e as experiências de

---

<sup>17</sup> FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, criado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. Dentro do Programa de Seguro-Desemprego está todo alocado a questão da qualificação profissional. Conferir em: <http://www.mte.gov.br/fat/historico.asp> acesso em 26.0708.

<sup>18</sup> A presidência desta Comissão é rotativa. De forma que cada setor – trabalhadores, empresários e governo se reversão a cada ano na presidência. Além disso, a representação dos trabalhadores nem sempre é favorável aos setores populares. Normalmente a CUT tem sido um canal de diálogo com os outros setores, criando grupos de trabalho e etc.

<sup>19</sup> Os programas priorizados foram: Programa de Empresas Recuperadas por Trabalhadores; Programa de Formação da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária, Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária; Programa Saberes da Terra; Programa de Agentes de Desenvolvimento Local e Economia Solidária; Projeto de Sistematização de Ações Formativas do Fórum Gaúcho de Economia Solidária; e Projeto de Formação de Agentes para Empresas Sociais de Assentamentos de Reforma Agrária com enfoque no desenvolvimento de uma rede de economia solidária (CONCRAB/MST).

formação dos empreendedores solidários. Nesta ocasião, optou-se pela análise dos princípios, conteúdos, metodologias, dos processos de sistematização e das políticas públicas.

Os *princípios*, são apontados como valores que devem estar contidos no horizonte estratégico e, ao mesmo tempo, devem orientar as práticas do FBES. Estes têm como base a cooperação e autogestão, a solidariedade, relação harmônica com o meio ambiente e o trabalho livre e criativo.

Ao debater os *conteúdos* que farão parte da base educação/formação na economia solidária, reafirma-se a compreensão de que os conteúdos devem partir das expectativas que cada realidade apresenta. Porém, alguns conteúdos baseados no que têm sido as práticas na economia solidária devem ser contemplados, tanto no que se refere às questões de capacitação tais como: a organização de empreendimentos (associação, cooperativas, etc.); marco jurídico da economia solidária; gestão e viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, como também, no que se refere a conteúdos mais amplos como: a autogestão, democracia, arte e a cultura.

No que se refere à *metodologia*, o debate apresenta como fundamento a “metodologia autogestionária”. Esta é definida como sendo:

A participação radical de todos os envolvidos nos processos decisórios de planejamento, execução e avaliação das atividades econômicas [...] não se resume à formação, mas é a natureza fundante das relações econômicas e políticas de quem pratica Economia Solidária. (I OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p. 22).

Além disso, a metodologia implementada deve valorizar o conhecimento popular e o conhecimento científico como parte integrante da produção coletiva do conhecimento. Para isso, é fundamental fortalecer as relações afetivas entre os participante enquanto ato pedagógico. Em relação às técnicas, estas devem ser utilizadas para fortalecer essa perspectiva pedagógica, assim, é importante favorecer os intercâmbios de experiências entre os empreendimentos solidários, os jogos cooperativos, as expressões de místicas da solidariedade. De forma que, os caminhos metodológicos devam estar sempre abertos para novos aportes, que a dinâmica da realidade impõe.

O “II Encontro Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária” aconteceu em 2007, cujo o lema foi “uma outra prática educativa já acontece”. Ele foi precedido de vários encontros regionais. Seguindo o princípio e a recomendação metodológica da autogestão, foi desencadeado um processo participativo que teve início em 2006. Contou com

oficinas descentralizadas, realizadas em cinco regionais, com a participação de 150 experiências formativas. Esse processo culminou com a oficina nacional em abril de 2007.

Neste evento, foram retomados os temas da primeira oficina nacional (princípios, diretrizes metodológicas e a política pública de formação), reconfigurados com as contribuições dos regionais. Além destes, mais três temas foram discutidos: a criação de uma rede de educadores/formadores em economia solidária, a economia solidária e educação popular e a sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários.

Em relação à sustentabilidade econômica dos empreendimentos, a abordagem tocou um dos temas delicados no interior dos empreendimentos solidários, o de como obter viabilidade econômica de forma que garanta a vigência do empreendimento sem perder sua especificidade solidária.

Esta questão de caráter político-metodológico trata do seguinte dilema: a educação/formação tem seu foco nos aspectos políticos organizativos e a parte específica da viabilidade econômica se deixa para quem tem *know how*, como por exemplo, o SEBRAE<sup>20</sup>, que é uma instituição especialista em gestão empresarial e trabalha dentro dos princípios capitalistas. Muitos empreendimentos solidários recorrem a esta instituição para esse fim. A capacitação econômica-financeira faz o SEBRAE e o acompanhamento sistemático e político faz a entidade de fomento, muitas parcerias são realizadas desta forma.

A oficina vem acrescentar a partir de um dos painéis intitulado: “Desafios da formação em economia solidária: a formação para organização autogestionária e qualificação para a eficiência econômica” palestra proferida por Gabriel Graychete, que não se pode discutir a sustentabilidade econômica do empreendimento dissociada do processo educativo como um todo. Segundo o autor:

Nos deparamos com o seguinte desafio: como implementar estratégias de formação em que os integrantes dos empreendimentos associativos construam, simultaneamente, num mesmo ato, a compreensão das condições necessárias à viabilidade econômica e autogestionária dos empreendimentos, considerando as relações técnicas e sociais de produção peculiares a cada empreendimento (RELATORIO DA II OFICINA DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO, 2007, p. 38).

Ele apresenta como uma das possibilidades, o que Paulo Freire chama de pedagogia da pergunta (1998). Pela pergunta o humano vai descobrindo o mundo, a realidade em que

vive, os desafios da produção da viabilidade econômica do seu empreendimento. Sugere que os próprios empreendedores solidários aprendam a analisar a viabilidade econômica do empreendimento no ato da criação e de produção. Isso posto, abre-se um novo campo de debate dentro do Movimento de Economia Solidária que precisa enfrentado definitivamente, o de como associar as duas vertentes. Urge um campo de formação com forte demanda. O movimento precisa preencher este espaço. Muitas entidades de apoio e fomento à economia solidária já contemplam em seus programas formativos conteúdos e metodologias juntando os dois campos, porém, não se pode negar que há aí um gargalo que os educadores precisam romper.

Um tema que ganhou corpo e força política dentro do movimento durante o processo de preparação da segunda oficina foi a criação de uma Rede de Formadores/Educadores na economia solidária. Esta Rede, segundo formato pensado até este evento, deveria ser orgânica do movimento de economia solidária, aberta a pessoas e entidades que fazem formação. O foco desta Rede deve concentrar-se nos estados e nos processos ali desenvolvidos. Na IV Plenária o debate da Rede de Formadores foi retomado e reafirmado como uma necessidade. O seu processo de implementação vai depender dos acordos que seus atores construirão no novo cenário pós - IV Plenária Nacional.

Um instrumento importante na implementação da política de formação, fruto do debate entre a SENAES e o FBES foi a criação dos Centros de Formação da Economia Solidária – CEFS. Estão sendo implementados pelo MTE-SENAES, cinco Centros Regionais de Formação em Economia Solidária (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro Oeste) e um Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. No nordeste a entidade gestora é a Incubadora da Universidade de Pernambuco e a Cáritas Brasileira é a gestora nacional. Todas passaram por um processo de licitação dentro do estabelecido pela legislação brasileira. O público prioritário dos CFES são os educadores populares, formadores(as) em economia solidária – trabalhadoras(es) dos empreendimentos solidários que assumem tarefas formativas – lideranças de base, profissionais de organizações da sociedade civil, gestores/as públicos que atuam com políticas, programas e ações de economia solidária e os membros de Conselhos de Políticas Públicas de Trabalho e Emprego, de Desenvolvimento Territorial Sustentável, de economia solidária e de áreas afins.

---

<sup>20</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE é uma instituição privada de interesse público criado em 1972 para dar apoio ao micro e médio empresário. Conferir em: <http://www.sebrae.com.br> Acesso em 19.11.2007.

Entre as diretrizes políticas e metodológicas da formação previstas nos CFES estão a educação popular, a valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária como pessoas dotadas de saberes e identidades socialmente construídas, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, étnica, social, regional e de gênero, a gestão participativa que garante a participação de representantes da economia solidária, tanto na coordenação como na concepção político pedagógica dos CFES. A metodologia procura valorizar os acúmulos da “pedagogia da alternância” combinando momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados. As ações dos CFES devem favorecer complementaridade entre órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil.

No que tange à questão da gestão dos CFES, estes procuram seguir o princípio da participação efetiva dos que fazem a economia solidária. Toda a parte administrativa fica a cargo das entidades conveniadas executoras. A direção político-pedagógica é implementada por Conselhos de Gestão. Estes conselhos estão assim constituídos: a) Conselho de Gestão Nacional: composto por representação da SENAES/MTE; representação de entidade executora do convênio que dá suporte ao CFES Nacional; representação do Comitê de Formação e Assistência Técnica do Conselho Nacional de Economia Solidária; representação do FBES; um representante de cada um dos CFES regionais; representações de projetos nacionais apoiados pela SENAES e que desenvolvem ações formativas; b) Conselhos de Gestão Regional: representante indicado pelo MTE/SENAES; entidade executora do convênio que dá suporte aos CFES Regionais; representantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária de abrangência do CFES Regional; representação da Rede de Formadores/as e Educadores/as em economia solidária e representantes de projetos da SENAES-MTE que envolvem formação em economia solidária; c) Coletivos Estaduais de Formadores: estas instâncias deverão ser criadas nos estados para planejamento participativo e avaliação das atividades do Centro e para articulação dos participantes dos projetos.

Os CFES têm o desafio de implementar uma política pública de formação em economia solidária, construída coletivamente pelo Movimento de Economia Solidária através do FBES e implementada por uma ação do Estado brasileiro através do MTE-SENAES. Ao ser efetivada, ela traz consigo a possibilidade de uma aprendizagem político-pedagógico do exercício de cidadania, da participação popular na construção da política pública e da democratização do Estado.

#### 1.1.4 Mapeamento da economia solidária no Brasil: visibilidade, identidade e organização como estratégias de fortalecimento.

O mapeamento dos empreendimentos de economia solidária era uma antiga demanda do Movimento de Economia Solidária no Brasil. Desejava-se saber quem eram, quantos e onde estavam os que fazem a economia solidária.

O primeiro mapeamento nacional da economia solidária no Brasil, foi publicado em 2006, através do Atlas da Economia Solidária. Ele tornou-se um instrumento valioso, tanto para os pesquisadores, como para todos os interessados em conhecer a economia solidária no Brasil. Já são quase 22 mil empreendimentos solidários mapeados em 52% dos 5.564 municípios brasileiros, com cerca de 1,8 milhões pessoas envolvidas. O mapeamento é uma demonstração do potencial que têm as parcerias entre os diversos atores sociais. Neste caso, a parceria realizada entre o governo federal através da SENAES e o FBES.

Queremos destacar aqui, não os resultados do mapeamento, pois estes estão a disposição em outras publicações, mas privilegiar a metodologia de implementação e o processo de mobilização que este desencadeou como resultado efetivo de um trabalho realizado em parceria. Já em 2003, no início da constituição do FBES, foi criado o grupo de trabalho do mapeamento, responsável por analisar o tema e apresentar uma proposta de pesquisa. Concomitantemente, a SENAES definiu entre seus objetivos, favorecer o desenvolvimento e divulgação da economia solidária. Na SENAES, a realização de um mapeamento da economia solidária no Brasil foi uma das metas do programa implementado pela secretaria chamado de “Economia Solidária em Desenvolvimento”.

A partir dos interesses de ambos, foi instituído o Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária - SIES, na SENAES-MTE com os objetivos de: a) Constituir uma base nacional de informações da economia solidária com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários; b) Fortalecer e integrar os empreendimentos econômicos solidários através de cadastro, elaboração de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização; c) Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária; e) Subsidiar a formulação de políticas públicas; f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária<sup>21</sup>. O mapeamento deveria caracterizar-se pela progressividade, simplicidade, profissionalismo e funcionalidade. A estrutura de funcionamento do SIES procurou garantir um processo de construção coletiva do mapeamento e para isso foi criada uma Comissão

Gestora Nacional - CGN e 27 Comissões Gestoras Estaduais - CGEs, cuja configuração nos estados, seguia o mesmo modelo nacional, isto é, composto por representantes das Delegacias Regionais do Trabalho, de Instituições de Ensino Superior, de Gestores Públicos e representantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidárias.

A grande capilaridade que tem o Ministério do Trabalho e Emprego com suas estruturas em todos os estados brasileiros, com o conhecimento e a mobilização dos FEES, tornou-se possível desencadear um processo de mobilização social, envolvendo cerca de 230 organizações, 600 técnicos e entrevistadores na pesquisa. Foi feito um grande mutirão nacional com o compromisso e a dedicação das organizações da economia solidária e dos gestores públicos em prol deste processo. O SIES, tem sido implementado com recursos da SENAES e com a contrapartida das organizações da economia solidária<sup>22</sup>.

Um dos primeiros desafios da CGN foi consensuar acerca de algumas definições e conceitos básicos que fossem claros, perceptíveis na averiguação e que representassem a compreensão do que se entendia de economia solidária até então a partir dos diferentes segmentos. Várias oficinas foram realizadas e, no final deste primeiro momento, foi definido para fins da pesquisa, um conceito de economia solidária como sendo “o conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob forma de autogestão”. (MTE-SENAES, 2006, p. 11). Ela se caracteriza principalmente pela cooperação, solidariedade, autogestão e por ser uma atividade econômica.

A pesquisa abrangeu os empreendimentos solidários e as entidades de apoio e fomento. As entidades governamentais não foram incluídas neste levantamento de dados, mesmo a Rede de Gestores Públicos estando na coordenação do processo. O entendimento era que esse setor deveria ser objeto de uma pesquisa específica quando se tratasse das políticas públicas de economia solidária. Os questionários seguiram os critérios de avaliação considerando o mínimo e o máximo de cada questão investigada. A sua estrutura foi organizada em eixos temáticos, e não contemplou perguntas valorativas. Foram realizados vários momentos formativos, com de oficinas de trabalho, seminários, cursos de capacitação com todas as instâncias. Foram elaborados também, alguns instrumentos pedagógicos entre

---

<sup>21</sup> Conferir: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

<sup>22</sup> Segundo informações da SENAES (2008), entre 2004 e 2005, os convênios celebrados com as organizações executoras nos 27 estados foram realizados através da Fundação Banco do Brasil - FBB com um total investido de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais). Entre 2006 e 2007, foram celebrados convênios por meio da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP com um total investido de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

eles, o *Manual do Usuário* contendo as recomendações metodológicas de todo o processo<sup>23</sup>. A metodologia do SIES contemplou duas fases. A primeira fase constou de uma primeira listagem, elaborada pela comissão nacional e, em seguida confirmada ou não pelas comissões nos estados. Esta primeira fase incluiu todo o processo de preparação e aconteceu entre 2003 e 2004. Em 2005 foi iniciada a segunda fase do mapeamento, considerada a parte qualitativa da pesquisa. Constou das visitas e entrevistas às organizações, sistematização e divulgação das informações. Em 2006 e 2007 o mapeamento continuou no que alguns chamam de “terceira fase”, que na verdade, é uma continuidade das atividades do Mapeamento.

Ao realizar-se um mapeamento de caráter nacional em um país de proporção continental como o Brasil, é natural que surjam problemas e dificuldades. Eles estavam presentes desde o princípio e se expressou de várias formas. Um dos exemplos é que a Comissão Gestora Nacional não sabia qual o universo a ser pesquisado. Para uma pesquisa isso pode ser extremamente complicado, principalmente porque corre-se o risco de minimizar ou super-dimensionar o projeto de pesquisa. Estipulou-se um dado, não totalmente aleatório, visto que, as entidades da economia solidária estavam presentes e tinham conhecimento de seu universo de atuação, inclusive em algumas desta, já existiam bancos de dados que serviram de referência para o mapeamento nacional. Internamente, a SENAES – principal responsável financeiro – teve que administrar vários entraves da máquina burocrática estatal, liberação de recursos financeiros e a superação da falta de capacitação dos funcionários públicos do Ministério do Trabalho que não conheciam a economia solidária e se envolveram no mapeamento. Por outro lado, as entidades da sociedade civil que compunham os Fóruns nos estados tiveram que superar também, suas próprias limitações. Estas iam desde a falta de conhecimento do fazer pesquisa, passando pela questão da gestão local, dos limites de acesso aos locais da pesquisa, etc. Isto foi superado no próprio processo de implementação do mapeamento, exercitando o diálogo, aprendendo a fazer na prática, através dos conflitos e busca de consensos.

Pedagogicamente, este foi um processo rico para a aprendizagem de todas as pessoas envolvidas, através do que chamamos de formação na ação. Politicamente, o Fórum sai fortalecido do mapeamento à medida em que, através do mapeamento é possível conhecer, articular, fazer novos contatos, fortalecer a mobilização social do Movimento. Além disso, com a criação do SIES, adquiriu-se um sistema informatizado em rede nacional dos que

---

<sup>23</sup> Manual do Usuário, 1º Edição – SIES. Versão 1.0 publicado e disponibilizado em junho de 2004.

fazem a economia solidária. Cada estado conhece sua realidade, sabe quanto e quais são os produtos da economia solidária em sua região.

O mapeamento favorece também os produtores, agora sabedores de onde e quem são os outros empreendedores, podem criar diversas redes de contatos, comercialização, etc. Esses resultados podem também subsidiar a elaboração de políticas públicas, desde o plano local ao nacional. Porém, um dos maiores resultados do mapeamento da economia solidária está no fato de que agora se pode dizer que as afirmações teóricas e políticas da economia solidária têm sua razão de ser. Ela tem base empírica, pode ser constatada no real.

Em uma análise feita sobre os resultados do mapeamento, Luis Inácio Gaiger afirma que a racionalidade da economia solidária no Brasil conjuga solidariedade e eficiência. Assim afirma o autor:

Os empreendimentos não estão rente ao chão, próximos aos patamares mínimos, mas tampouco concentrados no topo. A sua grande maioria nem apresenta características negativas, contrárias ao empreendedorismo solidário, nem se destaca por características de alto desempenho. À luz do instrumento de análise aqui utilizado, eles estão acima do ponto *crítico* e abaixo do ponto *ótimo*: distribuem-se pelo gradiente existente entre esse dois níveis, com práticas variáveis mas efetivas de economia solidária. (GAIGER, 2007, p. 15).

O primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil teve o mérito de realizar uma investigação social e ao mesmo tempo fortalecer politicamente o Movimento de Economia Solidária. Ele oferece também para a sociedade, informações confiáveis sobre a economia solidária no Brasil. Afirma que, de fato, uma outra economia já acontece. Ela está ainda submersa, desprotegida em seu marco legal, mas com potencial de emersão. Este trabalho só foi possível se realizar nesse porte, por conta da parceria estabelecida entre o movimento social de economia solidária e o governo federal. Aqui vale salientar que esta não é de forma alguma uma atividade simples. A máquina estatal tem uma lógica burocrática que inibe a efetivação de ações descentralizadas e democráticas. A parceria da forma que foi estabelecida nesse caso, exige paciência, criatividade e vontade política de todos.

## 1.2 AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

As políticas públicas de economia solidária enquanto ação governamental são um fenômeno recente no Brasil. Elas partem do entendimento de que, sendo o Estado um espaço contraditório de poder, é possível a elaboração de políticas públicas com a participação

efetiva da sociedade civil, fortalecendo assim, o Estado democrático. Nesse sentido, o Movimento de Economia Solidária incluiu nas suas estratégias, o favorecimento das ações nas políticas públicas governamentais, como forma de aumentar o acesso da população ao crédito popular, ao aumento da renda, à divulgação de uma outra forma de organização econômica e a formação/capacitação do empreendedorismo solidário. É a busca da democratização e da universalização das políticas públicas como direito do povo brasileiro.

A ocupação do espaço governamental pela economia solidária deu-se nos últimos anos, de forma especial, junto aos mandatos de governos democrático-populares, mas não de forma exclusiva. Alguns governantes de perfil político “moderado” começam a incluir nas suas instâncias estatais o apoio à economia solidária. Isto tem ocorrido pela descoberta de que, a economia solidária é um instrumento eficaz de geração de renda e inclusão social. Os gestores públicos, principalmente no plano municipal, têm como estratégia priorizar os participantes dos programas sociais do governo federal (Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, etc.), em alguns casos, fomentando as iniciativas de alguns setores específicos. No plano nacional não é diferente. A SENAES-MTE tem interagido com outros ministérios na perspectiva de internalizar a economia solidária em ações e programas do governo federal.

É importante destacar nesta área, a Rede de Gestores Públicos da Economia Solidária que articula os representantes dos setores governamentais cuja prática tem sido construir a política pública com a participação da população. Esses gestores possuem, na sua maioria, algum tipo de relação com os movimentos sociais, o que não inviabiliza a autonomia do movimento social enquanto organização da sociedade civil. Essa Rede tem uma importância singular para a efetivação das políticas de economia solidária, por estar diretamente envolvida com o poder e o desenvolvimento local. Constitui-se também, enquanto espaço de aprendizagem coletiva dos gestores públicos, numa área onde não se tem acúmulo suficiente e uma demanda sempre crescente.

As primeiras experiências brasileiras de política pública para economia solidária, são da década de 1980, nas prefeituras de Porto Alegre, Belém, Santo André, Recife e São Paulo. Na década de 1990 o governo do Rio Grande do Sul é o primeiro estado a implementar políticas públicas para a economia solidária e o cooperativismo. No Brasil, existe em 2008, cerca de 200 municípios com programas, projetos e ações de apoio à economia solidária. Em 14 estados foram instituídos espaços públicos com políticas governamentais de apoio à economia solidária, a saber: Norte (Acre e Pará); Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará,

Pernambuco, Sergipe, Bahia); Sul (Paraná); Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro); Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

Em maio de 2007 foi criado, também, um grupo de parlamentares composto por deputados federais que têm afinidade com a temática. *A Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária* no Brasil, de iniciativa do Deputado Federal Eudes Xavier PT-CE é um fórum permanente e suprapartidário de debate, estudo, fomento e elaboração legislativa para as ações da economia solidária. Esse fórum reúne 184 congressistas e tem o objetivo de sensibilizar deputados estaduais, vereadores, órgãos de governo e sociedade civil para a defesa da economia solidária, propondo ações que incentivem a geração de trabalho e renda associados a uma outra economia, que considere as relações de solidariedade constituídas a partir das experiências populares.

Para fins dessa pesquisa, destacaremos aqui apenas três experiências de política pública governamental em sua relação com a sociedade civil no campo da economia solidária no Brasil. A primeira trata da ação do governo federal através da *SENAES*, depois falaremos da ação dos movimentos na participação e na proposição de política pública para o setor através dos *Conselhos de gestão*, neste caso de forma especial do Conselho Nacional de Economia Solidária e em seguida, trataremos das *Conferências de Economia Solidária* como espaço de participação da sociedade civil, legalmente reconhecido pela constituição brasileira.

### 1.2.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária: implantação da outra economia no Estado Brasileiro

A primeira iniciativa de política pública no âmbito federal, voltada para o fomento, estudo e divulgação da economia solidária no Brasil foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Através da *Carta ao presidente Lula* (2002), o Movimento de Economia Solidária apresentou a necessidade e a viabilidade de uma secretaria nacional de economia solidária ao presidente da república recém-eleito.

Esta indicação foi fruto de um processo de discussão ocorrido em Porto Alegre e em São Paulo, pelo GT brasileiro responsável pela organização e debate da economia solidária no Fórum Social Mundial. Uma das questões pautadas na época era saber qual espaço poderia e deveria a economia solidária ocupar no governo federal. Primeiro, no que referia-se ao espaço governamental, o grupo achava que, se fosse uma estrutura minúscula, escondida dentro de um departamento, não atenderia às demandas do Movimento, mas também entendia que não havia naquele momento, condições efetivas de sugerir a criação de um ministério para economia solidária, até porque, nem o próprio Movimento, sabia o seu real potencial. Até

então, o Movimento nem existia em esfera nacional. Segundo, se referia ao espaço político que se deveria ocupar. Dois ministérios foram ventilados: o Ministério de Assistência Social e o Ministério de Trabalho e Emprego. A ponderação feita em relação ao Ministério de Assistência Social (atualmente transformado no Ministério de Desenvolvimento Social), era que existia uma imagem da economia solidária muito vinculada a uma ação de caridade de perfil assistencialista e que, indo para um ministério que também tinha tradicionalmente este perfil, poderia a economia solidária, em um momento delicado – o de se lançar como política pública para a sociedade, ter uma marca muito forte do assistencialismo e não de política de desenvolvimento como desejava o Movimento. Assim sendo, a opção foi pelo MTE, pois este era responsável pela questão do trabalho – e não apenas pelo emprego. A indicação foi pela criação de uma estrutura no segundo escalão do governo federal através da implantação de uma secretaria nacional.

A tarefa seguinte do grupo foi a de convencer o governo, que se encontrava na época, formando seu corpo ministerial, da importância de criar uma secretaria para economia solidária. Esta tarefa demandou um grande esforço e habilidade política dos dirigentes da economia solidária. Menos pelo lado do presidente eleito que, sendo ex-sindicalista, conhecia algumas experiências de economia solidária a partir das empresas recuperadas pelo trabalhadores, mais pelo jogo de alianças e interesses, presente em todo governo, principalmente, em fase de implantação, sem contar que o tempo para se tomarem decisões era muito curto. Depois do segundo turno das eleições presidenciais (outubro/2002), no qual já se previa a vitória do bloco democrático popular e a posse do presidente (janeiro/2003) muitas decisões foram tomadas.

Este foi um período de intensa movimentação política na economia solidária. Por um lado, era preciso fazer *lobby* no governo e ao mesmo tempo, o movimento precisava dialogar com suas bases. Em sete meses, o movimento realizou três plenárias nacionais, 17 plenárias estaduais e várias reuniões em todo o país. De forma que, em junho de 2003, na III Plenária do Movimento cria-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e em seguida, a criação da SENAES sob a gestão do professor Paul Singer.<sup>24</sup>

Assim, nasce a SENAES. Questionadora, inovadora e filha da luta de tantas trabalhadoras e trabalhadores que, com sua teimosia, com pouquíssimos recursos, ousaram implementar outra forma de economia popular. Ela é fruto também de tantas outras

---

<sup>24</sup> O Professor Paul Singer foi indicado por unanimidade pelo movimento, para ser o gestor da SENAES. A sugestão foi prontamente aceita pelo presidente da república.

organizações, que acreditaram e investiram nesta nova forma de trabalho e desenvolvimento humano.

O Ministério, que é de *Trabalho e Emprego*, tradicionalmente foi pautado pelas demandas na forma de emprego assalariado, ficando as outras formas de organizações econômicas, marginalizadas no que diz respeito às políticas públicas. A SENAES se mostra questionadora ao trazer para dentro do MTE, o reconhecimento dessas outras formas de trabalho e geração de renda. Reconhece seus atores e provoca outros ministérios no governo, a interagir com a temática. Impõe uma mudança de postura política que teve repercussão na ação concreta do Ministério. Esta mudança se deu, por exemplo, em relação os movimentos sociais que se transformaram em parceiros necessários para o desenvolvimento da política pública, já que estes setores detinham um conhecimento que muitos técnicos do MTE ainda não dominavam. Os empreendedores solidários, muitos deles informais, considerados até então, pelo Ministério apenas nas visitas de fiscalização do trabalho, muitas vezes sob a ótica de sonegadores de impostos, passaram a ser vistos sob outro ângulo: o de promotores de uma economia solidária responsável pela inclusão social de muitos excluídos do mercado de trabalho.

A SENAES é também inovadora ao contemplar a participação do movimento desde a sua formatação até os eixos temáticos na implementação das políticas públicas. Isto foi feito mediante reuniões de trabalho e seminários com a presença de vários dirigentes do Movimento de Economia Solidária de várias partes do país. Criada por decreto presidencial número: Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, a Secretaria foi composta inicialmente por importantes quadros intelectuais e políticos do movimento de economia solidária e transformou algumas demandas do Movimento em programas governamentais. Em sua estrutura foram criadas duas diretorias. Uma denominada de Diretoria de Estudos e Divulgação da Economia Solidária e outra de Diretoria de Fomento. Segundo Singer (2005) a SENAES criou também, três coordenadorias para implementação de seus programas. A Coordenadoria de Microcrédito e Comercialização, de Desenvolvimento Local Solidário e de Formação em Economia Solidária. A gestão da SENAES é feita de forma participativa e suas diretrizes de ação são discutidas em reuniões plenárias da equipe e implementadas por um comitê gestor, composto pelo secretário, chefe do gabinete, diretores dos departamentos, secretário-adjunto e assessores.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento que congrega as ações da SENAES<sup>25</sup>, tem como objetivo “promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”. (MTE.SENAES. 2005, p. 1).

No âmbito governamental, segundo a SENAES (2008), a Secretaria tem realizado parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, no que tange à questão das ações consideradas de inclusão produtiva e a proteção social básica. Assim, tem interagido com os Programas Fome Zero, Bolsa-Família e com a Política Nacional de Assistência Social. O apoio ao Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares é um resultado desta parceria. Com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, há uma relação de estreita parceria através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e da Secretaria de Agricultura Familiar. Foram criados espaços políticos e estratégias conjuntas de ação. É o caso do debate sobre a Lei Geral do Cooperativismo e das ações de implementação dos Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária - SECAFES, como também da construção do Sistema Brasileiro do Comércio Justo e Solidário.

No Ministério da Educação, as ações acontecem principalmente através do Programa Educação de Jovens e Adultos – EJA que objetiva a elevação da escolaridade de jovens e adultos integrada com qualificação social e profissional. Essa parceria também possibilita ações conjuntas no Programa Escola de Fábrica, no qual foram implantadas 15 turmas com cerca de 300 jovens, entre eles, os jovens da Usina Harmonia Catende no estado de Pernambuco. Estes jovens recebem educação profissional em Empreendimentos Econômicos Solidários. Na Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura com o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Pesca além do apoio à infraestrutura (Fábricas de Gelo e Frigoríficos coletivos), tem investido na formação de dirigentes de cooperativas, associações e colônias de pescadores, na perspectiva do fortalecimento da Rede Solidária da Pesca.

Através do Ministério do Meio Ambiente, há uma iniciativa com Agentes de Desenvolvimento atuando em municípios que estão elaborando e implantando a *Agenda 21*. Na Secretaria Nacional de Políticas Públicas Para Mulheres a economia solidária está presente inclusive no Plano Nacional de Políticas para Mulheres, no qual, uma das prioridades é promover a autonomia econômica das mulheres por meio de assistência técnica, do acesso ao crédito, do apoio ao associativismo, cooperativismo e comércio justo, garantindo assim, o

---

<sup>25</sup> A SENAES foi oficializada apenas em junho de 2003. No segundo semestre deste ano operou sem recurso orçamentário próprio, visto que o orçamento do ano vigente é definido no ano anterior.

acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários, e fortalecendo a rede de mulheres na economia solidária<sup>26</sup>.

A parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial é realizada por meio do Programa Brasil Quilombola para a formação dos Agentes de Desenvolvimento em Comunidades Quilombolas. Nessa mesma linha, podemos destacar ações de políticas públicas com populações indígenas a parceria é feita através do Programa de Agentes de Desenvolvimento Solidário no Alto Solimões (AM). Segundo a SENAES (2008), o objetivo dessa ação é fortalecer as iniciativas de economia solidária com a constituição e gestão de empreendimentos solidários. O trabalho tem sido realizado com a participação das organizações representativas dos povos indígenas como é o caso da Organização Indígena Regional do Alto Solimões e a Federação das Organizações Indígenas, Comunidades e Caciques da Tribo Ticuna do Alto Solimões - FOCCITT.

Na operacionalização de suas ações, a SENAES firmou parceria com a Fundação Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Financiadora de Estudos e Projetos, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e tem realizados convênios com os governos estaduais e municipais.

A SENAES tem suas fragilidades. A principal delas está ligada a uma questão de fundo que vai além dela própria. Diz respeito à fragilidade da política pública de economia solidária no Brasil, implementada por decretos e atos governamentais, o que fragiliza a política, tornando-a muito dependente do gestor em exercício. Por isso, um dos grandes desafios do Movimento de Economia Solidária e desta gestão na SENAES é o de investir na criação de um Sistema Público de Economia Solidária, de forma que mesmo passando os mandatos governamentais sensíveis à economia solidária, a política permaneça como um direito da cidadã e do cidadão brasileiro, que os mesmos tenham possibilidades e apoio público para organizar-se livremente em empreendimentos autogestionários e solidários, se este for o seu desejo.

### 1.2.2 Conselho Nacional de Economia Solidária: as possibilidades e os desafios de construção democrática de políticas públicas

A experiência brasileira dos Conselhos de Gestão que abordaremos aqui, diz respeito ao período pós-ditadura militar. Deve ser observada dentro de um contexto no qual a sociedade brasileira começa a dar seus primeiros passos em direção à redemocratização. Desta

---

<sup>26</sup> Conferir em: [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/destaques\\_plano\\_nacional\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/destaques_plano_nacional_pr.htm). Acesso em: 25.07.2008.

forma, é possível entender a posição dos movimentos sociais, ao definir como estratégia de ação a participação nos referidos conselhos.

Segundo Gohn (2007), os Conselhos de Gestão são a grande novidade do início do século XXI nas políticas públicas. Teoricamente os Conselhos de Gestão estão ligados a uma compreensão de Estado que não se constitui como um bloco monolítico, mas sim, como um todo composto de contradições. Esta é a visão presente nos movimentos sociais populares, alguns partidos de esquerda e de muitos intelectuais, o que acabou por influenciar algumas gestões governamentais, de perfil democrático nas duas últimas décadas. Assim, propomos uma leitura dos Conselhos de Gestão a partir desta perspectiva de Estado

Ao fazermos isso precisamos necessariamente falar da presença de Gramsci no Brasil, sua influência nas ciências sociais e, conseqüentemente, nas práticas sociais. O autor com forte identidade com a luta de tantos “lutadores e lutadoras do povo”, traz uma nova leitura do marxismo a partir do ocidente, na qual afirma o caráter singular da cultura e da política nos processos de transformação social. Preocupado em saber como se daria a transição de uma sociedade capitalista para uma sociedade socialista, Gramsci afirma que a revolução feita no oriente não poderia orientar as estratégias dos países do ocidente, pois estes se apresentam de forma diferenciada. Enquanto que no oriente o “Estado era tudo”, no ocidente o capitalismo tomou uma forma mais complexa, com um Estado amplo e uma sociedade civil mais atuante. Isso deveria ser considerando no processo de construção de hegemonia da classe subalterna. Este processo Gramsci chama de “guerra de posições” em contraposição à estratégia da “guerra de movimento” (assalto ao poder). Essas afirmações, que não se restringem a uma questão geográfica (SIMIONATTO 2004; COUTINHO 2003), traz um elemento de fundo que tem uma repercussão direta no fazer revolucionário. O de considerar corretamente a questão nacional e a cultura local nos processos de transformação social, do não-dogmatismo, o que obriga os diversos atores sociais a enfrentar uma tarefa muito mais complexa.

Ivete Simionatto (2004) faz um resgate interessante sobre a obra de Gramsci no Brasil. Segundo a autora, o pensamento gramsciano começa a transitar no Brasil na década de 1960, principalmente a partir da tradução de parte de sua obra por três grandes estudiosos a saber: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo.

A autora retoma as contribuições de Carlos Nelson Coutinho ao tratar do ambiente em que acontece a entrada do pensamento de Gramsci, segundo o qual, a esquerda no Brasil partia de uma visão equivocada da realidade brasileira como uma sociedade atrasada. Não considerava as condições estruturais e conjunturais do capitalismo aqui implantado, do que

Gramsci chamou de formação econômico-social de tipo ocidental. Isto fez com que a esquerda se dividisse. De um lado, o Partido Comunista Brasileiro centrava sua tática contra ditadura:

A partir de uma proposta gradualista, orientada no sentido de construir um amplo arco de alianças, através de um processo denominado de acumulação de forças. A noção gramsciana de “guerra de posições” não foi compreendida como uma nova teoria da revolução para o “Ocidente”, mas como uma formulação da velha concepção etapista da revolução democrática burguesa. (COUTINHO, 1990, apud SIMIONATTO, 2004, p. 101).

Do outro lado, os grupos que romperam com a tática do PCB, porém permanecendo no mesmo campo de leitura, considerava que a tática adequada para tirar o país do atraso era a luta armada. “A cultura da nova esquerda considerava Marcuse e Althusser como os pensadores mais adequados ao momento vivido” (SIMIONATTO, 2004, p.101). Dentro desse contexto, as contribuições de Gramsci tiveram pouco eco. No período seguinte, na década de 1970, de forma especial, depois da revogação do AI-5 em 1979, há uma retomada do pensamento de Gramsci pela esquerda brasileira, através dos partidos políticos e do meio universitário. Os gramscianos oriundos do PCB saem e vão atuar em outros partidos políticos. A esquerda brasileira também sente o impacto da renovação do pensamento comunista na Europa. Em face da crise vivida na década de 1970 pelos países de capitalismo avançado, os que pensavam uma saída via socialismo precisavam rever suas estratégias até porque a experiência socialista implantada no leste europeu não respondia às demandas do ocidente e nem podiam mais ser sustentada. Isso obrigou os comunistas europeus a rever suas estratégias e fundamentação teórica. O movimento do “eurocomunismo” surgiu nesse cenário, portador de uma idéia nova que juntava socialismo e democracia e cuja base continha o pensamento Gramsciano. Nesse bojo de acontecimentos, o Partido Comunista Italiano – PCI também passa por profundas transformações. Termos como “ democracia progressiva”, “valor universal de democracia” são introduzidos no debate do PCI. O fato é que muitos autores italianos foram nessa época traduzidos e divulgados no Brasil, provocando novo contato com as obras de Gramsci o que vai oxigenar o debate nos meios políticos e acadêmicos brasileiros. “a ampliação do debate gramsciano em nosso país foi, assim, largamente influenciada pelo PCI, que nesse período buscava reavaliar as idéias comunistas e socialistas”. (SIMIONATTO, 2004, p. 105).

Não obstante a rica produção de Gramsci, interessa-nos aqui destacar a importância da teoria gramsciana no que se refere ao “Estado ampliando” entendida como sociedade política e sociedade civil. Nossa tentativa é analisar a estratégia dos movimentos sociais no

que tange à participação nas políticas públicas governamentais enquanto processo de democratização do Estado brasileiro, tomando como base o conceito gramsciano de “guerra de posições”. Gramsci parte do conceito de Estado construído por Marx e, na sua fidelidade ao método dialético, retoma o conceito para enriquecê-lo. Uma das afirmações de Marx e Engels é o caráter classista do Estado. “Essa descoberta os levou, em contraposição a Hegel, a ‘dessacralizar’ o Estado, a desfeticizá-lo, mostrando como a aparente autonomia e ‘superioridade’ dele encontram sua gênese e explicação nas contradições imanentes da sociedade como um todo”. (COUTINHO, 2003, p. 123).

Segundo Coutinho (2003), Marx, Engels e Lenin viveram em um contexto histórico de pouca participação política, cuja ação vinha basicamente das vanguardas proletárias, pouco numerosas, no mundo da clandestinidade. Por isso, era natural que os clássicos dessem uma atenção especial ao caráter repressivo do Estado. Gramsci, porém viveu em outro contexto histórico e geográfico, em uma realidade na qual o capitalismo avançado, tornou o Estado mais complexo. Com isso, ocorreram também mudanças na sociedade, a participação política tomou várias expressões tais como os grandes sindicatos, partidos operários legais, parlamentos eleitos pelo sufrágio universal, entre outros. Esse contexto, apresenta novos desafios e requer, segundo Gramsci, estratégias diferentes das implementadas, por exemplo, na Rússia.

A entrada em cena desses novos atores na arena política, faz com que a esfera política restrita (aparato estatal) vá cedendo lugar à sociedade civil. Dessa forma, a relação Estado/sociedade e dentro disso, a dimensão do poder toma outro perfil. É nesse cenário que Gramsci elabora a sua teoria de Estado ampliado. Para Gramsci o Estado é composto por duas esferas distintas no interior das superestruturas quais sejam: a sociedade política e a sociedade civil. Afirma Gramsci:

Pode-se por ora fixar dois planos superestruturais: o que se pode chamar de ‘sociedade civil’, isto é, o conjunto de organismos dito ‘privados’ e o da ‘sociedade política ou Estado’ e que corresponde à função de ‘hegemonia’ e de ‘domínio direto’ ou de comando que se exprime no Estado e no governo jurídico. (GRAMSCI, 1982, p. 10-11).

Nos seus estudos sobre Gramsci, Ivete Simionatto pontua que é na conceituação e na relação entre sociedade civil e sociedade política que irão nascer as estratégias para o processo de transformação social no ocidente. Assim, compreende Gramsci, a sociedade civil como o “conjunto de organismos chamados privados e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade”. (GRAMSCI, 1977, p.

1518 apud SIMIONATTO, 2004, p.69). Está portanto, no campo das relações sociais, das práticas sociais, das instituições e da ideologia que permeia essas relações. Enquanto que a sociedade política indica o conjunto de aparelhos através dos quais o Estado restrito exerce, sempre a violência, a dominação baseada na coerção. O Estado assim possuidor dos seus aparatos legais, assegura a disciplina dos grupos dissidentes quando não funciona o consenso espontâneo.

Nos Estados modernos as funções de hegemonia e dominação estão sempre presentes e o que vai dizer se o Estado tem uma postura mais ou menos consensual ou coercitiva “depende da autonomia relativa das estruturas e de como se colocam no interior do Estado as organizações de cada esfera”. (SIMIONATTO, 2004, p. 69). Uma das diferenças básicas que distingue a sociedade civil da sociedade política diz respeito à função. Enquanto no Estado restrito o poder se dá através da dominação, na sociedade civil o poder se dá através do consenso. Gramsci acredita que a condição de “dirigentes” e “dirigidos” não é inerente ao gênero humano, é antes um fato histórico, por isso ele propõe o fim do Estado restrito. “Para Gramsci é fundamental a superação do Estado enquanto órgão de coerção e manutenção dos privilégios e desigualdades. A democratização das suas funções é ponto essencial e imprescindível”. (SIMIONATTO, 2004, p. 73).

O fim do Estado se daria através da destruição dos mecanismo de coerção e do fortalecimento da sociedade civil. Afirma Gramsci “em outros termos, as funções de domínio e coerção vão sendo substituídas pelas forças de hegemonia e consenso, e a sociedade política vai sendo reabsorvida pela sociedade civil”. (GRAMSCI. 1997, p. 662 apud SIMIONATTO, 2004, p. 73).

Outra contribuição especial de Gramsci, desta vez no que se refere à temática dos conselhos, são seus escritos sobre os “Conselhos de Turim”. Salvaguardando todas as diferenças históricas e conjunturais, entendemos que a elaboração de Gramsci nos ajuda a pensar os diferentes espaços de participação popular no Brasil, inclusive os Conselhos. Não é demais lembrar que esses escritos são do jovem Gramsci, que ainda não tinha elaborado o conceito de Estado ampliado, da questão ocidental como vimos acima.

Coutinho (2003) recupera esse debate lembrando que em 1919/1920, Gramsci publica em Turim, alguns artigos “Democracia Operária” e “Sindicatos e Conselhos”, nos quais estão contidos o pensamento de Gramsci sobre os *Conselhos de Fábrica*. O cenário em que Gramsci elabora suas reflexões é de um contexto de euforia socialista, pós-revolução de 1917, no qual o modelo russo se torna referência. Isto porque a revolução russa é a demonstração de uma de suas teses “a vontade revolucionária, a iniciativa de um sujeito

coletivo organizado, pode fazer triunfar as propostas do socialismo mesmo onde as condições objetivas (entendidas segundo uma ótica estritamente economicista) parecem não estar ainda ‘maduras’ para a transformação”. (COUTINHO, 2003, p. 27). A pergunta que Gramsci se fazia era se existia na Itália algo que se comparasse com os conselhos populares russos (os soviets). A resposta que Gramsci encontra é que havia um embrião disso na Itália e este seriam as “Comissões de Fábrica”. Gramsci propõem então uma ação política junto a esses setores.

As Comissões de Fábrica tinham uma ação restrita ao local de trabalho. Sua função era de garantir melhores condições de trabalho, prêmio de produção, segurança, etc. Eram também organismos vinculados aos sindicatos e sua direção escolhida apenas pelos trabalhadores sindicalizados. A esta realidade, Gramsci propõe uma mudança substancial no formato e no caráter desses organismos.

Sugere que a direção seja eleita por todos os trabalhadores, independente da condição que este ocupa na fábrica, cada pessoa um voto. Todos poderiam votar e ser votados. A comissão deveria inicialmente se organizar por setor de produção e os representantes diretamente eleitos formariam um Comitê Diretor Geral. Assim, se daria uma transição da condição de “Comissão” para “Conselho” de fábrica. Na sua opinião, isso seria efetivamente a expressão do “trabalhador coletivo.” O Conselho “ seria um meio para elevar o operário de sua condição de assalariado à condição de produtor”. Aqui há uma distinção importante na natureza das duas organizações. Os sindicatos como “ um tipo de organização proletária específico do período histórico dominado pelo capital [...] é parte integrante da sociedade capitalista, e tem uma função que é inerente ao regime de propriedade privada”. (GRAMSCI, p. 121 apud COUTINHO, 2003, p. 31). Perseguindo a idéia de ser o trabalhador um produtor e não apenas um operário, ele afirma a necessidade do conselho:

O operário só pode se conceber a si mesmo como produtor se se conceber como parte inseparável de todo o sistema de trabalho que se condensa no objeto fabricado; só pode fazê-lo se vivenciar a unidade de processo industrial, que exige a colaboração do operário, manual e qualificado, do empregado da administração, do engenheiro, do diretor técnico”. (GRAMSCI, p. 46 apud COUTINHO, 2003, p. 31).

Gramsci pensa os Conselhos de Fábricas não apenas durante o processo revolucionário, mas em um contexto de sociedade socialista. Os conselhos seriam o modelo de Estado proletário. No seu entender um Estado proletário seria o resultado da articulação de vários Conselhos de Fábrica mais os Conselhos de Camponeses.

As Comissões de Fábricas de Turim, formadas a partir desse novo modelo tornaram-se realidade “em outubro de 1919, 50.000 operários, de cerca de 30 empresas, já estão organizados em conselhos”. (GRAMSCI, p. 127 apud COUTINHO, 2003, p. 32). A reação a esta posição de Gramsci não tardou a chegar. Tanto dos sindicatos como do PCI que o acusava de ter uma proposta anarquista.

A nosso ver o que é importante salientar aqui, é que de fato, Gramsci ao trazer para o “chão da fábrica” toda a responsabilidade do processo revolucionário lhe dá uma atribuição maior do que ela realmente possui e, ao fazer isso, reduz a importância de setores fundamentais no processo que são os sindicatos e os partidos políticos. Por outro lado, os escritos de Gramsci, já dessa época, são um aporte interessante para pensarmos a democracia numa sociedade socialista, mas também, no caso do Brasil atual como pensarmos o nosso agir influenciando a democratização do Estado.

No Brasil, os Conselhos de Gestão, com o formato que têm hoje, foram instituídos pela Constituição Federal do Brasil em 1988 como resultado de um intenso processo de mobilização social e articulação com os deputados constituintes. São espaços de participação das cidadãs e dos cidadãos na proposição, gestão e fiscalização de políticas públicas sociais<sup>27</sup>. Em sua maioria, se compõem de representantes dos órgãos governamentais, dos trabalhadores e/ou usuários e dos empresários quando é o caso. Segundo Francisco Mesquita de Oliveira:

Essas garantias constitucionais não só asseguram o exercício da participação ativa no poder local, como oferece ao cidadão instrumental jurídico para o exercício do controle social da gestão pública. Também faz nascer nas pessoas um sentimento de cidadania, onde a pessoa sente-se não apenas um simples indivíduo, mas um cidadão(ã) político ativo, empoderado. (OLIVEIRA, 2003, p.19).

A maioria dos conselhos foi criada na década de 1990. “em 1998, dos 1.167 conselhos existentes na área da educação, saúde e assistência social, 488 deles haviam sido criados após 1997; 305 entre 1994-1996; e apenas 73 antes de 1991”. (GOHN. 2007, p. 88). Um dos fatores que determinou a criação de muitos conselhos é que pela lei, desde 1996, todos os municípios para receber os recursos do governo federal nas áreas sociais devem criar os respectivos conselhos.

---

<sup>27</sup> Constituição Federal do Brasil: Saúde, Art. 198, Inciso III; Educação, Art. 206, Inciso VI; Assistência Social, Art. 204; Criança e Adolescente, Art. 227. Na área de fiscalização das contas públicas, Art. 31, parágrafo 3º. Na organização dos cidadãos(ãs), Art. 10. Na proposição do projeto de lei de iniciativa popular, Art. 29, Inciso XI.

O cenário brasileiro na década de 1990 era de um Estado implementador de uma reforma administrativa baseada em um modelo de descentralização, pautado pelo receituário neo-liberal. Era a política do Estado mínimo, ágil e moderno. O Estado tentava com isso, livrar-se de sua responsabilidade de promover o bem-estar social, de normatizar o funcionamento do mercado, repassando para os empresários e setores da sociedade civil essa atribuição. Os estados e municípios passaram a ser um novo espaço deliberativo, deixando de ser meras secretarias administrativas do governo federal. Foram criados vários conselhos: saúde, educação, merenda escolar, desenvolvimento rural, cultura, etc.

No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, os Conselhos de Gestão têm tido uma atenção especial. Entre 2003 e 2008 o governo federal criou, 11 conselhos entre eles: Conselho Nacional das Cidades (2003), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea (2003), Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR (2003), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condrap (2003), Conselho Nacional da Juventude (2005), Consolidou ainda os conselhos já existentes como foi o caso dos seguintes conselhos: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda,

Esta multiplicidade de conselhos em si, não é ruim. Porém, tem demandado novos desafios para os movimentos sociais que, além de vir de uma tradição cultural de não dialogar com o Estado, muitos não têm estrutura organizativa para isso e carecem de pessoas capacitadas para esta nova realidade. O que ocorre é que em muitos casos, os conselhos se transformaram em espaço de reprodução de ações autoritárias e de homologação das decisões dos detentores do poder econômico e político. Esses casos de forma alguma, minimizam a importância dos conselhos. Eles devem ser avaliados dentro de suas possibilidades, limites e contradições. Enganam-se os que acham que um decreto presidencial seria suficiente para mudar a cultura tradicionalista da sociedade brasileira. O exercício da cidadania na democracia política é, antes de tudo, um aprendizado. Requer tempo, persistência e reflexão.

O regime militar autoritário e centralizador desarticulou a sociedade civil e inviabilizou quase todos os canais de participação política. Além disso, a sociedade brasileira tem forte tradição política nas oligarquias e no paternalismo. O interesse de muitos gestores públicos conservadores é que esse comportamento venha a se perpetuar. Não são poucos os casos em que os conselheiros verdadeiramente atuantes e conscientes de seu papel recebem ameaças de morte. Se por um lado, a política implementada na década de 1990, da descentralização do Estado brasileiro favoreceu os interesses do Estado liberal, por outro lado,

no caso dos conselhos, tem sido um verdadeiro laboratório de aprendizado sobre as relações do poder local e de desenvolvimento regional. Além disso, quando é bem utilizado, esse espaço se constitui como um importante instrumento de democratização do Estado. Prova disso, são as *Conferências Públicas* sobre a política específica dos setores, realizadas com participação efetiva dos conselhos.

No caso da economia solidária, o seu respectivo conselho – Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES estava previsto na mesma lei que criou a SENAES. Porém sua implantação só ocorreu em 2006, depois de um longo processo de debate no interior do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e na SENAES. Em 2004 foi criada uma Comissão de Trabalho composta pelo FBES e a SENAES para implementar a discussão sobre a implementação do conselho. O debate ocorreu em todas as instâncias do FBES. No âmbito nacional foram realizadas reuniões com outros conselhos, tais como, o Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF para conhecer as experiências destes.

Em reunião da Comissão de Trabalho que tratava do CNES realizada em janeiro de 2005, foram indicados quatro eixos temáticos para que os fóruns estaduais de economia estrutura/funcionamento e o caráter do Conselho. A Comissão elaborou um Documento Base, que serviu de orientação para a discussão nos FEES. Os pontos com os quais se tinha mais dificuldades no consenso estavam na composição e no caráter do Conselho. No caso da composição, uma das questões era, por exemplo, se a Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, órgão representativo do cooperativismo tradicional deveria ou não fazer parte do conselho? No caso do caráter do CNES ele deveria ser apenas consultivo ou também deliberativo? Estas não foram questões simples de resolver, até porque quando o debate chega aos estados, ele se acirra, pois no local é onde as relações entre os diversos e setores muitas vezes se estrangulam (ou se reafirmam), dada a proximidade da ação local.

A Comissão de Trabalho<sup>28</sup> afirma que:

A democracia é uma conquista permanente. O Conselho é parte de um processo de acúmulo político da sociedade [...] são espaços de disputa (entre interesses divergentes) e busca de consensos (não imposições unilaterais); é um canal efetivo de participação da sociedade nas definições da política, pressupõe a participação ativa das várias forças sociais [...] A força e legitimidade dos Conselhos estão em sua dimensão propositiva, isto é, na sua

---

<sup>28</sup> Relatório da Reunião do GT Conselho Nacional ocorrida em janeiro de 2005. Disponível em [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br).

capacidade de construir propostas e condições políticas para a implementação das mesmas. (RELATORIO DA REUNIÃO, 2005, p. 1-2).

O CNES é instituído pelo Decreto N° 5.811 de 21 de junho de 2006 pelo Presidente da República em ato que regulamenta a composição estrutura, competência e funcionamento. Em seu art. 1° o Conselho Nacional de Economia Solidária “ é um órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade realizar a interlocução e buscar consensos em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária”<sup>29</sup>. Entre suas competências estão: a) Estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de economia solidária; b) Propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária; c) Propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vistas ao fortalecimento da economia solidária.

O CNES é formado por 56 membros, dos quais 19 membros são do governo (incluindo a Rede de Gestores), 20 empreendimentos econômicos solidários, e 17 representantes da sociedade civil (movimentos e entidades de fomento e apoio). A composição do CNES refletiu, sobretudo, a presença das organizações no FBES. Há vários movimentos atualmente envolvidos com a economia solidária que naquele momento de criação do CNES não tinham uma articulação orgânica com o FBES e por isso ficaram de fora. A estrutura do CNES compõe-se de um Plenário, um Comitê Permanente, Comitês Temáticos e de uma Secretaria. Ao Plenário, órgão deliberativo máximo do CNES, cabe formular, decidir e encaminhar as proposições de competência do Conselho e reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário. Os Comitês Temáticos são formados a partir das necessidades do CNES. A Secretaria é um órgão executivo, funciona sob a supervisão, orientação e coordenação da SENAES. Consta ainda na lei que é dever do Estado através do Ministério do Trabalho e Emprego custear todas as despesas para funcionamento do CNES. É bom lembrar que o conselho deve ser implementado nas demais instâncias – estadual e municipal com a mesma configuração.

Existem Conselhos Estaduais de Economia Solidária nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais. Tem projeto de Lei tramitando no Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Tocantins, Pará e no Ceará. Os Conselhos Estaduais de Economia Solidária - CEES operam de maneira articulada com organismos públicos e privados na discussão e proposição de políticas voltadas para a economia solidária. O foco do Conselho é o combate à exclusão social, oferecendo

alternativas viáveis para a geração de trabalho e renda. Ele visa também, estimular a criação de projetos produtivos coletivos e cooperativas populares, fazendo com que trabalhadores unam esforços com vistas à sua emancipação econômica.

### 1.2.3 As Conferências de Economia Solidária – a participação cidadã mudando cultura política brasileira

Na década de 1980, com a mobilização social na perspectiva de garantir direitos na Constituição Federal de 1988, houve no Brasil uma movimentação intensa no que tange ao debate da participação da sociedade civil nas políticas públicas. Evidentemente, sempre houve a participação, mas de uma elite minoritária que determinava de forma privada a política pública. Em pouquíssimos casos, quando a sociedade civil era convocada a participar, permanecia dentro do mesmo ambiente elitista. Este foi o caso do Conselho Superior de Educação nas suas instâncias estadual e municipal. Ele foi criado em 1911, cuja composição era feita pelo governo e por alguns intelectuais “notáveis.” Segundo Ivandro da Costa Sales (2003), esses conselhos se restringiam à interpretação das leis federais e estaduais e legislava em casos omissos.

Porém, foi mais precisamente na década de 1990, quando a sociedade se viu desafiada a efetivar o que tinha conquistado na constituição federal que expressões como “controle social”, “parcerias” e “gestão democrática” entraram definitivamente no discurso e na prática dos movimentos sociais, das ONGs, de várias instituições filantrópicas, da sociedade civil e de muitos governos. Estes governos nem sempre eram de perfil democrático, muitos deles foram forçados pela nova conjuntura a introduzir a participação nos seus programas. É importante lembrar que várias agências multilaterais, a exemplo do Banco Mundial, exigia em muitos dos seus acordos, a participação da sociedade civil como critério importante no financiamento de projetos de desenvolvimentos. Por isso, faz-se necessário salientar que o conceito de participação é um termo em disputa. O seu conteúdo depende muito do lugar e por quem está sendo pronunciado. Pode ser tanto uma expressão viva do empoderamento de setores subalternos, como também, uma mera formalidade esvaziada de seu conteúdo democrático.

Existe no Brasil atualmente, uma importante legislação que garante a participação da sociedade civil na proposição de políticas públicas e no controle social do Estado. Evidentemente que a lei em si, não garante a efetividade das mesmas, nem tampouco uma participação de forma democrática da população. Isto vai depender da força organizativa que

---

<sup>29</sup> Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br).

tem os diversos atores nos processos de negociações. Porém, não há dúvida de que um aparato legal potencializa as ações dos movimentos, pois é um instrumento legítimo de que a população pode fazer uso. Os conselhos são espaços muito disputados pelos setores sociais. Existem ainda vários setores da política social elaborados com a participação popular, tais como: conferências de mulheres, conferências das cidades, conferência de segurança alimentar.

As conferências são espaços nos quais a sociedade brasileira através de seus representantes, governo e sociedade civil organizada debate e constrói políticas públicas de caráter nacional. Este é um processo que impõe uma grande mobilização social, desde o município (conferência municipal) passando pela esfera estadual e chegando até a política pública nacional. Entre 2003 e 2008, foram realizadas de 48 conferências nacionais para debater políticas públicas. Entre elas: Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008), Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006), Conferência Nacional da Juventude (2008), Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008), e a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008).

É neste contexto que situamos a I Conferência Nacional de Economia Solidária – I CONAES, convocada oficialmente pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A I CONAES aconteceu em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, representou um acúmulo das 27 Conferências Estaduais realizadas durante todo o processo de sua preparação. Estavam presentes 1.073 delegados representando os três segmentos sociais: o Movimento de Economia Solidária representado pelos empreendimentos solidários e as entidades de representação com 50% dos delegados, as organizações da sociedade civil com 25% dos delegados e poder público também com 25% dos delegados.

A Conferência teve como tema central “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. Segundo o texto base que orientou o debate nas conferências estaduais, os objetivos da I CONAES estavam assim descritos: a) Afirmar a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento; b) Propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária; c) Identificar o estado e o potencial da economia solidária no país, tanto do ponto de vista dos seus espaços de organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas; e) Propor prioridades e estratégias de atuação

para as políticas e programas de economia solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social<sup>30</sup>.

A Conferência foi organizada em torno de três eixos temáticos, quais sejam: O Eixo I tratou dos fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; O Eixo II fez o balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas; e o Eixo III se deteve mais aos desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

Segundo o Documento Final da I CONAES<sup>31</sup>, no eixo que trata dos fundamentos da economia solidária e o projeto societário que a economia solidária pretende fortalecer, o item 12 afirma que:

À medida que se organiza e se integra, a economia solidária contribui para construir uma sociedade sem classes, cujo desenvolvimento é, necessariamente, incluyente, pois os empreendimentos solidários se beneficiam com a inclusão de novos participantes ou com a criação de novos empreendimentos, respeitando-se suas margens de sustentabilidade. Entende-se como uma sociedade sem classes a sociedade socialista. ( I CONAES, 2006).

Atesta ainda o documento que, para que isso aconteça, será necessário superar a sociedade capitalista e isto se daria através de uma aliança da luta político-econômica com os setores sociais que vivem do trabalho, pois a construção de uma nova sociedade é essencialmente uma luta política. Essa compreensão, fruto da construção coletiva que representou o processo da Conferência, vem afirmar a versão brasileira de economia solidária enquanto movimento que define o projeto de sociedade no qual acredita e trabalha para implementá-lo. Até este momento, havia uma desconfiança de que esta afirmação era algo vindo dos intelectuais e dirigentes políticos da economia solidária, e que esta afirmação, não tinha eco na base do movimento. A Conferência afirmou o contrário. Existe uma convergência sobre o projeto político de sociedade no interior da economia solidária. Isto não quer dizer que todos os participantes da economia solidária defendam uma sociedade socialista, até porque isto faz parte de uma formação política que é processual. O importante desta elaboração é a diretriz que ela aponta.

---

<sup>30</sup> Conferir [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

<sup>31</sup> Conferir em [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

No que se refere à questão do desenvolvimento, a conferência aponta no seu item 15 para um desenvolvimento que seja centrado no ser humano, cujas atividades econômicas considerem igualmente importantes a diversidade cultural, a sustentabilidade ambiental e a justiça social. De forma que sejam implementados processos nos quais, os agentes locais sejam protagonistas de seu processo de desenvolvimento, ampliando suas capacidades locais ou territoriais na perspectiva estratégica de um desenvolvimento nacional.

A Conferência reconhece o avanço que a economia solidária tem tido nos últimos anos no Brasil, considerando que 70% dos empreendimentos surgiram entre 1990 e 2005, passaram da condição de empreendimentos isolados a construção de redes e cadeias produtivas. Na esfera política, a Rede de Gestores de Políticas Públicas de economia solidária, a constituição do FBES, juntamente com a criação da SENAES e de dezenas de órgãos governamentais nas instâncias municipal e estadual, vem demonstrar efetivamente o crescimento da economia solidária no Brasil, apesar de que ainda há um longo caminho a percorrer em todos os campos da economia solidária principalmente no que se refere as políticas públicas.

Desse modo, a Conferência no Eixo III, mais precisamente no que se refere às políticas públicas e ao controle social fica explícito no item 48 a compreensão de que a implementação de políticas públicas de fomento à economia solidária é parte integrante de um Estado democrático, ao reconhecer que há sujeitos sociais com direito de organizar-se sob novas formas de produção, devendo o Estado propiciar o acesso dos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal como favorece a outros segmentos sociais.

Os objetivos de uma política pública definida pela Conferência no item 53 deve entre outros pontos: a) Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da Economia Solidária; b) Contribuir para a equidade de gênero, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos; c) Democratizar e promover o acesso da Economia Solidária aos fundos públicos e aos instrumentos de fomento; d) Promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, respeitando as particularidades dos diferentes biomas e ecossistemas e utilizando suas potencialidades de forma racional. Diante disso, a Conferência elege no item 54 como prioridades: a) Educação contextualizada; b) Acesso à infra-estrutura para a produção; c) Canais justos e solidários de comercialização e distribuição da produção e consumo; d) Acesso e organização dos serviços de crédito; e) Reconhecimento jurídico de suas organizações e atividades desenvolvidas; f) Divulgação, formação, assistência técnica e desenvolvimento tecnológico.

Um grande consenso no Brasil em relação à política pública de economia solidária é que esta ainda é muito vulnerável, dependente do compromisso e do programa de cada governante. Por isso, é necessário criar uma política nacional de economia solidária com fundo próprio de desenvolvimento. Para superar esta situação a Conferência (Item 102), indica: a) Fortalecimento da SENAES enquanto espaço institucional no governo federal; b) Implantação de Sistema Nacional de Economia Solidária; c) Criação de uma Lei Orgânica da Economia Solidária - LOES, na qual se defina a Política Nacional de Economia Solidária.

A economia solidária precisa ter a capacidade de dialogar com toda a sociedade brasileira, de forma que esta perceba a importância da ação do Estado nesse campo, pois só assim, a sociedade civil se mobilizará para participar de suas instâncias e fazer o controle social necessário para o rumo que a democracia vem tomando nos últimos tempos no Brasil. Isto passa pela ampliação do debate e da ação da economia solidária. Para se criar uma demanda coletiva será necessário, ocupar todos os espaços possíveis, tanto no governo quanto na sociedade civil. No Estado, por exemplo, precisa-se influenciar os currículos escolares para que o tema chegue também às escolas formais em todos os níveis, intensificar a relação com parlamentares, fazê-los também porta-vozes do Movimento, pautar os partidos políticos, avançar no debate. É preciso demonstrar que a economia solidária tem um grande potencial de inclusão social e pode resgatar a cidadania de milhões de brasileiras e brasileiros.

### 1.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ALEMANHA – UM RESGATE DA ECONOMIA ALTERNATIVA ?

A economia solidária na Alemanha, sofre os impactos da realidade histórica de um país industrializado, de uma experiência de Estado de bem-estar social (Wohlfahrtsstaat), de conquistas que a classe trabalhadora adquiriu e que o Brasil não conhece. Atualmente é um Estado de Bem-estar social enfraquecido com os impactos do neoliberalismo, que introduz sua tradicional desregulamentação. Isto pode se verificar, por exemplo, na reforma universitária implementada nos últimos anos. Mesmo sob protestos da comunidade acadêmica, o sistema vem se adequando ao modelo norte-americano. Isto quebrou com uma tradição de liberdade na configuração dos cursos universitários da Alemanha e impõe novas exigências aos seus profissionais e estudantes.

A comunidade acadêmica, se vê submetida aos critérios de produtividade não muito diferente do que ocorreu no Brasil, resguardando as devidas especificidades dos dois países, já que as universidades na Alemanha são públicas sob a responsabilidade dos estados e municípios. Nesse novo sistema, uma das novidades é a cobrança de uma taxa semestral aos

estudantes, cujo valor cada estado tem autonomia para definir o valor. Isso acarretou uma certa reação por parte dos estudantes, uma forte batalha judicial e protestos nas ruas, mas vem sendo implementada. Estes não são fatos isolados, são reflexos da nova reestruturação produtiva do atual estágio do desenvolvimento capitalista no qual a produção do conhecimento é também atingida.

A história recente da Alemanha, de uma nação dividida por um muro (1961 - 1989), marca profundamente três gerações. Estava em questão o embate político-ideológico entre dois sistemas – “capitalista” e “socialista”. Além disso, era resultado da guerra que os alemães tinham perdido. De forma especial, para a União Soviética (russos), os socialistas, os que construíram o muro. A subjetividade desse povo está profundamente marcada. No cotidiano, é um povo sofrido e cada família tem algo a contar desse tempo. Mesmo os que ficaram na Alemanha ocidental, o que significava viver em um país literalmente ocupado por um poder imperialista com bases militares de outros países (Estados Unidos, França e Grã-Bretanha).

Não é à toa a rebeldia da juventude das décadas de 1960/1970 que cobrava de seus pais respostas ao silêncio “conivente” durante o nazismo. Como também não é à toa o fato de que há atualmente uma concentração do movimento dos radicais de direita nas regiões da antiga Alemanha oriental<sup>32</sup>. São gerações que não aprenderam a conviver com o diferente, com o imigrante, foi uma experiência de exílio no seu próprio país. Isso teve grande impacto no dia-a-dia da população, representava não poder visitar o vizinho, o parente do outro lado da rua. As expectativas com a queda do muro eram restabelecer a democracia, a liberdade e garantir melhores condições de vida. Não foi exatamente isso que aconteceu. A queda do muro em 1989 não necessariamente representou uma reunificação das “duas Alemanhas” como afirmam alguns especialistas. Segundo esse olhar, o que de fato ocorreu, foi uma anexação da antiga Alemanha oriental aos parâmetros da Alemanha ocidental.

Estas considerações têm repercussões em qualquer análise que se faça da conjuntura alemã. Portanto, ao falar de economia solidária é preciso situá-la dentro desses condicionamentos históricos. Relacionar a economia solidária ao socialismo é um tanto complicado, para a população em geral, simbolicamente é imediatamente associada a experiência de vida, e a depender da experiência de cada um, isso pode ter significado diferente.

Para entender a economia solidária hoje é preciso retomar na Alemanha ocidental o que foi *movimento alternativo* na década de 1960 e o debate da economia alternativa na

década de 1970, provocada pela força da juventude que teve um grande poder de mobilização e convencimento social. Porém, a análise do leste fica prejudicada, ao se tratar de alternativas econômicas solidárias encontradas pela população dentro dos limites impostos pelo socialismo ocorrido do “outro lado do muro”. O fato é que depois da queda do muro, só algumas cooperativas conseguiram se desfazer do burocratismo e encontrar o caminho da autogestão.

O estudo da economia solidária na Alemanha deve considerar também os aspectos culturais, de socialização desta população com acentuada característica de introspecção, expressa de forma diferenciada a depender da região em foco.

### 1.3.1 O Movimento Estudantil de 1968 nas raízes da economia solidária

Kristina Schulz, (2008) ao tratar do movimento estudantil na Alemanha, afirma que no início dos anos de 1960, havia no meio dos estudantes uma consonância destes com a política e as linhas gerais da sociedade. Isto foi comprovado por uma pesquisa feita em 1961 por um grupo de cientistas sociais da Universidade de Frankfurt.

Segundo a autora, existiam porém, no meio do movimento estudantil organizado, alguns grupos que se destacavam na direção do movimento. Entre eles estava o Movimento Estudantil Socialista Alemão (Sozialistischer Deutscher Studentenbund - SDS). Este grupo, estava organizado em toda a Alemanha ocidental e nas duas Universidades de Berlim ocidental – Universidade Livre e a Universidade Técnica. O foco do SDS centrava-se na análise teórica da sociedade industrial capitalista e de forma especial, na sociedade alemã. Eles começaram a refletir sobre estratégia de transformação da sociedade tendo em vista uma nova interpretação do marxismo.

Em maio de 1965, os estudantes realizaram em Berlim ocidental um evento cujo tema era os “20 Anos da República Alemã”. Nessa atividade, o reitor da Universidade Livre de Berlim proibiu a fala de um convidado chamado Erich Kuby. Este tinha feito duras críticas à atitude do Conselho Universitário (Senat) no que dizia respeito ao mandato dos representantes do movimento estudantil. Este fato, desencadeou um processo de mobilização dos estudantes pelo direito à livre expressão e contra o autoritarismo nas universidades. Foram vários os conflitos entre os estudantes e os dirigentes universitários. A reivindicação estudantil era participar da proposição na política geral das universidades. Nesta fase, o protesto estudantil estava restrito às Universidades de Berlim ocidental.

---

<sup>32</sup> Nos estados de Sachsen e Mecklenburg-Vorpommern situados na antiga Alemanha o partido dos radicais de

Entre 1965 e 1966 o debate sobre a guerra no Vietnã dominou a cena política entre os estudantes. Era o marco dos protestos. O movimento estudantil na Alemanha realizou várias demonstrações nas ruas fazendo o elo da luta local com questões internacionais. Em outubro de 1966, o SDS realizou em Frankfurt, um congresso sob o tema: “Necessidade da Democracia” no qual participaram 24 mil pessoas entre estudantes, representantes do *Movimento Marcha da Páscoa* (Ostermarschbewegung)<sup>33</sup> e sindicalistas.

Em 1967, o cenário político alemão era marcado pelo rompimento no governo federal do Partido Liberal com o Partido Cristão. Isto provocou a criação de uma grande coalizão entre o Partido Social Democrata e o Partido Cristão. Com esta maioria no parlamento, eles conseguiram aprovar uma lei polêmica chamada de *Notstandsgesetze* (Lei do Estado de Emergência). Uma lei que dá poderes ao governo central quando aparentemente há uma emergência, restringindo algumas liberdades democráticas (de reunir, fazer protesto. etc.). Isto no entendimento de muitos movimentos sociais – inclusive do movimento estudantil caracterizava um golpe ao Estado democrático e servia para legitimar medidas autoritárias.

Entre o verão de 1967 e a primavera de 1968 o movimento estudantil alemão vive seu ápice. São vários os protestos em Berlim, Frankfurt, Bonn, Hamburg e Munique. A reação foi igualmente forte. No dia 02 de junho de 1967 o estudante Benno Ohnesorg é assassinado em uma manifestação ocorrida contra a visita do Xá da Pérsia em Berlim. Depois desta morte, o movimento – até então restrito a estas cidades – espalhou-se para outras cidades alemãs e se ampliou. Entra em cena o movimento da sociedade civil chamado *Außerparlamentarische Opposition* – ApO (oposição fora do Parlamento), que reunia além dos estudantes, vários intelectuais e sindicalistas.

Em Berlim, no dia 11 de abril de 1968, em meio a um conflito entre estudantes e policiais acontece o atentado contra o líder estudantil Rudi Dutschke<sup>34</sup>. Este fato marca profundamente o movimento estudantil e a sociedade alemã. Prova disso, é o protesto desencadeado pelo movimento estudantil contra o jornal *Bild-Zeitung* pertencente a um poderoso grupo empresarial de comunicação – Springer- Konzern. O jornal era acusado pelo movimento de mobilizar a direita contra o movimento estudantil, especialmente contra o Rudi Dutschke, alvo principal do jornal.

---

direita conseguiram eleger representação no parlamento.

<sup>33</sup> O movimento Marcha da Páscoa é um movimento ainda existente na Alemanha. Durante o período de páscoa eles realizam marchas de protestos sobre temas da sociedade que eles consideram importantes.

<sup>34</sup> O Rudi Dutschke levou um tiro, ficou epilético e morreu em 1979 em decorrência do atentado. Em 2007, uma rua em Berlim, onde está localizado o principal prédio do jornal *Bild-Zeitung* recebeu o seu nome.

O atentado contra o Rudi provocou a radicalização do movimento, mudando a tática nas ações. Em Munique o movimento estudantil ocupou a sede da redação do jornal *Bild-Zeitung* e nas semanas seguintes, especialmente na semana de páscoa, em toda Alemanha ocorreram manifestações e boicotes contra a divulgação do referido jornal. O aumento da violência nos protestos começou a fugir do controle da direção do movimento e isto provocou o rompimento entre as entidades coordenadoras.<sup>35</sup> (SCHULZ, 2008, p.419).

Na Alemanha ocidental, o movimento estudantil na década de 1970, debatia nos círculos intelectuais as formas alternativas de organizar a sociedade e a economia. Eles propunham por exemplo, um conselho democrático no lugar do parlamentarismo, a economia alternativa, em vez da economia capitalista. Nessa discussão, estava presente o movimento cooperativista com a idéia da economia democrática.

Na fase final do chamado “movimento estudantil de 1968”, alguns estudantes na tentativa de pôr em prática suas teorias, apoiaram alguns projetos autogestionários com jovens, pessoas com problemas psíquicos, entre outros. Do mesmo modo, foi marcante a presença do movimento de mulheres que criou alguns centros e casas para mulheres em situação de risco incorporando a autogestão no seu processo organizativo. Nesse mesmo contexto, surgem também o movimento de jardins de Infância anti-autoritário, das escolas livres, estratégia de formação autogestionária para as gerações futuras.

### 1.3.2 As influências da Economia Alternativa

Frank Heider (2008) trata dos empreendimentos autogestionários na Alemanha a partir dos movimentos sociais. Ele retoma a história da autogestão na Alemanha a partir das cooperativas de produção na segunda metade do século XIX e afirma que o movimento alternativo não se via como sucessor histórico das cooperativas do século XIX, porém, se depararam com os mesmos problemas: a forma de organizar democraticamente as empresas.

A história das empresas autogestionárias na Alemanha se constrói em dois movimentos: um na década de 1960 que vem do movimento estudantil e do movimento de mulheres e o segundo movimento é dos anos de 1970 com a presença do movimento ecológico e do movimento pela paz. Segundo o mesmo autor, os primeiros empreendimentos autogestionários estavam situados nas regiões de Frankfurt e Berlim, centros do movimento

---

<sup>35</sup> Conferir em (SCHULZ, 2008, p. 428).

estudantil. A partir da concepção teórica marxista, o “movimento estudantil de 1968” retoma uma questão que era central no movimento dos trabalhadores: a contradição entre trabalho assalariado e capital, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Era através da supressão da propriedade privada dos meios de produção que este antagonismo poderia ser abolido. Na concepção do movimento estudantil, a superação desta contradição deveria ser realizada “jetzt und heute” (agora e hoje) e não apenas quando a sociedade socialista fosse implantada. Para que isto acontecesse “a abolição dessas contradições sociais deveriam fazer parte da vida concreta individual”. (HEIDER, 2008, p. 522).

Afirma ainda o autor que a autogestão na organização das empresas se estabiliza tanto nos projetos do movimento estudantil como nos movimentos de mulheres, não como um resultado da discussão política, mas como efeito quase não planejado da abolição de todas as hierarquias vislumbradas pelos movimentos sociais.

Na década de 1980 houve uma ampliação desse movimento autogestionário que veio a se chamar de *movimento alternativo*, este incluía não apenas os empreendimentos econômicos solidários, como também, outras experiências tais como as comunas agrárias. As comunas agrárias são uma das expressões do movimento contra o processo de industrialização, com fortes elementos anárquicos e antroposóficos tendo como entre seus objetivos o retorno da união entre homem e natureza.

Uma das comunas mais conhecidas na Alemanha está no norte de Hessen – a *Comuna de Niederkaufungen*. Criada em 1986 é atualmente composta por 71 pessoas. A Comuna se organiza sob os princípios da solidariedade e da cooperação. Segundo Bernardi (2007), a Comuna dispõe de um “caixa único” no qual todo ingresso é colocado em comum. “O capital do grupo é constituído com o patrimônio das pessoas que aderem ao projeto”. As despesas pessoais não são “secretas”, nos registros devem constar o valor e o motivo da retirada e o controle disto é feito diariamente. As decisões são tomadas por consenso. Não há votação, sendo que cada pessoa tem direito ao veto. Quando isso acontece o assunto deve retornar até ser exaurido. A produção como as demais ações são todas autogestionadas. Na área da saúde são oferecidos serviços de atendimento psicológico, fisioterapia, acupuntura, ginástica, e há também uma geriatria especializada para pacientes com Alzheimer. Possuem também uma creche e um centro de convivência onde são oferecidos cursos e seminários. A Comuna dispõe ainda de uma empresa de construção (especializada em isolamento térmico de residências e restauração de casas antigas), metalurgia, marcenaria e uma empresa de planejamento e montagem de placas solares. A cozinha é também organizada em forma de grupo produtivo. Além de garantir a alimentação interna, oferecem serviços externos. Criam

animais e o plantio é todo agroecológico, os produtos são beneficiados e comercializados na região.

O movimento alternativo não era apenas uma forma de trabalho, mas sim, um modo de vida, cuja a essência era a autogestão. Seus membros entendiam que as experiências concretas “podiam contribuir para defender a subjetividade de uma ação individual voltada para a orientação comunitária, contra os sistemas sociais organizados e centrados na objetividade”.(VONDERACH, 1980, p. 169 apud HEIDER, 2008, p. 515).

Uma característica intrínseca desse movimento era que o próprio modo de viver era o ponto de partida para uma práxis que visava a transformação da sociedade. Isso foi ao mesmo tempo a diferença essencial em comparação com as linhas principais do antigo movimento de trabalhadores. Com esses parâmetros se criaram pequenos coletivos de trabalho. A questão da autogestão se tornou um campo próprio dentro das experiências.

Em protesto ao autoritarismo marcante na sociedade alemã, criou-se uma linha de projetos políticos estruturados de forma democrática. Essas empresas coletivas não visavam ser lucrativas. A política tinha primazia sobre a economia. “O que garantia a sobrevivência desses projetos era que seus componentes ganhavam normalmente sua sobrevivência noutros campos”. (HEIDER, 2008, p.522). Na tentativa de abolir a contradição no processo de produção, no lugar da divisão do trabalho era implementado a horizontalidade na empresa. Assim:

Todos os participantes deveriam ter conhecimento de todo o processo produtivo através da rotação de atividades. A crítica à propriedade privada e os meios de produção era a fonte da exploração. Por isso, eles queriam a neutralização do capital. A empresa deveria pertencer a todos. Ao trabalhar juntos e viver juntos, a separação da produção seria assim superada. (HEIDER, 2008, p.522).

Estas perspectivas eram derivadas das reivindicações políticas por uma mudança radical do sistema econômico capitalista. Heider (2008) apresenta alguns resultados de duas pesquisas realizadas em 1986 e 1995 por ele e um grupo de pesquisa na Universidade de Frankfurt/Main. Estas pesquisas foram feitas com as empresas autogestionárias no norte de Hessen. Achemos importante retomar essas informações e com isso, fazer uma ponte com o quadro atual da economia solidária na região.

Segundo este autor, na pesquisa de 1986 foram considerados três critérios: a) Os empreendimentos econômicos deveriam ser a fonte principal de sustentação para seus membros; b) Deveriam ter no mínimo três pessoas trabalhando; c) Os empreendimento

deveriam ser organizados no princípio da igualdade de direitos, nos quais todos os trabalhadores tinham o mesmo poder de decisão dentro da empresa. O número total de empreendimentos autogestionários nesse período da realização da pesquisa era 260 aos quais foram analisadas 244 empresas. A pesquisa permitiu identificar as condições e os motivos de criação dessas empresas.

No começo de 1995, o mesmo autor realizou um outro estudo sobre o desenvolvimento econômico, social e político desses empreendimentos. Os resultados permitiram observar que, a grande maioria desses empreendimentos eram economicamente viáveis. Apenas 38 (16%), das 244 empresas pesquisadas foram eliminadas do mercado.

Em 1995 foram pesquisados 210 empreendimentos. Deste número, 48,6% eram sugestionárias e 108 empresas tinham abolido a autogestão do seu processo organizativo. Isto nos permite observar que os elementos de continuidade e transformação estavam equilibrados. A distribuição das empresas em relação às atividades pouco mudou. Estavam assim apresentadas: 31% na comercialização e 47,4 % na prestação de serviços. A média do tamanho das empresas era de 9 pessoas por empresas, não muito diferente da pesquisa de 1986 que ficou na média de 8 pessoas por empresa. O tempo de trabalho /carga horária teve uma enorme diferença: o número de pessoas que trabalhavam em tempo parcial aumentou consideravelmente. Em 1986 menos de que 10% e em 1995 era mais de um terço.

Uma grande diferença se constatou nos motivos da participação. Não eram mais os objetivos políticos, o ideal da igualdade, que foi subordinado a outros objetivos e metas da empresas. Os critérios de seleção para ingresso no empreendimento de 1986 para 1995 mudaram também. A qualificação tornou-se o critério básico mais importante e em contrapartida, os critérios pessoais e políticos perderam peso. Esses critérios não mostraram diferenças muito significativas entre as empresas autogestionárias e não autogestionárias.

Comparando com o desenvolvimento geral da empresas pesquisadas, o movimento financeiro aumentou acima da média em relação à pesquisa anterior. Além disso, a maioria das empresas se caracterizou por uma base de capital sólido. As empresas não-autogestionária trabalhavam com mais volume financeiro do que as autogestionárias, por isso, a produtividade das empresas não-autogestionárias era maior. O numero de pessoas assalariadas aumentou sensivelmente. Em 1995, nas empresas autogestionárias dois terços dos membros eram assalariados (em 1986 eram 53%). Nas empresas não- autogestionárias a cota era mais de 80%.

Em 39% das empresas autogestionárias pagava-se o mesmo salário para todos. O restante sofreu alterações. O tempo de trabalho também aumentou. Eram cerca de 45 horas

por semana. Nas empresas autogestionárias eram cinco a seis horas a mais do que daquelas que deixaram de ser empresas autogestionárias.

Outro informação interessante era que todas as empresas fundadas na década de 1960 continuavam como empresas autogestionárias. Depois de muitos anos de trabalho coletivo existia um relacionamento próximo entre as pessoas, o qual dificultou substituir os sócios. Além disso, nenhuma dessas empresas tinham menos de 3 anos de autogestão. Isso é sinal de que a autogestão não era considerada como fase de transição a curto prazo. Segundo o autor, o motivo decisivo do afastamento dessas empresas da autogestão era a flutuação de pessoas. Além da flutuação, da expansão das empresas, outros motivos identificados era a diferença de motivação, de convicção dos novos membros.

### 1.3.3 Atualidade da Economia Solidária no norte de Hessen - Formas alternativas no relacionamento com a natureza

O norte do Estado de Hessen, é constituído pelo município de Kassel e por cinco Landkreise <sup>36</sup> : Landkreis Kassel, Waldeck-Frankenberg, Werra-Meißner, Schwalm-Eder, Hersfeld-Rotenburg. O grande número de empresas insolventes, a precarização do trabalho e um quadro de desemprego preocupante, a caracterizam-na como uma região empobrecida, se comparada com o restante da Alemanha.

---

<sup>36</sup> A divisão geo-política na Alemanha é diferente do Brasil. Entre o que chamamos de município e estado existe uma outra instância chamada de Landkreis. Este é formado por um conjunto de municípios. Como não encontramos uma tradução adequada, será mantido o termo em alemão.



Mapa 2: estado de Hessen

Müller-Plantenberg (2007) afirma que de 1986 a 2005 o desemprego aumentou de 6,8% para 10,5% na região. No caso dos jovens abaixo de 25 anos, o quadro atual é bastante complicado. A tabela seguinte mostra o índice de desemprego por Landkreis:

Nordhessische Landkreise	davon	
	Arbeitslose	unter 25 Jahre
Schwalm-Eder	5.970	11,0%
Waldeck-Frankenberg	4.806	12,4%
Werra-Meißner	1.042	17,4%
Hersfeld-Rotenburg	1.187	23,3%
Kassel	2.348	15,3%
Stadt Kassel	2.208	14,4%

Tabela 1: Desemprego de jovens abaixo de 25 Anos no norte de Hessen  
 Fonte: Hessisches Statistisches Landesamt und Bundesanstalt für Arbeit - Junho de 2008.

O crescimento da concentração econômica, a entrada das grandes empresa impedem que as pequenas empresas permaneçam no mercado. Isto faz com que a população que fica na

região se constitua de pessoas idosas, já que as pessoas mais jovens vão procurar trabalho em outros centros regionais. Esta evasão acarreta um rápido envelhecimento da população e, com isso, o enfraquecimento da estrutura do norte de Hessen, como demonstra o gráfico a seguir:

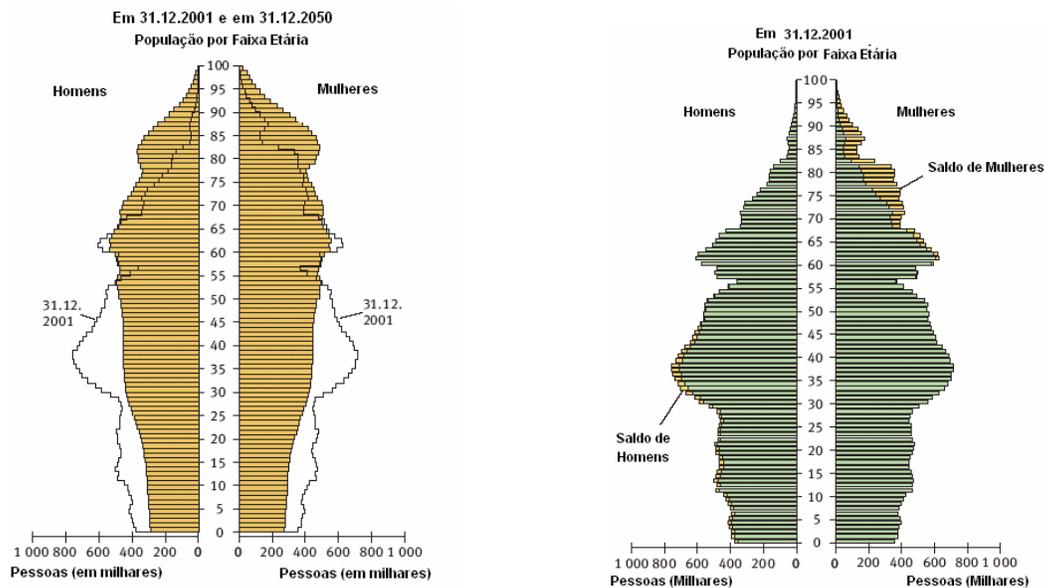


Gráfico 1: Fórum Regional de Hessen Menos Pessoas - mais Cooperação  
 Fonte: Demographie in Fakten, Szenarien regionaler Schrumpfungprozesse

Em contraposição a este quadro de dificuldades, o norte de Hessen é uma região é rica em potencialidade e respostas. O trabalho comunitário tem uma longa tradição. Em Hessen, como também, em outros lugares da Alemanha foram criadas as cooperativas incentivadas por Hermann Schulze-Delitzsch e Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

Segundo informa o Atlas da Economia Solidária no Norte de Hessen (2008), a região foi duramente penalizada no século XIX pela má colheita em 1846, pela fome e o inverno em 1846/1847. Na época, foram criadas cooperativas de artesãos, mais tarde associações de poupança e créditos, cooperativas de produção e distribuição nas regiões agrícolas – inspirado por Hermann Schulze-Delitzsch – baseado nos princípios de auto-ajuda e autogestão. As cooperativas funcionavam na base da responsabilidade solidária, cujas características era a negação do auxílio direto do Estado e concentração das vantagens nos cooperados.

Na época da Guerra Fria, criou-se o Movimento contra o uso de Armas Atômicas, Biológicas e Químicas (ABC - Waffen ). Pela sua localização geográfica, já que Hessen ficava na divisa dos dois sistemas, na “Cortina de Ferro” que separava as duas Alemanhas,

pôde sentir de forma mais contundente esse processo. A política oficial da Alemanha ocidental orientava que a cada movimento de tropas do lado oriental, era necessário uma contra-reação. Neste contexto, a catástrofe de Tschernobyl (Ucrânia – antiga União Soviética) foi um fato importante. Mesmo não estando em concordância com a política oficial do governo, este fato impulsionou os movimentos sociais a repensar e propor alternativas para a sociedade. Havia, nesta época, um ambiente favorável na sociedade em prol de mudanças.

Os movimentos pela paz, ambientais e contra armas atômicas acharam novas formas de preservação dos bens comunitários: as marchas de páscoa, chamaram atenção para proteção da água de solo, da poluição, criaram-se regiões livres de bombas atômicas, empreendimentos autogestionários de energias renováveis.

Nesta mesma direção, os escândalos da “Vaca louca” (Encefalopatia Espongiforme Bovina) e da Febre Aftosa, contribuíram para conscientização da população sobre a necessidade de transparência na área de criação de animais, de produção de carne ecológica e na solidariedade para a comercialização direta. Assim, foram formadas cooperativas de produtores e consumidores e a criação biológica de animais fundou suas próprias marcas e selos. Com isso, as comunidades locais não eram apenas contrárias à guerra, a produção perigosa de energia, mas eram também propositivos, na medida em que propunham uma alimentação e produção de energia transparente e sustentável na região. Estes parâmetros orientavam a sociedade da época.

Hoje em dia, não existe apenas uma região sem bombas atômicas, mas também, uma região livre de transgênicos<sup>37</sup>. A economia solidária de hoje no norte de Hessen é marcado por todo esse processo histórico, recebe os impulsos dos diversos movimentos e influencia a composição do quadro atual.

A Universidade de Kassel através dos Departamentos de Ciências Sociais e de Economia, a Incubadora de Economia Solidária - Verein für Solidarische Ökonomie e.V, o Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável do norte de Hessen, com o apoio do Ministério da Ciência e Arte do estado de Hessen (Hessisches Ministerium für Wissenschaft und Kunst - HMWK) e do Fundo Social Europeu (Europäischer Sozialfonds-ESF/ IBH/ Hessen Agentur), realizou entre 2007 e 2008 um mapeamento (Die Kartierung) no norte de Hessen buscando identificar o mapa atual da economia solidária na região.

---

<sup>37</sup> Um grupo de agricultores ocuparam áreas utilizadas para sementes transgênicas da Monsanto e outras empresas do agro-negócio. Realizaram vários encontros contra o uso dos transgênicos. Além de outros movimento como foi o caso da Universidade de Gießen que tinha iniciado uma área de experimento com transgênico, o que levou a uma reação dos agricultores ecológicos.

O Sistema de Informações da Economia Solidária (Informationssystem Solidarische Ökonomie - ISÖ), teve como meta “criar um instrumento de identificação e registro das informações sobre os empreendimentos solidários e das organizações de apoio da economia solidária no norte de Hessen” . (ISÖ, 2007, p. 1).

Para isso, foram considerados como empreendimentos econômicos solidários (Solidarischen Wirtschaftsunternehmens - SWU) as organizações: a) Coletivas, supra familiar, no campo e na cidade, e cujos resultados e atividades sejam gerenciados conjuntamente, b) Atividades permanentes e não esporádicas, c) Organizações reais existentes sendo elas formalizadas ou não, d) Realizem atividades de produção, prestação de serviços, crédito, comercialização e consumo solidário, e d) Podem ser simples ou complexas.

Considerando essas formas organizativas, cujas características são a autogestão, solidariedade, ecologia, cooperação, atividade econômica e orientação comunitária – não sendo necessário que todas estivessem presentes em cada empreendimento – e os limites da pesquisa, segundo o Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen (2008) foram identificados 142 empreendimentos solidários com 19.003 sócios. Destes, 1.092 trabalham nos empreendimentos e 655 trabalham mas não são sócios. No caso das organizações de apoio à economia solidária foram identificadas 26 organizações (Einrichtungen zur Unterstützung, Beratung und Förderung - EUF) que oferecem formação e capacitação sobre o tema. De forma que, 9 em cada 10 empreendimentos têm alguma forma de apoio na capacitação técnica.

A maioria dos empreendimentos no norte de Hessen tem suas atividades econômicas majoritariamente atuando nas áreas de silvicultura – Forstwirtschaft (79), setor industrial (3), as organizações de energia e distribuição de água (4), construção (2). Na área de prestação de serviços, foram identificadas: comércio (9), hospedarias/restaurantes (4), prédios e apartamentos (11), educação (4), saúde, veterinária e serviço social (10).

Segundo o Atlas da Economia Solidária no norte de Hessen (2008), os empreendimentos solidários desta região estão organizados nas seguintes formas: 13% são Associações, 19% são Sociedades Anônimas, 5% são Cooperativas e poucas empresas são Sociedade Limitada (4%). Assim demonstrado no gráfico seguinte:

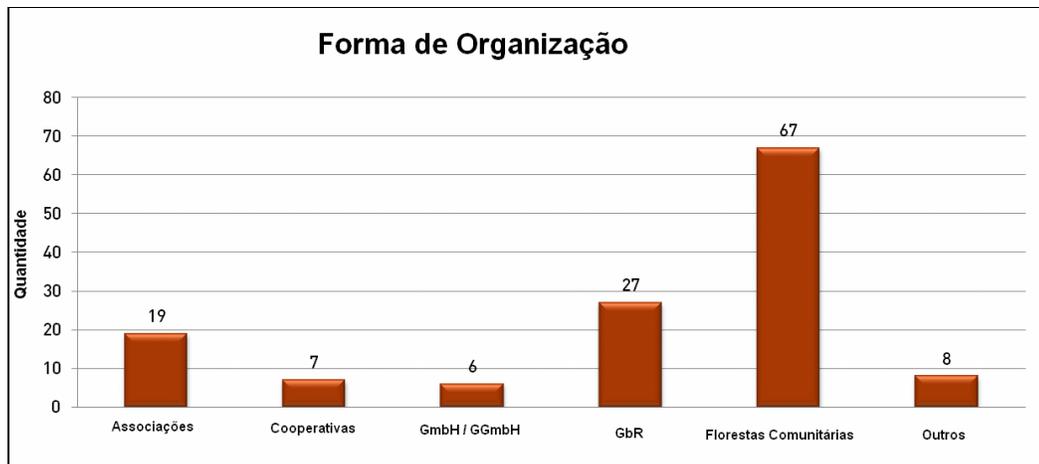


Gráfico 2: Formas de organização dos empreendimentos solidários no norte de Hessen  
 Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

Uma forma de organização dos empreendimentos na região são os “Complexos de Economia Solidária”. Formado por empreendedores e associações de empreendimentos, eles têm como objetivo oferecer aos empreendimentos melhores condições de produção e de comercialização através da cooperação. Isto pode ser visto pela organização de cadeias produtivas e pelas comunidades de agricultores organizados que, para resolver as dificuldades de comercialização optaram pela venda conjunta de seus produtos. Um exemplo destes complexos é o fornecimento de alimentos orgânicos para escolas no Landkreis Schwalm-Eder. . O projeto foi elaborado junto com a Universidade de Kassel e pelo governo local. Ele fortalece a parceria entre os produtores, escolas, pequenas cozinhas e educadores ecológicos para compartilhar conhecimento acerca de nutrição saudável dos alunos e contribuindo desta forma para autogestão regional.

O documento acima citado, ao tratar da participação entre homens e mulheres nos empreendimentos, percebe-se que há um certo equilíbrio. No quadro geral, as mulheres representam 46% e os homens 54%. Sendo que, nos empreendimentos de até 100 participantes, as mulheres representam um terço. Enquanto que nos grandes empreendimentos de 100 à 1000 sócios, as mulheres estão quase na mesma quantidade que os homens e nos maiores empreendimentos estão praticamente equilibradas. Os empreendimentos onde há forte presença das mulheres são aqueles criados depois de 1968. Elas estão presentes nos presentes principalmente nos empreendimentos ligados à prestação de serviços.

Quando perguntados pelos motivos que levam seus membros a criar empreendimentos solidários<sup>38</sup>, os três principais motivos foram assim apresentados: para 41%

<sup>38</sup> Pergunta com múltiplas respostas.

é uma possibilidade de desenvolver atividades em conjunto como proprietários em condições de igualdade; os que querem desenvolver suas potencialidades representam 28%, e para 22% é uma fonte de renda complementar. O gráfico seguinte assim expressa:

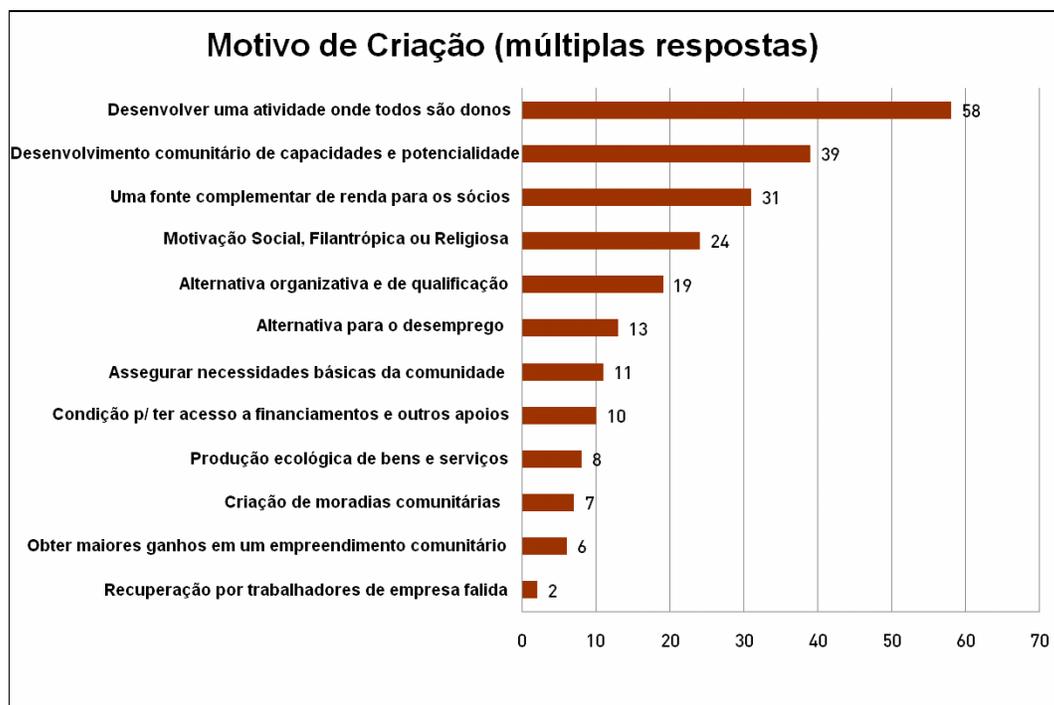


Gráfico 3: Motivos para criação dos empreendimentos solidários no norte de Hessen  
Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

As informações indicam que a situação econômica de 66% dos empreendimentos é boa. Em 22,% as receitas cobrem apenas as despesas. Apenas uma pequena minoria tem mais custos do que receita (4%). 7% dos empreendimentos responderam que não têm respostas porque se tratava de complexos de empreendimentos solidários nos quais não era possível, segundo eles, aferir o resultado para todo o conjunto de empreendimentos. Isto está expresso no seguinte gráfico:

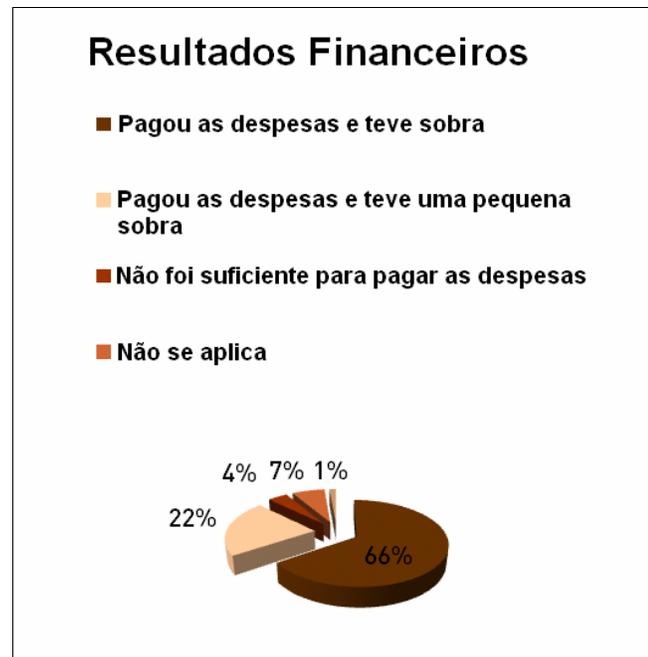


Gráfico 4: Atividades econômicas dos empreendimentos solidários no norte de Hessen  
 Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

Se levarmos em consideração o volume de vendas anuais dos três principais produtos e serviços desses empreendimentos, o impacto na região representa um total de 1,3 bilhões de Euros.

A grande maioria (84%) dos empreendimentos solidários afirmam ter iniciativas que favorecem a qualidade de vida dos consumidores, como também, com o desenvolvimento sustentável. Segundo o gráfico a seguir:



Gráfico 5: Iniciativas para a melhoria na qualidade de vida dos consumidores  
 Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

A relação construída da população com os recursos naturais marca profundamente o norte de Hessen. Isso pode ser verificado pelo uso de energias renováveis na região, pelo envolvimento da população no controle e distribuição da água, pelos procedimentos ecológicos e pelo uso comunitário de pastos, florestas e lagos que permanecem como um traço importante na cultura local. Neste sentido, destacamos três experiências de economia solidária existentes nesta região.

#### 1.3.3.1. Florestas Comunitárias no norte de Hessen (Gemeinschaftswälder in Nordhessen):

Segundo Barbara Schweitzer (2007), existem no norte de Hessen os *Interessentenwald* como uma antiga forma comunitária do uso de florestas, denominado também de “gemeinen Mark”, chamado ainda de *Allmende* pelos povos *alemmanisch* que viviam na divisa com a Suíça de hoje. Faziam parte dos *Allmende*, além das florestas, os roçados, pastos, lagos e rios. As casas, estábulos e hortas eram de propriedade familiar.

Jacqueline Bernardi (2007), assevera que na Idade Média havia um *Allmende* em praticamente cada povoado. Foi também uma das causas da Guerra dos Camponeses na Alemanha (1524-1528), quando os soberanos se apropriaram das áreas de uso comum da população. Só no final do século XIX, com a mudança estrutural no campo, aconteceu uma fração dessas unidades suprafamiliares. Segundo a autora, os *Allmende* conservaram-se na sua forma originária, em algumas regiões do Sul da Alemanha e dos Alpes austríacos e suíços, mesmo assim, em sua maioria tornou-se propriedade de indivíduos ou da administração municipal local.

No norte de Hessen eles permanecem como uma forma de resistência<sup>39</sup>. Segundo informa o Atlas da Economia Solidária no norte de Hessen (2008), as florestas comunitárias são a forma mais antiga de propriedade de florestas no meio de agricultores de florestas. Diferente dos outros tipos de empreendimentos mapeados, as Florestas Comunitárias têm uma forte presença masculina. Os homens representam 71% e as mulheres 29% dos sócios. Do ponto de vista jurídico, elas são florestas privadas<sup>40</sup>. O gráfico seguinte, sobre o ano de criação destas florestas, demonstra o quanto elas estão irraigadas na cultura local:

---

<sup>39</sup> De forma geral, existe em Hessen, 371 florestas Comunitárias em uma área de 31.768 ha, cujo extensão mede, em média, 84,6 ha.

<sup>40</sup> É interessante observar que nas Florestas, mesmo sendo privadas não há cercas e a população pode circular livremente

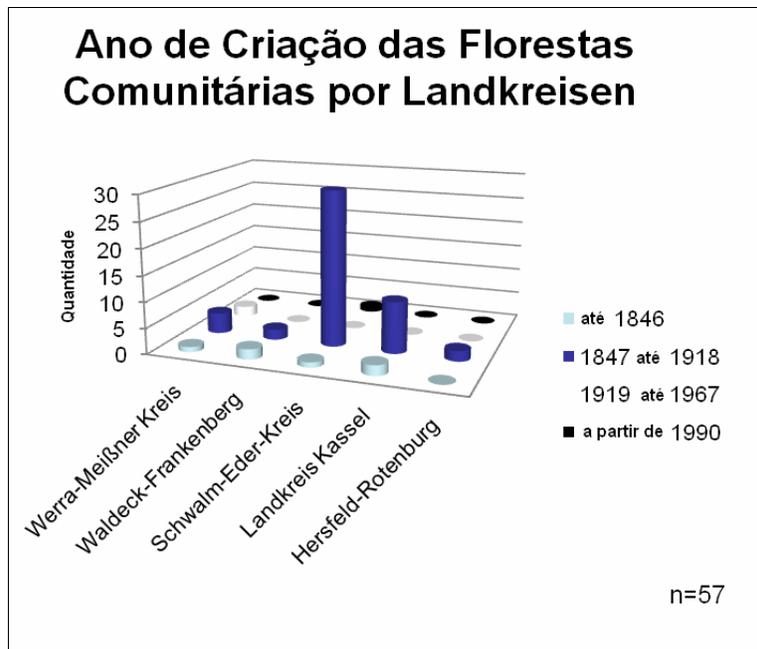


Gráfico 6: Ano de criação das Florestas Comunitárias por Município  
 Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

Estas florestas configuram-se como importante instrumento para preservação da cultura local. Neste sentido, são bastante conservadores. Estão muito presentes na comunidade, fortalecendo os laços de solidariedade entre eles, responsabilizarem-se pelas atividades fortalecendo os laços de solidariedade entre eles, se responsabilizando por diversas atividades comunitárias. Procuram defender-se de agentes externos de forma que as florestas permaneçam sobre o controle dos sócios. Isto pode ser confirmado quando analisamos o gráfico sobre integração de migrantes nos empreendimentos solidários.

As informações mostram que apenas 2% dos sócios nos empreendimentos solidários são migrantes e/ou descendentes. Isto está ligado ao fato de que a maioria dos empreendimentos pesquisados são as florestas comunitárias.

## Participação de imigrantes e descendentes nos empreendimentos

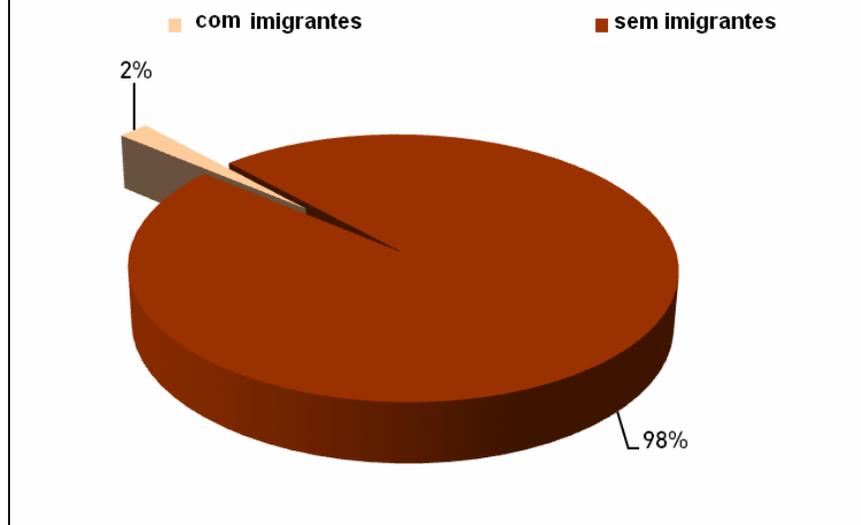


Gráfico 7: Participação de migrantes e seus descendentes nos empreendimentos  
Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

Estas florestas possuem uma forte influência no desenvolvimento da região. É uma importante fonte de matéria prima, fornecem lenha e madeira para construção, instrumentos musicais e móveis. Tradicionalmente cultivam madeira de lei (Eiche)<sup>41</sup>, mas o aumento da demanda provocou reflorescimento com madeiras de crescimento mais rápido e de qualidade inferior. Isto alimentou um aumento na produção de móveis na região, inclusive porque foi possível substituir as madeiras tropicais<sup>42</sup>. A madeira se tornou um produto mais interessante, por causa do aumento do preço do petróleo e seus derivados. Especialmente na substituição de janelas que eram feitas com material plástico (que utiliza petróleo) pelas janelas de madeira.

Com interesse em saber os motivos que levam a criação de um empreendimento deste porte, foi identificado no mapeamento que para a grande maioria (60%), a principal motivação é que estas florestas são uma forma desenvolver uma atividade em que todos são proprietários, para 31% dos empreendimentos entrevistados representa uma fonte de renda complementar para seus sócios e para 10% é uma forma de desenvolver potencialidades e atividades de capacitação em conjunto. Assim demonstra o gráfico a seguir:

<sup>41</sup> Essa madeira tem um grande valor simbólico para os alemães. Popularmente é identificada com a “alma alemã”. É parecido com o significado da “Asa Branca” para o povo nordestino.

<sup>42</sup> A madeira da região ao ser esquentada com o óleo de Raps, a faz ficar mais consistente e serve para a produção de moveis de quintal – importante utensílio na mobília alemã – que são feitas normalmente de madeiras tropicais.

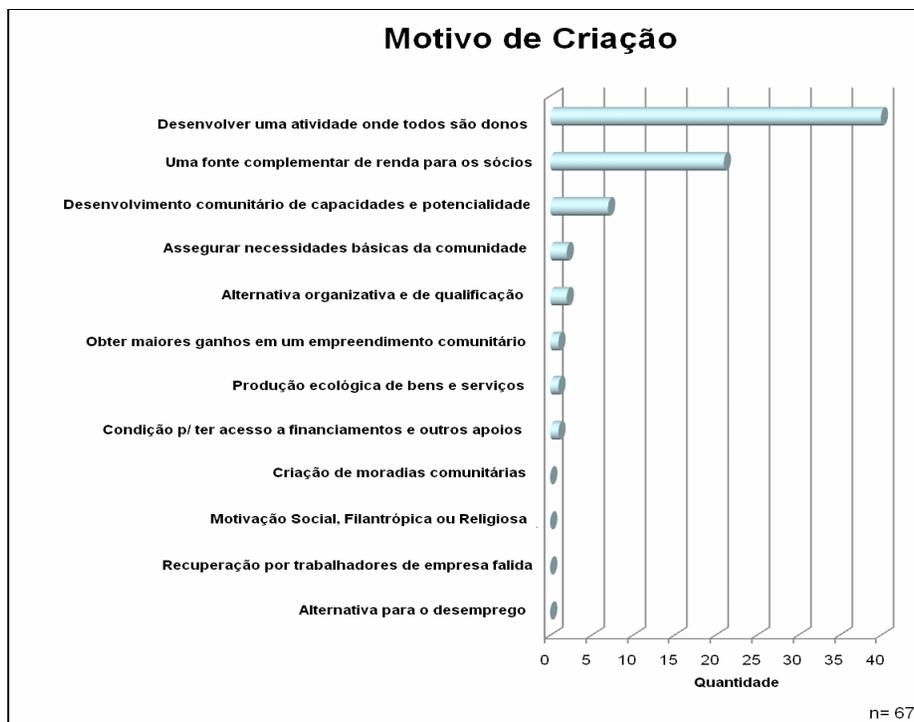


Gráfico 8: Motivo da criação das Florestas Comunitárias  
 Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

No que se refere à situação econômica das Florestas Comunitárias, foi verificado que 95,5% desses empreendimentos tiveram superavit no ano anterior, 87% não têm problemas para vender seus produtos. A madeira é absorvida principalmente nos Landkreise (39%), no mercado nacional (37%) e no Estado de Hessen (6%). Apenas uma pequena parte (3%) é destinada a exportação. Cada sócio possui sua quota-parte do lucro anual, depois que se desconta a parte da reserva.

No que tange à questão da gestão desses empreendimentos, foi visto que a grande maioria (85%) realizam assembleias anualmente, 9% realizam a cada seis meses, o restante em datas diferenciadas. De forma geral, dois princípios orientam o processo de tomada de decisão. Para 40% desses empreendimentos prevalece o acordo de um membro um voto. Em 45% dos empreendimentos, o voto é de acordo com as quotas-partes que o sócio possui e em 13% são realizadas formas variadas nesse processo. O mapeamento demonstrou também que a rotatividade na direção não é muito comum. 84% dos empreendimentos afirmam que não há rotatividade de cargos.

É possível observar que há no meio das Florestas Comunitárias uma preocupação com a questão ecológica, com os recursos renováveis. O uso de combustível em suas frotas é assim identificado: Em 27% dos empreendimentos, os veículos são abastecidos com biodiesel,

18% modificaram os veículos e utilizam o Rapsöl produzido na região e 15% utilizam o combustíveis fósseis (diesel, gasolina, e gás). Conforme gráfico a seguir<sup>43</sup> :

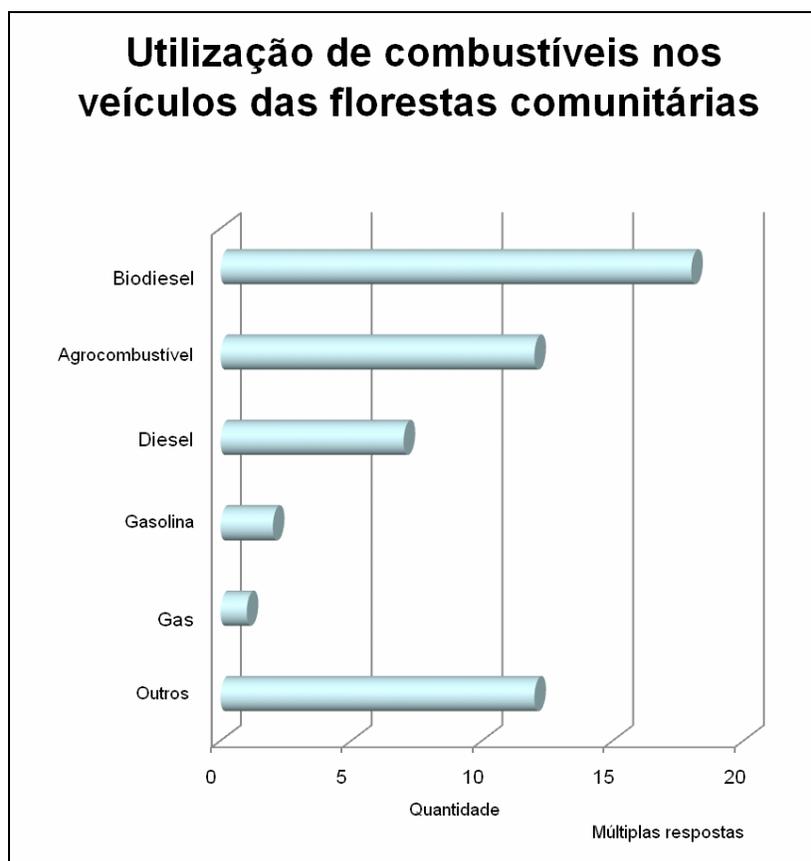


Gráfico 9: Utilização de combustíveis nos veículos das Florestas Comunitárias  
Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008.

Muitos entrevistados, demonstrado neste gráfico pela categoria outros (Andere), não responderam esta pergunta porque os membros dos empreendimentos não têm carro comunitário.

As relações de solidariedade interna nesses tipos de empreendimentos é também explicitada quando os sócios utilizam em conjunto a infra-estrutura existente, trabalham juntos e possuem um caixa comum. Realizam atividades de comercialização, crédito e poupança, compra de matéria-prima, utilização de serviços, entre outras atividades.

Em relação à participação em outros espaços sociais, apenas 10% afirma que seus representantes participam de movimentos sociais, 39% realizam ações sociais ligadas à formação e meio ambiente. Porém, este é um segmento bastante articulado. 90% afirma que

---

<sup>43</sup> Questão de múltiplas respostas.

se relacionam com outras florestas, são associações de florestas (comunitárias ou não) às quais elas estão ligadas.

Consideramos que este é um importante exemplo de como uma população, uma comunidade pode, dentro de sua singularidade, exercer o controle sobre o uso dos recursos naturais. Mesmo em uma conjuntura mundial, na qual, os poderosos grupos econômicos agem de forma agressiva neste campo. Mesmo assim, essas grandes empresas não conseguem perfurar o bloqueio organizado destes setores no norte de Hessen. O uso econômico destas florestas é uma forma que estas comunidades encontram de permanecer unida nos seus costumes, nas suas tradições, nas relações sociais estabelecer laços de solidariedade.

#### 1.3.3.2 Cooperativa de Abastecimento de Água – o caso de Großropperhausen:

Da mesma forma, o abastecimento de água em alguns lugarejos permanecem como interesse comum, sob o controle da própria comunidade através de suas cooperativas. Assim é o caso da Cooperativa de Água (Wassergenossenschaft) em Großropperhausen situada no Landkreis Schwalm-Eder.

Axel Holzhauser, dirigente da cooperativa, descreve assim sua comunidade:

Großropperhausen é mencionada historicamente desde 1232, as numerosas casas de madeiras antigas compõem um cenário idílico em cada canto, interessantes são os resquícios da idade média, o cemitério judeu na redondeza, a antiga Sinagoga [...], a padaria funciona semanalmente como nos velhos tempos, os hóspedes podem olhar. No verão, a piscina aquecida com energia solar convida para um refrescante banho”. (HOLZHAUSER, 2007, p. 189).

Informa ainda que a comunidade há 150 anos vem se encarregando do serviço de distribuição de água. Inicialmente os moradores tinham um problema com o acesso à água pois dependiam de um poço e do pequeno Rio Ohe. Nos meses de verão, ter água limpa era sempre problemático porque a vazão da água dependia da chuva. Além disso, o consumo foi aos poucos aumentando. Esta situação fez com que, em torno de 1850, algumas pessoas se juntassem para tentar resolver o problema. Assim, construíram a primeira canalização para água feita de barro e madeira, medindo 500 metros da fonte “Hanjes Born” até a comunidade Großropperhausen. A canalização ia até uma cisterna com capacidade de 2 m<sup>3</sup> e de lá a comunidade pegavam a água que precisavam. O problema era que quando esta água ficava escassa, as cinco famílias que tinham construído a canalização, fechavam a cisterna.

Em 1888, começou a construção de uma canalização maior, com 2,5 km de comprimento. Para isso, foram captadas águas de mais fontes, uma delas era um poço que jorra água até hoje. No final do século XIX foi construído o primeiro reservatório em forma de caixa d'água na comunidade. Na década de 1980 houve um problema de vazamento neste reservatório e se perdeu mais da metade da água. Foi necessário construir um novo reservatório, inaugurado em 1991. Isso significou um investimento de cerca de 300 mil Euros. A Cooperativa se mobilizou e algumas ações foram implementadas. Uma das decisões foi que cada cooperado deveria adquirir 25 novas cotas partes a 51,14 Euros cada uma. Outro montante foi dividido em partes iguais entre os cooperados e doado como fundo perdido no valor de um ano de consumo de água. A prefeitura de Frielendorf contribuiu com 50 mil Euros e ainda houve um empréstimo bancário.

A partir de 2001 foi necessário fazer novos investimentos, primeiro porque surgiu um novo loteamento e precisava-se construir mais canalizações. Segundo porque o governo, na época, baixou uma regulamentação que proibia a distribuição de água com gás carbônico para a população. A Cooperativa oferecia água limpa, sem poluição, mas continha gás. Isso demandou um volume de recursos financeiros na ordem de 250 mil Euros. Este investimento foi feito através de uma contribuição do estado de Hessem e a outra parte foi adquirida pela Cooperativa através de um empréstimo a longo prazo.

A Cooperativa criada em 1856 com 27 sócios, tem atualmente 220 cooperados. Abastece 800 moradores mais o gado da comunidade. O consumo de água por ano é cerca de 34,000m<sup>3</sup>. O preço do metro cúbico é de 1,51 Euros.



O investimento nos últimos anos foi em média de 750 mil Euros. A cooperativa tem um contador e uma equipe técnica especializada. A coordenação da Cooperativa é composta por 5 pessoas, mais um grêmio (Conselho Fiscal) que supervisiona todas as ações. A coordenação tem renovado seus quadros, que antigamente era composto por pessoas mais idosas, atualmente a média de idade dos diretores está entre 40 e 50 anos de idade.

Segundo informações de seu dirigente, existiu na cidade uma consulta se a água deveria passar para a responsabilidade da prefeitura e a maioria da população decidiu que deveria ficar sob a responsabilidade da cooperativa.

É importante destacar nesta experiência duas questões relevantes para o debate do uso dos recursos naturais no mundo atual. Uma primeira questão diz respeito a conjuntura de economia globalizada, na qual a água é tida como um produto comercializável, portanto, um mercado disputado pelas grandes empresas capitalistas, a Cooperativa de Großropperhausen vai na contramão desta corrente. Demonstra que é possível uma pequena comunidade assumir a gestão de seus recursos naturais. De forma autogestionária, eles têm o controle deste processo, sem interferência de atores externos, fogem da mercantilização da água implementada pelo capitalismo. A segunda questão é de ordem cultural. O fortalecimento da identidade desse povo, a relação estabelecida com os recursos naturais, o trato com a água, como um bem comum, e portanto podendo os seus usuários, de forma coletiva e direta decidir sobre a forma de uso mais adequada para seus usuários é, sem dúvida, um rico processo educativo.

A gestão da água passa a ser algo que faz parte do cotidiano desta população e esta se sente responsável pela sua condução. Uma preocupação que parece ser passada de geração para geração, haja vista, o envolvimento da comunidade, seja na coordenação da Cooperativa, seja no investimento direto de seus sócios, seja ainda, em todo esforço investido, através da capacitação de seus técnicos, do debate político travado. Em uma região onde o êxodo da população tem sido uma ameaça, uma experiência como essa, pode ser um elemento que ajuda seus habitantes a permanecer na sua região<sup>44</sup>.

Contudo, a grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários no norte de Hessen usam o sistema público de abastecimento de água. Quando perguntados sobre o uso, se eles economizavam ou não a água na produção, uma parcela importante (23%) afirma que há nos empreendimentos uma sensibilidade ecológica na relação com o consumo de água. Inclusive 10 empreendimentos usam água de chuva e dos rios para economizar o consumo de água de beber.

### 1.3.3.3 Energias Renováveis e Sustentáveis

No caso das energias renováveis, o mapeamento demonstrou que mais da metade dos empreendimentos (54%) usam individualmente a energia elétrica ecológica, sendo que

---

<sup>44</sup> Se observarmos o discurso do presidente da Cooperativa, transcrito no começo deste texto, na forma apaixonada de como ele retrata sua comunidade, é possível afirmar que uma pessoa assim, dificilmente sai de sua região. Este sentimento de pertença não é só dele. Em visita realizada pelos membros da Incubadora de Kassel a Cooperativa em 2006, os demais participantes demonstraram total conhecimento e compromisso com a população, falando com leveza e descontração sobre os incômodos que as emergências (consertar a encanação em horários pouco conveniente) causam.

20% destes, produz sua própria energia. Este não é um caso isolado no norte de Hessen. O estado de Hessem é conhecido na Alemanha pela produção de energia renovável (eólica, hidráulica, solar, biomassa). Há várias instituições especializadas nesta temática.

Na Universidade de Kassel existe por exemplo o Instituto Solar – ISET, os Departamento Agrário e de Eletrotécnica. No Landkreis Kassel existe também o “Energie 2000”. A cidade de Kassel é única cidade na Alemanha cuja energia elétrica oferecida à população é totalmente renovável. A energia que é produzida – diferente da água – não pode ser facilmente guardada, por isso, o que não é utilizado pelos empreendimentos é disponibilizado na rede de distribuição pública através de acordos entre as partes conforme a legislação alemã.

Segundo a lei em vigor “Lei da Preferência pelas Energias Renováveis”(Gesetz für den Vorrang Erneuerbarer Energien), as empresas responsáveis pelo recebimento, transmissão e distribuição de energia devem dar prioridade às energias renováveis. De forma que toda a energia renovável produzida tem mercado garantido. Essas empresas são obrigadas a pagar aos produtores de energia um preço previamente estabelecido a toda energia oferecida à rede. O produtor de energia tem a opção de vender para a rede de distribuição, para seu próprio consumo e para venda direta, isto porque a lei também autoriza as empresas de produção de energias renováveis comercializar a energia produzida diretamente para terceiros. Outro fator interessante é que as empresas de recebimento e distribuição de energia devem adaptar os seus sistemas de acordo com o desenvolvimentos das tecnologias deste setor<sup>45</sup>.

Os empreendimentos que organizam conjuntamente energia elétrica ainda representam uma minoria. Apenas 12% são cooperados de projetos de produção comunitária de energia elétrica ecológica. Mesmo assim, enquanto autogestionários eles se tornam independentes da produção energética comum.

Em relação aos combustíveis, o gráfico seguinte mostra que 16% (22 em números absolutos) dos empreendimentos usam biodiesel (óleo de plantas misturado com outros combustíveis fósseis) e 13% (19 em números absolutos) usam o biocombustível (óleo vegetal puro). No norte de Hessen, a planta utilizada para este fim é principalmente o óleo de Raps.

---

<sup>45</sup> Conferir em: [www.eeg-aktuell.de](http://www.eeg-aktuell.de) acesso em 30.08.08.

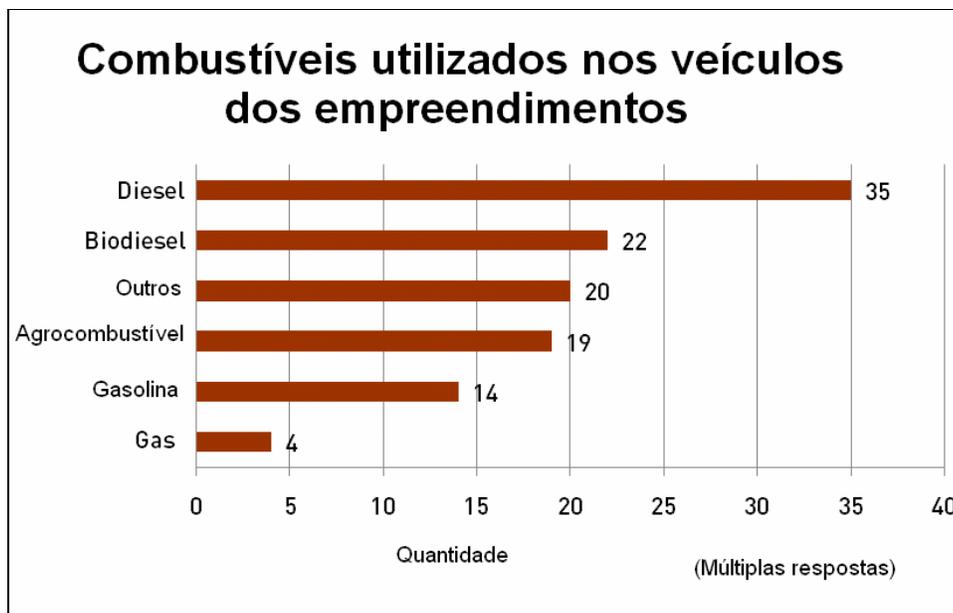


Gráfico 10: Combustíveis usados nos veículos dos empreendimentos  
 Fonte: Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen – 2008

Não há dúvidas de que o uso do combustível vegetal é uma alternativa aos combustíveis fósseis que além da escassez prejudicam o meio ambiente.

Obviamente, que os biocombustíveis são muito mais interessantes como alternativas para a produção de energias renováveis e sustentáveis. Este tipo de recurso, contudo, ainda enfrenta muitas dificuldades. Especialmente porque requer uma adaptação dos motores dos carros. Isto tem implicado numa desafiante luta política com os grupos que fazem lobbies pela importação de biocombustíveis dos países do sul, a preços insignificantes. As ações precisam interferir nas grandes montadoras de automóveis, de forma que estas, invistam na fabricação de motores dos automóveis para que estes possam usar livremente outros tipos de combustíveis.

A população vai se organizando para superar as dificuldades. Como ainda não há um serviço de abastecimento suficiente para os biocombustíveis, criam-se tanques (postos) comunitários. Recentemente, a Incubadora de Economia Solidária da Universidade de Kassel, iniciou um processo de organização de um empreendimento solidário com esse fim.

Este é sem dúvida um indicador interessante, porém é preciso analisá-lo com certo cuidado. No norte de Hessen, como no Brasil ou em qualquer outro lugar, o uso do biocombustível em si, não nos permite saber se isso representa realmente um avanço do ponto de vista ecológico ou um retrocesso. É preciso analisar, por exemplo o processo de produção do óleo vegetal, até que ponto está sendo implementado ou não a monocultura e o impacto que isto causa na produção de alimentos

O norte de Hessen também é impactado pelas guerras e crises mundiais de economia, pela reestruturação do campo produtivo, explicitada pela crescente dependência de estruturas externas de produção, do desemprego e do êxodo de sua população. De toda forma, a região tem reagido, fortalecendo as formas tradicionais de ajuda mútua, de solidariedade presente na sua cultura e no seu processo histórico. De forma especial, fez isso no período da primeira revolução industrial, com a criação de várias cooperativas. No final do século XX, com a criação de empreendimentos autogestionários, com a economia alternativa, marcada pela implantação de tecnologias sustentáveis, pela ecologia e por novos conceitos pedagógicos.

O início do século XXI traz seus próprios desafios, nele, os empreendimentos solidários têm muitas dificuldades de sobreviverem sem se articularem em redes e fóruns sem a cooperação de outros atores sociais e econômicos. Neste campo, também é possível identificar alguns empreendimentos com referenciais inovadores.

A nossa intenção neste capítulo era fazer um quadro atual, dentro dos nossos limites, da economia solidária. Tanto na experiência brasileira, como na experiência alemã, tomando como base uma perspectiva – a dos movimentos sociais. Certamente outras leituras podem e devem ser feitas. Interessa-nos neste trabalho, partir deste quadro que conseguimos montar, com todos os seus condicionamentos históricos e a seguir propor uma leitura ainda mais cuidadosa. Referimo-nos as teorias e estudos já realizados sobre a economia solidária e seus desafios na contemporaneidade.

## **2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS SIGNIFICADOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

### **2. 1. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA TENTATIVA DE TEORIZAÇÃO**

Depois de situarmos a economia solidária no seu formato atual, apresentado no capítulo anterior, tentaremos caminhar por uma trilha dialética, atentando para o que essas experiências podem nos dizer e que perspectivas de futuro apontam. Partimos do olhar da realidade, tentando nos aproximar dos seus significados para que possamos assim, re-interpretar novamente a realidade. Nossa expectativa é dar passos no sentido de contribuir para outras formas de desenvolvimento, outras formas de relações sociais, novas formas de economia. Assim, tentamos ser o mais fiel possível ao analisarmos o real, mesmo sabendo que do real poderemos sistematizar apenas fragmentos, a partir do nosso olhar, de nossos valores.

Não desejamos porém, centrar aqui apenas os conteúdos teóricos. No nosso entendimento, a teoria está minada de real e o real deve ser sempre questionado. É este nosso

desejo. O corte teórico que fazemos aqui é apenas didático. Ele está imbricado de realidade num vai e vem (teoria e prática) porque assim é a realidade. Nesse sentido, esta tentativa de teorização da economia solidária, procura considerar as contribuições advindas de seus construtores históricos, sejam eles os pesquisadores oriundos dos espaços acadêmicos, preocupados e comprometidos com a produção do conhecimento, sejam eles, intelectuais oriundos do interior do movimento social de economia solidária, ou sejam eles, os próprios trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária que, ao sistematizar suas próprias experiências avançam na produção teórica. Estes diferentes espaços, compõem a riqueza da economia solidária, os diferentes “olhares” que se transformam em uma “alavanca” do fazer ciência.

### 2.1.1 Os conceitos gerais

Na expectativa de entender melhor a realidade e os desafios da economia solidária no mundo atual, recorreremos pois, aos conhecimentos já produzidos. Para isso, alguns referenciais teóricos ajudam a elucidar questões referentes ao tema proposto.

Apresentamos três grandes conceitos que, de forma geral, orientam esse trabalho somado a tantas outras contribuições, sejam elas afirmações ou questionamentos que, ao longo deste capítulo serão discutidos. O primeiro conceito que apresentamos é o da *economia solidária*. Para isso, tomamos como referência a construção elaborada por Paul Singer.

A economia solidária “é o modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2000, p. 13). O autor traz o elemento da economia solidária como modo de produção baseado na propriedade coletiva e no direito à liberdade individual nas iniciativas econômicas. O resultado seria a solidariedade entre os produtores. Porém, ele alerta que, para que isso aconteça são necessários mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. No seu entender “mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável”.(SINGER, 2000, p. 10). Optamos pelo conceito construído por Singer, por entender que ele é amplo na definição e preciso no conteúdo.

Não é possível falar em economia solidária sem falar de *trabalho* enquanto elemento fundante desta “outra economia”. É pelo trabalho, enquanto ação consciente, que o humano se diferencia dos outros animais, à medida que, relacionando-se com a natureza, constrói um processo humanizante. Este processo é interrompido pelo modo de produção capitalista que, ao reduzir o humano à condição de mercadoria, desumaniza-o. Assim, recorreremos ao filósofo alemão Karl Marx que inaugura um pensamento no qual está contida a dimensão humana do trabalho. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos (1979), ele inicia a construção teórica do trabalho alienado. Para Marx, a atividade vital que caracteriza a espécie humana é o trabalho. O filósofo alerta que o capitalismo não reconhece o humano enquanto um ente-espécie, porque o fruto do trabalho humano não pertence ao trabalhador, lhe é alienado e apropriado por outro. Afirma, ainda, que a alienação não acontece apenas no aspecto físico, na coisa produzida, mas, ocorre no próprio processo produtivo capitalista, no ato da produção, já que o trabalho passa a ser um ato de sofrimento, e não de liberdade. Entendendo o trabalho como ação humana livre, criativa e consciente, o faz afirmar que qualquer intervenção nesse processo é uma ameaça à própria condição da espécie humana.

Ninguém muda uma realidade que desconhece. A problematização de uma realidade, a partir de uma situação dada, em muito contribui para que seus atores possam sair do processo de desumanização em que vivem e construam novas possibilidades. Paulo Freire (1999) ilumina esse debate contribuindo com a *teoria dialógica da ação*, na qual, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração, sendo o diálogo o princípio formativo que privilegia a fala entre iguais. A educação popular torna-se, portanto, o caminho para a efetivação da economia solidária, pois, para o exercício da autogestão, é preciso desconstruir o paradigma da economia capitalista hegemônico da sociedade atual, centrado no individualismo, na exploração e reconstruir a cultura da solidariedade.

Ao analisar as ações da economia solidária sob a luz destes conceitos, algumas perguntas nos fazem questionadores das práticas econômicas solidárias na sua versão contemporânea, principalmente no tocante a sua função estratégica de mudança social. Isto posto, o debate que iremos privilegiar, diz respeito à economia solidária enquanto novo modo de produção. Procurando entendê-lo numa perspectiva de transição, descobrir qual a racionalidade da economia solidária, que paradigma de desenvolvimento ela traz consigo e quais, efetivamente, são suas chances de se constituir uma nova ordem econômica.

Para isso, resgataremos as importantes contribuições de Luís Inácio Gaiger, Paul Singer e Luís Razeto. Esses autores, no nosso entendimento, têm no campo teórico-político, destacado alguns elementos que nos ajudam a compreender os dilemas, com os quais, o atual

movimento de economia solidária convive. Nesse sentido, tentaremos expor o pensamento desses autores da forma mais fiel possível, para que possamos elaborar nossas próprias conclusões. Alertamos, porém, que as abordagens aqui apresentadas nem sempre se referem ao conjunto da obra dos autores citados. São, principalmente, elaborações sobre os temas aqui pontuados.

### 2.1.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMA SOCIAL DE PRODUÇÃO

Segundo Gaiger (2005), há, atualmente, na literatura de economia solidária uma convergência sobre o caráter alternativo da economia solidária pela ruptura que ela introduz nas relações de produção capitalista e que estas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas. O autor questiona essa posição e propõe a análise do tema, tomando como base algumas pesquisas empíricas realizadas por ele, tendo como referência a *teoria marxista da transição*, destacando a categoria de *modo de produção*.

Para o autor, no campo político, a economia solidária está definitivamente pautada enquanto uma alternativa. Seja para os setores excluídos ao se constituir como uma forma de geração de trabalho e renda, seja como um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, que se contraponem às políticas neoliberais e ao capitalismo.

É no campo teórico que reside sua maior contribuição e a isso se mostra extremamente cuidadoso e atento. O autor alerta que os impactos políticos que a economia solidária acarreta na realidade, podem se tornar uma “neblina” que não nos permita vê-la como de fato é. Sua crítica vai de forma especial a uma corrente de pensamento existente no interior do movimento, representada por Paul Singer, Lia Tiriba, entre outros, que afirmam a economia solidária como um *modo de produção*. Segundo Gaiger, não há consistência teórica suficiente que demonstre isto. Para o autor “um novo modo de produção representa a superação do modo de produção capitalista e das formações sociais que lhe correspondem, a instauração de algum tipo de sociedade pós-capitalista, cujas características tornar-se-iam historicamente predominantes”. (GAIGER, 2005, p.2).

Para explicar o seu ponto de vista, o autor retoma a teoria de modo de produção marxista dentro da qual:

Os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas. (GAIGER, 2005, p.2).

Nesse sentido, nos interessa aqui destacar para a discussão da economia solidária, duas referências que o autor faz, a partir de Marx, no tocante à questão das diferentes tipologias, quais sejam, o *Modo de produção simples* no qual o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, e os põe em movimento, individualmente ou em diminutas unidades de produção, geralmente familiares e o *modo material de produção*, aqui o autor utiliza a elaboração de M. Godelier como sendo “os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extraírem os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social”.(GODELIER, 1981, p.169 apud GAIGER, 2005, p. 4).

É principalmente a partir da construção teórica do modo de produção material que Gaiger centra sua crítica à economia solidária enquanto modo de produção. Considera pois, que ao se instalar um modo de produção, este necessariamente, exige um novo modo material de produção próprio, porque só assim é possível controlar o processo de produção social e “subverter as instituições que, contra as suas necessidades de desenvolvimento, ainda sustentam a ordem social. A alteração profunda do modo de apropriação da natureza é, ao mesmo tempo, requisito e vetor de toda nova formação social”. (GAIGER, 2005, p. 5). Reafirma com isto, a clássica versão marxista segundo a qual são as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção que alteram um determinado modo de produção. Para justificar seus argumentos o autor explica o surgimento do modo de produção capitalista para então questionar a economia solidária. Assim, o modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) Um regime de produção de mercadorias, de produtos visando apenas o mercado; b) A separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; c) A conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) A extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção. O relevante em um modo de produção é a capacidade que este deve ter para criar sua própria base e a depender de suas necessidades está sempre renovando-se, reciclando-se, reproduzindo-se historicamente. O capitalismo desde seu surgimento sempre conviveu com outras formas de organização do trabalho, além das caracterizadas pelo assalariamento e de extração de mais-valia. Assim, o autor apresenta as seguintes questões:

Como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se ou reduzindo sua vulnerabilidade diante do modo

de produção. Ou ainda, como tais formas, a partir de seu lugar subalterno ou periférico, podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna, subtraindo-se, em alguma medida, ao controle do capital.(GAIGER, 2005, p.7).

Para responder a estas perguntas, o autor apresenta os empreendimentos econômicos solidários como portadores de práticas e natureza singulares. Essas práticas, ao incorporarem a autogestão e cooperação, modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Segundo o autor, os empreendimentos econômicos solidários a) Funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; b) O controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) A gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido.

Com base nas pesquisas feitas por Luiz Inácio Gaiger, a racionalidade da economia solidária distingue-se da racionalidade capitalista pois se caracteriza pela solidariedade e pela cooperação. A eficiência extrapola a questão econômica. É assim entendida como a melhoria na qualidade de vida de seus participantes, incluindo-se aí, os elementos culturais e ético-morais. Quando a cooperação e a solidariedade se expandem, elas revertem a lógica do capitalismo no qual o trabalhador é alienado do objeto produzido, há, portanto, uma “reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza”.(GAIGER, 2005, p.10). Assim, as relações de produção dos empreendimentos econômicos solidários não são simplesmente atípicas ao modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma social de produção assalariada. Mesmo assim, a crítica que o autor faz é que essas condições são importantes mas insuficientes. Isto porque dentro de uma perspectiva marxista, só seria possível afirmar a economia solidária como um novo modo de produção se esta demonstrar evidências que as relações de produção contidas no seu processo, possam ter chances históricas e reais de perdurar, ou seja, nas palavras do autor, se estas relações de produção “refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas de viabilidade e perduração” (GAIGER, 2005, p.11).

Dentro da perspectiva marxista o autor acrescenta que a transição de um modo de produção para outro, acontece quando este se torna incapaz de se reproduzir a uma outra sociedade, exige portanto, deficiências estruturais insolúveis do sistema vigente juntando-se a isto, a criação de uma nova ordem. Esta deve ter a capacidade de se reproduzir e de impor sua lógica reprodutiva ao sistema social. A transição não está restrita a mudanças conjunturais e setoriais, mesmo as de caráter evolutivo, pois estas levam a uma acomodação e a uma

subordinação à lógica geral dominante. Gaiger afirma que economia solidária, mesmo não reproduzindo as relações capitalistas, ela não chega a ameaçar a reprodução do capitalismo. Assim, o autor conclui que “[...] os empreendimentos solidários são expressões de uma *forma social de produção* específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista”. (GAIGER, 2005, p.11). Um dos destaques que o autor apresenta nesta questão é no tocante à vulnerabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Pois estes precisam competir em um mercado que é capitalista. Assim, estes agentes ficam subjugados aos efeitos da lógica de acumulação imposta ao conjunto dos agentes econômicos e como forma de responder à produtividade competitiva, precisam adotar a base técnica do capitalismo, o que obriga esses empreendimentos a conceder nos seus princípios. Para que os empreendimentos econômicos solidários se distingam dos demais empreendimentos, o autor elabora algumas premissas: a) Assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última; b) Confrontar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) Resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca.

O autor diz que, mesmo que isso venha a acontecer, não significa que a economia solidária estaria pondo em risco o sistema capitalista. Seria possível apenas demonstrar que a economia solidária, na sua forma autogestionária, não seria inferior à gestão capitalista. Nesse sentido, ela dispõe de algumas potencialidades, entre elas:

[...] o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do empreendimento estimula maior empenho com o aprimoramento do processo produtivo, a eliminação de desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou dos serviços, além de inibir o absenteísmo e a negligência. Efeitos como esses, [...] lhes conferem uma racionalidade própria, virtualmente superior a das empresas capitalistas que acionam os mesmos fatores materiais de produção. (GAIGER, 2005, p.19).

Além disso, o autor reconhece como grande potencial da economia solidária as suas raízes, cujas bases estão no local, à disposição. “O trabalho, saberes populares, energias morais, recursos políticos e institucionais, realimentando sinergias e explorando matrizes econômico-produtivas dotadas de alta racionalidade social” (GAIGER, 2005, p.21).

As conclusões a que o autor chega nas suas elaborações, além da definição da economia solidária como forma social de produção (e não como modo de produção), é que, ela é mais que um fenômeno sazonal, reativo às flutuações do mercado, mas que não chega a ser uma alternativa ao modo de produção capitalista. Outra conclusão diz respeito à questão da solidariedade. Segundo o autor “o rigor da análise torna insuficiente afirmar a força da solidariedade, uma vez esteja introjetada como princípio do agir”. (GAIGER, 2005, p.22). Para ele, a adesão dos participantes às práticas de solidariedade não acontecem porque os seus membros estejam instigados moralmente a praticá-los, mas, por descobrirem, a partir de suas práticas, que desta forma podem satisfazer melhor seus interesses individuais, podem ter a chance de melhorar sua qualidade de vida. É exatamente o reconhecimento da superioridade desta forma social de produção que poderá vir “nascer o interesse comum, base da ação de classe, entre indivíduos similarmente situados no processo de produção da vida material” (GAIGER.2005, p.23).

O quadro que apresentamos a seguir tem o objetivo de sistematizar o pensamento de Gaiger no que tange a sua compreensão sobre o tema em pauta.

Tese: A economia solidária é uma <i>forma social de produção</i> específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista.	
Teoria marxista de modo de produção	A forma organizativa de uma sociedade, referente à produção, distribuição e consumo dos bens materiais necessários à sua subsistência expressa nas relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas.
Transição de um modo de produção para outro	É quando um modo de produção torna-se incapaz de se reproduzir a uma outra sociedade, exige deficiências estruturais insolúveis do sistema vigente juntando-se a isto, a criação de uma nova ordem. Esta deve ter a capacidade de se reproduzir e de impor sua lógica reprodutiva ao sistema social.
Características do modo de produção capitalista	Separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores; conversão da força-de-trabalho em mercadoria - trabalho assalariado; a extração da mais-valia e sua apropriação pelo proprietário.
Características da economia solidária	Propriedade social dos meios de produção; o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direito.
Desafios da economia solidária	Assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção ou, desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última; confrontar-se com os

	empreendimentos capitalistas, comprovando a superioridade do trabalho; resistir às pressões do ambiente econômico.
Conclusões	A economia solidária é mais que um fenômeno sazonal, reativo às flutuações do mercado, mas que não ameaça a reprodução do capitalismo; racionalidade pautada na solidariedade e na cooperação; Politicamente é uma alternativa para os setores populares, mas, no campo teórico não se sustenta como modo de produção.

QUADRO 1 – Economia solidária como forma social de produção

No nosso entender, o rigor da criticidade do autor, a lealdade com que trata o tema, nos faz “desconfiados” de que é possível chegar a uma conclusão um pouco diferente da que ele aponta. Isto é, seguindo a linha de pensamento do autor, é na identificação e na vivência de uma nova forma de realizar a dimensão econômica baseada na solidariedade e na cooperação que os grupos sociais podem sentir-se motivados a lutarem pela ampliação desta *outra economia*. A subjetividade agindo na consciência coletiva poderá desencadear um processo de efetivação da hegemonia desta nova “forma social de produção”. Ademais, um novo modo de produção não surge do nada. Ele é fruto da ação humana, inserida na velha sociedade que poderá gerar novas condições materiais de existência.

### 2.1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MODO DE PRODUÇÃO

A corrente de pensamento que considera a economia solidária como modo de produção tem como referência a construção teórica de Paul Singer. O autor esclarece que uma formação social é composta de vários modos de produção. Atualmente, o capitalismo é o modo de produção hegemônico no mundo e domina a formação social pela sua supremacia. Porém não é o único, convive com outros modos de produção. O autor define modo de produção como sendo “uma forma específica de organizar a atividade produtiva e repartir os resultados entre seus participantes” (SINGER, 1998, p.137). Ele retoma os conceitos marxistas de infra-estrutura e supra-estrutura e vai analisando essas categorias em cada período histórico do capitalismo. Destacando o que é específico de um e de outro e qual a relação entre estes dois níveis.

Além do modo de produção capitalista, Singer (1998) destaca os modos de produção simples (individual), doméstico (familiar), público (prestação de serviços) e cooperativo (propriedade coletiva). Esses modos de produção competem entre si nos intercâmbios de mercadorias, nos mercados. A formação social capitalista é formada por esses modos de produção que vistos no seu conjunto, constituem a infra-estrutura econômica. A supra-

estrutura é composta pelas relações sociais que são estabelecidas entre agentes produtores e consumidores. Isto acontece desde todo o arcabouço legal criado, passando pelas estruturas políticas e os valores culturais. “Esta distinção, que devemos a Marx, é extremamente útil, porque no capitalismo infra-estrutura e supra-estrutura estão sujeitas a dinâmicas deveras distintas”. (SINGER, 1998, p. 139).

No caso do modo de produção capitalista, a infra-estrutura é movida pela dinâmica das inovações tecnológicas, pela criação de novos produtos. É um modo de produção cujo cerne está centrado no acúmulo de capital, obviamente tem muito mais chances de ser hegemônico. Os outros modos de produção acabam sendo integrados a sua dinâmica.

A supra-estrutura é formada por um complexo de relações sociais e políticas. A dinâmica dessas relações se dá, na leitura marxista, pela luta de classes e na visão dos liberais pela busca de satisfação dos desejos individuais. Segundo o autor, ambas as teses são reducionistas, mas contêm importantes elementos explicativos da realidade. Em alguns momentos históricos, as classes subalternas se rebelam contra o *status quo* e isso faz com que a classe dominante também se una, dando origem a revoluções e contra-revoluções. Em outras situações, as distâncias entre as classes diminuem, a classe média se acomoda e se individualiza o que ocasiona um movimento interclassista que na sua forma ampliada, dilui os laços de solidariedade. O autor afirma que infra e supra-estruturas se movem por dinâmicas muito diferenciadas ou próprias, embora combinadas:

A infra-estrutura é basicamente movida pela dinâmica do capital e é possível dizer que a supra-estrutura recebe os impactos das revoluções tecnológicas e seus resultados, atingem de modo diferente cada classe social e suas várias frações. Além desses impactos, as estruturas legais, culturais e políticas tem suas próprias dinâmicas. (SINGER, 1998, p. 140).

Este é o ponto central da argumentação de Singer. O contra-ponto que ele faz com uma interpretação recorrente sobre a teoria marxista de que toda mudança na supra-estrutura está dependente do desenvolvimento das forças produtivas. Ele entende que seria um erro reduzir a evolução legal, política e cultural de uma formação social aos efeitos das transformações econômicas. Dentro da formação social capitalista o autor vai retomando a história e pontuando como aconteceram as relações entre a infra-estrutura e a supra-estrutura, começando pelo surgimento da formação social capitalista, passando pelas fases de capitalismo dirigido, capitalismo monopolista, contemplando nesta discussão, o papel das revoluções industriais e tecnológicas. Singer (1998) vai buscar os primórdios do modo de produção capitalista no período da revolução comercial entre os séculos XI e XIV na Europa

medieval, o qual, depois da queda do império romano, cessa o comércio no continente e os europeus começam, a partir das cruzadas, estabelecer uma frente comercial através das redes de trocas de mercadorias com o extremo oriente. A produção para este mercado era realizado sob a forma de produção simples nas cidades e depois no campo. Nessa época, a formação social na Europa era dominada pelo capital mercantil que precisava de uma crescente produção de mercadorias para realizar as transações comerciais de longas distancias. Só no século XVI, na Inglaterra é que a base técnica da produção inicia um processo de transformação.

A formação social capitalista teve sua origem na primeira revolução industrial quando esta dominou toda infra-estrutura. Entre 1780 e 1880 há uma consolidação da indústria tanto na Grã- Bretanha como no continente europeu e na América do Norte. A construção de ferrovias favoreceu o desenvolvimento dos mercados nacionais, a navegação a vapor, a construção de canais, a telegrafia, a telefonia, foi fundamental para a consolidação da formação social capitalista.

No campo da supra-estrutura, neste mesmo período, foram grandes as transformações. Um dos exemplos foi a prática dos governos representativos, e o “laisse faire, praticados inicialmente na Grã- Bretanha e nos Estados Unidos, que foram sendo aos poucos adotados por todos os povos civilizados”. (SINGER, 1998, p. 145). Esta foi a época de muitas revoluções <sup>46</sup> cuja intervenção modificou as estruturas políticas. Muitas colônias se transformaram em nações independentes, houve uma ampliação dos direitos civis e políticos. No campo cultural foram difundidos os valores das liberdades individuais e dos direitos de cidadania. Para explicar a relação existente entre as mudanças na infra-estrutura e na supra-estrutura, o autor toma como base o movimento operário. Na primeira revolução industrial, a classe operária não-agrícola era formada por profissionais que dominavam determinados, ofícios. Com a chegada do sistema fabril, empregadora de grande massa de trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados acarretou uma perda dos direitos profissionais. A primeira reação da classe operária foi de tentar legalmente o impedimento da construção de fábricas, depois partiram para a destruição das fábricas, foram violentamente reprimidos. No momento seguinte o movimento operário centrou sua ação não mais contra as inovações técnicas e sim contra o capitalismo. É importante registrar que nesse período, o movimento operário britânico teve uma forte influência de Robert Owen:

Este achava que as conquistas da revolução industrial era um passo enorme para a emancipação da humanidade e propunha aplicá-las num novo modo de produção que ele denominava de *socialismo* e que tomaria a forma de aldeias cooperativas, em que a produção e o consumo seriam organicamente coletiva e democrática. (SINGER, 1998, p. 147).

A luta era para conquistar novos direitos e, ainda dentro do capitalismo, preparar-se para a construção de uma nova formação social, na qual não houvesse capitalistas e assalariados, e sim produtores associados. A presença da corrente socialista nas revoluções foi aos poucos se fortalecendo. Em 1848 foi lançado o Manifesto Comunista por Marx e Engels, marcando uma época de intensa movimentação operária cuja presença era marcada pelos socialistas, anarquistas e comunistas. Estas correntes proletárias são produzidas pelo avanço do modo de produção capitalista. Segundo o autor:

Este seria o elo entre a revolução capitalista na infra-estrutura e o amplo revolucionamento da supra-estrutura, impulsionado não só, mas também, pelas revoluções políticas. A mudança supra-estrutural ganhará dinamismo próprio e tornará desnecessário o recurso à revolução à medida que os direitos civis, políticos e sociais se universalizam. (SINGER, 1998, p. 148).

A segunda revolução industrial, além das inovações tecnológicas, tais como: a energia elétrica, o automóvel, os aparelhos domésticos, etc., trouxe consigo um método novo na produção, distribuição e no consumo. Introduziu a *fabricação em massa de produtos*. Isto começou nos Estados Unidos e depois se estendeu por toda a Europa. Na produção em massa os preços dos produtos caíram, com isso, muitas empresas que não tinham condições de competir, se fundiam com as maiores ou eram compradas por estas. O resultado disso foi a formação de um capitalismo monopólico. O aguçamento desta versão do capitalismo deu início a uma luta fratricida pelos mercados no mundo, o que resultou na 1ª guerra mundial (1914-1918), seguida por vários movimentos revolucionários como foi o caso da revolução russa de 1917. As economias foram devastadas pela guerra, estabelece-se um período de grande recessão econômica. O medo da hiper-inflação levou a um conservadorismo monetário, no qual governos e autoridades monetárias viam nas políticas recessivas a única saída para conter a crise.

Na contramão dessa orientação conservadora, três países se destacam. Nos Estados Unidos, Roosevelt assume o poder em 1933, na Suécia (1932) a social democracia ascende ao poder e Adolf Hitler inicia o regime nazi-fascista na Alemanha. Esses países

---

<sup>46</sup> Revoluções coloniais na América Latina, a revolução francesa de 1830, a guerra civil dos estados unidos(1861-1865), a Comuna de Paris em 1871, entre outras.

implementaram outras políticas com base na expansão dos gastos públicos, liberação do crédito e desvalorização da moeda em relação ao ouro. Com isso, as economias desses países retomaram o crescimento. Assim, o capitalismo consegue sair da crise em que se encontrava pela intervenção do Estado. É inaugurada uma outra fase do capitalismo – o *capitalismo dirigido*.

Os impactos do capitalismo dirigido, na realidade, foram bem diferentes. O grupo composto pelos Estado Unidos e pela Suécia, implementaram políticas de distribuição de renda, direitos sociais, etc. A Alemanha seguiu outro caminho. Centrou sua ação na reconstrução da indústria alemã para poder se lançar numa corrida armamentista. Na primeira estratégia, houve uma revolução social e política:

Inaugurou um modo democrático de governar em que o poder de estado passou a ser partilhado entre representantes do movimento operário e do capital. O New Deal deu status legal à representação sindical, inclusive nos locais de trabalho e criou um programa permanente de sustentação oficial dos preços agrícolas. A social democracia sueca, que ganharia as eleições nas décadas seguintes, desenvolveu um sistema de negociação permanente entre a central operária, a cúpula empresarial e o governo nacional.(SINGER, 1998, p. 157).

A segunda estratégia implementada por Adolf Hitler na Alemanha, deu origem a um regime nazi-fascista que se configurou como uma contra revolução política, na qual todos os direitos políticos foram revogados, as conquistas democráticas anuladas e o poder concentrado na figura de uma só pessoa.

Essas duas estratégias têm no campo da infra-estrutura um traço em comum que é o dirigismo do estado. O capitalismo fica dependente das decisões do estado. No entanto, no campo da supra-estrutura sua configuração é completamente oposta. Os Estados Unidos tomam o rumo do liberalismo, a Suécia implementa um capitalismo de bem-estar social e com a Alemanha cai no abismo do nazi-fascismo.

Finalmente, o que queremos extrair das elaborações de Singer, é precisamente no que ele apresenta sobre a construção de um modo de produção e como situar o movimento de economia solidária nesse contexto. Ao fazer essa reconstrução histórica do capitalismo, o autor mostra que não há necessariamente uma dependência da supra-estrutura em relação às forças produtivas, única condição para o surgimento de um novo modo de produção. A supra-estrutura, no entendimento de Singer, está ligada à infra-estrutura, mas esta tem sua própria dinâmica. Porque cada realidade, a partir de sua própria história, responde de forma diferenciada aos desafios postos pelo capitalismo. A teoria marxista de modo de produção

explica muito bem a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, mas não é possível afirmar que esta mesma premissa tenha que estar presente em todo processo de mudança numa formação social. Não é necessário que a base material de produção de um determinado modo de produção entre em colapso para que outro possa surgir.

No quadro a seguir tentaremos apresentar de forma resumida o pensamento do autor:

Tese: A economia solidária é o modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado pelos trabalhadores. Tem como base a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual nas iniciativas econômicas. Esse sistema requer a presença do Estado para que este implemente a redistribuição solidária de renda entre os cidadãos.	
Modo de produção	Uma forma específica de organizar a atividade produtiva e repartir os resultados entre seus participantes. Uma formação social é composta de vários modos de produção.
Ponto de partida: conceito marxista de Supra-estrutura e Infra-estrutura	A mudança na supra-estrutura não está condicionada ao desenvolvimento das forças produtivas. Ela está ligada à infra-estrutura, mas tem sua própria dinâmica.
Demonstração histórica	<p><b>1° Revolução Industrial:</b> infra-estrutura impacta profundamente a supra-estrutura</p> <p><b>2° Revolução Industrial:</b> inovações tecnológicas, fabricação em massa de produtos – <b>capitalismo monopólico</b> - luta fratricida pelos mercados no mundo - 1ª Guerra Mundial. Período de grande recessão econômica. O medo da hiper-inflação levou a um conservadorismo monetário, as políticas recessivas eram a única saída para conter a crise - <b>o capitalismo dirigido.</b></p> <p>Os Estados Unidos, Suécia e Alemanha decidem implementar estratégias diferentes: Na primeira estratégia (USA e Suécia) houve uma revolução social e política: A segunda estratégia implementada pela Alemanha, deu origem a um regime nazifascista que se configurou como uma contra revolução política. Essas duas estratégias têm no campo da infra-estrutura um traço em comum que é <b>o dirigismo do Estado.</b> O capitalismo fica dependente das decisões do Estado. No entanto, no campo da supra-estrutura sua configuração é completamente oposta.</p>
Conclusões	Modificações supra-estruturais não se generalizam, porque esbarram com resistências maiores ou menores em diferentes países. A teoria marxista de modo de produção explica a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista mas não é possível afirmar que esta mesma premissa, tenha que estar presente em todo processo de mudança numa formação social.

QUADRO 2 – Economia solidária como modo de produção

Nesta mesma linha de pensamento afirma Jonas Bertucci (2006) que as mudanças ocorridas na supra-estrutura do modo de produção capitalista não foram condicionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e sim “por uma reação de trabalhadores e de diversos segmentos sociais contra o prejuízo acarretados pelo capitalismo. Tais movimentos estiveram presentes em toda a história do capitalismo, independente do nível de desenvolvimento das forças produtivas” (BERTUCCI, 2006, p. 15).

Neste sentido, é perfeitamente possível que a economia solidária, enquanto uma reação da classe trabalhadora aos limites impostos pelo capitalismo na sua atual fase de flexibilização do emprego, possa se constituir como um modo de produção, posto numa perspectiva de transição com sua própria lógica, com sua própria racionalidade.

A relevância da economia solidária como um modo de produção ou como uma forma social de produção certamente é um debate teórico que deve permanecer e alimentar o fazer da economia solidária. Porém, o que nos instiga é descobrir se esta forma/modo de produção tem condições de se ampliar e perdurar. É importante explicitar que as duas correntes de pensamentos se aproximam quando o debate chega na arena política - o que não é de estranhar, já que ambos são construtores históricos do movimento brasileiro de economia solidária. Um autor partindo da construção clássica marxista de modo de produção e o outro partindo da mesma corrente, porém em certa altura rompendo com ela, ao afirmar a insuficiência explicativa deste conceito clássico, pegando como ponto de partida a relação entre infra e supra-estrutura.

A economia solidária na opinião dos autores é mais que um fenômeno sazonal casual oriundo da crise do capitalismo. Ela se distingue de outras formas de produção por ser portadora de outra racionalidade. Entendemos que a população, ao reconhecer na economia solidária uma forma de produção superior ao modo de produção hoje hegemônico poderá superar a ordem vigente.

#### 2.1.4 A RACIONALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DO MERCADO DEMOCRÁTICO

É comum afirmar que a economia solidária tem sua racionalidade pautada na solidariedade e na cooperação. A questão que propomos discutir aqui é se esses princípios orientadores têm condições efetivas de construir uma nova ordem econômica, uma outra forma de organizar a produção e distribuição dos bens numa determinada formação social.

Neste sentido, trazemos um debate posto na década de 1990 pelo economista Luis Razeto que elabora sua argumentação teórica da viabilidade da economia solidária a partir da análise do *mercado democrático*. O autor considera nos seus estudos as empresas de trabalhadores no cooperativismo e na economia solidária.

Razeto é um dos primeiros intelectuais na América Latina a pautar o tema da economia solidária e dar-lhe um arcabouço teórico. Inaugura pois, um período de sistematização das primeiras ações que viemos chamar de “movimento recente da economia solidária”. O autor, na obra *Economia de solidariedade e Mercado Democrático* (1994), o segundo livro de uma trilogia, começa por abordar a necessidade de conhecermos a teoria da ciência econômica na perspectiva de qualificar as análises sobre economia solidária, no esforço de entender em que medida ela impacta a ciência econômica. Para isso, ele resgata a teoria da ciência econômica retomando as fases dos clássicos, neo-clássicos e os keynesianos e a partir daí, busca construir uma teoria da economia solidária.

Razeto retoma a origem da ciência econômica, a qual nasce como resposta à seguinte pergunta científica: *em que consiste a riqueza e qual é sua natureza última e essencial?* A resposta que um grupo de filósofos encontraram é que, diferente da terra e do ouro, a economia é produto da atividade humana e se constitui enquanto uma ação independente da ordem religiosa e natural. Está intrinsecamente ligada à ordem social, na qual, o *trabalho* é a fonte de riqueza. Assim, a ciência econômica era vista como uma “ciência social e política cujo objeto é o sistema concreto das atividades e relações econômicas, políticas e culturais das classes e dos grupos sociais”. (RAZETO, 1994, p. 9).

No período clássico da ciência econômica, a teoria que predominava era o *liberalismo*. Este foi um movimento teórico por um livre comércio, “cujo programa político pertencia a um grupo social emergente que se propunha a reestruturar a sociedade subordinando o trabalho ao capital, a agricultura à indústria e o poder estatal a serviços de seus próprios interesses”(Ibid. p. 10). No liberalismo, o papel do Estado estava restrito a proteger o direito à propriedade privada e o livre mercado. Nesta perspectiva teórica, o liberalismo separa a economia do político e elabora um conceito de mercado que prescindem o conceito de Estado. Com isso, se dá teoricamente a separação entre sociedade civil e sociedade política.

Se na teoria clássica, o debate ideológico é ocultado, a economia neo-clássica vem acentuar essa visão. A fase neo-classista é um esforço teórico de legitimar a economia enquanto ciência natural e para isso são grandes as elucubrações teóricas. O mercado capitalista é o objeto de estudo dessa ciência. O mercado é dado como algo autônomo que

funciona com suas próprias leis. Aqui, a ciência econômica é apresentada como espaço particular de relações econômicas puras, cujo grau de objetividade a faz suscetível de um conhecimento exato. Neste momento, a ciência econômica se separa da filosofia social e política e se apresenta enquanto uma *ciência natural* “cuja estrutura cognitiva havia alcançado os mais elevados níveis de prestígio a partir de sua demonstrada eficácia prática, tecnológica, resultante de sua estreita vinculação com a produção e com a indústria” (RAZETO, 1994, p. 12).

Na perspectiva de se constituir enquanto modelo das ciências naturais, a ciência econômica assimila seus métodos de forma a se legitimar cientificamente. Segundo Razeto (1994) são quatro as características desse intuito: a) Procura-se explicar os fenômenos econômicos pelas leis naturais, isso implica em que o objeto de estudo se desenvolve com regularidade, automatismo e repetitividade; b) É construída uma relação entre os elementos da ciência (métodos, dados e teoria) a partir das ciências naturais pois busca-se “atribuir objetividade aos dados, codificar normas metodológicas supostamente rigorosas e construir a teoria por acumulação de hipóteses particulares” (RAZETO, 1994, p. 14); c) A tendência conjuntural de que só era científico o que fosse matematicamente mensurável; d) A idéia de que a realidade pode ser estudada como campos e objetos separadamente ganha força e se institucionaliza o econômico para a economia, o social, o cultural para as ciências políticas.

A ciência econômica nesta fase define o *mercado* como objeto de análise e teoriza o que foi uma experiência histórica de um determinado mercado como absoluto e universal. É importante destacar aqui, que o liberalismo ao mesmo tempo em que se constituiu como movimento teórico, foi também, um programa econômico e político de um determinado grupo social que o utilizou como instrumento de organização e realização de um mercado capitalista, cuja racionalidade se generalizou. No campo científico, a questão posta pelos seus idealizadores era responder por que este mercado capitalista poderia ser teorizado por uma ciência, principalmente considerando a base de funcionamento desse mercado pautado na liberdade de iniciativa econômica, pelo livre mercado. O conceito de livre mercado é assim apresentado:

É aquele em que os processos são resultados de múltiplas iniciativas individuais e de grupos autônomos que decidem, em função de suas próprias motivações, interesses e projetos, as atividades – de trabalho, investimento, comércio, consumo, desenvolvimento, etc. – mediante as quais buscam satisfazer suas necessidades e ampliar sua posição relativa no mercado. Podemos dizer, pois, que neste mercado determinado operam infinitos arbítrios individuais, e o conjunto se move e é causado por decisões e atividades independentes que se entrelaçam e influenciam-se reciprocamente. (RAZETO, 1994, p. 17).

Partindo dessa perspectiva, isto é, de um mercado pautado na livre concorrência com toda essa diversidade, a questão era como justificar teoricamente um mercado como algo que se desenvolve autonomamente e de forma ordenada. Considerando que numa determinada formação social os fenômenos e suas leis para se justificarem enquanto tal, precisam estar identificados e ser resultado das relações sociais, das atividades por estas estabelecidas, os liberais elaboraram uma compreensão das leis econômicas (que explicariam o fenômeno em estudo) na qual:

Uma expressão abstrata de regularidade concretamente observáveis no mercado que só podem existir e se manifestar nos comportamentos e ações dos sujeitos que os constituem. Por isso, as “leis” e o “automatismo” do mercado de concorrência se instauram e funcionam quando as decisões e as atividades dos distintos sujeitos econômicos e sociais se desenvolvem conforme os modos de comportamento relativamente constantes e portanto previsíveis (RAZETO, 1994, p. 14).

Estava criada a explicação teórica de uma ciência econômica na qual, o elemento central era um mercado detentor de uma regulamentação espontânea, cuja racionalidade operava independente da vontade humana e da intervenção estatal, confirmando-se portanto, sua identidade de ciência natural.

Segundo Razeto, o que de fato aconteceu é que alguns grupos sociais homogêneos e dominantes introduziram um determinado comportamento – que eles entendiam como racional, e o impuseram aos demais grupos sociais. Com isso, tolheram o que chamavam de “livre iniciativa de sujeitos independentes” a uma única lógica – a ganância, sob uma única forma de operar – a racionalidade capitalista.

No nosso entendimento, o liberalismo no afã de demonstrar a validade da ciência econômica sob a ótica do mercado capitalista, o faz sob pena de contradizer a sua própria essência - a promulgada liberdade humana. Ao homogeneizar as relações econômicas, considerando válida somente as relações comerciais lucrativas, desconsidera infinitas e variadas outras formas de relações sociais e econômicas. Relações estas, anteriores à constituição da ciência econômica e que permanecem, pois, o real não se deixa aprisionar pelos conceitos e teorias.

A teoria de mercado elaborada pelos liberais passa por algumas alterações<sup>47</sup>, mas permanece intocada na sua essência e ainda detém forte hegemonia na sociedade atual, enquadrando inclusive a economia. Fala-se em “economia de mercado” para se referir a todo

o sistema econômico capitalista. Nesta construção teórica de mercado, queremos pontuar aqui, é que a economia solidária traz de volta essa discussão pelo fato de o mercado ser um elemento de grande importância na vida cotidiana dos setores que a compõem. Ele se constitui enquanto uma questão teórica, à medida em que, seus atores se deparam com a complexidade de lidar em um ambiente tradicionalmente hegemônico pelo pensamento liberal.

Neste campo, as dificuldades encontradas no movimento de economia solidária, vão desde a sua expressão concreta como espaço de comercialização até o entendimento do que seria o mercado na perspectiva da economia solidária. Há setores no movimento de economia solidária que, ao reduzir o conceito de mercado apenas à visão construída pela corrente liberal, propõem uma economia solidária fora do mercado. Outros que, para se manter no mercado atual, acabam utilizando-a e/ou deixando-se seduzir pelos princípios da concepção do mercado na sua versão capitalista.

Uma terceira corrente advém do fato de que, o movimento recente de economia solidária tem descoberto e re-descoberto várias e diferentes formas de se relacionar com um mercado que não se enquadra nos dentro dos parâmetros liberais, mostrando com isso, que o mercado não é portador apenas de uma racionalidade, e sim de várias, que nos processos de produção, distribuição e consumo, as relações econômicas estão imbricadas com outras racionalidades de cunho cultural e político.

Na tentativa de contribuir para o debate sobre a economia solidária e o mercado, recorreremos à construção da concepção de Razeto sobre o mercado:

O mercado não é uma organização de relações de intercâmbios entre empresários e consumidores, e sim mais concretamente, como todo um complexo sistema de inter-relação e de relações de forças entre todos os sujeitos, individuais e coletivos [...] que ocupam diferentes lugares na estrutura econômico-social, que cumprem distintas funções e que participam com diversos fins e interesses em um determinado círculo econômico relativamente integrado, ou seja, que formam parte de uma certa formação e distribuição, perseguem a satisfação das próprias necessidades e interesses . (RAZETO, 1994, p. 93).

Nesta perspectiva, os sujeitos individuais e coletivos, para participarem do mercado, empregam suas próprias forças e poderes. Eles lutam entre si para obter os melhores resultados. No mercado internacional, isto não é diferente. Aqui, há também uma interação das relações de forças entre os diversos grupos econômicos e os Estados nacionais. Estes sujeitos, agindo internamente ou externamente, são também sujeitos sociais que ao disputarem

---

<sup>47</sup> Isto acontece principalmente com a teoria keynesiana que incorpora outro papel para o Estado além de um

as questões econômicas, disputam também posições políticas, culturais e ideológicas na sociedade e no Estado, pois só assim, é possível exercer um maior poder de pressão e ampliar sua força. A institucionalidade política e jurídica é também parte integrante nesse sistema. Ela regulamenta as ações dos diferentes sujeitos, garante os direitos e deveres das partes estabelecendo os limites, favorecendo uns setores mais que outros, a partir das suas prioridades. O mercado pode se organizar de várias formas:

O mercado pode estar organizado com maior ou menor controle do Estado, com maior ou menor liberdade de iniciativa individual, com maior ou menor igualdade social, com procedimentos mais ou menos racionais de planificação, com procedimentos progressivos ou regressivos de distribuição de riqueza, com distintos níveis de autonomia dos diversos atores econômicos e sociais. Com maior ou menor predomínio e presença do capital, trabalho, tecnologia, poder público, etc. (RAZETO, 1994, p. 94).

Porém, o autor alerta que nunca o mercado seria um “mecanismo automático objetivo”, mas, sim, um conjunto de relações de forças entre diversos seguimentos sociais. Nesse sentido, é possível dizer que no mercado, também estão presentes as relações de cooperação e solidariedade.

No caso da economia solidária, em sua racionalidade estão contidas necessidades, cujas respostas nem sempre podem ser obtidas na disputa com outros seguimentos (muitas vezes nem são objetos de disputas de outros setores econômicos) e sim, a partir de ações criativas e integradoras de comunidade e grupos sociais. Além disso, os diferentes sujeitos têm diferentes necessidades e o grau e a forma de satisfazê-las também são diferenciadas, independentemente de serem setores solidários ou não. Há sujeitos coletivos e individuais que lutam até o extremo para atender as suas necessidades, outros se contentam com consumo médio e outros estão satisfeitos em garantir sua auto-suficiência. Com estas considerações partiremos da construção elaborada de mercado por Razeto, para retomar a nossa questão teórica - a problemática da economia solidária e suas condições efetivas de construir uma nova ordem econômica pautada numa melhor utilização dos recursos e a melhor e mais justa distribuição dos resultados.

O autor define mercado democrático como: “aquele mercado determinado em que o poder se encontra altamente distribuído entre todos os sujeitos de atividade econômica, repartido entre uma infinidade de atores sociais desconcentrado e descentralizado” e *mercado oligárquico* como “aquele em que predominam oligopólios e monopólios, em que o poder e a riqueza se encontram altamente concentrados” (RAZETO, 1974, p. 107).

Partindo do entendimento de que o mercado hoje é hegemônico (mercado capitalista), de perfil oligárquico, ao concentrar o poder e a riqueza e que subordina os demais setores, o desafio posto, no sentido de democratização do mercado, seria como potencializar todos os setores econômicos de forma que não houvesse um único, mas vários centros de poder e de decisão. Nesse sentido, o autor destaca dois setores com potenciais aglutinadores. Um é a expansão nas atividades econômicas do Estado como forma de fomentar a democratização econômica. O outro setor refere-se às cooperativas e empresas autogestionárias cujos processos constitutivos são diferentes da lógica capitalista, tais como o a compreensão do trabalho, do consumo, o modelo de gestão, da tecnologia, etc. Eles apresentam também, um processo de autonomia em relação ao Estado e ao capital. Esses empreendimentos, na visão do autor, são portadores de novas energias, atuam no mercado introduzindo outra racionalidade que, ao se expandirem, criam uma nova relação de força potencializando setores até então subordinados por um poder central.

Na busca de explicar de como seria o funcionamento de um mercado democrático, o autor recorre a uma categoria de análise de concepção liberal chamada “competência perfeita”:

Com a expressão competência perfeita os economistas designam uma hipotética situação de mercado em que os diferentes atores econômicos enfrentam preços *dados* e não estão em condições de influir sobre a oferta e a demanda global. Eles não têm poder sobre as condições existentes no mercado sendo sua ação econômica insignificamente pequena em relação ao funcionamento do conjunto da economia. (RAZETO, 1994, p. 109).

Na opinião do autor, mesmo que este conceito nunca tenha se verificado na realidade, isto não o invalida como um modelo hipotético. Razeto utiliza este conceito para afirmar que apenas em um mercado democrático, ele teria condições de se efetivar, visto que, na concepção do mercado oligárquico os preços são algo “dado”, um resultado natural da oferta e da demanda. No mercado democrático acontece exatamente o contrário: os preços são resultados das relações de forças entre seus agentes, cada um com seu poder de influência.

Assim, quanto mais democrático for o mercado, mais perfeito e competitivo será. Quanto mais sujeitos influenciarem o sistema de preços, menor será o poder que cada um terá, pois um será compensado pelo outro. Quanto mais democrático for o mercado mais parecerá que o sistema de preços não corresponderá à vontade isolada de algum setor e sim poderá crer-se que os preços são independentes da vontade dos sujeitos. Porém, o poder de decisão de cada um dos setores econômicos será sempre maior que zero.

Nos seus estudos, o autor afirma que o cooperativismo e a autogestão operam no mercado com essa prática. A economia solidária com suas categorias, inibe a concentração do capital e ao mesmo tempo é capaz de introduzir criativamente novos processos de desenvolvimento.

As diferentes categorias, *capital, poder público e trabalho*, organizam suas unidades econômicas a partir de suas próprias racionalidades e se caracterizam por reproduzir principalmente (e não exclusivamente) relações nas quais estão contidas - no caso do capital de intercâmbios e trocas; no caso do Estado, de tributação e hierarquia; e no caso do trabalho, relações de cooperação.

O desafio teórico a que o autor se propõe é descobrir quais são as situações em que essas forças apontam para cada determinada direção, para assim poder atuar de forma a reforçar as tendências democráticas limitando as de tendências concentradoras.

Razeto inicia esse caminho buscando demonstrar que o mercado democrático requer *um amplo pluralismo de relações econômicas e de distintos tipos*, até porque no seu entender, não existe um setor onde predomine um tipo “puro” de relações.

No caso do *capital*, cuja lógica está centrada nas relação de trocas no qual qualquer interferência é considerada uma anomalia, o autor afirma que nenhuma economia poderia existir com relações puramente de trocas. Se assim o fosse, os setores da sociedade como os idosos e as crianças que a rigor não estariam na sua fase economicamente ativa, não teriam como sobreviver.

O autor introduz uma distinção teórica do mercado cujas relações predominantes seriam *o capital* (economia capitalista) com um mercado onde predominem relações de *intercâmbio* (economia mercantil). Assim, as atividades organizadas com algumas categorias distintas da lógica do capital poderiam se relacionar com outros setores através de intercâmbios. Nesse sentido afirma Razeto:

Pode perfeitamente postular-se uma economia de caráter autogestionário a nível de unidades produtivas, em que fatores organizadores principais sejam por exemplo o trabalho, a tecnologia, a comunidade, que se relacione com o mercado conforme o sistema mercantil de intercâmbios regulado por um determinado sistema de preços. (RAZETO, 1994, p. 117).

O autor lembra que a experiência autogestionária da Iugoslávia foi uma tentativa de implementar uma economia mista, na qual as relações de intercâmbio não estavam submetidas à lógica do capital.

Partindo desse entendimento, do que seja um mercado de intercâmbios, o autor afirma que “competência perfeita” não é algo natural, automático ou que este tenha necessariamente uma tendência concentradora. O fato é que no interior deste setor é possível avançar para uma tendência ou para outra, a depender das ações empregadas por seus atores.

No caso do *setor público*, estatal, também houve nas experiências socialistas em alguns países, exemplos de organização da economia, na quais o mercado teria suas relações organizadas por um único tipo - o Estado. A economia seria desta forma organizada por meio da planificação. O socialismo, ao se contrapor ao capitalismo, partiu do conceito de mercado liberal e negou juntamente com o capitalismo, as relações de mercado pautadas nos intercâmbios (aqui também já com seu significado ampliado). Segundo o autor, nunca na história aconteceu uma economia exclusivamente planificada. Nesta perspectiva de mercado, igual como no capitalismo, um setor – nesse caso o Estado – decide quem pode ou não se manter ativo na produção através da planificação. A questão colocada é que se um plano fosse algo puramente técnico seria possível teoricamente prever “na forma mais eficiente possível que nenhum recurso seria destinado àquele seguimento que não compactuasse com o referido plano”. (RAZETO. 1994, p. 120). Porém, nenhum plano é puramente técnico. Ele representa um conjunto de decisões subjetivas que são socialmente elaboradas. Certamente, uma sociedade cujo mercado fosse organizado exclusivamente por este tipo de relações é teoricamente pensável, mas provavelmente seria carente de humanidade nas relações sociais.

Abandonando essa hipótese de um mercado exclusivamente planificado, propõe analisar a situação de um mercado de “tributación y asignación jerárquica”, como sendo “aquele em que através da planificação se determinem os fluxos econômicos mais abundantes e decisivos em nível de uma sociedade e seu conjunto mantendo em condição subordinada os demais tipos de relações econômicas” (RAZETO, 1994, p. 121). Para o autor, não seria correto teoricamente igualar um mercado em que predomine o poder estatal sobre as demais categorias e fatores econômicos (economia estatista) com um mercado em que predominam relações normativas e hierárquicas que ele passa a chamar de *economia regulada*. A confusão entre os conceitos de economia socialista (estatista) e a economia regulada, planificada possibilita muitos equívocos no que tange à compreensão das vantagens e desvantagens do socialismo e da planificação do mercado. A tese socialista é que uma economia planificada racionalmente proporciona uma distribuição igualitária da riqueza, de forma que cada um receba conforme as suas necessidades:

Esta afirmação não é tão arbitrária como tem pretendido seus detratores, pois na realidade do processos de planificação operam os termos de satisfação

proporcional das necessidades, em base em certos critérios de racionalidade com que toma decisões os planejadores em funções de tais objetivos. (RAZETO, 1994, p. 122).

Por outro lado, os críticos do socialismo, afirmam que este tipo de economia conduz à concentração de poder nas mãos de uma categoria burocrática. Tese esta, que também não é completamente arbitrária, já que são muitas as evidências empíricas de que a planificação, a partir do modelo da estatização, pode gerar esses tipos de processos. Porém, é preciso reconhecer que numa sociedade onde predomina a economia regulada ou planejada podem coexistir tendências de concentração e de democratização do mercado. Precisamos então descobrir onde se concentram os pontos mortíferos desse processo para assim poder atuar de forma a liberar as energias que favoreçam a democratização.

Nesse sentido, alguns elementos podem ser identificados como sendo desafios a serem enfrentados. Um deles certamente está centrado nos processos de decisões em relação à execução do plano. Seria preciso saber qual o grau de participação da sociedade no processo de planificação para sabermos qual é a legitimidade, a identificação ou não desse órgão com a sociedade. Assim, é possível imaginar um mercado cuja planificação seja fruto de um processo onde os mesmos sujeitos que vão executar o plano (diferentes sujeitos econômicos) sejam também construtores das políticas específicas para este setor. Teríamos assim, um mercado planejado de forma democrática e participativa, identificada com os anseios da sociedade e respaldada por esta. Obviamente, isso exige que os diversos sujeitos econômicos tenham mais que voz e voto. Eles devem ter o controle das informações, dos recursos e dos meios necessários para planejar e executar o plano. Ao contrário seriam apenas espaços consultivos sem poder real de implementação e poderiam ser facilmente esvaziados da sua missão. Para isso, é importante que estejam organizados de forma autogestionária garantindo a autonomia dos diversos setores constituintes desse mercado.

O autor constrói algumas indicações gerais que segundo ele podem ser válidas para distintas sociedades particulares. Um mercado democrático exige em primeiro lugar que os processos de produção, distribuição e consumo, sejam organizados por distintas categorias econômicas (capital, poder público e trabalho) e exige da mesma forma, diversidade e pluralidade nas relações econômicas. Quanto maior for essa pluralidade, maior é a probabilidade de democratização. A segunda indicação formulada é que os diversos setores devem ter seu tamanho reduzido para que o conjunto das relações torne-se democrático. Assim, no caso do setor de trocas, quanto mais forem as atividades capitalistas menos democrático será o mercado, por isso quanto mais forem as atividades relacionadas ao setor

do trabalho, mais chance terá o mercado de ser democrático. No caso do setor regulado, quanto maior for a participação de todos os setores nas tomadas de decisões e na descentralização das ações, menor será a burocracia e o poder de concentração do Estado. No que se refere ao setor solidário, quanto maior for a expansão das formas associativas nas quais prevaleçam a cooperação, mais democrático será o mercado.

A terceira indicação apontada pelo autor está ligada ao fato de que é possível que determinadas atividades sejam mais bem realizadas por determinados setores e outros não. Por isso, seria necessário favorecer as potencialidades peculiares de cada setor. Além disso, é fundamental considerar as características culturais de cada sociedade determinada.

Perseguindo o intuito teórico do que seria um mercado democrático algumas condições são necessárias. Entre elas o autor destaca: uma real *liberdade de iniciativa econômica*<sup>48</sup>, a *participação* nas tomadas de decisão que necessariamente não precisam ser da mesma forma para todos, devendo ser respeitadas as diferentes formas que cada setor possui nos seus próprios processos e que sejam garantidos no conjunto, os vínculos permanentes entre os “dirigentes” e “dirigidos”; de *integração social e solidariedade*, à medida em que a luta pelo poder não se torne uma luta fratricida, mas que predominem nas relações elementos de união e não de conflitos; um nível de *desenvolvimento econômico*, em que o fornecimento dos bens e recursos seja suficiente para garantir as necessidades básicas da população; e que haja um *sistema de comunicação eficiente* de forma que todos tenham acesso às informações que necessitem para efetivar suas atividades.

Ao discorrer sobre a possibilidade teórica da efetivação de um mercado democrático, o autor inicia sua argumentação da inclusão do setor da economia solidária como elemento integrante de grande importância ao lado dos outros setores, intercâmbio, regulado e solidário. Para isso, propõe um olhar na economia solidária identificando quais são as formas em que os sujeitos exercem suas forças e poderes, o modo em que se estrutura a correlação social e o caráter integrado ou conflitual dos comportamentos dos sujeitos.

---

<sup>48</sup> “Liberdade para que os distintos sujeitos (individual e coletivo) possam se integrar no mercado tanto quanto contratado como organizados em unidades e atividades autônomas e que todos os sujeitos tenham a possibilidade de preferir entre os distintos tipos de comportamentos e relações econômicas (intercâmbios, cooperado, tributação, etc.), aquelas que melhor correspondam a seu modo de pensar de sentir e de ser, com uma só limitação: de que tais opções não transgridam iguais e legítimos direitos dos demais. Este plano de liberdade econômica permite compreender que a defendida crença da liberdade de mercado conduz à concentração de poder e a marginalização, é substancialmente errada. Tal concentração não é resultado de muita, senão de **pouca** liberdade e em particular de uma certa forma de conceber e organizar a liberdade de alguns, porém não de todos, sob o regime da produção capitalista” (Razeto.1994,137).

Comparando o setor de economia solidária e o setor de intercâmbios a vantagem da economia solidária é de “ser permanentemente libertadora das potencialidades de ação autônomas dos sujeitos individuais e coletivos” (RAZETO, 1994, p.140). Enquanto o setor de intercâmbio (mercado capitalista) não está à disposição para todos, apenas para aqueles com poder de mercado, excluindo os demais, a economia solidária opera na direção contrária - a de inclusão social e econômica dos excluídos e subordinados como sujeitos ativos. A participação de todos os sujeitos envolvidos nas atividades como nos processos de decisões é um dos princípios constituintes da economia solidária, é um dos elementos com a qual se faz reconhecida. Assim como fazem parte de sua identidade, as práticas da integração social e de solidariedade.

No que tange à questão da comunicação, a economia solidária pode alcançar vantagens consideráveis em comparação com os demais setores. Quanto mais completas forem as informações, mais seus participantes terão melhores benefícios. Em relação à ocupação plena dos recursos e fatores econômicos no mercado democrático, a economia solidária também tem um grande potencial. O fortalecimento da cooperação e da solidariedade resgata para este setor abundantes recursos humanos e materiais que têm sido relegados no mercado capitalista. Na economia solidária, esses setores excluídos conseguem suficientes níveis de eficiência. Exemplo disso, são as várias empresas recuperadas, depois de um processo de falência decretado pelo mercado capitalista, conseguem, a partir da gestão dos trabalhadores, obter excelentes resultados.

A economia solidária, portadora de relações de cooperação, reciprocidade e de solidariedade, ao ter suas atividades e o volume dos fluxos ampliados, segundo o autor, opera no mercado em dois sentidos complementares:

De um lado construindo os supostos da dimensão do poder, atuando concretamente num processo de desconcentração e descentralização, e por outro lado criando condições que favoreçam relações sociais integradoras, incidindo na conformação democrática dos sujeitos em seus modos de pensar, de sentir, de relacionar-se e de atuar. (RAZETO, 1994, p. 141).

Dessa maneira, o desenvolvimento do setor da economia solidária opera no sentido democratizador do mercado, criando novas relações de forças sociais e transformando as estruturas existentes. Sintetizamos no quadro a seguir o pensamento do autor:

Tese: A economia solidária, portadora de relações de cooperação, reciprocidade e de solidariedade, ao ter suas atividades e o volume dos fluxos ampliados tem um papel preponderante na construção do mercado democrático.
--

Mercado	Um complexo sistema de inter-relação e de relações de forças entre todos os sujeitos, individuais e coletivos. Ele se organiza com maior ou menor controle do Estado, com maior ou menor liberdade de iniciativa individual, com maior ou menor igualdade social, com procedimentos mais ou menos racionais de planificação, com procedimentos progressivos ou regressivos de distribuição de riqueza, com distintos níveis de autonomia dos diversos atores econômicos e sociais.
Mercado democrático	Quando o poder se encontra altamente distribuído entre todos os sujeitos de atividade econômica, requer um amplo pluralismo de relações econômicas e de distintos tipos.
Setores do mercado democrático	Capital, Estado e o Trabalho
Papel da economia solidária na democratização do mercado	Atua construindo os supostos da dimensão do poder, atuando no processo de desconcentração e descentralização; criando condições que favoreçam relações sociais integradoras, incidindo na conformação democrática dos sujeitos.
Conclusão	O desenvolvimento do setor da economia solidária opera no sentido democratizador do mercado, criando novas relações de forças sociais e transformando as estruturas existentes.

QUADRO 3 – A racionalidade da economia solidária a partir da democratização do mercado

Por fim, entendemos que os conceitos aqui apresentados nos do fenômeno que nos propomos a analisar. Isto acontece, na medida em que suas elaborações elucidam ou pelo menos, nos oferecem algumas chaves de leituras importantes para entendermos qual a economia solidária enquanto paradigma de desenvolvimento, que ao dialogar com as diversas expressões empíricas podem, em um processo dialético, influenciar e ao mesmo tempo ser influenciadas por estas. Assim, têm sentido no recorte que enfocamos para a nossa pesquisa, as contribuições dos autores citados no que tange à questão da economia solidária sob outra racionalidade.

Os debates ora travados sobre a economia solidária como modo de produção (Singer) ou como uma forma social de produção (Gaiger), ao nosso ver, não são contraditórios e sim complementares. Ambos partem da mesma matriz marxista, percorrem caminhos teóricos diferentes, mas apontam para mesma direção. Enquanto Singer afirma ser a economia solidária um novo modo de produção alternativo ao capitalismo considerando as categorias de infra-estrutura a supra-estrutura, Gaiger afirma que a economia solidária poderá ser um novo modo de produção se conseguir expandir de forma significativa as suas atividades e o volume do fluxo na economia de forma que possa alterar o modo material de produção. O mercado

numa perspectiva democrática não parece ser algo absurdo ou restrito a alguns “guetos solidários” numa determinada formação social. Razeto mostra-nos que ele é não apenas empiricamente pensável, como também, teoricamente possível na ciência econômica, na qual a economia solidária tem um papel singular com seu processo de democratização.

## 2.2. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CATEGORIAS DE ANÁLISE

### 2.2.1. A economia solidária e movimentos autogestionários

A autogestão enquanto um modelo de gestão restrito ao ambiente interno das unidades econômicas, não é nenhuma novidade para a economia solidária. Os empreendimentos econômicos solidários mostram que esta forma de organizar a produção, além de democrática é também viável economicamente. A autogestão como princípio está diretamente ligada à identidade do movimento, por isso é um dos bens mais caros da economia solidária. A questão que gostaríamos de abordar aqui, é se há possibilidades de a autogestão ser ampliada, como forma de organização da sociedade, mais ainda, como princípio orientador da vida, na qual as pessoas possam, a partir do princípio da autogestão, tomar atitudes autônomas nas suas relações sociais.

Na tentativa de situar o tema na sua visão ampliada, pretendemos sistematizar alguns elementos que vemos importantes para o debate da autogestão na efetivação da economia solidária. Para isso, apresentamos um conceito de autogestão elaborado durante a Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizado em Lisboa em 1978. Retomamos também, a construção teórica sobre autogestão elaborada por Henri Lefebvre<sup>49</sup> e propomos um “passeio histórico” por quatro experiências sociais de autogestão.

Na Europa recuperamos a experiência de Berlim no final da primeira guerra mundial, destacando os Conselhos Operários Autogestionários (Arbeiterräte) e da Iugoslávia apresentamos a autogestão, como um sistema misto de governo. O passeio segue até a América Latina e dialoga com a experiência do governo de Allende, no Chile, para depois chegar ao Brasil, onde destacaremos o processo de autogestão vivenciado pelo Quilombo dos Palmares.

Como afirma Singer a economia solidária é uma expressão do movimento internacional de construção de uma sociedade socialista em curso há mais de dois séculos.

---

<sup>49</sup> Pensador francês, Henri Lefebvre (1901-1991), teorizando sobre a luta de classes, insistindo numa leitura não-dogmática do marxismo. Reconhecido pela sua crítica não só no campo filosófico e econômico, mas principalmente pela formulação de uma vasta obra que analisa a problemática urbana e espacial.

Esse “tempo histórico” lhe confere um aprendizado e será preciso diferenciá-lo da experiência que foi a economia socialista estatal. Será preciso, também, resgatar alguns elementos presentes na gênese do pensamento socialista que são a democracia e a autogestão. Nesse sentido, os movimentos sociais autogestionários são uma fonte de inspiração e experimento concreto da capacidade humana, os quais, mesmo com todos os dilemas e contradições são capazes de realizar diálogos e acordos. Assim, a autogestão é ao mesmo tempo um princípio e se constitui enquanto processo pedagógico fundamental à cultura socialista.

Situamos a autogestão dentro do que chamamos de cultura socialista, por entendermos que só nesse paradigma societário, a autogestão poderá ter alguma chance de se efetivar, visto que no capitalismo, a autogestão entraria em contradição com a essência deste, pois o capitalismo traz em si, o elemento da exploração como instrumento norteador das relações sociais. Para entendermos melhor a autogestão, retomamos a definição construída coletivamente durante a Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário em Lisboa de 1978 que define autogestão como sendo:

A construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisões, de gestão e de controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004, p.60)

Neste conceito, destacamos alguns elementos fundamentais para o movimento contemporâneo de economia solidária. O primeiro deles é a referência ao modelo de socialismo enquanto processo em “permanente construção”. Isso nos ajuda a pensar estrategicamente, em uma possibilidade de desenvolvimento pautado em outros princípios, fugindo da tese propagandeada pelo pensamento neoliberal, de que a proposta de uma sociedade socialista estaria esgotada em virtude dos equívocos cometidos nas experiências históricas socialistas. O caráter de permanente construção requer um olhar a partir do um dinamismo histórico, que nos permite também aprimorar as nossas estratégias.

No que se refere à economia solidária, de forma mais específica é também um componente importante, por ser uma chave de leitura que nos obriga a acolher as diversas expressões organizativas das trabalhadoras e dos trabalhadores da economia solidária. Expressões que contemplam, entre outras, a criatividade, fazendo com que “o diferente” não seja um obstáculo, mas sim, um elemento a ser agregado dentro das diversas expressões

culturais. Outro elemento nesse conceito é a forma de organização proposta “da base para a cúpula”, que direciona a atenção para quem está na base das organizações e permite que as tomadas de decisões sejam uma ação democrática e descentralizada. Essa referência é importante, porque diz respeito aos protagonistas das ações nos processos de transformação social.

Uma contribuição singular na tentativa de explicar a possibilidade teórica da autogestão nos é oferecida de forma simples e didática por Lefebvre. Nascimento (2004) lembra que este autor elabora sua teoria dizendo que todas as sociedades são compostas de elementos fracos e fortes. O pontos fortes no seu conjunto, formam a estrutura da sociedade. A política estatal serve para proteger esses pontos fortes. O pontos fracos surgem nas frestas entre esses pontos fortes. São os espaços “vazios” nos quais as forças sociais intervêm e buscam a hegemonia, transformando-se em pontos fortes. Segundo o autor, isso aconteceria através de um abalo (fato político) ou da desestruturação do conjunto da sociedade.

Para ilustrar sua argumentação, Lefebvre se vale da experiência da Comuna de Paris e explica que em 1870, Paris é o ponto fraco do Império Bonapartista. Isto devido ao processo de industrialização, ao crescimento do proletariado, à segregação social, à repartição dos operários nos bairros periféricos, entre outros fatores. A burguesia francesa e o Estado eram fortes fora de Paris. Nesse “vácuo”, os operários criam a Comuna de Paris. Projetam a autogestão a partir da ocupação das fábricas abandonadas pelos patrões. Elaboram o *Programa da Comuna* com 13 pontos que vão além da questão econômica.

Nascimento (2004), relembra que a Comuna de Paris deteve o poder por dois meses mas mesmo sendo um período curto (26.03.1871 a 28.05.1871), deixou um legado importante à história da luta da classe trabalhadora. Na França, os operários estavam concentrados em grandes empresas (em 1860 os canteiros navais de Paris tinham mais 70 mil operários). Paris tinha à época dois milhões de habitantes devido, sobretudo, ao processo migratório influenciados pela reforma urbana parisiense adaptada à “modernidade”. Mesmo num cenário complicado e com posições contrárias, afirma o autor que a Comuna de Paris instala um governo baseado em dois princípios fundamentais: A gestão popular de todos os meios de vida coletiva e a gratuidade de tudo que é necessário e de todos os serviços públicos<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Nascimento (2004) afirma que à Comuna de Paris declarou que no *setor produtivo*, todas as empresas privadas seriam expropriados e seus bens entregues a coletividade, a fábrica ficaria sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado seria eleito pelos operários reunidos, e revogável toda vez que não cumprisse suas obrigações; a jornada de trabalho foi fixada em 10 horas; no *setor de habitação*, foi declarada a expropriação geral de todo solo e sua comunicação, foi feita a requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente; no *setor de urbanização*, foram criados serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez do urbanismos do automóvel

Lefebvre ao explicar como se daria a autogestão, afirma que para se generalizar e se transformar em um sistema, a autogestão se chocará com o sistema estatal político seja ele qual for, pois para ele o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: Estado em extinção.

Sem entrar no mérito da posição anarquista do autor, entendemos que essa explicação nos aproxima teoricamente de como se daria a autogestão num sistema ampliado e nos ajuda a entender os desafios postos no contexto atual para movimento de economia solidária e sua relação com o e Estado, principalmente no caso brasileiro no que diz respeito às políticas públicas para o setor de economia solidária.

Dentre as diversas experiências de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores no seu processo de autonomia, iremos destacar três exemplos históricos, por entender que eles representam bem os propósitos desse texto.

#### 2.2.1.1 Conselhos Operários na Alemanha (Arbeiterräte)

Os Conselhos Operários foram criados pela primeira vez na Rússia em 1905. Eberhard Kolb (1962), afirma que a Alemanha só tomou conhecimento de forma mais ampla pelas notícias sobre a Revolução Russa de 1917, através do relatório da “Proclamação de Paz de Petersburger”. Mesmo assim, o que se sabia sobre os detalhes, as tarefas destes conselhos era muito pouco. “Quanto menos se sabia dos conselhos russos, tanto mais forte se tornou o valor simbólico que se atribuía aos conselhos”.(KOLB, 1962, p. 56).

Na I Guerra Mundial (1914-1918), a Alemanha vive um período de fartura, porém já em 1915 o quadro começa a mudar. A Alemanha defronta-se com muitas revoltas populares e um quadro generalizado de muita fome causada pela guerra. Em 1917 explode na Alemanha um movimento grevista. Em Leipzig foram 10 mil trabalhadores em greve. Esses trabalhadores criaram uma comissão composta por trabalhadores e representantes de um grupo de dissidentes do Partido Social Democrata – SPD, grupo chamado de Partido Independente da Social Democracia Alemã (Unabhängige Sozialdemokratische Partei

---

levou à solidão, à desolação e ao inabitável; no *setor de transportes*, declarou o uso gratuito dos meios de transportes públicos e colocou à disposição da população 1 milhão de bicicletas; na *educação* foi abolida a escola “velha”. As crianças deviam se sentir como em casa, aberta para a cidade e para a vida. A função da escola era torná-las felizes e criadoras. A Comuna proclamou a anistia geral e a abolição da pena de morte; não mais deveria existir a submissão da criança e da *mulher* à autoridade do pai; o casal deveria constituir-se livremente com o único fim de buscar prazer; A Comuna proclamou a liberdade de nascimento, o direito de informações sexuais desde a infância, o direito ao aborto, o direito à anti-concepção. A Comuna proclamou Paris como terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos pelas suas idéias e ações.

Deutschlands – USPD). Entre as reivindicações dos grevistas, pela primeira vez estavam contidas metas políticas, com isso, os conselhos adquiriram um significado simbólico, eram identificados com as lutas radicais de transformação da sociedade. Em janeiro de 1918, 400 mil trabalhadores entraram em greve em Berlim e formaram o primeiro Conselho de Operários da Grande Berlim com 414 representantes.

Segundo Nascimento (2004), esses conselhos se espalharam na Alemanha e se instalaram nos principais centros industriais da Alemanha tais como: Berlim, Hamburg, Bremen e na região do Rio Ruhr (Ruhrgebiet). Em novembro de 1918 a frente alemã é derrubada, os soldados desertam. Em Kiel (norte da Alemanha), os marinheiros se negam a servir, formam um Conselho de Marinheiros, chegam a Hamburg e se dispersam por toda a Alemanha. Meijer descreve assim este momento:

Hamburg acolhe os marinheiros com entusiasmo; soldados e operários se solidarizam com eles e elegem também seus Conselhos. Até então, esta forma de organização era desconhecida na prática, uma ampla rede de conselhos operários e conselhos de soldados cobriu rapidamente, em quatro dias, o país. [...] a censura vigiava. De todas as formas, nenhum partido, nenhuma organização havia proposto nunca esta nova forma de luta. (MEIJER, 1998, p. 1).

Em 9 de novembro do mesmo ano, a revolução se instala em Berlim. A Alemanha perde a guerra, o imperador Wilhelm II renuncia. Assim descreve Rosa Luxemburg:

Em 9 de novembro, trabalhadores e soldados destruíram, na *Alemanha*, o velho regime. Nos campos de batalhas da *França*, dissipou-se a ilusão sangüinolenta da dominação mundial, alimentada pelo sabre prussiano. O bando de criminosos que abrasou o incêndio mundial e afogou a *Alemanha* em um mar de sangue, chegou ao fim do seu latim [...] Meios de produção encontram-se aniquilados, em monstruosa dimensão. Milhões de forças trabalhadoras - o tronco mais capaz e de melhor qualidade da classe trabalhadora -, foram massacradas. Os que permaneceram vivos esperam, no meio do caminho de regresso aos seus lares, a miséria cínica do desemprego, da inanição, ao mesmo tempo em que enfermidades ameaçam exterminar a energia do povo em sua própria raiz. (LUXEMBURG, 1919, Cap. I).<sup>51</sup>

Numa conjuntura de guerra, os diversos setores sociais exigiam mudanças. O conteúdo e a tática variavam a depender da tendência que operava dentro desse processo. Enquanto o SPD e o USPD procuravam operar as mudanças, dentro do sistema vigente, a Liga Spartacus (Spartakusbundes), questionava não apenas a guerra, como também, todo o sistema político da sociedade alemã. Segundo Kolb (1962), a Liga era um grupo da esquerda

---

<sup>51</sup> Conferir em: <http://scioentific-socialism.de/LuxemburgoRRCAP1.htm>. Acesso 17.07.07

radical, inspirado no modelo bolchevique cuja direção era composta basicamente de intelectuais, movimento de juventude socialista e alguns poucos trabalhadores. As regiões centrais do movimento spartakista eram Stuttgart, Dresden, Chemnitz, Hanau, Duisburg, Düsseldorf, Berlim e Bremen.

Dois grandes dirigentes se destacaram na condução intelectual do movimento spartakista: Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht. Apesar de ter vivido grande parte deste período na prisão, Rosa deu uma contribuição singular no processo revolucionário, ao escrever sobre as posturas do SPD, ao qual ela acusava de se voltar apenas à luta parlamentar; fez duras críticas à revolução russa, polemizou com Lênin sobre a questão da organização e defendeu os Conselhos Operários como possibilidade de realização de suas concepções sobre socialismo:

A essência da sociedade socialista consiste em que as grandes massas trabalhadoras deixam de ser massas governadas, passando a vivenciarem elas mesmas, pelo contrário, toda a vida política e econômica, guiando-a, com auto-determinação consciente e livre. Por isso, da cumeeira mais elevada do Estado até a mais ínfima comunidade, devem as massas proletárias substituir os órgãos legados pela dominação da classe burguesa – os senados, os parlamentos, os conselhos municipais – por órgãos da sua própria classe, os *Conselhos de Trabalhadores e Soldado* [...] Os meros *Decretos sobre a Socialização*, editados pelas autoridades supremas da revolução, nada mais constituem senão palavras vazias. Somente os trabalhadores podem, através de sua própria ação, fazer as palavras tornarem-se realidade encarnada. (LUXEMBURG, 1919, Cap. II).<sup>52</sup>

A Liga entendia que era a classe proletária que deveria definir os objetivos e a orientação da revolução e com isso, dar vida ao socialismo. Era no exercício coletivo que a classe trabalhadora aprenderia a se autogerir, pois esta tinha o direito à experimentação social.

Conforme Rosa Luxemburg (1919), instalada a República dos Conselhos, algumas medidas políticas, sociais e de proteção à revolução seriam tomadas: entre elas: a) Desarme da polícia e dos soldados não operários, e de todos os membros da classe dominante; b) Supressão de todos os órgãos políticos e administrativos do antigo regime, que serão substituídos por homens de confiança dos Conselhos de Operários e Soldados; c) Criação de um tribunal revolucionário; d) Criação de um tribunal Estabelecimento da República Unitária Alemã; e) Supressão de todo parlamento; f) Igualdade entre os sexos perante a lei; g) Distribuição de alimentos para a população; h) Redução da jornada de trabalho para 6 horas; i) Direito dos conselheiros de revogar o mandato de seus representantes a qualquer momento.

---

<sup>52</sup> Conferir em: <http://scioentific-socialism.de/LuxemburgoRRCAP2.htm>. Acesso 17.07.07

Em janeiro de 1919 acontece a conhecida “semana sangrenta de Berlim” com forte repressão na qual são assassinados Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht e a insurreição Spartakista chega ao fim.

#### 2.2.1.2 A autogestão na Iugoslávia

A história da autogestão na Iugoslávia teve sua origem na revolução de 1941 a 1945 através dos *Comitês Populares de Libertação*. O sistema socialista autogestionário (1949-1983) precisamente no período que vai de 1974 a 1978, por entender que este explicita os esforços de efetivar o sistema socialista autogestionário, o que nos ajuda na compreensão do tema e nos provoca a pensar a sua contemporaneidade.

A Iugoslávia, comandada pelo General Josip Broz Tito, difere das demais experiências socialistas do leste europeu, por implantar um modelo que combinava autogestão com o socialismo estatal. Esta não foi uma tarefa simples. O conflito era permanente entre os trabalhadores e os instrumentos de poder, como a tecnocracia que vai aos poucos se instalando. Nascimento (2004), aponta que, já no II Congresso dos Autogestores no país, ocorrido em maio de 1971, os trabalhadores indicavam a autogestão, como fio condutor do desenvolvimento social que deveria orientar o sistema global de organização da sociedade socialista. É nesta fase que se cria a Organização de Base do Trabalho Associado – OBTA<sup>53</sup> pautada no princípio da delegação. Esse sistema político-social é fundado no trabalhador-autogestor:

Este trabalhador-autogestor pode exercitar seu poder diretamente no âmbito do seu mais próximo ambiente de vida e de trabalho associado em qualidade de habitante de bairro, na comunidade de habitação autogerida, e na qualidade de indivíduo com uma base social organizada, satisfaz sua própria necessidade e também dos familiares nos setores da cultura, da educação, da saúde, etc. e, na comunidade de interesse autogerido. (NASCIMENTO, 2004, p.77).

A estrutura organizativa era exposta por meio do *Sistema de Delegação*. A implementação desse sistema de delegação cria e fortalece um poder horizontalizado na esfera social e ao mesmo tempo ele “mina” o monopólio do partido e do Estado. O sistema era centrado na *Assembléia da Comunidade Sócio-política*, que era o órgão máximo de poder. Ele era constituído pela organização de base dos trabalhadores associados e na coletividade de

---

<sup>53</sup> Em 1977 existiam na Iugoslávia 16.402 “Organizações de Base de Trabalho Associado”.

trabalho; cooperativas camponesas e de artesãos; coletividade de trabalho dos órgãos estatais; comunidades de moradias; organização sócio-política. Todos os delegados eram eleitos pelas suas respectivas organizações e comunidades.

O sistema autogestionário da Iugoslávia era composto basicamente por três formas de organização da participação econômica, social e política. A *Autogestão nas empresas* era composta por duas estruturas básicas. Uma política e outra de gestão. Na esfera política, os órgãos de autogestão eram compostos pelo *Conselho Operário*, eleito pelos trabalhadores. Esse conselho também elegia o *Comitê Gestor*. O diretor da empresa era escolhido após concurso público e podia ser reeleito a cada quatro anos.

A *autogestão social* agregava o setor de serviços. Havia dois grandes problemas inerentes ao tipo de instituição. Um era o limite orçamentário, pois dependia da verba governamental e o outro em consequência deste, era a ingerência dos poderes públicos sobre as instituições sociais. Uma alternativa encontrada pelos trabalhadores foi a criação das *Comunidades de Interesse*. Essas comunidades eram formadas por representantes das instituições sociais e pelos usuários. Estavam presentes principalmente nos setores de educação e saúde. Em outras instituições, tais como os Bancos, Seguros Sociais e a Administração. A autogestão estava restrita aos *Comitês de Base* responsáveis pela questões da gestão executiva e não da política.

A *Autogestão na política* era expressa por um Estado federativo composto por seis repúblicas e duas províncias autônomas, representadas igualmente na federação. Era de responsabilidade da Federação, a política externa e a defesa nacional. A Assembléia Federal (parlamento) era composta por cinco Câmaras: a) Três câmaras representando os conselhos autogestionários; b) Uma câmara diretamente eleita pelos cidadãos; c) Uma câmara representando as nacionalidades: deputados das repúblicas e províncias.

A experiência do socialismo autogestionário na Iugoslava terminou no princípio de 1990 numa onda de muita violência. Esta sempre foi uma região de muitos conflitos, com várias nacionalidade, etnias e religiões. Com a Morte de Tito em 1980, muitas revoltas assolaram o país. As três republicas mais desenvolvidas: Sérvia, Croácia, Eslovénia, explodiram em greves, as forças conservadoras e fundamentalista instalaram-se favorecendo a guerra.

### 2.2.1.3 A autogestão na América Latina: a experiência chilena

Com esta experiência queremos nos aproximar da versão autogestionária latino-americana. Nesse sentido, o Chile é uma “porta aberta”<sup>54</sup> para quem quer conhecer um experimento da luta do povo na busca de sua autonomia. Interessa-nos aqui registrar, o processo de autogestão a partir da mobilização popular e das ações governamentais de apoio a este movimento.

Em novembro de 1970, o povo chileno elege Salvador Allende como presidente, indicado por uma frente popular de partidos de esquerda chileno, através da aliança denominada de “Unidade Popular”. Todo o governo de Allende foi marcado por uma intensa mobilização popular, sob pressão constante da burguesia e seus representantes. O programa desta aliança<sup>55</sup> estabelecia entre outros pontos que “as forças populares unidas, buscam como objetivo central de sua política substituir a atual estrutura econômica, terminando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e do latifúndio, para iniciar a construção do socialismo”.(NASCIMENTO, 2004, p.99).

No início da gestão do governo de Salvador Allende, o país viveu um período de crescimento econômico, verificado pelo aumento da produção e do consumo e pelo desemprego e a inflação em baixa. Aliado a isso, foi desencadeado um processo de mobilização social. É na tentativa de nos aproximarmos do que significou para a organização das classes subalternas, o socialismo autogestionário chileno que destacaremos duas ações, com as quais, ao nosso ver, ajudam-nos a entender a autogestão no Chile. Recorreremos, pois, a experiência dos *Conselhos Comunais Camponeses* e das *Áreas de Propriedade Social –APS*.

a) Conselhos Comunais Camponeses:

Esses Conselhos eram espaços democráticos de tomadas de decisão, compostos por trabalhadores do campo que tiveram um papel importante de acelerar o processo de reforma agrária, marcado por uma luta contra os latifundiários. A reforma agrária chilena foi realizada a partir da expropriação de terra e beneficiou os pequenos e médios produtores. A reforma agrária e o desenvolvimento agropecuário faziam parte do plano global da construção de uma economia a serviço do povo. As modificações sobre o plano de reforma agrária, antes de serem encaminhados ao parlamento, tinham de ser discutidos e aprovados pelos conselhos. Segundo o Plano de Reforma Agrária da Unidade Popular no seu artigo primeiro:

---

<sup>54</sup> O governo de Salvador Allende abrigou muitos políticos brasileiros exilados durante a ditadura militar. Entre eles, Mário Pedrosa cujas cartas são fontes históricas e nos permitem um olhar brasileiro sobre esse fenômeno. Além disso, o Chile abrigou também cientistas sociais de várias partes do mundo interessados em desvendar a realidade local.

<sup>55</sup> O programa da Unidade Popular foi aprovado pelos partidos: comunista, socialista, radical e social-democrata, pelo Movimento de Ação Popular Unificado, a Ação Popular Independente em Santiago do Chile. 17.12.1969.

A reforma agrária e o desenvolvimento agropecuário não só implica na expropriação de todos os latifúndios. À entrega da terra aos camponeses, dava-se a assistência técnica e o crédito necessário para que pudessem produzir o que o Chile precisava, e sim também compreendia a transformação das relações comerciais e industriais para a venda e compra dos produtos que os camponeses necessitam para viver e produzir (PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 1969, p. 3)

Acompanhando essas medidas, o plano previa também uma política de formação constando de um programa nacional de alfabetização para adultos, curso técnico em agropecuária considerando o plano de produção regionalizado, jornais, programas de rádios com temas específicos, teatro e apoio às expressões culturais entre outros. O intuito era investir no desenvolvimento das comunidades camponesas.

b) Áreas de Propriedade Social –APS:

As Áreas de Propriedade Social foram fruto de um acordo entre o governo e a Central dos Trabalhadores chileno. Esse acordo garantia a participação dos trabalhadores na formulação da política econômica e social do país. A organização nas empresas que faziam parte das APS estava assim definida: a) Assembléia dos trabalhadores; b) Assembléia das unidades produtivas; c) Comitê coordenador dos trabalhadores; d) Conselho de administração.

Entre as funções da assembléia dos trabalhadores estavam: discutir os planos e a política na empresa, eleger os representantes dos trabalhadores perante o conselho administrativo e solucionar os conflitos no comitê coordenador. Ao comitê coordenador cabia a formação política sobre a APS nos meios de produção e assessorar o chefe da unidade produtiva na questão da gestão da empresa.

A mobilização dos trabalhadores foi fundamental para a implantação das APS. Os trabalhadores das empresas ameaçadas de falência para criar um fato político, iniciava uma greve, ocupavam as fábricas e solicitava do governo a transformação da empresa em APS. Foram muitos os conflitos instalados. Assim informa Nascimento:

O número de grevistas na indústria privada foi multiplicado por 10, entre maio de 1971 e maio de 1972. Mais de 250 empresas foram colocadas sob regime de intervenção estatal em 1972; em 1971, a cifra foi de 91 empresas. 80 empresas, com cerca de 10.000 trabalhadores, acusadas de integração à APS, foram convertidas em Cooperativas Operárias e, reagrupadas em uma Federação das Empresas e das Brigadas de Trabalhadores. As APS e as Cooperativas Operárias foram as duas formas heterogêneas de participação com tendência à formação de coletivos operários quase proletários dos meios de produção. (NASCIMENTO, 2004, p.100)

O governo vivia um eterno dilema entre garantir o processo de construção do socialismo respeitando o programa para o qual foi eleito e, ao mesmo tempo, respeitar a ordem burguesa com suas instituições. Sob pressão constante da direita conservadora, o governo se viu obrigado a fazer concessões para se manter no poder. Os empresários faziam greves, atentados nas fábricas, boicotavam a produção. Em contraposição a esta situação a classe trabalhadora, num alto grau de mobilização, reagia e criava seus próprios mecanismos de defesa. Uma destas formas foram os cordões industriais

A partir do 15 de outubro, os coletivos operários asseguraram a produção e organizaram a segurança contra os atentados terroristas que se multiplicavam contra as fábricas. Em Santiago, e em torno da cidade, surgiram então, novos órgãos de poder operário: os “Cordões Industriais”. Assembléias gerais agrupavam os operários delegados em todas as empresas de uma zona industrial, criando as coordenações operárias locais. Os “Cordões” se institucionalizam; reagrupam, também, os representantes dos órgãos populares dos bairros vizinhos. (NASCIMENTO, 2004, p.101):

Os *Cordões Industriais* asseguravam produção, consumo e serviços de saúde diretamente. Foram também criadas as *Juntas de Abastecimento –JAPs* que eram os coletivos dos bairros formados por consumidores e pequenos comerciantes para gerir a distribuição e controlar os preços. Em maio de 1973 aconteceu a tentativa de golpe contra Allende (Tancazo), os Cordões se armaram, Allende tentou evitar a guerra civil fazendo mais concessões, mas, em 11 de setembro de 1973 sofreu o golpe militar. O Chile encerrou assim sua fase autogestionária. O período seguinte sob a ditadura de Pinochet implementou uma repressão violenta. Porém, o legado deixado pela organização popular à história e as futuras gerações, nenhum canhão foi capaz de destruir.

#### 2.2.1.4 Uma vivência histórica de autogestão no Brasil: a República de Palmares

O Brasil é país que se constituiu a partir de uma brutal colonização europeia, do genocídio de muitos povos indígenas, da exploração de suas riquezas naturais e da escravização de seu povo implementado seja pelos colonizadores europeus, pelas oligarquias agrárias e pela burguesia nacional. Mesmo assim, é possível encontrar diversas expressões autogestionárias como reação da população frente à situação de dominação à qual era submetida. Uma dessas experiências é o Quilombo dos Palmares.

O Quilombo dos Palmares localizava-se na Serra da Barriga, no que hoje é o estado de Alagoas, no nordeste brasileiro. Tinha mais de duzentos quilômetros de extensão. Criado por volta de 1600, era formado por escravos fugitivos e algumas minorias de brancos e

indígenas. Chegaram a ter cerca de 20 mil habitantes (alguns autores afirmam 30 mil), chamados de *malungos* (cidadão da república palmarina ou companheiro), organizados em vários *mocambos* (povoados). Palmares era uma comunidade auto-sustentável. Sua população vivia da pesca, da agricultura e da produção de artesanato. Assim descreve Jayme Altavilla<sup>56</sup>:

Eram os roçados de milhos, algodão, canna de assucar, mandioca e feijao [...] tão amigo era o sólo que para os que o cultivavam que as messes davam para o sustento, de uma estação à outra, com abundantes sobejos. [...] nas fraudas da serra, onde frondejavam grandes arvores fructíferas, corriam regatos de água límpida.(ALTAVILLA, 1925, p. 31 - 32)

Conseguiram desenvolver relações comerciais com as comunidades locais, com quem trocavam o excedente da produção por munição e instrumentos de trabalho:

Toda dificuldade estava nos instrumentos necessários ao amanho; mas a paciência pode mais que as dificuldades e os recursos da natureza iam ensinando o aproveitamento das pedras trabalhadas e das madeiras duras. Eram poucos os as foices, machadinhas e cavadores de ferro, adquiridos nas villas mais próximas a troco de farinha de mandiocas e sereaes. (ALTAVILLA, 1925, p. 31- 32)

É possível perceber como se dava a organização social de Palmares através do relato de Jayme Altavilla. O autor afirma que o quilombo era organizado de forma que existiam os *muicanzos*, que eram os bairros dos palmarinos, localizava-se entre a sede da república e a área de plantio. Tinham um sistema de alarme no qual os búcios tovacam sempre que o quilombo corria perigo ou quando seus participantes eram convocados para alguma cerimonia importante. As casas centrais eram construídas de barro vermelho e cobertas de palhas. A arquitetura era variada. Algumas pareciam com as moradias da Angola e da Guiné, outras tinham uma vaga semelhança da casa dos senhores portugueses. A porta da frente era sempre voltada para um grande pátio onde eram celebradas as festas religiosas, onde ocorria as eleições, os treinamentos de guerra e onde se reunia o conselho de justiça do quilombo. “ à noite os quilombolas reuniam-se em grupos, em frente aos *mucamos* e fumavam, então o cachimbo e cantavam as canções de sua terra distante, já alinhavadas pelos termos da língua portuguesa aprendidos no cativeiro”. (ALTAVILLA, 1925, p. 34)

As leis eram assim expressas:

---

<sup>56</sup> Preservamos a ortografia da língua portuguesa no texto original.

Entre este povo eram castigados inviolavelmente com pena de morte e homicídio, o adultério, e o roubo, porque o mesmo que era-lhes lícito fazer aos brancos, com os quais diziam estavam em guerra, era-lhes vedado, sob pena de morte, praticar com os seus. Aos escravos que voluntariamente se lhes iam oferecer e juntar, concediam liberdade; os que porem, tomavam por força ficavam cativos e podiam ser vendidos. Também impunham pena capital a aquelles que, tendo ido voluntariamente para o seu poder, inventavam de voltar para o poder dos brancos, seus senhores, porem aquelles que eram escravos e dos quais se tinham apoderado pela força se intentavam desertar não os castigavam com pena de morte. Esta leis não eram escriptas mas conservavam-se perfectas nas memórias e tradições, transmitidas de pais para filhos, de maneira que, quando atacaram e os venceram, as acharam impressas nas memórias dos segundos e terceiros netos dos primeiros fugitivos.(GAMA, 1898 apud ALTAVILLA, 1925, p.114).

Há muita controvérsia entre os pesquisadores sobre a organização social e política de Palmares. Alguns afirmam que o modelo existente era de um Estado no estilo dos reinos africanos, governado por monarca. Outra versão é que o poder era descentralizado, dividido em mocambos de diferente etnias:

Uma monarquia electiva era a forma de seu governo. Elegia para seu principe, ou rei, a quem davam o nome de Zombi [...] um dos seus mais inteligentes e alentados e, posto que a sua autoridade fosse electiva, era todavia vitalicia e a ella tinham direito todos os negros, mulatos, e mamelucos de mais recto procedimento, mais valor e experiencia; e não se conta nem se sabe que entre elles houvessem partidos por competencia de merecimento ou ambição de mando, nem que no espaço de quase 60 anos que viveram independentes, e se governavam, matassem para entronizar outro, prestando todos prompta obediencia e respeito ao eleito logo que se concluia a eleição, que era directa. (GAMA, 1848 apud ALTAVILLA, 1925, p.115).

Um dos seus maiores dirigentes foi “Zumbi dos Palmares”. Zumbi Nasceu livre em Palmares em 1655, depois foi capturado e entregue a um padre, de quem recebeu o nome de Francisco. Aprendeu português e latim, com 15 anos fugiu para o quilombo de Palmares. Era conhecido por ser um grande estrategista militar. Comandou a última batalha de Palmares em fevereiro de 1694, quando o quilombo foi destruído por 7 mil homens comandados pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Zumbi conseguiu fugir com outros malungos e só foi morto em 20 de novembro de 1695.

O que é importante destacar na experiência de Palmares é a capacidade de auto-organização, de um povo vindo de culturas e idiomas diferenciados, que em situação completamente adversa, foi capaz de desafiar o sistema vigente por quase um século. Obviamente que este povo constrói sua organização a partir de suas condições, de suas

experiências, de seus conhecimentos. Assim, é possível entender a forma de organização política implementada em Palmares, em ambiente de guerra, sob ameaça constante.

## 2.2.2. A economia solidária e o desenvolvimento territorial sustentável e solidário

### 2.2.2.1 Desenvolvimento sustentável: projetos políticos em disputa

Algumas palavras, entram no vocabulário e na pauta política, de forma que a mesma palavra pode ser usada com diversos significados a depender do contexto e por quem está sendo proclamada. Assim, acontece com as palavras desenvolvimento e sustentabilidade. Historicamente, elas advêm, principalmente, da crítica que muitas instituições, organizações não governamentais e movimentos sociais fazem do modelo de desenvolvimento capitalista. Este modelo tem como referência um padrão “ideal” de produção e de consumo implementado pelos países do norte, que se auto-denominam “desenvolvidos,” cabendo aos demais “em desenvolvimento,” a luta incansável para cumprir as metas estabelecidas pelos desenvolvidos, com o sonho de um dia chegar ao topo e tornar-se um país “desenvolvido”.

O desenvolvimento colocado nessa perspectiva, parte de um falso pressuposto, tem caráter puramente ideológico e serve apenas para legitimar o modelo de desenvolvimento capitalista de viés neoliberal, que é em si, insustentável. Primeiro, que este modelo de desenvolvimento submetido ao crescimento econômico, se pretende único mas não o é. Não é possível exigir um mesmo padrão de desenvolvimento em sociedades completamente diferentes. Essas diferenças não são apenas culturais, são também regionais, climáticas, etc. Segundo, porque seus padrões de consumo são inatingíveis para todos. Se este padrão fosse seguido pelos demais países, o planeta não suportaria. Leroy (2002) afirma que “o caso dos Estados Unidos é definitivo: com 5% da população mundial, eles consomem cerca de 30% dos recursos e da energia produzidos na Terra a cada ano” (LEROY, 2002, p.15). Lembra ainda o autor, que se mais 15% da população chegasse a este padrão de consumo, a vida seria ecologicamente inviável no planeta.

Esta versão que condiciona o desenvolvimento ao crescimento econômico tem como base, a compreensão de que é preciso utilizar o máximo possível das capacidades humanas e dos bens disponíveis na natureza para a realização das necessidades, dos desejos e do conforto da população. O progresso técnico-científico e o consumo de bens são as medidas neste modelo para definir o crescimento econômico. O PIB (Produto Interno Bruto) e o PIB *per capita* (a divisão do PIB pelo número de habitantes) são os seus principais indicadores. Na realidade esses indicadores são ineficazes até para o que se propõem. O Brasil que já ocupou

o 10º lugar neste índice de desenvolvimento econômico, ocupa ainda o 3º lugar em concentração de renda. Demonstrando com isso, um alto índice de desigualdade social. Isto mostra que um fator não depende necessariamente do outro. Não há uma relação direta entre o crescimento econômico demonstrado pelos índices e a qualidade de vida da população que na nossa opinião, indica o desenvolvimento de uma sociedade.

Nesta concepção de desenvolvimento, a questão ambiental entra de forma mais contundente na pauta política, a partir da década de 1970. Na Europa, sob pressão da sociedade, de vários movimentos sociais (estudantil, operário, ecologista, etc.), alguns especialistas introduziram a questão polêmica, de que, em virtude dos problemas no meio ambiente era preciso pensar limites para o crescimento econômico, até porque muitos dos insumos primários utilizados não eram e não são renováveis. O Relatório do *Clube de Roma* expressou esta intenção. Ele apontava que era necessário criar instrumentos de restrições ao uso de insumos primários, sem comprometer o crescimento econômico, mas, que diminuísse o impacto sobre os recursos naturais. Na prática, o relatório foi abortado, visto que não havia por parte dos governos dos países envolvidos, interesse real de implementar qualquer medida que inibisse o crescimento econômico. Somou-se a isso, o desaquecimento da economia em meados da década de 1970, que fez o debate sobre a questão ambiental amornar, nessa instâncias de discussão.

A década de 1980 retoma o debate da questão ambiental e introduz o termo *sustentabilidade* no seu discurso. O documento “Nosso futuro Comum” conhecido como *Relatório de Brundtland* elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a pedido da Assembléia da ONU, foi mais uma tentativa de pautar o debate ambiental:

A partir de uma visão econômica dos sistemas biológicos, pensados então como estoques capazes de produzir excedentes de biomassa, caberia ao desenvolvimento econômico apropriar-se dos fluxos tidos como excedentes da natureza, sem comprometer o que se entendia como *capital natural*. A estratégia apresentada para realização desse propósitos conjugava crescimento econômico com progresso técnico capaz de poupar recursos materiais. (ACSELRAD e LEROY, 1999, p.24).

O desenvolvimento com sustentabilidade apresentado pelo Relatório de Brundtland consegue um certo consenso afirmando-se como pensamento hegemônico nesse campo. Nele o desenvolvimento sustentável é definido como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem as suas próprias

necessidades”. (CMMAD, 1987, p. 46). Este é um conceito de desenvolvimento sustentável amplamente divulgado e conhecido.

A década de 1990 é um período efervescente no debate sobre meio ambiente. Este ganha força notadamente quando a degradação do meio ambiente começa a ameaçar o crescimento econômico e seus efeitos se tornam previsíveis e visíveis. Segundo Spangenberg (1999) é apenas quando a redução dos lençóis freáticos e a contaminação das águas terrestres coloca em risco a água potável; a diminuição da camada de ozônio que, além do prejudicial à saúde, também reduz a produção agrícola e marinha, aumenta a temperatura média, com grandes mudanças climáticas, acarretando altos custos econômicos e sociais entre outros problemas, é que os governos, instituições internacionais, e a sociedade são obrigados a enfrentar o debate do meio ambiente de forma mais atenta.

Foram realizadas algumas iniciativas nesse campo tais como: Convenção sobre Mudanças Climáticas, Convenção sobre a Biodiversidade, Declaração sobre Florestas, entre outras. Destacamos aqui a *Agenda 21* como um importante marco nos debates sobre o tema. Realizado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Agenda 21 aconteceu no Rio de Janeiro entre 03 -14 de junho de 1992, com a participação de 175 países, instituições governamentais e não governamentais, especialistas em meio ambiente. A conferência enfrentou temas polêmicos, introduziu a noção de desenvolvimento em suas várias esferas, (do local ao global), reconheceu os padrões insustentáveis de consumo dos países industrializados, tratou das desigualdades sociais, do combate à pobreza e a necessidade da inclusão social e reconheceu a presença de outros atores marginalizados no desenvolvimento tais como as mulheres. A Agenda 21 propõe no longo dos seus 40 capítulos, um plano estratégico do desenvolvimento sustentável assim explicitado:

Deter e reverter a constante degradação dos ecossistemas vitais para a manutenção da vida, bem como alterar as políticas que resultaram em brutais desigualdades entre os países e, no seio das sociedades nacionais, entre as diferentes classes sociais. (NOVAIS, 2007).

No que pese a importância da Agenda 21 na questão do desenvolvimento com respeito à natureza, ela não consegue sair dos grilhões do arcabouço do desenvolvimento submetido ao crescimento econômico, quando explicita no seção IV, ao falar dos meios de implementação:

As condições econômicas, tanto nacionais como internacionais, que estimulem o livre intercâmbio e acesso aos mercados contribuirão para que o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente se apoiem mutuamente em benefício de todos os países, particularmente dos países em

desenvolvimento ou que experimentam o processo de transição para uma economia de mercado. (AGENDA 21, Cap. 33)

Outro importante acordo internacional nessa linha é o *Protocolo de Kyoto*. Discutido e elaborado no Japão em 1997, na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, teve como tema o aquecimento global, provocado pela emissão de gases tóxicos no meio ambiente (efeito estufa). O Protocolo de Kyoto propôs como ação – considerando os números de 1990 – diminuir em 5,2% a emissão desses gases na atmosfera até 2012. Os países signatários deste acordo deveriam implementar medidas econômicas que coibissem os abusos em virtude desta meta. Kyoto foi um acordo de difícil negociação, demorou para ser implementado. Na tentativa de viabilizar o acordo, foi decidido em 2001, na Conferência de Bonn, a criação dos “Sumidores de Carbonos”. Esta proposta partiu do entendimento de que, havendo países com grandes áreas florestadas, as quais absorvem naturalmente o carbono, estes poderiam usar suas florestas como crédito no controle de emissão dos gases. Os países industrializados como “precisariam” manter sua produção, poderiam transferir suas empresas poluentes para esses países com menor capacidade. Em troca, os países desenvolvidos investiriam financeiramente nesse locais. O Brasil, segundo reportagem do jornal o Globo<sup>57</sup>, poderia captar até 300 milhões de dólares, bastaria elaborar bons projetos.

Mesmo com esta grandiosa concessão, o Protocolo de Kyoto só entrou em vigor em fevereiro de 2005, depois que a Rússia decidiu assinar. Isto porque uma das normas para o acordo ser efetivado era a assinatura de pelo menos 55% dos países responsáveis pela emissão dos gases. Os Estados Unidos da América, maior poluidor mundial, não assinaram o Protocolo afirmando, sem o menor pudor, de que este limitaria a economia do país.

Como no capitalismo tudo e todos viram mercadorias, o meio ambiente não seria a exceção. Mesmo com todo o empenho de várias instituições e especialistas ambientalistas, os acordos firmados quando vão de encontro, quando tocam, mesmo que de leve, nos interesses econômicos financeiros dos grandes impérios econômicos são boicotados ou têm seus objetivos deturpados como é o caso do Protocolo de Kyoto. A questão central não é onde se polui, o planeta é um só, não é transferindo as empresas poluentes de um lugar para o outro que se vai resolver o problema. Os defensores desta política estão em outra direção, não conseguiram entender o verdadeiro sentido da ação, a meta se tornou um instrumento técnico e não uma ação em busca de um objetivo comum que é preservar a vida na Terra.

---

<sup>57</sup> JORNALGLOBO. Kyoto entra em vigor com protestos anti-EUA. 17.02.2005

Estas são as tentativas de pensar um desenvolvimento sustentável subordinado ao pensamento capitalista. Isto vem nos mostrar que não há, dentro deste paradigma de desenvolvimento, a possibilidade real de implementar um desenvolvimento com sustentabilidade numa esfera planetária.

#### 2.2.2.2 O caminho do desenvolvimento sustentável e solidário

A crise ambiental que vem se aprofundando nos últimos tempos, mostra-nos que há uma necessidade urgente de repensar o desenvolvimento, de se criarem novos caminhos. Na busca desses caminhos existem iniciativas bastante interessantes. Uma delas é o *Projeto Brasil Sustentável e Democrático*, um esforço conjunto de algumas organizações não governamentais sob a coordenação da FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, que tem pautado o debate sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil. Fruto da mobilização social ocorrida no início da década de 1990, na fase de preparação da *Rio 92*, o Projeto Brasil Sustentável tem entre seus objetivos “valorizar e estimular experiências e propostas dos movimentos sociais, organizações populares, organizações não governamentais, por um modelo de desenvolvimento alternativo no Brasil, que alie sustentabilidade ambiental, justiça sócio-econômica, equidade de gênero e etnia e democracia participativa” (ACSELRAD e LEROY, 1999, p.7).

Na Alemanha, o *Instituto Wuppertal para o Clima, o Meio Ambiente e a Energia*, é um Centro de Pesquisa que tem contribuído no debate mundial sobre a sustentabilidade e o meio ambiente. Foi este Instituto, junto com a Misereor e outras organizações, que elaborou os documentos “Europa Sustentável” e “Alemanha Sustentável”. Este Centro defende a tese de que a principal causa do desequilíbrio ambiental está no super-consumo das sociedades industrializadas e se estas quiserem realmente construir uma nova ordem mundial, mais justa e igualitária, será necessário diminuir o consumo exacerbado nestas sociedades. O Instituto Wuppertal é um dos parceiros do Brasil Sustentável e Democrático.

Entendemos que para se pensar um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável, um ponto de partida é fugir do pensamento dominante que coloca a questão ambiental apenas na perspectiva da escassez. Este é um referencial perigoso porque ele pode limitar nossos horizontes e inibir nossas estratégias, na medida em que, para se precaver da escassez é preciso “economizar” os recursos naturais, recursos materiais, etc. O nosso desafio é construir uma nova ordem pautada numa outra lógica, que não pode ser o crescimento econômico no seu formato atual. É preciso pensar uma outra perspectiva no caminho de uma ética planetária.

Segundo Milanez (2003), todos os seres são indispensáveis para garantir o processo de vida no planeta. O equilíbrio dinâmico entre os seres é o que vai permitir os ajustes necessários a uma vida harmônica. Este equilíbrio acontece pela complementaridade das diferentes espécies. Para viabilizar esse equilíbrio que permite sua sobrevivência nas mudanças ambientais, as espécies têm flexibilidade e variações dentro desses limites, que se desrespeitados, ameaçam a vida na terra, é o que na ecologia se chama *resiliência*. “o conjunto interativo das resiliências das espécies forma a capacidade suporte de um ambiente, ou seja, o quanto o meio pode ser modificado sem causar danos irreversíveis” (MILANEZ, 2003, p.79). É a diversidade que garante a complementaridade entre as espécies favorecendo uma relação de cooperação e não de competição. A competição natural, nesse processo, tem a perspectiva criadora de gerar novos equilíbrios.

Desta forma, entendemos que a construção de um desenvolvimento sustentável precisa ser solidário, deve partir do pressuposto da inter-relação das espécies e uma relação não utilitária do meio ambiente. Entendemos também que a finalidade do desenvolvimento é a melhoria da qualidade de vida. Porém, esta, precisa considerar questões, tais como: o direito de usufruir ar puro, águas limpas, segurança alimentar, habitação, saúde, transporte e previdência, segurança, educação, informação, liberdade de expressão, direito à livre criação cultural, entre outros. Uma sociedade se aproxima ou se distancia do desenvolvimento na medida em que, a qualidade de vida de seus membros está garantida.

Segundo Roberto Marinho Alves da Silva (2005), o desenvolvimento é uma ação cultural e um processo de construção contínua, o desenvolvimento conjuga experiências com a teoria e nesta dinâmica produz novos conhecimentos sintonizando cultura e natureza. Ao pensarmos os desafios que o desenvolvimento sustentável e solidário impõe, precisamos considerar nesse processo construtivo algumas premissas.

Nesse sentido, o Projeto Brasil Sustentável (1999) aponta algumas referências que devem ser observadas ao se pensar o desenvolvimento sustentável, entre elas: a *eficiência* deve ser pensada na perspectiva de uma racionalidade duradoura, não apenas econômica como também social; a *equidade* na qual, a desigualdade social e degradação do meio ambiente têm a mesma raiz e não podem ser dissociadas, precisam ser pensadas de forma conjunta; a construção de *novos padrões de produção e de consumo*, que sejam ecologicamente viáveis, que considerem as populações locais numa perspectiva da gestão territorial, de forma a valorizar o conhecimento e o desenvolvimento local; a *ética* deve fomentar valores e responsabilidades de todos na preservação da vida.

Portanto, o desenvolvimento solidário é aqui apresentado como:

Um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p.1).

O desenvolvimento aqui apresentado está imbuído da idéia de mudança, de movimento. Requer um processo de transformação das relações sociais, culturais e produtivas. Está sempre em busca de uma nova realidade desejada, de uma construção societária.

### 2.2.2.3 A economia solidária e o desenvolvimento territorial

Pensar o desenvolvimento sustentável com base no território é um desafio a ser enfrentado pelos que fazem a economia solidária. Este debate é fruto das análises e do acúmulo de várias experiências de desenvolvimento regional e local que foram implementadas nos últimos anos, de forma especial, no Brasil e na América Latina. Nas últimas três décadas, com o reconhecimento da importância dos espaços locais na discussão do desenvolvimento, várias estratégias vêm sendo implementadas, a depender da compreensão que se tem do tema, porque este é, como tantos outros, um conceito em disputa.

O desenvolvimento por ser um fenômeno cultural, acontece de forma diferenciada nas diversas regiões e é natural que assim o seja. O modelo de desenvolvimento capitalista, elege o mercado globalizado como o grande promotor do desenvolvimento. Uma de suas características é combinar as áreas centrais com áreas dependentes - é o que Leon Trotsky denominou de “desenvolvimento desigual e combinado”. Isto é importante situar para entender as estratégias implementadas por esta concepção. Em um desenvolvimento de mercado globalizado os estados nacionais têm muitas dificuldades de planejar projetos de desenvolvimentos nacionais, visto que se encontram muito vulneráveis às mudanças do mercado externo. Dentro deste modelo, o desenvolvimento nacional, como também o regional é marcado pela desigualdade. O mercado define qual setor é importante favorecer, elege suas prioridades e define suas áreas. Estas áreas podem ser um país, uma região, uma comunidade. Assim, tornou-se possível criar “ilhas de desenvolvimento” cercadas de miséria por todos os lados. O importante nesta lógica é combinar a potencialidade local com os interesses do grande capital.

Ao estudar o caso brasileiro, Silva (2005), afirma que existem três grandes motivações políticas no que se refere à recente valorização do desenvolvimento local nas

últimas décadas: a) A redução do Estado que transfere suas responsabilidades para outras esferas, descentralizando suas ações; b) A motivação acadêmica que cria na década de 1970, novas metodologias e técnicas de planejamentos participativos, considerando as potencialidades locais em contraposição aos planos de desenvolvimento elaborados pelas cúpulas; c) A reorganização das forças de centro-esquerda que depois da ditadura militar tem disputado a hegemonia no país. Um desses exemplos são as gestões municipais de perfil democrático e popular impulsionados, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores em vários municípios brasileiros.

Um dos horizontes políticos de alguns desses setores, é o resgate das utopias humanizadoras e da radicalização da democracia. Nesta perspectiva, toda estratégia de ação é criada de forma que a população envolvida, em seus diferentes territórios, sejam de fato protagonistas de seu próprio processo de desenvolvimento.

No que tange ao desenvolvimento local/regional, um dos dilemas enfrentados é que em muitos casos, estes espaços não dispõem de meios para superar seus limites porque muitos de seus problemas são de origem estrutural, que na esfera local pouco se pode fazer. Um dos exemplos emblemáticos é a questão do analfabetismo no Brasil. Este é um problema de âmbito nacional, requer uma política ampla, está ligada a outras políticas e ao papel do Estado brasileiro. Outro limite (no caso brasileiro) é a cultura paternalista e assistencialista dos gestores público locais. Esses gestores querem se perpetuar em uma prática do favoritismo político. Quando os agentes de desenvolvimento local partem de uma perspectiva democrática, há em muitos casos, um enfrentamento com os poderes públicos e muitos projetos deixam de ser implementados ou podem ter seus objetivos seriamente prejudicados. Em outra situação, quando a população não está devidamente organizada, pode ser manipulada para respaldar os projetos de desenvolvimento dos grandes poderes econômicos. Esses setores usam um discurso democrático e utilizam várias metodologias, aparentemente participativas, com intuito de implementar, com aval da população local, projetos de seus interesses.

O desenvolvimento territorial surge da constatação desses limites do desenvolvimento local, e da compreensão de que este exige a ampliação das áreas para além dos municípios, devendo considerar outros aspectos.

Um território pode ser identificado como um sendo *espaço natural* tal como um bioma, um ecossistema, uma área de preservação ambiental, bacias e micro-bacias hidrográficas, etc. O território é também representado pelos *espaços étnicos e culturais* como por exemplo as áreas indígenas, quilombolas entre outras. Os territórios podem ser também

espaços criados para implementação de políticas públicas de desenvolvimento. Entre muitos exemplos citamos os pólos de distritos industriais, regiões metropolitanas, território de desenvolvimento rural sustentável, etc. Esses são referenciais identificados ou criados para facilitar ou potencializar a execução de políticas públicas através de consórcios municipais. Este instrumento inibe as ingerências locais da política conservadora presente em muitos dos municípios brasileiros, na medida em que desloca o poder de deliberação para uma instância além do município.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – Brasil, criado no governo Lula, o território é definido como sendo:

Espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (CONDRAF/NEAD, 2003).

Uma das riquezas dessa concepção para o desenvolvimento territorial é que esta pode articular várias outras dimensões do desenvolvimento sustentável e solidário tais como a *inclusão social*, através de ações combinadas de políticas de combate à pobreza e o acesso às políticas sociais de qualidade; *gestão ambiental*, quando desenvolve e difunde tecnologias apropriadas para a região sem depredação do meio ambiente; *ação cultural*, na medida em que, considera as diferentes identidades étnicas-culturais como um potencial para o desenvolvimento. Impõe uma outra visão de *gestão pública*, quando articula vários órgãos de diferentes instâncias de governo e da sociedade civil. Isso evita, por exemplo, a fragmentação das ações otimizando o potencial local. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento territorial solidário potencializa um processo de democratização do poder. A sociedade para poder participar do seu plano de desenvolvimento precisa estar informada e mobilizada. Este processo exige que se faça o controle social das políticas públicas o que pode acarretar um processo de democratização do Estado.

O desenvolvimento territorial implica principalmente no fortalecimento da base econômica local, assim é que se inserimos a o papel da economia solidária nesse processo. Uma das potencialidades de desenvolvimento territorial está na arte de combinar as suas características locais, as potencialidade endógenas com a reestruturação da base sócio-econômica, o que faz criar novas oportunidades capazes de gerar exedentes e com isso aumentar o conhecimento e poder de renda da população envolvida. Os pilares do

desenvolvimento local e territorial sustentável são assim apresentados como “a participação cidadã, em todas as etapas de planejamento, execução e controle; a capacitação ético-política para o exercício da autogestão e para a conquista e vivência da cidadania e da democracia; a cooperação ativa entre os atores locais (SILVA, 2005, p.19).

A economia solidária pelas suas diversas expressões tais como as cadeias produtivas, as redes de comercialização, os fundos e bancos solidários, os complexos cooperativos, as várias incubadoras de economia solidária são potenciais que ao mesmo tempo em que aumentam a renda das famílias empobrecidas, podem implementar um processo de desenvolvimento solidário pois se orientam pela prática autogestionária podendo causar também, um processo de mudança social.

### 2.2.3 Educação na economia solidária: um processo de transformação social

As novas condições históricas imprimem valores, lógicas, pensamentos, conhecimentos inovadores antes desconhecidos. Desafiam as teorias do conhecimento e em particular, a educação no interior dos movimentos sociais.

A realidade atual impõe aos movimentos sociais, entre eles, do movimento de economia solidária, uma abertura para dialogar com velhos e novos interlocutores, exige a capacidade de re-construir a prática educativa, transitar entre o científico e o não científico, acenar em novas direções capazes de afirmar a solidariedade, o afeto e a emoção, ao lado da razão, como aspectos essenciais para a educação e em especial para a educação popular.

O adjetivo “popular” agregado ao substantivo “educação” é muito controverso na sua conceituação, por isso é importante a sua contextualização. Na Roma antiga, o popular, o povo não nobre, era chamado de “*plebis*” diferenciando-se da elite - classe dos patrícios. A educação estava voltada para a classe dominante, havendo assim um recorte claramente classista.

No Brasil, também é feita uma diferenciação. Falamos de popular, quando nos referimos às classes subalternas, no caso da educação popular ainda há algumas nuances. A educação popular, às vezes é entendida como a educação oferecida pelo Estado ao povo – educação pública, outras vezes é entendida com uma educação portadora de um caráter político emancipatório na perspectiva de uma transformação social.

A educação no Brasil sempre foi marcada pelo dualismo entre uma educação voltada à elite e outra educação destinada aos setores populares. Isto está presente, desde o período da sua colonização pelos portugueses. Segundo Aranha (2006), mesmo tendo os jesuítas fundado

várias escolas de *ler e escrever*, no intuito de catequizar os indígenas, a prioridade foi dada à educação secundária, cujo público era constituído pelo filhos dos colonos na intenção de formar novos padres. Depois da chegada da família real portuguesa, a ênfase foi para o ensino superior, pelo fato de esta pequena elite estar voltada para o comércio e a burocracia. Com a independência do Brasil de Portugal, esse quadro permaneceu quase inalterado, até porque numa conjuntura econômica de perfil agro-exportador, os setores populares, cuja população escrava era significativa, não se constituía enquanto objeto de interesse da classe dirigente brasileira.

Depois da primeira guerra mundial, com o processo de industrialização é que esse quadro começa a mudar. A partir da exigência do capitalismo por uma classe operária mais qualificada é que se inicia uma demanda pela escolarização. Em referência ao desenvolvimento histórico dos processos educativos inerentes à educação popular e a sua conceituação, Puigrós afirma que a “educação popular é sempre uma posição política e político-pedagógica, um compromisso com o povo frente ao conjunto de sua educação e não se reduz a uma ação centrada a uma modalidade educativa” (PUIGRÓS, 1994, p. 13).

Enquanto que Puigrós, nos permite situar essa tendência de viés emancipatório, enraizada nos processos educacionais, Paiva (1986) chama a atenção para o fato de que, mesmo dentro desta perspectiva, o termo pode ser utilizado para referir-se à universalização do ensino elementar ou aos programas de educação de adultos, sejam eles estatais ou não.

No Brasil, de forma particular, Paiva relembra que principalmente depois do AI5<sup>58</sup>, colocava-se em questão o caráter popular de qualquer educação que partisse do Estado e da escola em geral. A escola e os programas educacionais do Estado não seriam populares porque estariam a serviço exclusivo da reprodução social e da legitimação da ordem o do regime. Segundo a autora, “essa tendência maniqueísta tem sido amplamente criticada nos últimos anos, mostrando que as tendências integralistas podem estar presentes tanto nos programas governamentais, quanto nos promovidos pela Igreja ou pelos empresários” (PAIVA, 1986, p. 17).

No que concerne à educação formal da população, ou seja, uma parte considerável daquilo que historicamente tem sido considerado como educação popular, educação voltada para as classes populares, na medida em que a educação é reconhecida como direito do cidadão e obrigação do Estado, as camadas populares podem interpelá-los legitimamente e canalizar sua luta pela democratização do ensino e da cultura. A luta pela escola, fez parte –

nos últimos 200 anos da confrontação entre os interesses dos trabalhadores e dos donos da capital.

O debate do que tem sido objeto/conceito da “educação popular”, mostra o seu caráter histórico, por isso, o conceito de educação popular que orienta esse trabalho é, em si, produto e processo do que acreditamos ser educação popular:

Um fenômeno de produção e apropriação culturais, expresso por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade com metodologias (pedagogia) incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, com conteúdos e técnicas de avaliação processuais, permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade<sup>59</sup>.

Esse enfoque de ênfase na pluralidade revela-se presente no processo de ensino/aprendizagem e na construção da democracia, pois “ser pessoa, dizer sua palavra requer processos de formação na ação e na reflexão, complexos, amplos e consistentes. São fenômenos culturais que se aprendem e apreendem socialmente e exigem processos educativos situados e datados” (SOUSA, 1998, p. 28).

Ocorre assim, nesta lógica de educação popular, a necessidade de ultrapassar discursos fechados no sentido de encontrar soluções aos problemas e perguntas que se encontram na educação popular, para além de interpretações estreitas e buscando trazer consigo, a possibilidade de fazer com que, pessoas antes excluídas na sociedade, possam ter a oportunidade de junto com outros “iguais,” ousar a sonhar com uma outra realidade que diferente da que têm, possa garantir sua sobrevivência com melhorias significativas na sua qualidade de vida. Descobrir que a realidade não é fruto do acaso e sim, resultado de uma ação humana e que, uma contra-ação pode revertê-la, é sem dúvida um substancial aprendizado no processo de humanização dos setores populares.

#### 2.2.3.1 Economia solidária como filosofia da educação: o diálogo como princípio educativo:

O campo educativo é sem dúvida um dos setores no qual a economia solidária se defronta com seus maiores dilemas. É onde residem possivelmente, muitas respostas para suas

---

<sup>58</sup> Ato Institucional nº 5, promulgado pela Ditadura Militar que governou o Brasil de 1964 a 1984 cujo teor proibia a livre organização política.

<sup>59</sup> Esse conceito foi construído de forma coletiva pelas turmas de *Teoria em Educação Popular e História e Filosofia da Educação*, do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB), em João Pessoa. As

inquietações, visto que é pela “pedagogia da pergunta” segundo Freire (1985), que o humano se faz conhecedor do mundo. O ser humano se encontra com sua humanidade, ao se reconhecer como um ser pensante que indaga e questiona.

A educação na economia solidária tem motivado muitos de seus participantes a sistematizar suas práticas educativas, na tentativa não apenas de construir novas metodologias, mas, de descobrir seu potencial transformador. A pergunta que motiva os que fazem a economia solidária é saber que paradigma filosófico está contido nas metodologias da educação da economia solidária. Cada vez mais cresce a tendência dos que afirmam ser esta metodologia, a expressão de uma filosofia própria, visto que ela pressupõe, uma teoria do conhecimento com metodologias e técnicas inerentes à produção deste conhecimento.

Neste trabalho, destacaremos três grandes intelectuais que têm nas suas elaborações, a educação como objeto de suas respectivas preocupações filosóficas. Assim, situaremos o filósofo suíço, Jean-Jacques Rousseau, o russo Lev Semonovich Vigotski, e o brasileiro Paulo Freire. Mesmo em realidades e contextos distintos, esses autores marcaram a pedagogia e têm muito a dizer ao movimento de economia solidária.

No iluminismo (Aufklärung), período de grandes inquietudes e construções pedagógicas, Rousseau se destaca pela ousadia de mudar o foco da ação pedagógica. Ele centraliza a ação educativa no aluno e não mais no professor. A criança, no seu entendimento, não deve ser vista como um adulto em miniatura. Afirma, ainda, que o homem nasce livre e é o meio que o corrompe. Por isso, propõe uma educação na qual o humano se re-encontre com sua natureza primeira que é a liberdade. Vigotski médico psiquiatra, advogado e filósofo vem comprovar que o desenvolvimento cognitivo do humano está intrinsecamente ligado ao meio em que vive, enquanto Freire, nos apresenta uma síntese na qual, é pelo meio/mundo que o humano enquanto ser inconcluso, se humaniza, isto é, se re-encontra que seu sentido de ser que é a liberdade.

Cambi (1999), afirma que é no final do séc. XVIII, o período em que ocorre de forma mais efetiva o processo de laicização, e que dá o “tom” do mundo moderno. Emancipa-se a concepção de mundo do paradigma religioso, inaugura-se o tempo da razão, da explicação científica da realidade em contraposição à explicação transcendental, da qual, a religião é portadora e fonte de inspiração. O Império é duramente criticado, surge uma nova imagem de Estado. A difusão das idéias através dos livros, da imprensa e a alfabetização favorece a afirmação de uma cultura laicizada. A educação torna-se o instrumento de mudança social. A

ela é conferida a responsabilidade de criar o homem novo, capaz de responder aos desafios que a sociedade moderna impõe naquele momento. É na escola que se dá a maior transformação da questão educativa. Organiza-se, criando um sistema escolar orgânico, com várias ordens e graus, sob controle público; os programas de ensino acolhem as novas ciências, enfatizam as línguas nacionais. Na didática, favorecem os processos ensino/aprendizagem inovadores, científicos, empíricos e práticos (a depender da corrente orientadora). Toma forma a pedagogia do iluminismo. Laica, racional, científica e necessária para um mundo moderno, que precisa de um homem participante da vida social e ativo na vida civil.

Nesse contexto, estavam presentes dois modelos de intelectuais - um promotor do progresso e outro amortecedor dos conflitos sociais. É importante salientar, que alguns deles, denunciaram intolerâncias, injustiças, preconceitos e privilégios.

Um dos grandes exemplos desse novo tipo de intelectual é Jean-Jacques Rousseau (1712 - 1778) com suas posições políticas contrárias ao Estado absolutista, e principalmente, suas reflexões acerca do fazer educativo. Política e pedagogia são a marca de Rousseau. Para ele uma complementa a outra e juntas podem resgatar para o “bem,” o homem e a sociedade. O seu pensamento pedagógico é tratado através de duas grande obras: O *Emílio* e o *Contrato Social* (1762). No romance “Emílio” (organizado em cinco livros), ele apresenta sua proposta educativa de uma educação indireta e nela, qual deve ser o papel do educador, enquanto no *Contrato Social*, sua obra de reflexão política, ele trata da educação e o papel do Estado.

Rousseau se perguntava sobre a origem do mal do homem e da sociedade, sobre a causa de sua desnaturalização. Este mal, para ele, estavam no “afastamento do seu estado de natureza intervindo com a divisão do trabalho e com a afirmação da propriedade particular, mas nela - e só nela – reconhece também a via do remédio”(CAMBI, 1999, p.343).

Rousseau se contrapôs às idéias do seu tempo, teorizou sobre os modelos educativos da primeira infância até a adolescência. A infância para ele era considerada a fase em que o homem mais se aproximava da natureza. Nela estavam contidas as etapas sucessivas do aprendizado, porém, distintas pela capacidade cognitivas que o ser humano tem nesta fase da vida. Como intelectual de sua época, propunham uma educação para a autonomia, para a liberdade e esta só poderia ser alcançada na juventude considerada a “idade da razão”. O problema era o processo educativo do homem, até o ingresso nessa fase. O *Emílio* é a busca dessa resposta. Na opinião do autor, a educação deveria ser voltada para a formação do homem universal. Afirma que a educação deve ensinar a viver, antes de qualquer profissão. O verdadeiro estudo é o da condição humana. É a educação da prática que valoriza a

experimentação. Assim, ele condenava igualmente, a educação efetivada pelos colégios jesuítas a qual considerava pedante, autoritária e artificial e a educação aristocrática que segundo ele, preparava a criança apenas para imitar os adultos e educá-las para as boas maneiras e a conversação, atividades que ele chamava de “inaturais.” Rousseau revolucionou o pensamento pedagógico e influenciou a pedagogia moderna, quando incorporou alguns elementos até então ausentes do debate educativo. Entre eles destacamos a descoberta da infância como idade autônoma, com características diferentes da idade adulta e a relação entre a motivação e a aprendizagem. Para Rousseau, o ensino deveria partir sempre da experiência concreta da criança, da utilidade que isso deve ter na sua vida, antes de qualquer conhecimento.

Uma grande questão posta no contexto educativo é a questão do *poder*. O que eu devo ou não fazer e como decido o isto. Para isso, é importante discutir a estrutura do pensamento, o desenvolvimento e suas conseqüências para educação. A aquisição do pensamento não se dá de forma espontânea, o processo de formação da personalidade é interferida pelo histórico social e cultural. É na interação com o meio em que vive, que o humano adquire conhecimento. Assim é o pensamento de Vigotski .

Lev Semonovich Vigotski nasceu na Bielorrússia (1897-1934), médico psicanalista, professor e pesquisador, viveu na Rússia socialista de sua época e se dedicou ao estudo do funcionamento do cérebro na formação do desenvolvimento. Trabalhou com crianças com necessidades especiais e se preocupou com anomalias físicas e mentais. Para Vigotski é o cérebro enquanto base biológica que define as possibilidades e limite do desenvolvimento humano. Ele afirma que o pensamento se origina do interesse, da motivação, do afeto e da emoção. Introduz o termo *função mental* para se referir à processos de pensamento, memória, percepção e atenção. Para Vigotski as funções psicológicas superiores são construídas durante toda a história social do homem na sua relação com o mundo.

Na sua teoria, a formação de conceitos se dá pela relação entre pensamento e linguagem (funções psicológicas superiores), para isso, ele introduz a idéia de *mediação* como ponto central nas suas pesquisas sobre o desenvolvimento humano. “Enquanto sujeito do conhecimento o homem não tem acesso direto aos objetos, mas acesso mediado, através de recortes do real, operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe.” (ZACHARIAS, 2007, p.2). Afirma assim, que o conhecimento é adquirido através da relação com *outro social*. Este, se configura como sendo o mundo cultural no qual a pessoa está envolvida.

Na teoria Vigotskiana, a linguagem e a cultura têm um destaque especial. A linguagem enquanto sistema simbólico é responsável pela formação dos conceitos, faz a ponte

entre o sujeito e o objeto do conhecimento. É pela linguagem que as funções mentais superiores são formadas e transmitidas através da cultura. Por isso, afirma Vigotski que sociedades e culturas diferentes, apresentam estruturas diferenciadas. A cultura enquanto universo de significações possibilita a interpretação do mundo real. É através das culturas que os grupos humanos vão construindo e reconstruindo informações e significações. Vigotski entende que os instrumentos lingüísticos são fundamentais para o desenvolvimento e identifica nas suas pesquisas dois níveis de desenvolvimento:

O nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outros companheiros mais capazes. (VIGOTSKI, 2007, p. 97)

A distância entre o que se pode fazer com suas próprias condições e o que se pode fazer com a mediação de outros, Vigotski chama de *zona de desenvolvimento proximal*. Esta, não acontece da mesma forma para todas as pessoas, visto que ela está relacionada com a interação social. O humano, para ele é um ser interativo porque se constitui nas relações intra e interpessoais. Sobre isso, Aranha (2006) afirma que em Vigotski “a atividade da criança é estimulada enquanto ela interage com pessoas de sua convivência e em cooperação com seus companheiros, para só depois internalizar esses processos”. (ARANHA, 2006, p. 268).

Assim, o desenvolvimento cognitivo é construído de fora para dentro, através do processo de internalização da interação social mediados pela cultura. “É na troca com outros sujeitos sociais e consigo próprio que se vão internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação de conhecimentos e da própria consciência”. (ZACHARIAS, 2007, p.2). O desenvolvimento cognitivo é resultado de uma atividade mediada, por isso, Vigotski apresenta o papel do educador nesse processo. “Ao agir na zona proximal o professor é mediador da aprendizagem do aluno, facilitando-lhe o domínio e a apropriação dos diferentes instrumentos culturais”. (ZACHARIAS, 2007, p.1 ). Porém, o aluno enquanto sujeito da aprendizagem, constrói conhecimento também ao relacionar-se com o outro, com o produto social do grupo ao qual pertence.

As questões essenciais da existência humana, ou seja, o pensar, o fazer e o sentir, permanecem nos debates filosóficos e atravessam os séculos. Na segunda metade do século XX, no Brasil e na América Latina, nascem novos discursos pedagógicos, contrários ao ideário liberal hegemônico.

A Pedagogia da libertação de Paulo Freire, pode ser situada dentro dessa ótica dos projetos alternativos e contra-hegemônicos. A questão política no contexto da educação, pode ser definida como um dos descobrimentos mais importantes do pensamento popular latino-americano, pois, ao apresentar a possibilidade do diálogo Freire “apresenta elementos que permitem estudar o sujeito pedagógico, as expressões simbólicas das diferentes posições relativas de educador e educando e suas conseqüências para a produção, reprodução e/ou transformação da cultura. (PUIGRÓS, 1994, p. 17). A riqueza do teor dessa teoria libertadora advém da maneira dialógica de re-construir, de forma clara e profunda, a educação enquanto práticas sociais, desvelando as possibilidades e limitações na concretude do fazer pedagógico.

A natureza da educação, enquanto ato político situado na conjuntura social mais ampla, é tratada na perspectiva crítica e rigorosa, aproximando o pensamento reflexivo ao contexto escolar cotidiano, numa abordagem de educação vinculada ao mundo, sem desconsiderar seus limites e permitindo a reflexão de que as raízes dos problemas, estão além da sala de aula, estão na sociedade e no mundo. Assim, o processo de libertação empreende uma transformação que inclui um contexto mais amplo do que os limites da escola. O eixo político é a tônica central da pedagogia freiriana. Ele pode ser encontrado em muitas experiências e processos educativos que foram se expandindo e se transformando em muitos lugares da América Latina.

A busca desafiadora de incorporar a teoria, o pensamento crítico, criativo, reflexivo ao ensino, a partir das discussões, favorece um dinamismo no qual os educandos são estimulados a pensar e repensar, exercitar o rigor conceitual como ato de busca, de desejo, de saber, sendo provocados a participar da conexão rica e dinâmica da realidade.

Segundo Freire, o maior problema do aprendizado na educação é a alienação do educando. Este eixo é incluído no interior da relação do sujeito com o conhecimento, enquanto ponto de partida para a superação desse problema. Constituída na lógica de um projeto direcionado aos interesses emancipatórios da maioria da sociedade, a educação libertadora, pode ser apresentada como “uma situação na qual tanto os professores como os alunos devem ser os que aprendem, devem ser sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes” (FREIRE, 1999, p. 46).

Para Freire, o pólo mundo-homem-sociedade acontece de forma relacional, dialogada, são pólos distintos porém inseparáveis, um não deve se sobrepor ao outro. Calado (2001), lembra que nas obras de Freire o termo “mundo” se apresenta de forma diferenciada. Às vezes se refere às questões da natureza, do sistema, outras vezes, diz respeito às relações sociais, ao espaço histórico. Em Pedagogia do Oprimido, afirma Freire que, “um dos

equivocos de uma concepção ingênua de humanismo está em que, na ânsia de corporificar um modelo ideal de ‘bom homem’, se esquece da situação concreta, existencial do homem” (FREIRE, 1999, p. 84).

Freire parte do entendimento de que a sociedade é um espaço construído historicamente por relações sociais e por isso, contraditória. O homem, enquanto espécie, para Freire, se distingue dos demais animais pela condição de “existir” e não apenas de “viver” (condição dos outros animais, superada pelo homem). Na sua primeira e grande obra, *Educação como Prática da Liberdade*, Freire afirma que “existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele” (FREIRE, 2007, p. 48).

Na obra *Educação e Mudança*, Freire ao se perguntar por que o homem precisa da educação, procura na natureza humana, o núcleo fundamental que justifique essa necessidade. Para ele, este núcleo seria o estado de “inacabamento” e “inconclusão” do ser humano. “A educação é possível para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição” (FREIRE, 2007, 28). Diferente dos outros seres que também são inacabados, porém não têm consciência disto. “a educação é a resposta da finitude da infinitude” (FREIRE, 2007, p. 28). O humano é na sua opinião um ser inconcluso, “um ser que se faz em suas relações no mundo, com o mundo e com os outros, pelo trabalho livre, graças ao exercício de sua condição de ser curioso/crítico/criativo”(CALADO, 2001, p. 39).

Homem de seu tempo, Paulo Freire, se depara com uma realidade social, na qual, entre outros problemas, está o analfabetismo no nordeste brasileiro. Preocupado com o mundo em que vive desenvolve um método de alfabetização de adultos no qual incorpora a palavra *conscientização* no discurso pedagógico. O método “coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra” (FREIRE, 1999, p.15).

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire elabora a teoria da ação dialógica. Ele parte da crítica ao sistema educacional, por ele denominado de “educação bancária”. A educação bancária é aquela onde o educando é considerado um “recipiente,” no qual o educador “deposita” saberes, transmite conhecimentos. Nesta concepção, o saber é uma doação dos sábios aos ignorantes. Isto fortalece o modelo de uma sociedade opressora, pois, alimenta a dicotomia no ato pedagógico, no qual, o sujeito do ato é o educador e o educando apenas o objeto.

O diálogo como fenômeno humano é apresentado por Freire como um ato constituído pela *palavra* no qual está contida a dimensão da *ação* e da *reflexão*, isto é, da *práxis*. A este processo, ele chama de “palavra verdadeira”. É a palavra que está voltada para

pronunciar o mundo. “Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles um novo pronunciar”. (FREIRE, 1999, p.78).

O diálogo é o caminho no qual os homens podem pronunciar (transformar) o mundo. Este diálogo será possível entre os diferentes mas não entre os antagônicos. Isto é, não pode se dar entre aqueles que negam o direito de dizer a palavra e os que têm esse direito negado.

O diálogo exige algumas premissas para se estabelecer. Requer o *amor, confiança, a humildade, e a esperança*. É impossível pronunciar o mundo enquanto ato de criação e recriação, sem a radicalização do amor. Este é antes de tudo, um ato de coragem, de se comprometer com a causa dos oprimidos, em qualquer lugar onde estes estejam. Também não há diálogo onde haja arrogância, a auto-suficiência. Isto porque não há seres totalmente sábios e outros completamente ignorantes, numa relação dialógica, há pessoas querendo aprender juntos a “ser mais”.

A confiança é um elemento essencial para o pronunciamento do mundo. Ela implica no testemunho da própria ação educativa. A incoerência entre o que se diz e o que se faz gera desconfiança e isto enfraquece o diálogo. No caso da esperança, como constituinte do diálogo, esta é apresentada por Freire como algo inerente à condição de imperfeição humana. Esta constatação deve ser canalizada não para inércia e conformação, mas, para instigar a busca pela humanização e pronunciamento do mundo. “movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero”. (FREIRE, 1999, p.82).

Freire apresenta algumas características da teoria da ação dialógica, quais sejam: a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural. Na concepção bancária da educação o *eu* dominador subordina o *tu*, transformando-o apenas em *isto*. Enquanto que numa educação libertadora é pela *colaboração* que os sujeitos se encontram para a transformação do mundo.

O *eu* dialógico, sabe que é exatamente o *tu* que o constitui. Sabe também que, constituído por um *tu* - um não *eu* -, esse *tu* que o constitui, se constitui, por sua vez, como um *eu*, ao ter no seu *eu* um *tu*. Desta forma, o *eu* e o *tu* passam a ser na dialética destas relações constitutivas, dois *tu* se fazem dois *eu*. (FREIRE, 1999, p.165).

Freire brinca com as palavras para dizer que é apenas na colaboração e não na conquista dos oprimidos, que acontece a comunicação, o diálogo. Na teoria da ação dialógica a adesão dos oprimidos na busca da superação de sua condição de oprimido não pode ser fruto da conquista, mas resultado de uma livre opção.

Ao tratar da questão da *união* no processo de transformação social, Freire lembra que este é um processo extremamente complicado, porém fundamental na ação educativa. A dificuldade está pautada no fato, de que o estado de alienação a que foi submetido o oprimido, cuja força do mundo objetivo é tão intensa que ele acredita que nada pode fazer, ao vivenciar um processo educativo pautado no diálogo, o dilema posto é que há um *eu* dividido entre um passado e um presente iguais e um futuro que ainda não chegou. É um estar que ainda não é. Nas palavras de Freire “ um *eu* que não se reconhece *sendo*, por isto que não pode ter, no que ainda vem, a futuridade que deve construir a união com os outros”. (FREIRE, 1999, p.172).

Assim, a união não pode ser apenas um “slogan,” pois para que os oprimidos se unam, afirma Freire, é preciso que estes se libertem do mundo de opressão a que estão ligados e isto requer uma ação cultural.

A *organização* como uma das características da teoria da ação dialógica é a manifestação dos setores oprimidos no processo de transformação social. Um elemento apresentado por Freire no processo de organização desses setores é a dimensão do *testemunho* no ato de educar. Freire afirma que pelo testemunho se verifica coerência entre o discurso e prática. A coragem e a ousadia em se expor, a radicalização (não a sectarização), na opção feita, levam os sujeitos cada vez mais à ação transformadora.

A síntese cultural presente na teoria freiriana advém da compreensão de que uma ação cultural numa determinada sociedade é algo planejado e deliberado. Esta ação tanto pode ser de manutenção de uma determinada realidade ou como possibilidade de mudança.

A ação cultural na teoria da ação dialógica reafirma essa relação dialética permanência-mudança, porém seu intuito é superar as contradições que propiciem a libertação dos homens. Na síntese cultural, a realidade a ser transformada é obra de todos. Ela é um instrumento de superação da própria cultura de alienação, a modalidade da ação com que, dentro de seu próprio campo, se enfrentará com a cultura alienante.

Dessa forma, a investigação dos temas importantes para os educandos precisa ser algo do interesse e do universo deste setores, só a partir disso, é possível a construção de um conteúdo programático significativo e signficante. Este é o ponto de partida para qualquer ação como síntese cultural. Afirma Freire que é no plano cultural onde acontece a transformação. É no diálogo onde todos aprendem com todos, e cada um consegue se perceber dentro do todo constituído.

A educação na economia solidária já foi tratada no capítulo anterior e será tratada também no capítulo referente às metodologias de incubação de empreendimentos solidários. Queremos apenas destacar que os educadores populares têm no movimento recente da

economia solidária um importante papel. Ao seguir a trilha dos filósofos citados, construir conjuntamente com os demais atores, uma filosofia da educação voltada para os desafios que o mundo econômico e solidário impõe na perspectiva de um outro paradigma societário.

#### 2.2.4 Cultura da solidariedade na economia solidária

Solidariedade é uma palavra bastante utilizada na atualidade por todos os setores sociais com mais ou menos ênfase, com conteúdos e significados diferenciados a depender de quem e por quais motivações está sendo usada. Seu significado, às vezes, está ligado a um fato, outras vezes apresenta-se como valor ético. Recentemente, o termo solidariedade tem sido apresentado como princípio civilizatório, como saída para a humanidade em seu atual estágio porque o humano seria um ser em sua essência solidário e cooperativo.

Entendemos que o mundo atual é bastante complexo e não comporta uma única verdade, ou um único caminho na busca de soluções para os vários e diferentes problemas que enfrentamos, seja de ordem econômica, social, política ou ambiental. Por isso, preferimos tratar a solidariedade no seu aspecto cultural, enquanto um princípio orientador, presente no nosso horizonte estratégico societário e como um processo educativo.

O ser humano é o único animal com capacidade de elaboração cognitiva de sistemas complexos, portanto, de imaginar uma realidade desejada a curto, médio e longo prazo, de traçar estratégias para obter seus objetivos. Não conhecemos, nem acreditamos ser possível o desenvolvimento de uma formação social, sem que haja o mínimo de solidariedade entre ela. Porém, entendemos que solidariedade não é algo dado *a priori*. Ela é uma possibilidade que às vezes se configura como único caminho para a sobrevivência de determinados grupos sociais, mas ninguém garante que seja este o caminho a ser escolhido pelo grupo. Esta escolha está ligada aos desejos, aos projetos e às condições efetivas de seus componentes.

A solidariedade enquanto relação social foi apresentada pelo pensador francês Émile Durkheim (1858-1917) sob duas formas: a *solidariedade mecânica* e a *solidariedade orgânica*. Não entraremos no mérito de ser o autor positivista e suas convicções estarem voltadas para a compreensão de que, o avanço da ciência e a divisão social do trabalho seriam os vetores de coesão social e não de divisão de classes. Interessa-nos aqui retomar a sua contribuição acerca de como se configura a solidariedade numa sociedade. Preocupado com o estudo sobre as sociedades do século XIX, sob a égide do capitalismo, Durkheim afirmava que era preciso elaborar um código de ética que a protegesse:

Uma forma de atividade que tomou um tal lugar no conjunto da vida social não pode evidentemente permanecer até esse ponto desregrada [...] há uma quantidade de indivíduos cuja a vida se passa quase que inteiramente no meio industrial e comercial; donde se segue que, como este meio não é senão debilmente impregnado de moralidade, a maior parte de sua existência transcorre fora de toda ação moral. (DURKHEIM, 1978, p.4)

O autor retoma o modelo das *corporações profissionais*, na época rechaçada como algo do passado, não mais condizente com a sociedade moderna, industrial e resgata seu potencial organizador. Afirma que a coesão social se dá na divisão social do trabalho. Durkheim, parte do direito, do código civil, e vai construindo sua teoria, dentro dela, esclarece como acontece a solidariedade.

Ao criar o conceito de solidariedade mecânica, Durkheim via os setores da sociedade quais sejam, economia, política e a cultura, de forma autônoma, mas, como vetores convergentes de solidariedade e a solidariedade orgânica como convergência do processo como um todo. Assim, a solidariedade mecânica é uma expressão de solidariedade entre os semelhantes, presentes nas relações familiares, dos grupos sociais e de corporações tais como: sindicatos, partidos políticos e etc. São relações pautadas por fortes códigos culturais, pela proximidade entre seus membros, regidas por normas e regras respeitadas pelo grupo, que ao se romper, rompe-se também, a solidariedade e o sentimento de pertença ao grupo.

A solidariedade orgânica seria aquela ocorrida entre os diferentes. Expressa pela convergência dos diversos entrelaçamentos cooperativos. Ela não está dada de forma rígida, mecanicamente, depende dos acordos e consensos, precisa ser construída. É na solidariedade orgânica onde:

Os fatores de coesão social se alimentam de um espírito de cooperação a cujo serviço estão os poderes públicos e os diversos níveis jurídicos. A solidariedade orgânica precisa das regras e poderes da sociedade para superar os conflitos [...] orienta-se e nutri-se de um conjunto de crenças e consensos em relação a um projeto solidário de sociedade como um todo. (ASSMANN e SUNG, 2000, p.50).

Mesmo que seja a solidariedade mecânica tratada por Durkheim em contraposição à solidariedade orgânica, valorizada por ele, por se tratar do aspecto central de suas afirmações sobre a coesão social, entendemos que ela é de fundamental importância para criar e fortalecer a identidade e a autonomia dos grupos sociais em relação ao conjunto da sociedade. Evidentemente, quando estes grupos sociais têm seus interesses levados ao extremo, sem considerar o princípio da subsidiariedade, no qual um grupo pode complementar sua ação em

cooperação como o outro, estes grupos podem transformar-se em um agrupamento corporativista, o que seria uma atitude anti-solidária com os demais.

Não queremos transportar aqui o conceito de coesão social criado por Durkheim do final da século XIX, até porque entendemos que as sociedades atuais em muito se complexificaram. A indústria pensada por Durkheim como instrumento de coesão social, já não existe nem mais como estratégia principal do capitalismo, muito menos como elemento unificador, queremos apenas resgatá-lo no sentido de saber se diante de desafios atuais, qual papel desempenha a economia solidária num processo de mudança social, considerando que a solidariedade é um dos seus princípios norteadores e a forma de como se expressa diante da sociedade, é o diferencial do modelo atual hegemônico.

Assmann e Sung (2000) assevera que, ao se pensar uma sociedade mais justa e igualitária a partir da solidariedade é necessário fomentar a *sensibilidade solidária*. Para esses autores, esta é “uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do conhecimento da dignidade humana dos que estão “dentro-e-fora” do sistema social; um conhecimento marcado pela afetividade, empatia e compaixão” (ASSMANN e SUNG, 2000, p.134).

Ao se pensar uma sociedade nas suas macro-relações é preciso conjugar o que é sensibilidade solidária, no campo dos desejos e utopias com as exigências reais que o mundo concreto apresenta. Para isso, as instituições sociais precisam estar ancoradas em consensos éticos sobre os direitos de todas as pessoas. A sensibilidade solidária tira as pessoas do imobilismo e as provocam a projetar um mundo mais justo e solidário, ela deve ser conjugada com os princípios éticos e princípios institucionais, pois é preciso que a sensibilidade solidária se traduza em políticas públicas efetivas para a sociedade como um todo.

No movimento de economia solidária, a solidariedade pode ser representada a partir da figura de uma espiral:

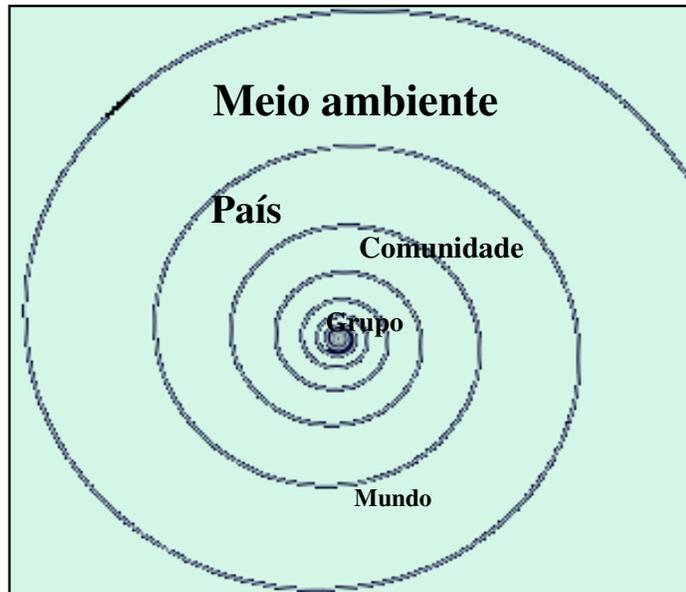


FIGURA 1: Solidariedade em movimento

Como a espiral na geometria, a solidariedade cujo ponto parte de uma base, na sua forma mais elementar, é expressa pelas relações solidárias entre os membros de um grupo, entre seus semelhantes. A solidariedade enquanto ponto móvel na espiral vai se ampliando e tomando uma forma mais comunitária. Isso acontece quando o grupo começa a se articular com outros atores sociais, com a população seja ela local, nacional ou mundial. Quando o grupo é capaz de extrapolar os seus interesses particulares e começa a agir pensando não apenas naqueles que estão próximos, como também no outro, no desconhecido que se torna próximo por ser um semelhante.

A solidariedade toma sua forma mais rebuscada quando ela dialoga com outros seres. Quando não é apenas o humano o centro de suas ações e sim, quando outras formas de vida são incorporadas. Quando o grupo social é capaz de considerar na sua ação uma relação harmônica com a natureza, com o meio ambiente, com o planeta.

Isto posto, queremos tratar de como se configura a solidariedade e como fomentar a sensibilidade solidária, visto que a sociedade é alimentada cotidianamente, principalmente pelos meios de comunicação de massa, para que as pessoas sejam seres essencialmente competitivos e anti-solidários. Este referencial está na fala diária das pessoas que mesmo numa ação solidária não se percebem sendo solidários.

Este é um processo educativo que precisa ser fomentado, explicitado, falado. É necessário desconstruir o ideário hegemônico liberal que super-valoriza a competição como algo natural do ser humano. Ter a capacidade de competir é visto na sociedade como um grande atributo, não importa como você compete. Mesmo que não vença (obviamente, poucos

ganham), o “importante é competir!” Assim diz o slogan capitalista. Em contrapartida, os movimentos sociais também constroem as suas afirmações. “A solidariedade se faz no fazer cada dia” é uma expressão bastante usada no movimento de economia solidária, cuja sabedoria está no fato de dizer que não serão cursos específicos de capacitação, que se aprende a ser solidário. Estes podem até ajudar, mas se aprende a ser solidário no ato de ser solidário. É o aprender fazendo que tanto fala Paulo Freire.

Esta é sem dúvida, uma grande contribuição da economia solidária para o processo de transformação social porque ela traz para dentro do processo de produção o elemento que foi apartado da economia, a solidariedade.

Nesse sentido, os empreendimentos econômicos solidários são verdadeiros “laboratórios” de aprendizagem, de como ser solidário em um campo fortemente marcado pela concorrência e competição. Para ser solidário é preciso vencer internamente, muitos elementos que estão ocultos, censurados pela racionalidade e o conhecimento do que seria politicamente correto afirmar entre os que defendem uma sociedade solidária. Não são poucos os exemplos de líderes políticos, que são muito respeitados enquanto dirigentes populares, sindicais, de partidos de esquerda, etc. mas que ao se organizarem em empreendimentos solidários, têm muitas dificuldades de vivenciar a solidariedade no interior do processo produtivo do qual ele depende para sobreviver. No nível da consciência política, o discurso é politicamente correto, porém, quando precisa lidar, principalmente, com recursos financeiros fruto do seu trabalho e de seus companheiros, muitas vezes esses dirigentes se deparam com situações, que exigem no lugar de elaborados discursos, uma ação solidária.

Esta tentativa de contribuir com o referencial teórico da economia solidária, é na verdade, uma forma de somar com tantas outras e outros, que se recusam a permanecer no imobilismo causado pelas dificuldades que a realidade apresenta, que não aceita esperar que todas as dúvidas sobre as alternativas de desenvolvimento estejam resolvidas. Pelo dinamismo natural da história, o caminho se faz ao caminhar e novos conhecimentos vão se somando nesse processo.

## **PARTE 2**

### **3. AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

#### **3.1. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS**

No Brasil, o ingresso das universidades brasileiras na economia solidária se fez através de uma campanha nacional que mobilizou milhões de pessoas. Na primeira metade da década de 1990, o sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), chocou a sociedade brasileira ao confrontá-la com uma realidade de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Foram criados milhares de *Comitês de Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida*. Ao que pese a crítica de muitos cientistas políticos sobre o caráter assistencialista da campanha, ela foi um exemplo de solidariedade e de poder de mobilização nacional em prol de uma situação extrema que era a fome. Ela também expôs os governos, nas suas diferentes instâncias evidenciando a inércia dos dirigentes políticos. Além disso, não foram poucas as pessoas vindas, principalmente da classe média, que, ao conhecer a realidade em que viviam esses milhões de brasileiros, sensibilizaram-se e, mesmo com o fim da campanha engajaram-se em outras lutas políticas.

Um dos maiores comitês organizados na campanha foi o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida - COEP. Este comitê, que continua atuante, foi criado pelos funcionários públicos ligados a vários órgãos dos governos federal, estadual e municipal. Tinha muito poder de mobilização pela capilaridade das instituições e pelas estruturas que de certa forma, eram cedidas para o comitê. Além disso, O COEP conseguia dialogar com as entidades populares, com as igrejas e organizações populares que tinham acesso e eram conhecidas nas comunidades, construindo uma parceria que funcionou muito bem.

A campanha da “Ação da cidadania” teve duas fases. A primeira tratou de arrecadar e distribuir alimentos para suprir a fome imediata. A segunda fase da campanha tinha como objetivo implementar a geração de trabalho e renda junto às comunidades empobrecidas. As incubadoras foram criadas nesta segunda fase.

Em 1995 a Universidade Federal do Rio de Janeiro através do Centro de Pós-graduação de Engenharia - COPPE, iniciou uma ação de apoio e assessoria à Cooperativa de Trabalhadores na comunidade de Mangueiras/RJ e com isso inaugurou uma contribuição singular das universidades brasileiras na economia solidária. A iniciativa tornou-se referência e provocou outras universidades a constituir núcleos de referências de pesquisa e extensão, nos quais, o tema “trabalho” tinha como fundamento a autogestão.

As incubadoras universitárias de economia solidária no Brasil têm sua história profundamente marcada pela mobilização popular. Ela é fruto deste processo, desde sua origem privilegiou um público e ao fazer isso, demarcou um campo político de atuação.

A universidade através das incubadoras, insere-se numa missão ousada – construir uma ponte solidária entre a academia e a população empobrecida. Para isso, precisa estar aberta a outros conhecimentos, ao saber popular e a construir dentro e fora da academia uma nova mentalidade educativa.

### 3.1.1 As universidades brasileiras, a extensão universitária e a economia solidária

A Universidade é uma instituição que vive seus dilemas. Por não ser um ente separado da sociedade vive suas contradições. No caso das universidades brasileiras, por mais seletivas e excludentes que sejam, existe a presença de diferentes setores sociais. Gramsci (1982), ao elaborar o conceito de “hegemonia” e de “aparelhos de hegemonia” nos ajuda a entender esse processo. Explica o autor que as relações sociais no interior de uma classe e na relação entre as classes sociais, no que tange à questão da direção política e do poder, acontece pela coesão. Esta coesão pode se dar pela adesão como também pelo domínio. A coesão pela adesão é quando o projeto de um setor social consegue seduzir adeptos dentro de sua própria classe e quando consegue ampliar-se para outras classes sociais, de forma que seu projeto se torne pela ideologia, o projeto do outro. A coesão pelo domínio é quando os aparelhos de hegemonia recorrem ao uso da força para impor um determinado projeto aos demais.

Segundo José Francisco de Melo Neto (2004), a construção teórica de Gramsci, faz com que a hegemonia deixe de ser algo apenas das classes dominantes e passe a ser uma oportunidade dos setores subalternos. Isto porque abre a possibilidade de se construir hegemonia antes da chegada ao poder. A hegemonia gramsciana inaugura também uma nova forma de relacionar o político e o econômico. Assim afirma o autor:

Mantém uma visão de determinação do econômico, embora, não de forma direta nem imediata, e, muito menos de forma absoluta. Mas, fica claro que não há independência entre transformações ideológicas e transformações econômicas, nem tampouco que elas possam acontecer de forma natural, direta e espontânea. O enfrentamento político e ideológico acontece, portanto, por meio de aparelhos veiculadores da luta ideológica e política, os aparelhos de hegemonia. A universidade, como um aparelho de hegemonia, é um palco de disputas políticas e ideológicas.(MELO NETO, 2004, p. 14).

No Brasil, como nos demais países da América Latina, a política de educação tem sido, em grande parte, resultado de decisões tomadas pelo Banco Mundial a partir do

paradigma de desenvolvimento hegemônico. Ela é parte do conjunto de normas que orienta a Reforma do Estado brasileiro ajustada para responder às exigências deste sistema.

O debate sobre as universidades tem sido travado entre o projeto neoliberal e a comunidade acadêmica, através de seus órgãos representativos. Esta tem insistido em uma universidade que seja:

Pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional. Que preserve no ambiente universitário, a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e assegure a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos voltados aos interesses das maiorias.  
(BOMTEMPO, 2005, p.76).

Marilena Chauí (2001), lembra que no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE<sup>60</sup>. Nele estava contido um Plano da Reforma do Estado definia quais eram os serviços exclusivos do Estado. Os não exclusivos passaram a ser executados por prestadoras de serviço, as conhecidas Organizações Sociais - OS. Com estas organizações o Estado celebra “contratos de gestão”. Nos serviços não exclusivos estavam incluídos a educação, a cultura, a saúde. A Universidade, portanto, é caracterizada como uma Organização Social, regida por contratos, avaliada por índices de produtividade e programa de eficácia organizacional. O que a autora chama de “universidade operacional”.

Foi no governo de Fernando Henrique Cardoso que as privatizações no Brasil foram aceleradas (22 empresas estatais vendidas). Desde esta época, o setor privado da educação no Brasil tem recebido muitos incentivos financeiros públicos.

É importante destacar aqui, que o processo de privatização do Estado brasileiro, não foi mais grave por dois motivos. Primeiro, externamente, a política neoliberal de “Estado mínimo” não respaldou na prática, o que seus defensores afirmavam na teoria. Na América Latina, o caso da Argentina foi emblemático. Segundo, no Brasil, com o início do governo de Luís Inácio da Silva, em 2003, as privatizações foram interrompidas. Exceto pela venda do Banco do Estado do Maranhão em 2004 e do Banco do Estado do Ceará em 2005.

Silva (2008), ao analisar a Reforma do Estado implementada pelo “Governo Lula”, afirma que esta é marcada pela ambigüidade. Não é uma mera continuidade da Reforma de

---

<sup>60</sup> O MARE foi extinto em 1999. Ele foi transformado em uma Secretaria de Gestão, ligada ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

1995, tampouco consegue fazer mudanças profundas. Em 2003, houve uma tentativa de avanço nesse campo, mas o processo foi logo abortado. Nesta tentativa o governo, elaborou um pré-diagnóstico da situação do Estado Brasileiro, o qual deu origem a um documento-base que deveria orientar a Reforma do Estado. O documento intitulado: Gestão Pública de um Brasil para Todos - GPBT contém uma compreensão de Estado, assim apresentado:

O quadro de desigualdades clama por um Estado ativista, promotor da justiça social; o de escassez clama por esforços de otimização; o quadro global competitivo requer um Estado regulador e uma gestão econômica consciente; e uma conquista da democracia exige um novo padrão de deliberação que considere o cidadão como foco da ação pública. (BRASIL, 2003, p.7 apud SILVA, 2008, p. 119)

Mesmo com toda ambigüidade, o GPBT consegue marcar suas diferenças com projeto anterior de reforma, principalmente, ao afirmar um Estado promotor do desenvolvimento, ao considerar o cidadão como foco da ação pública, ao mesmo tempo em que mantém as organizações sociais, as agências reguladoras, os contratos, etc. O autor afirma que o Plano se propunha a recuperar o déficit estatal e a colaborar com o desenvolvimento do país, porém no seu processo de implementação não conseguiu se efetivar:

Havia resistência de caráter estrutural e ideológico para uma mudança mais substantiva. Estrutural porque a aplicação do GPBT exigiria um esforço e uma mobilização volumosos e onerosos, e nada sinalizava que a restrição fiscal seria menor para um empreendimento dessa natureza [...], ideológico pois a manutenção de figuras institucionais [...] revelam alguma concordância com a agenda anterior e, então, obstáculos para a mudança na rota. (SILVA, 2008, p. 127).

A ausência de um projeto estratégico de longo prazo (pelo menos de conhecimento público), dá margem para as ambigüidades do atual governo. Na política educacional, de forma especial, no setor universitário, a privatização tem passado de forma sutil.

Segundo as informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, através do Censo da Educação Superior em 2006, foram identificadas 2.270 Instituições de Ensino Superior - IES no Brasil, 2.022 são instituições privadas (89%) e 248 públicas. No setor público 37%,1 são universidades enquanto no setor privado, as universidades são apenas 4,3% . Predominam as Faculdades (67% ) com até 1.000 alunos. No setor público os doutores representam 41,8% do quadro docente, no setor privado eles representam 12,2%. As IES públicas têm o melhor índice de doutor/aluno – 1 para 22,8 e no setor privado é 1 para 178,9.

Denise Bomtempo (2005), ao analisar o IV Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010) alerta para o fato de que, pela primeira vez o plano explicita a relação entre a pós-graduação brasileira com ao setor privado de produção. Nele, está dito ser necessário “inserir a política de formação de recursos humanos no contexto da política industrial brasileira” (MEC, 2004, p. 51). Segundo a autora, as universidades públicas são responsáveis por 82% dos cursos de Mestrados e 90% dos cursos de Doutorados.

Temos com isso, um cenário preocupante. A pesquisa nas universidades brasileiras é realizada basicamente no âmbito da pós-graduação. Esta é, na atual conjuntura, implementada pelo Estado com recorte nitidamente voltado para o mercado ao mesmo tempo em que a graduação sofre uma invasão do empresariado brasileiro, com a criação de novas faculdades e diversos incentivos do governo.

Este é um tema complexo, porque diferente do Estado de bem-estar social europeu fomentador da universidade pública, no Brasil há uma dívida social de grandes proporções no setor da educação. A opção que o atual governo federal fez, foi o que ele chama de “democratização do ensino universitário”, de proporcionar o acesso das camadas populares à Universidade. Nesse contexto, a política do Ministério de Educação, tem fortalecido programas já existentes e criando outros.

Um exemplo disto é o programa de Ensino à Distância (EAD) para todos os níveis de ensino. Este fato aumentou consideravelmente o número de vagas no ensino superior brasileiro. Como demonstra o INEP, de 2003 até 2006 houve um aumento de 571% em número de curso e 315% em número de matrículas no EAD. Isso está favorecendo a inclusão de muitos jovens ao ensino superior. A mesma pesquisa afirma que pela primeira vez o Brasil alcançou o patamar de 20,1% (4.883,852) de jovens entre 18 a 24 anos matriculados no ensino superior do total de 24 milhões de Brasileiros nessa faixa etária.

Outro exemplo é o Programa Universidade para Todos - ProUni, criado pelo governo federal pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O objetivo do programa é oferecer bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, isentando de alguns tributos aquelas que aderirem ao Programa. Segundo informações do Ministério da Educação, o ProUni está oferecendo para o segundo semestre de 2008, 119 mil bolsas em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país. A meta é incluir até 2010, no mínimo 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos.

O debate posto pela comunidade acadêmica, principalmente pelos órgãos de representação de classe, é a firmeza na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Porém, esta proposta apesar de estar no discurso de muitos, quando confrontada com a realidade, não consegue se ampliar, principalmente nas camadas mais pobres. É o pragmatismo do governo que tem respaldo popular. O governo na parceria público-privado tem conseguido garantir o acesso dessa camada social à Universidade. É uma juventude que vê concretamente um sonho seu, ser realizado.

O debate acaba acontecendo de forma inviezada. De um lado a proposta politicamente correta do ensino público, e do outro, os jovens afirmando que consideram o ensino publico gratuito importante, mas, que não vão esperar a revolução para fazer um curso superior, e que, sem os programas do atual governo federal não teriam chances de entrar em uma Universidade. O que não deixa de ser verdade. O processo seletivo nas universidades públicas é bastante excludente. O público majoritário são os estudantes vindos das elites e da classe média brasileira que fizeram seus estudos básicos nas escolas privadas. No fundo, as universidades públicas brasileiras, de melhor qualidade, continuam com as elites e aos pobres restam as faculdades privadas, que salvo algumas exceções, oferecem um serviço de qualidade questionada.

A comunidade acadêmica precisa encontrar uma forma de dialogar com esta realidade. Ou faz isso, ou o seu lema vai virar palavra morta, sem eco na sociedade, e com isso incapaz de criar uma contra-hegemonia.

É preciso pensar uma Universidade que seja “centro de produção da ciência, da tecnologia do cultivo às artes e da humanidade; também uma instituição voltada à qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado”. (BOMTEMPO, 2005, p. 76), se constitui, pois, um grande desafio nessa conjuntura.

Marilena Chauí (2001), em seus escritos sobre as universidades, enfatiza que um dos perigos na política implementada pelo governo está no plano da cultura, que em última instância implica na razão de ser da Universidade. Afirma a autora:

A universidade é um espaço do pensamento e do conhecimento. O conhecimento é apropriar-se intelectualmente de um campo dado de fatos ou de idéias que constituem o saber estabelecido. Pensar é enfrentar pela reflexão a opacidade de uma experiência nova cujo sentido ainda precisa ser formulado e que não está dado em parte alguma, mas precisas ser produzido pelo trabalho reflexivo, sem outra garantia senão o contato com a própria experiência. O conhecimento se move do instituído; o pensamento, na do instituinte (CHAUÍ, 2001, p. 59).

Partindo do exposto pela autora, o desafio está em como fortalecer a ponte que liga ensino, pesquisa e extensão de forma dialogal, fazendo com que, a universidade não abdique de sua condição de ser um espaço do pensamento.

Nesse contexto, entendemos que extensão universitária pode desempenhar um importante papel. A extensão entendida a partir da concepção elaborada no I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Lá está descrito:

Extensão como o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os demais segmentos da sociedade, trazendo para a universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento(Carta de João Pessoa, 2002).

Melo Neto (2004), traz uma discussão interessante sobre este tema. Na análise do autor, três concepções orientam a extensão universitária brasileira. Uma apresenta a extensão como sendo uma via de “mão única”, aquela na qual a universidade deve levar o conhecimento à sociedade, enquanto prestadora de serviço, oferecendo cursos de extensão, seminários, etc. Na segunda, a extensão é tida numa relação de “mão dupla” com a sociedade. Ela tanto leva conhecimento para a sociedade, como o traz da sociedade para a universidade. Estabelece, portanto, uma relação de troca. A terceira concepção, apresenta a extensão universitária como “trabalho social útil”. Nesta perspectiva, universidade e sociedade são vistas como entes de uma mesma realidade em constante relação. “um trabalho social útil como processo educativo, cultural e científico, porém voltado à construção de uma nova hegemonia”. (Melo Neto. 2004, p. 54). Ela tem, pois, uma utilidade definida, dialoga com a classe subalterna e seus diversos setores.

Esta concepção tem o trabalho como categoria central. Nela, o produto da extensão – o saber – pertence tanto à Universidade como à comunidade. Ambos são construtores e possuidores do conhecimento, evitando com isso, a conhecida divisão do trabalho capitalista que aliena os trabalhadores do fruto do seu trabalho, que separa a teoria da prática. Assim, “a extensão adquirindo as dimensões filosófica e educativa, intrínseca à categoria trabalho, pertence a instâncias fundamentais na vida da sociedade”. (Melo Neto. 2006, p. 39).

É nessa perspectiva que entendemos o papel das incubadoras universitárias de economia solidária. Inseridas na extensão universitária, elas podem, ao dialogar com o mundo do trabalho, realizar um processo de mudança cultural, ser um espaço do pensamento, da produção do conhecimento que busca no real, suas explicações. As investigações e interpretações expressam o confronto teórico metodológico das diferentes leituras da

realidade. Nesse sentido, a investigação pode ser um espaço privilegiado de resistência dos empobrecidos.

### 3.1.2 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Redes tecendo novas realidades

As incubadoras universitárias de economia solidárias têm se mostrado um instrumento importante na relação da universidade com a sociedade, possibilitando professores, estudantes e funcionários a dialogar com as demandas contemporâneas do mundo do trabalho, mediante o acompanhamento aos empreendimentos solidários, a relação com os movimentos sociais, a proposição de políticas públicas e a participação em diversos organismos sociais.

Segundo o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - PRONINC<sup>61</sup>, existem no Brasil, 41 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs nas Instituições de Ensino. Elas foram inicialmente criadas nas universidades públicas federais, mas se espalharam para as universidades estaduais, confessionais, fundações e escolas técnicas federais. As incubadoras estão ligadas a duas redes universitárias – A Rede Unitrabalho e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

A Rede Interuniversitária de Pesquisa e Estudos sobre o Trabalho - Unitrabalho é uma fundação de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1996 com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm para com os trabalhadores<sup>62</sup>. Ela agrega 90 universidades, está organizada em âmbito nacional, distribuída em sete regionais. Norte, Nordeste, Sul, Centro-Oeste, e ainda Minas Gerais, Rio de Janeiro/Espirito Santo e São Paulo. Sua ação é desenvolvida por meio dos seguintes Programas nacionais: Trabalho e Educação, Emprego e Relações de Trabalho, Saúde do Trabalhador e Economia solidária e Desenvolvimento Sustentável. É dentro deste programa que se encontram as incubadoras universitárias de economia solidária. A Unitrabalho é, portanto, uma Rede cujo tema central é a questão do trabalho, dedica-se aos estudos e

---

<sup>61</sup> O PRONINC é um programa de apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, implementado pelas universidades brasileiras com os grupos populares na perspectiva da geração de trabalho e renda por iniciativas autogestionárias e solidárias de organização do trabalho. O programa é coordenado pela FASE e dirigido por um Conselho Gestor composto pelo MTE-SENAES, Financiadora de Estudos e Projetos- FINEP, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, COEP, Ministério de Desenvolvimento Social, Rede Unitrabalho e a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares - INCUBES. Conferir em: [www.acompanhamentoproninc.org.br](http://www.acompanhamentoproninc.org.br). Acesso em: 12.05.08.

<sup>62</sup> Conferir em: <http://www.unitrabalho.org.br/> Acesso em: 28.05.08

pesquisas, sobre o trabalho de forma mais ampla. As incubadoras de economia solidária são parte desta ação.

O fato da Unitrabalho assumir a economia solidária como um programa nacional em muito fortalece a economia solidária, visto que a Rede goza de muito respeito e credibilidade na comunidade acadêmica. Ela tem uma história de reconhecimento na extensão universitária e grande poder de mobilização.

A Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares – ITCPs<sup>63</sup> foi criada em 1999. Esta é específica de incubadoras de economia solidária. Agrega 21 incubadoras que vêm na trilha dos Comitês da Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida. A Rede é resultado da ação das incubadoras que tem seu início com a COPPE na UFRJ (1995). A COPPE ao propor a superação da fome pelo trabalho cooperativo, consegue, na época, o apoio da FINEP, da Fundação Banco do Brasil e do COEP. Dois anos depois (1997), é criada a segunda incubadora na Universidade Federal do Ceará (1997).

As ações exitosas das incubadoras universitárias fizeram surgir em 1998 o PRONINC. Com o objetivo de desenvolver as metodologias de incubação de cooperativas populares, o programa apoiou inicialmente seis universidades; quais sejam a COPPE - RJ, Universidade Federal do Ceará, a Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, Universidade Estadual da Bahia e a Universidade Federal de Rural de Pernambuco.

Com dificuldades financeiras o programa foi encerrado, e só em 2003, no “governo Lula” foi reativado. Mesmo com todas as dificuldades ocorridas com a interrupção do programa, foram criadas mais nove incubadoras nesse período. Demonstrando com isso que a idéia das incubadoras de cooperativas populares conseguiu se ampliar, conquistou novos espaços, fez-se importante na academia.

Essas redes desempenharam um papel fundamental na reestruturação do PRONINC. Foi valendo-se da ação em rede dessas incubadoras, da persistência de seus representantes que foram tecendo parcerias, desatando alguns “nós”, criando outros, problematizando o fazer, que é possível hoje verificar um acúmulo razoável da ação das universidades no campo da economia solidária.

Cunca Bocayuva e Ana Paula Varanda (2007) ao sistematizarem o diagnóstico e impactos do PRONINC, como resultado de uma pesquisa realizada em 33 incubadoras entre

---

<sup>63</sup> Conferir em: [http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes\\_foruns.php](http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes_foruns.php) Acesso em 26.05.2008

2005 e 2006, apontam que a maioria das incubadoras são recentes, têm menos de cinco anos de existência. Elas estão presentes em todo o território nacional, com uma concentração nas regiões sudeste (12) sul (9) e no nordeste (8). Atendem 315 empreendimentos solidários com aproximadamente 9 mil participantes. Dos empreendimentos incubados pelas universidades, 55% estão formalizados. Destes, 38% estão organizados em cooperativas, 14% são associações, e outras modalidades. Este é um índice alto se comparado com o mapeamento nacional, no qual, apenas 11% são cooperativas, 54% são associações e 33% estão na informalidade. Os empreendimentos incubados estão em sua maioria nos setores de prestação de serviços, produção agropecuária, extrativismo e pesca.

O público com o qual as incubadoras trabalham é prioritariamente composto por pessoas desempregadas e aquelas que nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho. Isto pode ser visto pelo perfil dos grupos apresentados. São pessoas empobrecidas, das quais 21% são beneficiários dos programas de transferência de Renda, sobretudo do Programa Bolsa Família. Assim demonstrado:

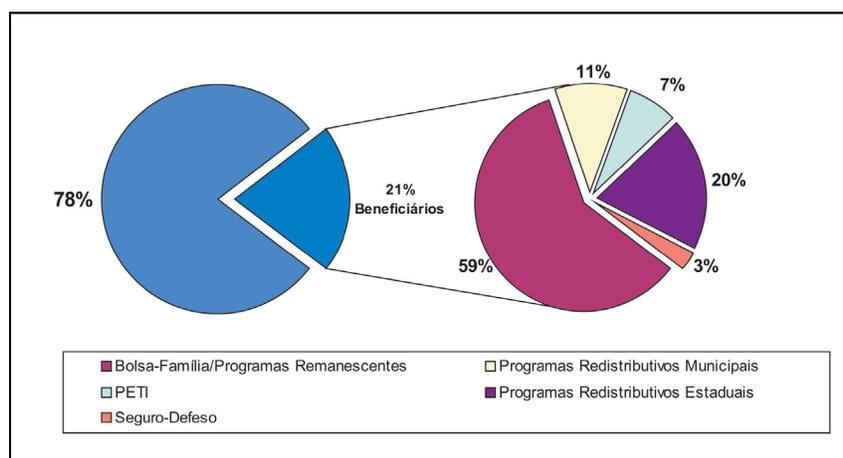


Gráfico 11 – Público das Incubadoras no Brasil  
 Fonte: Diagnóstico e Impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. FASE. 2007

Isso é importante destacar porque tem sido um grande desafio para as políticas públicas de economia solidária, construir uma ação integrada com os programas sociais, de forma que esse público possa ter acesso ao trabalho e à geração de renda. A economia solidária tem, nesse caso, um espaço importante para ocupar. Certamente não será um trabalho simples, visto que, de forma geral esse público não tem uma tradição de organização popular, está disperso, nas periferias das cidades. Mesmo assim, observa-se que muitos

beneficiários têm utilizado os poucos recursos que recebem do Bolsa Família para investir em pequenos negócios<sup>64</sup>.

A qualidade de vida do público das incubadoras se percebe ao analisarmos a renda nesses empreendimentos, demonstrado no gráfico seguinte:

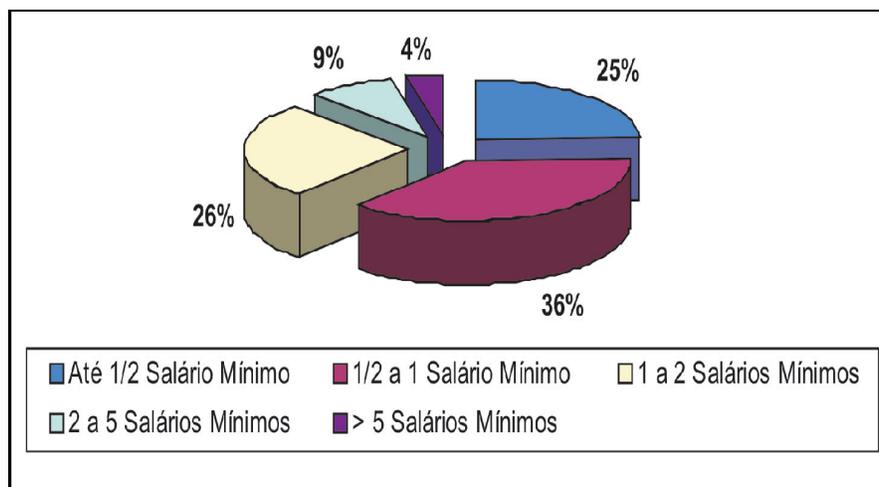


Gráfico 12: Renda nos empreendimentos solidários  
Fonte: FASE. 2007

Segundo a pesquisa, para 66% dos entrevistados, o empreendimento é a única atividade econômica. Certamente, essas pessoas sobrevivem de outras ajudas, seja de parentes, mesmo esporádica, seja de outros programas assistenciais.

No que tange à inserção das incubadoras nas universidades, a pesquisa mostra que 63% das incubadoras estão ligadas à Pró-Reitoria de Extensão Universitária, o que comprova uma sintonia das incubadoras com a extensão universitária. As equipes das incubadoras têm caráter multidisciplinar, apesar de que há uma concentração nas áreas das Ciências sociais Aplicadas (principalmente Administração, Serviço Social, e Economia) e das Ciências Humanas (psicologia e educação). Na sua grande maioria são estudantes (63%) e professores (23%) da graduação. Como se pode conferir no gráfico abaixo:

---

<sup>64</sup> Na Paraíba, algumas dessas famílias têm se transformado em vendedores ambulantes. Eles vendem frutas, verduras, bebidas, fazem bijuterias, etc. Claro, tudo em pequenas quantidades, já que o investimento é extremamente limitado.

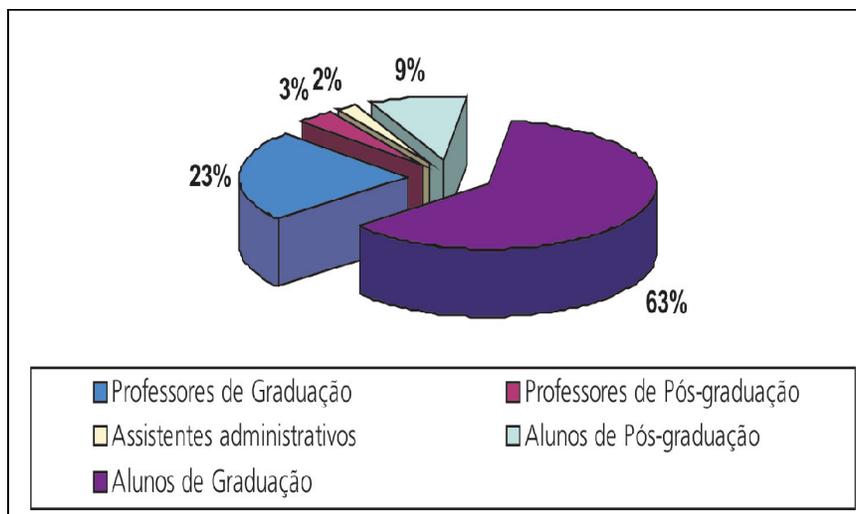


Gráfico 13: Composição das equipes nas Incubadoras Universitárias - Brasil  
 Fonte: FASE. 2007

O apoio financeiro das incubadoras é notadamente feito pelas parcerias e convênios firmados entre as incubadoras e outros órgãos da administração federal, estadual e municipal. Com forte presença do PRONINC. As incubadoras concorrem em editais públicos, apresentam seus projetos e com isso podem realizar suas atividades. É importante acrescentar que este apoio favorece a sustentabilidade econômica das incubadoras, na medida em que fortalece as equipes técnicas das incubadoras, oferecendo bolsas para os estudantes, assumindo custos das atividades, na aquisição de equipamento, diminuindo inclusive, a rotatividade nas equipes de trabalho.

A presença dos estudantes bolsistas e estagiários nas incubadoras possibilita de um lado a formação de profissionais qualificados para atuar na economia solidária, ao mesmo tempo em que pauta a Universidade com a temática da economia solidária. Isto é confirmado pela pesquisa no que tange à produção de trabalhos científicos. Conforme o gráfico abaixo:

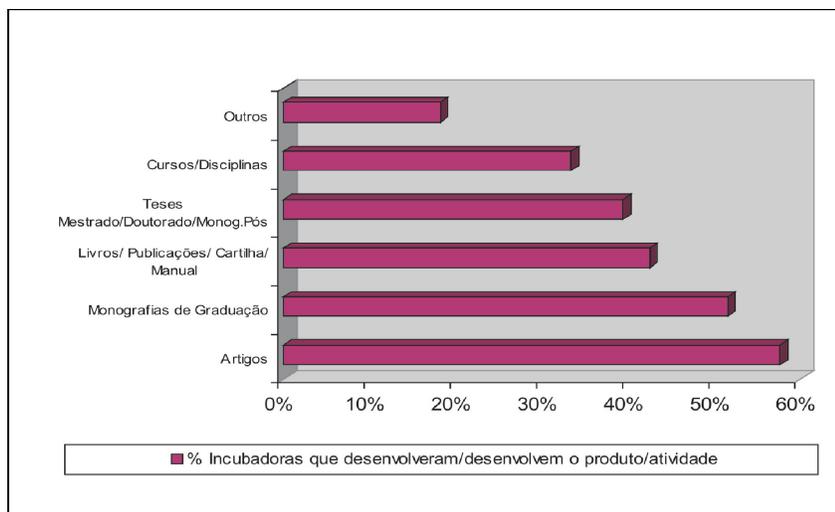


Gráfico 14: Produção de trabalhos científicos  
 Fonte: FASE. 2007

As universidades, por intermédio das Incubadoras de Tecnológicas de Cooperativas Populares têm oferecido uma contribuição singular à economia solidária. Esta contribuição é sem dúvida, no processo de sistematização das experiências, analisando as metodologias de incubação.

### 3.2 AS METODOLOGIAS DE INCUBAÇÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As incubadoras universitárias de empreendimentos solidários no Brasil têm se esforçado para criar uma metodologia de incubação que corresponda às demandas que as realidades impõem. O processo de incubação em um empreendimento solidário é mais que uma metodologia. É uma ação pedagógica, na medida em que, a produção do conhecimento é, ao mesmo tempo, produto e processo. Um conhecimento cuja referência está na realidade, se constitui-se de conteúdos e técnicas específicas que promovem o empoderamento das pessoas envolvidas no processo educativo, na perspectiva das transformações sociais.

A incubação na economia solidária pode ser também entendida como uma filosofia, pois está imbuída de uma visão de mundo. “contém valores éticos e morais específicos, buscando, também, tornar-se um modo civilizatório de vida com a hegemonia da sociedade direcionada para um projeto socialista de sociedade”. (COSTA, MELO NETO, OLIVEIRA, 2006, p. 95).

O que apresentamos aqui é uma possibilidade de sistematização de alguns princípios que norteiam a metodologia de incubação no Brasil, de alguns pressupostos teóricos, e de algumas recomendações metodológicas chamadas de “passos metodológicos”.

### 3.2.1 Princípios da metodologia de incubação na economia solidária

Entendemos que uma intervenção social é um ato político que precisa considerar as condições históricas e culturais da realidade na qual está inserida. Por isso, é impossível copiar ou transplantar as experiências de economia solidária. Elas devem ser re-inventadas no diálogo com os diferenciados contextos. Porém, a economia solidária não é uma ação neutra. Ela tem um projeto societário que, mesmo estando em construção, é norteado por alguns princípios. As ações formativas do processo de incubação precisam reforçar esse horizonte estratégico. Destacamos alguns princípios que orientam a incubação dos empreendimentos solidários no Brasil, entre eles:

#### 1. Democracia

Se pensarmos na complexidade, que é a gestão política das sociedades atuais, temos necessariamente que falar da democracia e de Estado democrático. Ninguém imagina viver numa sociedade onde todos pensem igual, falem igual, etc. A Democracia é a política das diferenças. Segundo Xangai de Lima (2003), o melhor ambiente para a formação do sujeito coletivo é onde exista menos autoritarismo. Onde maior for o espaço de liberdade, melhores são as condições de a pessoa se tornar autônoma, capaz de falar e de agir como sujeito político.

A democracia aqui é entendida como sendo “uma forma de existência social”. (CHAUÍ, 2001, p. 69), e como tal, norteadora das relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Pensamos a democracia para além da sua versão liberal. A democracia moderna é uma construção histórica, implementada por um grupo social e legitimada pela sociedade. Carlos Nelson Coutinho (1991), ao tratar do tema, lembra que o liberalismo parte do pressuposto de que as pessoas são diferentes e que essas diferenças devem ser potencializadas, para que na concorrência entre elas, possa surgir o progresso. É esta racionalidade que compõe a democracia moderna. Nesse sentido, alguns elementos são bastantes valorizados, tais como: o pluralismo, a tolerância e o respeito às minorias. Não vamos aqui entrar na questão de mérito, do fim último do liberalismo, visto que o

“pluralismo” – neste caso – é apenas um conceito criado para respaldar sua ideologia. Na realidade, a democracia moderna, ao homogeneizar um padrão de desenvolvimento, desrespeita as diversas culturas dos diferentes povos. A questão da tolerância e do respeito às minorias, entrou no ideário liberal de forma muito pragmática. Segundo Coutinho (1991), a “tolerância” no século XIX estava muito ligada à questão das religiões, tentava-se minimizar o poder da Igreja Católica. A idéia do “respeito as minorias” dentro da democracia moderna, surge da preocupação que os liberais tinham com construção das novas maiorias advindas das classes trabalhadoras.

A tolerância como conteúdo da democracia é, sem dúvida um valor importante e um dos temas desafiadores e atuais, consideramos a tolerância na sua radicalidade, isto é, na convicção de que, o outro sendo diferente, tem algo a dizer. Da mesma forma que o respeito às minorias deve ser valorizado. O entendimento da democracia com base na construção da maioria é um princípio interessante, porém, somos sabedores de que a “maioria” – em alguns casos – pode ser adquirida por métodos não democráticos e transparentes. Nesta perspectiva, não cabe às minorias apenas obedecer à decisão da maioria, mas ser tratada como sujeito a ser considerado no processo democrático. Mesmo com todos estes condicionantes, o que nos interessa destacar aqui é que esses elementos se forem resignificados constituem-se como uma necessidade para um novo projeto societário.

Isto porque são muitos os limites da democracia moderna. Ela reduz a participação apenas ao seu caráter de representação, a liberdade é reduzida ao direito de voz e voto e à igualdade aos limites da lei, do jurídico. Porém, um dos maiores limites da democracia moderna é a separação que faz da esfera política e econômica. Rosalvo Schütz destaca que:

Em todas as sociedades pré-modernas o espaço político tinha como preocupação central a garantia da existência de seus integrantes. Ou seja, o Político era, além de estruturador das formas de relação entre as pessoas, também o espaço de decisão sobre a melhor forma de reprodução material. Questões econômicas eram consideradas parte constituinte das relações sociais. Na modernidade, houve uma aparente separação entre estas duas esferas. A economia passou a ser regida por leis supostamente naturais, ou seja, as leis de mercado. A política foi reduzida a mera estruturadora das condições de efetivação da liberdade individual.(SCHÜTZ, 2005, p. 2).

No nosso entendimento, esta separação faz com que a democracia seja ferida mortalmente, pois ao retirar a reprodução material do espaço político separa-se o inseparável. Reduz o fazer político à formalidade do Estado de Direito, aprisionando a democracia às regras e instrumentos jurídicos comprometidos com a manutenção do sistema econômico vigente. É preciso superar essa limitação.

A democracia é uma forma de convivência, de se posicionar diante da vida e dos outros seres. Ela pressupõe a revisão de muitos valores arraigados na cultura do autoritarismo e requer um processo contínuo de formação. “A democracia é a política do sujeito enquanto indivíduo que está se formando, que está se humanizando, que está em busca de sua autonomia”. (LIMA, 2003, p. 42). Nesse processo, os espaços formativos são bastante variados e estão inseridos na vida cotidiana das pessoas. As vivências que vão se constituindo nesta esfera, são também, as que podem dar suporte para uma nova compreensão de democracia.

À medida em que, a economia solidária traz as questões econômicas para a esfera da decisão política, ela contribui para ampliar e aprofundar a democracia. Até porque questões que são caras para economia solidária, tais como, exclusão social, degradação do meio ambiente, por exemplo, não serão resolvidas dentro do marco legal do receituário liberal.

A incubação na economia solidária, parte do princípio de que a democracia enquanto modo de existência social, como projeto político de uma sociedade, precisa ser implementada no seu próprio processo constitutivo. Por isso, desde o início da criação de um empreendimento solidário, essa premissa deve ser permanentemente observada no conjunto de suas relações. Isto é, na relação interna da incubadora, na relação da incubadora com o empreendimento solidário, nas relações entre os cooperados e ainda nas relações com os demais atores.

## 2. Processo coletivo na construção do conhecimento

Os processos de incubação na economia solidária consideram a construção coletiva do conhecimento como componente da autogestão. No caso das universidades, o ideário criado na sociedade de que a academia é detentora do saber, coloca-a numa posição perigosa. Em muitos casos, há por parte dos trabalhadores a expectativa de que a Universidade irá resolver os problemas da comunidade. Afinal, o representante da incubadora chega à comunidade com toda a carga do imaginário criado em torno da universidade como centro do conhecimento. É o “doutor” que sabe.

A postura da Universidade nos processos de incubação deve ser o de perguntar e não de oferecer as respostas prontas. As respostas devem ser construídas no desvelamento da questão em pauta. Cabe à incubadora apresentar as informações, contribuir no processo de discussão de forma humilde, sem ser piegas, sem cair no discurso demagógico de que só o “povo sabe”. Ela tem um conhecimento importante que deve ser socializado, este é seu papel.

Este tipo de postura requer uma mudança cultural no fazer pedagógico. Os saberes – acadêmico e popular, são complementares e juntos constroem o conhecimento. Nesta construção, cada um tem sua função, sua importância.

Este processo autogestionário do conhecimento não é uma tarefa fácil, talvez seja um dos maiores desafios da incubação. Ela é teórica e estrategicamente correta, mas na prática, na ação do cotidiano, a cultura do autoritarismo aparece sob várias nuances. A Universidade, por ser uma instituição tradicionalmente pautada pelas relações hierarquizadas, tende a reproduzir o que lhe é familiar. Por isso, o processo de incubação requer vigilância, um olhar atento e uma metodologia rigorosa com técnicas adequadas que favoreçam o processo de construção coletiva garantindo assim, a autogestão.

Um dos maiores desafios nesse processo é a linguagem. A comunidade acadêmica tem sua própria linguagem, que muitas vezes, esta é desconhecida para a maioria da população, uma linguagem muito “rebuscada” não consegue fazer fluir a comunicação. Não é que devemos omitir ou evitar os conceitos, pelo contrário, eles devem ser apresentados no processo de incubação, até porque é uma oportunidade que os grupos têm de adquirir novos conhecimentos, porém, é preciso que isto seja feito de forma que, um conceito, uma palavra nova seja apropriada pelo grupo no seu conteúdo correto, evitando assim, a repetição e o uso de formas inadequadas.

Não queremos simplificar um processo que é realmente complexo. Os riscos da dominação pelo poder do conhecimento são constantes e não há como ser diferente. A economia solidária é feita por diferentes atores e cada um deles traz consigo seus aportes, seus costumes, seu modo de ser. É no processo de construção coletiva, que determinados comportamentos vão sendo burilados, questionados e eliminados quando se percebe que não agrega, que não avança para a mudança social.

### 3. Cultura

A cultura, como todo conceito, está carregada de significados, que a depender do contexto no qual está inserida pode tomar feições diferenciadas. Assim, optamos por situar a cultura na sua visão dialética. Em consonância com o pensamento marxista e freiriano afirmamos que a criação da cultura e a criação humana são inseparáveis

Nesse sentido, são interessantes os estudos feitos por Marilena Chauí (2006) sobre cultura. Na sua obra “Convite à Filosofia” ela parte da construção epistemológica de cultura e vai traçando seu percurso nos diversos contextos. A cultura vem do verbo latim *colere* cujo

sentido é cultivar, criar, cuidar. Na Roma antiga a cultura apresentava três significados: o cuidado do homem com a natureza (agricultura); o cuidado dos homens com os deuses – por isso o “culto” nos ritos religiosos e o cuidado com a alma e os corpo das crianças.

Desta forma, cultura era o “cultivo ou a educação do espírito das crianças para tornarem-se membros excelentes e virtuosos da sociedade pelo aperfeiçoamento e refinamento das qualidades naturais”. (CHAUÍ, 2006, p. 245). Este pensamento se aproxima do que os gregos chamavam de *paidéia*. Para os gregos, uma pessoa culta era aquela bem preparada fisicamente, com conhecimento das ciências, das artes, da filosofia, atuante na política, alguém moralmente virtuoso.

A cultura nesse sentido, não se separava da natureza, era na verdade um aprimoramento desta, pela formação ampliada. A cultura seria assim, uma segunda natureza, aquela adquirida pelo processo educativo, cultivado pelos ideais da comunidade na qual se está inserido. A cultura teria o papel de aperfeiçoar, pela educação, a natureza primeira.

É só no século XVIII que acontece a separação entre cultura e natureza. Os intelectuais acreditavam que existia uma diferença crucial entre o homem e a natureza. O entendimento era que a natureza operava pela lei natural de causa e efeito enquanto o humano agia de acordo com a razão. A cultura era pois, o campo do instituído pela ação humana. Apenas o humano consegue dar sentido, finalidade e valor às coisas, porque consegue fazer distinções, algo que a natureza em si, não faz.

A cultura passou a ser considerada como resultado e conseqüências do processo formativo adquirido pelo humano e expressa pelas suas ações através das artes, religiões, ciências, das suas instituições, das técnicas. O seu sentido estava vinculado à “civilização”. Os pensadores da época afirmavam que era na vida civil (social e política) que estes resultados se expressavam mais claramente. Este pensamento foi se consolidando e cultura passa a ter seu conteúdo relacionado à história, como sendo “a relação que os seres humanos socialmente organizados [...] estabelecem com o tempo e o espaço, com os outros seres humanos e com a natureza, relações que se transformam no tempo e variam conforme as condições do meio ambiente”. (CHAUÍ, 2006, p. 247).

A cultura surge quando os homens em ato livre e criativo conseguem transformar a natureza. Este ato é o que se chama trabalho. É pelo trabalho que o humano vai criando objetos que a natureza por si só não seria capaz (casa, móveis, livros, etc.). Para isso, os humanos vão se organizando:

Dividindo as tarefas entre homens e mulheres, adultos e crianças. Para aumentar os recursos produzidos, instituem a família, a relação de

parentesco, aldeias e vilas. Para protegê-las inventam as armas e a guerra. Para conseguir condições sempre favoráveis para o trabalho e para melhoria do que produzem, invocam e adoram forças divinas, instituindo a religião [...] trocam entre si produtos de seu trabalho instituindo o comércio. (CHAUÍ, 2006, p. 247).

Nesse processo histórico, quando um grupo na sociedade se apropria dos bens da natureza, tem início as desigualdades. Uma dessas expressões, é a criação da sociedade dividida em classes sociais.

Nos seus estudos sobre cultura, Melo Neto (2006) relembra que há duas categorias que compõem o conceito de cultura – movimento e produção. Independentemente do contexto, do desenvolvimento das forças produtivas, essas estão sempre presentes.

A cultura é a expressão da experiência humana na sua relação com a natureza. É a capacidade que o humano tem de atribuir significados e valores para além da materialidade. Nesse sentido, “as imagens e lembranças, advindas das realidades sensíveis, são convertidas em idéias. Assim, avançam para as generalizações”. (MELO NETO, 2007. p. 3).

Nesta perspectiva, os produtos gerados pelo trabalho humano, são todos produtos culturais. Tantos os produtos advindos diretamente dos processos produtivos, quanto os que são gerados na dimensão social presente nas relações humanas. Neste sentido, somos todos produtores culturais.

Na sociedade moderna, o capitalismo, ao se apropriar dos bens de produção, dos meios e dos produtos, instrumentaliza a cultura. Dá-lhe um significado ideológico de forma que esta garanta sua continuidade. Assim, separa o trabalho manual do intelectual, supervalorizando as idéias, a produção científica, o desenvolvimento de novas tecnologias e muitas vezes reduz grotescamente, cultura à escolarização. O saber popular, em suas diversas manifestações são, desse modo, desqualificadas.

A economia solidária procura sair da homogeneização cultural implementada pelo liberalismo que pelos seus parâmetros de globalização, impõe nas diferentes sociedades, um padrão único de produção, de consumo, de relacionamento entre as pessoas, desconsiderando as diferentes expressões culturais, as diferentes formas de organização das comunidades.

Nos processos de incubação, é necessário conhecer, considerar a forma de organização das comunidades nas quais o empreendimento está inserido, valorizar suas diversas expressões. Em muitos casos, a criação de um empreendimento é um meio de resgatar a cultura, os costumes de um agrupamento social.

#### 4. Solidariedade

Na sociedade moderna foi criado um discurso argumentativo de que o econômico e o social são esferas que não se combinam. Ao econômico é dada a importante tarefa de implementar o crescimento, de desenvolver novas tecnologias e isto se faz com quem tem poder de competitividade, eficiência, etc. O mercado é quem tem autoridade para cumprir essa função. Como isto tem um custo social, natural do sistema, entra em cena o setor “social” que terá a tarefa de “harmonizar” o des-harmônico. Aqui é o lugar do solidário, do caridoso, é o espaço do Estado com suas políticas sociais, das igrejas com suas ações sociais, do terceiro setor, etc.

Dentro desse pensamento o termo “economia solidária” soa como uma música fora do tom. É algo totalmente estranho, utópico, irrealizável ou previamente relegado à marginalidade/paliativo, aos nichos e caridarismos. Como o sistema capitalista mesmo hegemônico na sociedade não inclui todas as pessoas (até porque não é esse seu objetivo), outros sistemas vão sendo gestados no interior ou paralelo ao capitalismo. É o caso da economia solidária.

Uma das expressões de solidariedade na economia solidária é a *democratização do saber*. Esta não é apenas uma questão teórica, é uma necessidade prática. Nos empreendimentos solidários os trabalhadores sabem que significa um risco para vida do grupo, quando apenas uma pessoa detém um determinado conhecimento. Eles vivem no limite da instabilidade e precisam que outras pessoas tenham conhecimento dos processos implementados pelo grupo. Claro que em todo grupo, deve-se considerar e potencializar as aptidões individuais, mas é fundamental que as informações estejam à disposição do grupo.

A socialização do conhecimento não pode se dá apenas no interior do grupo, mas também, entre os grupos da economia solidária. Contrário ao capitalismo no qual o conhecimento, a tecnologia é segredo da empresa, portanto deve ser protegido, escondido, na economia solidária os trabalhadores sentem-se orgulhosos em poder compartilhar com os outros um determinado conhecimento, uma tecnologia nova. Neste caso, a famosa “patente” perde sua razão de ser. Essa socialização, muitas vezes, acontece de forma espontânea, pela internet, no cotidiano, e outras vezes de forma planejadas.

Outra expressão da solidariedade é na *relação com a natureza*. Este é um contraponto importante que a economia solidária faz ao projeto predador da natureza implementado pelo capitalismo. A economia solidária é entendida dentro de um projeto de desenvolvimento local sustentável que a partir das necessidades, das potencialidades e da

cultura local/regional possa se relacionar com a natureza, de forma que esta beneficie também as futuras gerações.

Determinadas práticas convencionais não-ecológicas ocorrem muitas vezes por falta de conhecimento de outras alternativas. Cabe ao processo de incubação apresentar essas possibilidades, na maioria delas, é possível resgatar na própria comunidade, alguns costumes e práticas antigas de se relacionar com a natureza que foram propositadamente ridicularizadas pelo “progresso”.

Outra forma de solidariedade na economia solidaria é a *relação com o mercado*. Um elemento importante é a valorização da vida do consumidor. Nesse sentido, as Feiras de Economia Solidária cumprem um papel fundamental. Ao introduzir na sua dinâmica, o cuidado com os consumidores, demonstram assim, que é perfeitamente possível relações comerciais serem pautadas na ética, na confiança e na colaboração. Nas Feiras de Economia Solidária a pessoa que compra é mais de que um consumidor. Ela é alguém com quem se estabelece uma relação de parceria.

A *questão de gênero* é algo que perpassa as relações sociais, que extrapola a categoria de classes sociais. A exploração sexual, econômica e afetiva das mulheres acontece de forma explícita, às vezes camufladas e muitas vezes sob o manto do discurso da “pluralidade cultural”. Aqui é importante distinguir o que é traço cultural e o que é violência aos direitos humanos. No caso da experiência brasileira, as mulheres vivem sob uma cultura machista, por isso mesmo, estão sempre em “estado de alerta” contra possíveis abusos. A IV Plenária do Fórum Brasileiro foi, nesse sentido, emblemática. As mulheres representaram 57% do conjunto de delegadas e delegados presentes. Alertaram para pouca atenção que se deu ao tema no documento-base da IV Plenária e elaboraram um documento que apontava para a necessidade de se radicalizar no processo de organização das mulheres no interior do movimento.

Entre o público com o qual as incubadoras trabalham, segundo Cunca Bocayuva e Ana Paula Varanda (2007), existe um relativo equilíbrio entre os sexos, sendo 55% homens e 45% de presença feminina. Porém, há uma grande distância quando se trata da renda. Para as retiradas de até 1/5 salário mínimo, 90% são mulheres, ao passo que, os que ganham mais de 5 salários mínimos, 87% são homens.

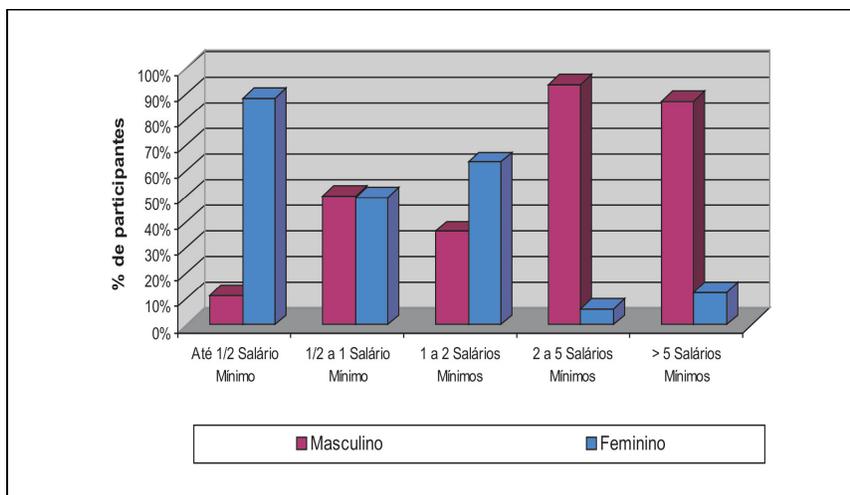


Gráfico 15: Gênero e distribuição de renda  
 Fonte: FASE. 2007

Uma das explicações é que as mulheres são maioria nos empreendimentos menores de até 10 pessoas. Isso também quer dizer que elas ainda estão nos grupos mais frágeis, com menos poder aquisitivo. O processo de incubação deve enfrentar esse debate como conteúdo formativo. A equidade de gênero é condição para a construção de um projeto societário pautado na justiça e na solidariedade.

Para a maioria da população excluída do mercado de trabalho, a solidariedade é uma forma de garantir sua própria sobrevivência. Porém, isto nem sempre é explicitado. A população introduziu de tal forma o discurso da competição como um valor, que em muitos casos os trabalhadores não reconhecem nos seus próprios atos, a solidariedade. “Um dos nossos desafios é fazer com que a população nomeie a sua prática, a partir do reconhecimento desse fazer coletivo, extremamente forte e proponente de uma nova maneira de ser”. (KRUPPA, 2002, p. 21). Esta é, sem dúvida, uma das atribuições das metodologias de incubação na economia solidária: desvendar o hiato entre o pensamento e a linguagem, fazer emergir de forma crítica e consciente as ações de solidariedade, diluídas no imaginário coletivo.

### 3.2.2 Pressupostos teóricos do processo de incubação

Apresentamos aqui alguns pressupostos teórico-metodológicos nos quais, as incubadoras buscam sua fonte de inspiração. Quais sejam: a *dialética* como método de conhecimento da realidade, o *trabalho* e a *educação popular* dentro da concepção freiriana.

Analisar uma determinada realidade social, que é em si contraditória, complexa e dinâmica, requer uma metodologia que contemple essa diversidade. Afirmamos assim, a dialética a partir da contribuição marxista, na qual, o real, o concreto, é o ponto de partida para a análise da realidade.

Melo Neto (2001), em seus estudos sobre a dialética retoma os clássicos, pontuando o conceito nas suas diferentes abordagens. Parte de Platão para quem o conhecimento é visto a partir da divisão da realidade em partes, vai a Aristóteles que apresenta a dialética como a lógica do provável; passa pela lógica Kantiana na crítica da razão pura, até chegar a Hegel e Marx, em que, a dialética é vista pela síntese dos opostos. A diferença é que enquanto Hegel vê o ponto de partida da leitura da realidade e da produção do conhecimento no pensamento, Marx o inverte, comprovando que a fonte está na natureza, na realidade e não no pensamento.

A sociedade moderna é vista por Marx na sua contradição. Por ser o capitalismo um ato humano, portanto histórico, por ser a força produtiva elemento constitutivo do trabalho, nela está contida a possibilidade da mudança, da transformação social. Marx diz, em *Ideologia Alemã* (1996), na crítica que faz a Hegel e a Feuerbach, que o conhecimento em si não altera a realidade, é a partir da história da ação reflexiva que se gera a práxis.

Assim sendo, as metodologias de incubação devem estar sempre atentas para fazer emergir o conhecimento:

São importantes as técnicas que ajudam esses trabalhadores a pensarem, agirem e descreverem o mundo, com base nas relações humanas e o próprio mundo, como expressão dialética de um movimento de análises e novas sínteses que extenuarão, possivelmente, através da história e da crítica, os anseios gerais ou locais das transformações necessárias. É uma relação de síntese do sujeito com o mundo; uma leitura assentada na *história* e instigada pelo difícil exercício da *crítica* ao outro e a si mesmo. (MELO NETO, COSTA, OLIVEIRA, 2006, p. 99)

É nesta perspectiva que o trabalho se traduz como um pressuposto teórico para a economia solidária e os processos de incubação. Esta é uma produção criativa, onde estão presentes o pensar e o agir, a intervenção e a reflexão, uma alimentando a outra, gerando uma nova criação, uma nova realidade.

No processo de incubação dos empreendimentos solidários, não se trata apenas de construir alternativas de sobrevivência das pessoas “sobrantes” do sistema. É preciso que todos os envolvidos compreendam como e por quê se deu esse processo de exclusão. Freire (1987) afirma que não se muda uma realidade a qual não se conhece, cujos contornos não se

discernem. Por isso, uma metodologia que privilegie a realidade concreta de seus integrantes é uma ferramenta indispensável no processo de mudança social.

A educação que interessa na economia solidária é aquela que ajuda o indivíduo a se perceber enquanto ator político, protagonista de seu próprio processo de humanização, que seja capaz de sistematizar de forma crítica a sua própria condição e realidade, interferindo nela, na perspectiva da mudança social.

Nesse sentido, é preciso construir pistas na perspectiva de descobrir novos caminhos. Isso pressupõe o estabelecimento de novos vínculos, a criação de linguagens pedagógicas capazes de reconstruir a prática educativa, transitando entre o científico e o não científico, acenando em novas direções capazes de afirmar a solidariedade, o afeto, a emoção, como aspectos essenciais ao lado da razão.

### 3.2.3 Alguns instrumentos pedagógicos

As incubadoras universitárias de economia solidária brasileiras convivem com uma realidade na qual o seu público apresenta vários desafios. Entre eles está a questão da escolaridade. Assim, demonstra Cunca Bocayuva e Ana Paula Varanda (2007):

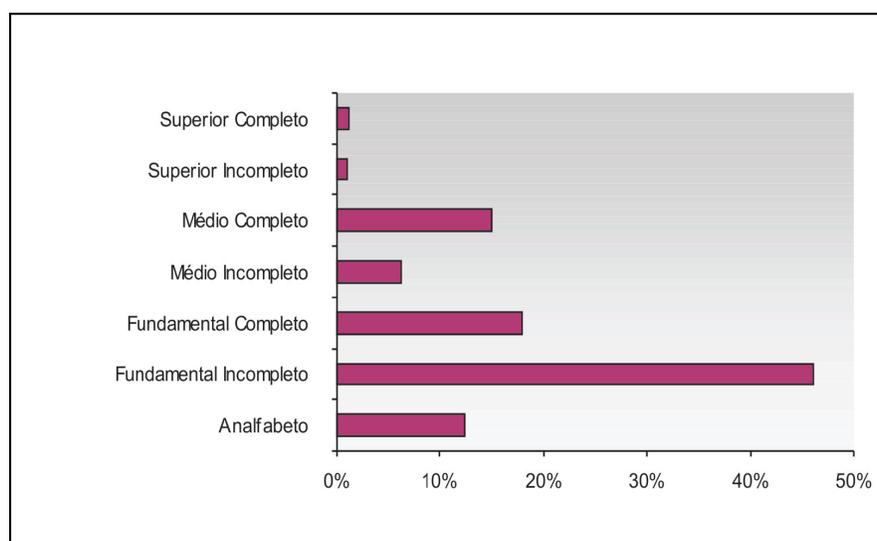


Gráfico 16: Grau de escolaridade  
Fonte: FASE. 2007

É importante destacar que no Brasil, a fase fundamental do ensino corresponde aos oito primeiros anos de vida escolar<sup>65</sup>. Se juntarmos os 10% dos não alfabetizados com os que têm até o fundamental completo, permite-nos afirmar que há aí, um grave limite para a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, visto que essas trabalhadoras e trabalhadores precisam assumir o processo de gestão, incluindo toda parte administrativa e financeira.

Este é um assunto delicado, não pode ser um critério excludente na incubação tampouco pode ser minimizado. Neste sentido, uma das estratégias tem sido criar mecanismos para que essas pessoas sejam incorporadas aos programas de educação formal através das parcerias, tais como o programa de Educação para Jovens e Adultos. A questão é que no processo de autogestão, a decisão de voltar a estudar é algo muito pessoal. O desejo de fazer o empreendimento dar certo, pode ser um motivador, mas não obriga os seus componentes a voltar à sala de aula. Muitas vezes, essa questão nem aparece no primeiro momento da incubação<sup>66</sup>. A questão é que esse limite não pode ser um impedimento para a criação do empreendimento. Assim, busca-se criar alternativas de comunicação que privilegiem outras expressões que não sejam o “letramento”.

Durante os processos de incubação de empreendimentos solidários alguns instrumentos pedagógicos vão sendo criados, recriados e muitas vezes resgatados da memória popular. Eles são importantes ferramentas no processo formativo e organizativo dos grupos. Destacamos alguns desses instrumentos:

a) Jogos cooperativos: Os jogos cooperativos buscam de forma lúdica externar determinados comportamentos e valores dos participantes, que muitas vezes estão escondidos, camuflados, reprimidos pelos padrões socialmente aceitos pela sociedade. Esses valores podem ser um entrave para o sucesso do grupo. Eles precisam ser explicitados, para que o grupo possa tentar superá-los. Ao mesmo tempo, os jogos cooperativos ajudam a superar o limite da escolaridade porque privilegiam outros elementos. Em um jogo cooperativo ter freqüentado uma universidade ou ser analfabeto é que menos importa. Além disso, todos os temas que abrangem o processo produtivo pode ser “jogado”. Os jogos podem ser temáticos, tratarem da comercialização, gestão, conflitos internos, mercado, etc.

---

<sup>65</sup> Recentemente, na última reforma do ensino, foi acrescido mais um ano no curso fundamental.

<sup>66</sup> Uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, incubada pela autora, o grupo era composto de 70% de pessoas não alfabetizadas. Entre os dez problemas a serem enfrentados, o tema da educação apareceu em último lugar. Durante o processo de implementação do empreendimento é que alguns destes sentiram a necessidade de freqüentar um curso básico de educação. O que foi viabilizado em parceria com a prefeitura da cidade de João Pessoa.

Acreditamos que pela descontração, também é possível fazer emergir determinados elementos que favorecem o crescimento do grupo, tais como a auto-estima, a criatividade, a cooperação entre os parceiros. Segundo Fábio Brotto (2003), enquanto nos jogos tradicionais “o importante é competir” nos jogos cooperativos a lógica é outra. O importante é cooperar. Todos ganham ou todos perdem. Ninguém é excluído por ser “mais fraco” pelo contrário, todos precisam ajudar aquele que tem mais dificuldades sob pena de não conseguirem cumprir seus objetivos.

Os jogos cooperativos seguem algumas regras simples. Primeiro o focalizador/assessor explica as normas e o objetivo do jogo de forma que todos possam entender. Em seguida, realiza-se a atividade. Nessa fase é fundamental estar atento à tática do grupo para realizar a tarefa. Por fim, é preciso refletir sobre o jogo fazendo com que, o grupo, se aproprie do aprendizado. Apesar de já existir uma certa bibliografia sobre o tema, é muito interessante descobrir os jogos que a comunidade já conhece. Muitas vezes existem jogos, canções populares, brincadeiras que podem ser resgatadas e reconstruídas a partir dos parâmetros da cooperação.

b) mística e subjetividade: É impossível pensar na economia solidária, sem trazer junto nesse processo construtivo, os elementos da mística e da subjetividade. Fortalecer a mística do grupo é procurar a motivação maior que faz com que essas pessoas desejem uma outra forma de se organizar. É entender qual é a força motora e realimentá-la, sempre. As relações humanas estão em si carregadas de subjetividade, não sendo possível desconsiderar algo que é de sua natureza. Obviamente, isso não quer dizer que devemos ser negligentes, na análise da realidade, mas é preciso garantir o espaço da emoção da afetividade, do respeito aos ritos da comunidade e revalorizá-los a partir da ótica da cultura da solidariedade.

c) criatividade: Nos processos de incubação na economia solidária, a criatividade deve ter um lugar especial no sentido de que, sem ela não é possível a realização do trabalho livre. É preciso não ter medo de ousar, de fazer diferente, de arriscar. O espaço da criação é muitas vezes, a saída que as trabalhadoras e os trabalhadores têm para superar as dificuldades no seu cotidiano.

### 3.2.4 Passos metodológicos no processo de incubação

As incubadoras universitárias, de forma geral, têm organizado a incubação em três passos – Pré-incubação, Incubação e Pós-incubação. Nesta formulação, uma parte do conteúdo que apresentamos aqui, no segundo passo, é deslocado para o primeiro, de forma

que todos os conteúdos são trabalhados, com maior ou menor ênfase, a depender de vários fatores – interesse do grupo, da Incubadora, contextos, etc.

Evitamos aqui o termo usado “etapas” e preferimos utilizar o termo “passos metodológicos” por entender que a idéia de “passos” é mais flexível, está ligada ao ato de andar, de caminhar, que pode ser para frente, ou para trás, para os lados, dependendo das condições do caminhante, do lugar e do objetivo a percorrer. Isto abre novos horizontes, está mais próximo da realidade da economia solidária.

Na maioria das vezes, o contato da Incubadora com o grupo/comunidade acontece através do convite feito pelo grupo. Estas comunidades ou já realizaram algum trabalho em parceria com a Universidade ou ela foi indicada por alguém da confiança do grupo. Sistematizamos então, em quatro passos distintos, cujos conteúdos podem sofrer modificações a partir dos diferentes contextos.

1º. Passo: É chamado de pré-incubação. Configura-se no momento em que todos se apresentam, nos primeiros contatos. Algumas questões são fundamentais que sejam explicitadas logo no princípio da incubação: Quem são os participantes, o que eles fazem, quais são os seus desejos, sonhos, por que querem criar um grupo ou cooperativa, quais são as expectativas, etc. É importante que a incubadora ao se apresentar, deixe claro quais são os seus interesses, seu papel, seus limites, a forma de trabalhar etc. A partir das informações levantadas, as partes decidem se querem ou não desencadear um processo de incubação. Se a decisão for de continuar, normalmente se faz um “contrato de convivência”<sup>67</sup>, no qual, ficam explícitos os acordos e compromissos de cada um dos envolvidos no processo de incubação. Em seguida é elaborado o planejamento estratégico do grupo.

2º Passo: Neste segundo passo é feita uma sondagem sobre o conhecimento do grupo e a experiência profissional dos seus participantes. Dá-se início ao processo de elaboração do projeto, cuja análise interna considera o que o grupo gostaria de fazer, quais são os potenciais e os limites para desenvolver a atividade desejada<sup>68</sup>, entre outras questões. Externamente, deve-se fazer uma análise de mercado, quais são os atores que atuam na área, com quem é possível uma articulação, ou não e por quê, entre outros aspectos. Depois é necessário decidir que tipo de trabalho o grupo vai realizar, quais são os produtos, e etc. Inicia-se a fase de

---

<sup>67</sup> Esse contrato não é algo juridicamente legalizado. Ele é um instrumento simbólico, elaborado coletivamente em reunião e normalmente fica exposto na sala onde o grupo se reúne de forma que todos possam sempre visualizá-lo.

<sup>68</sup> É muito comum, ao procurar apoio na incubadora, o grupo já trazer uma idéia do que gostaria de produzir. Ao se realizar as oficinas de elaboração do projeto (análise interna e externa) o grupo pode perceber que o seu desejo

legalização do empreendimento, caso ainda não seja juridicamente formalizado e se o grupo assim o desejar<sup>69</sup>. Por fim, é preciso buscar financiamento para implementação do projeto. Normalmente o grupo já dispõe de alguma contrapartida<sup>70</sup> e precisa de alguma complementação<sup>71</sup>.

Outro elemento nesta fase é a realização dos espaços programados de formação<sup>72</sup>. Uma das estratégias muito utilizadas no Brasil é o *Intercâmbio de Experiência*. Trata-se de prática educativa, voltada à capacitação de pessoas interessadas em compartilhar um conhecimento, construído numa área temática específica. São as visitas que os grupos fazem a outros empreendimentos afins, para conhecer novas tecnologias, entender os processos de produção, as dificuldades, os desafios, etc. Inicialmente, utilizados apenas como recurso metodológico, os intercâmbios de experiência enquanto espaço formativo, têm demonstrado grande riqueza na produção de novos saberes, resgatando o diálogo como princípio formativo que privilegia a fala entre iguais. Ele tem seu núcleo pedagógico na dimensão do “testemunho”. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire afirma que o testemunho é uma das conotações principais do caráter cultural e pedagógico do processo de mudança social.

Outro espaço formativo igualmente importante são os cursos. Os conteúdos são construídos a partir dos interesses dos envolvidos nos processos de incubação. Alguns temas estão sempre presentes, por exemplo: formação política (história da concentração da riqueza, o trabalho nas diversas épocas e no contexto atual, etc.), economia solidária, cooperativismo, gerenciamento básico (controle financeiro, etc.), comercialização. São temas pautados pela incubadora e pelos empreendimentos.

3º Passo: Este momento refere-se à implementação do processo produtivo e ao acompanhamento. É muito comum no Brasil, algumas organizações se juntarem para incubar determinado empreendimento. A partir do perfil das entidades, dos acordos formados, das

---

nem sempre tem condições de se efetivar. Porém, é preciso que o grupo descubra essa realidade participando do processo e se apropriando dos resultados dessas análises.

<sup>69</sup> A legislação no Brasil para os empreendimentos da Economia Solidária ainda está aquém da realidade e das necessidades dos grupos. Assim, muitos empreendimentos permanecem na informalidade.

<sup>70</sup> Entendemos que é sempre educativo, o grupo disponibilizar para o coletivo, alguns recursos para iniciar o empreendimento. Essa contrapartida dificilmente é em espécie. Em geral, se referem ao lugar onde irá funcionar a produção, algum equipamento, etc. Às vezes, o grupo não consegue perceber (por isso não valoriza) os recursos existentes, sendo necessário uma re-significação dos recursos existentes.

<sup>71</sup> Apesar de algumas iniciativas no campo das políticas públicas, o crédito popular ainda é um dilema para os empreendimentos solidários. Normalmente esse público não está incluído nos critérios que os Bancos oficiais exigem. Não são economicamente “confiáveis” para o mercado. Muitas vezes a saída é buscar o apoio de instituições ligadas ao próprio movimento de economia solidária tais como a Cáritas Brasileira, as cooperativas de créditos e alguns programas governamentais.

necessidades dos empreendimentos se elabora conjuntamente um planejamento das ações a ser desenvolvido<sup>73</sup>.

4º. Passo: Nesta fase acontece a saída da Incubadora da assessoria direta do empreendimento. Chamada de pós-incubação, ela não tem data definida. Acontece quando o grupo apresenta as condições de gerir seu empreendimento, sem necessariamente precisar de apoio externo. Após a incubação normalmente os contatos entre a Incubadora e o empreendimento continuam, mas em outra esfera, em outros espaços.

### 3.3 A INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - BRASIL

#### 3.3.1 Criação e processo organizativo da INCUBES

A Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES não tem personalidade jurídica própria, está formalmente ligada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba – PRAC/UFPB. Foi criada em setembro de 2001 por um grupo de professores do Campus I<sup>74</sup> em João Pessoa – capital da Paraíba e do Campus IV em Bananeiras, cidade situada no interior do estado, a 145km da capital. Desde 1999 um pequeno grupo de professores já realizava estudos, reflexões sobre a temática da produção e geração de renda nas cooperativas e associações populares. Segundo o professor José Brendan MacDonald<sup>75</sup>, fundador da INCUBES:

Em 1999 eu li uma notícia no boletim da Rede Unitrabalho sobre as ITCPs, e isso me atraiu. Pensei comigo que isso seria uma forma de tentar autogestão. Eu fiz alguns telefonemas para outras universidades, outras áreas do país e isso foi confirmado. Então comecei a ler mais sobre o assunto. Depois eu falei com mais dois professores e formamos um grupo de cinco. Destes, três professores eram economistas um era sociólogo e o outro trabalhava muito com Sebrae, tinha sua visão muito larga. Foi em 11 de setembro de 2001, que coincidentemente, foi oficializado a INCUBES numa reunião da PRAC. (MACDONALD. 2007)

---

<sup>72</sup> A formação não está restrita a esta fase da incubação. Ela perpassa toda vigência do empreendimento, mas durante esse momento ela se dá de forma especial.

<sup>73</sup> Retomaremos o debate sobre os passos metodológicos no capítulo seguinte.

<sup>74</sup> A Universidade Federal da Paraíba é organizada em quatro Centros Universitários situados em cidades diferentes.

<sup>75</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

A Incubadora mantinha os dois núcleos articulados, mas estes possuíam linhas de atuação diferenciadas, definidas pelo perfil das instituições e sua inserção nas comunidades com as quais trabalham. Enquanto o núcleo de João Pessoa centrava suas ações priorizando a reflexão sobre referencial teórico da incubação, da educação popular, da produção acadêmica, o núcleo Bananeiras tinha um perfil mais voltado aos conceitos do empreendedorismo, da assessoria técnica. Esta é uma ação muito valorizada pelos grupos de economia solidária que possuem forte demanda nessa área de elaboração de projetos, análise de mercado, plano de negócios, etc.

Em 2005 o núcleo da Universidade em Bananeiras separa-se do núcleo da Universidade em João Pessoa e cria sua própria Incubadora. Entre os motivos desta separação, são apresentados: a distância geográfica, o perfil muito diferenciado dos grupos acompanhados e a metodologia de incubação. Segundo um dos coordenadores da INCUBES, Edinaldo Rosendo:<sup>76</sup>

Uma separação não acontece na hora, é um processo. Desde o início, nós percebemos que a metodologia de incubação era diferente. Eles estavam muito preocupados com números, com a quantidade de grupos incubados, preocupado com a questão técnica, muito ligados aos planos de negócios, etc. Além disso, tinha a questão da distância, de como gerenciar os equipamentos. Achamos que era interessante que eles pudessem criar uma incubadora lá.(ROSENDO, 2007)

Um dos elementos que ajudou nesse processo foi o PRONIC que estava na época com um programa de apoio à criação de novas incubadoras. A Incubadora de Bananeiras foi uma destas contempladas.

A INCUBES é um grupo de trabalho composto por professores, estudantes, funcionários e educadores sociais. Alguns têm vínculo com a universidade outros não. Segundo Francisco Xavier – membro desta Incubadora, alguns estudantes entram na INCUBES como estagiários e depois ficam, engajam-se na economia solidária. São várias as motivações para entrar na Incubadora.

Para Lucicléia Lins uma das coordenadora da INCUBES:

Eu sou formada em História com mestrado em Educação Popular. Eu comecei minha militância como professora junto ao MST, no PRONERA. Comecei o trabalho com eles e paralelamente desenvolvi um trabalho no Centro de Direitos Humanos [...] A inserção da economia solidária se deu, a partir de 2004/2005 quando era estudante do mestrado. Recebi o convite para participar da incubadora, e acompanhar um grupo de produção no

---

<sup>76</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

Bairro do Cristo Redentor numa parceria que nós temos com a REMAR[...] o que eu quero na economia solidária não é apenas fazer o acompanhamento técnico mais é que se compreenda politicamente as questões. (LINS, 2007)<sup>77</sup>

Enquanto Rosilene Santos<sup>78</sup> afirma que:

Eu sou funcionária da UFPB, faz 5 anos que estou nesta Universidade. Eu entrei na incubadora em 2005 porque a temática de meu curso tem muito a ver com isso. Eu sou formada em Economia Doméstica e tenho mestrado também em Economia Doméstica. Estou acostumada a trabalhar com famílias de baixa renda de forma que essas pessoas possam ter melhor aproveitamento dos recursos que possuem. O que me chamou a atenção na questão da economia solidária foi exatamente isso, que a partir da minha formação posso trabalhar com essas pessoas. (SANTOS. 2007)

Para Edinaldo Rosendo, responsável pela incubação no projeto de mulheres costureiras no Bairro do Alto do Mateus diz:

Eu sou formado em Serviço Social e fiz minha monografia sobre os trabalhadores rurais e isso me motivou a participar dos movimentos sociais. Eu vim para Incubes a partir de um curso sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Local promovido pela Agencia de Desenvolvimento Solidário – CUT onde conheci o professor Brendan. Ele me convidou para participar da incubadora. Eu não tinha nenhuma relação com a Universidade [...] para mim é fundamental participar da incubadora porque ela me dar a oportunidade de estudar, de ler, se não fosse a incubadora, eu já estaria fora desse campo. ( ROSENDO. 2007).

A INCUBES é composta por 12 participantes. Sua estrutura organizacional se constitui em uma Assembléia Geral, Coordenação e Comissões de Trabalho. Em 2006 foi feita uma reforma no estatuto da Incubadora e nesta reformulação, foi criada uma coordenação colegiada. Antes, a estrutura era um tanto é verticalizada. Existia um coordenador e um vice-coordenador. Porém, segundo afirma os seus membros, mesmo quando a estrutura era na forma tradicional, as decisões aconteciam coletivamente.

A coordenação é formada por três pessoas, sendo que a cada ano, um terço desta coordenação é mudada, de forma que, dos três sai um e ficam dois. Este modelo de gestão permite que outras pessoas possam estar participar da coordenação. A rotatividade facilita a integração do novato na gestão, ao mesmo tempo em que garante a continuidade dos

---

<sup>77</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

<sup>78</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

trabalhos. “nada melhor do que a gente colocar em prática o que a gente vem discutindo que é a questão da autogestão. Claro que a instância de decisão maior é a assembléia” (LINS, 2007)

Dentro da coordenação todos têm as mesmas responsabilidades, não há tarefas específicas. Isto parece funcionar bem, visto que, toda a parte financeira – assinaturas dos convênios e contratos – são de responsabilidade da Universidade através da PRAC. A Incubadora é a entidade que elabora os projetos, executa e desenvolve as ações.

As reuniões acontecem ordinariamente a cada quinze dias, salvo quando há algum assunto extraordinário para o qual é convocada uma reunião específica. As decisões são tomadas coletivamente ou encaminhadas e às comissões de trabalho. Nessas reuniões participam também alguns empreendimentos solidários como convidados.

A Incubadora possui um regimento interno onde constam as definições dos papéis e funções de cada instância, além de vários instrumentos de monitoramento que ajudam na gestão, no processo de sistematização das ações.

### 3.3.2 Ações da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal da Paraíba

As ações da Incubadora procuram responder a dois tipos de demandas. Uma que eles chamam de “demanda induzida” e a outra chamada de “demanda espontânea”. A demanda induzida é quando a comunidade ou uma organização social vai até a Incubadora e propõe um tipo de trabalho conjunto, toma conhecimento da metodologia de incubação e deseja fazer parte deste processo. A demanda espontânea acontece por intermédio dos trabalhos de extensão nas palestras e cursos realizados pela universidade nas comunidades. Estas tomam conhecimento da Incubadora e quando querem discutir a questão da geração de trabalho e renda a INCUBES é convidada.

A Incubadora realiza suas ações a partir de quatro eixos: a incubação dos empreendimentos, o fortalecimento do movimento de economia solidária, a produção do conhecimento e, formulação de políticas públicas para a economia solidária.

a) Incubação de empreendimentos solidários: São 10 empreendimentos solidários assessorados com características bastante diversificadas<sup>79</sup>. Estão situados no meio rural e no meio urbano. No meio rural há grupos em áreas de reforma agrária no litoral sul do Estado e um grupo numa aldeia indígena Potiguaras no litoral norte. Na área urbana os grupos estão nas periferias das cidades da região metropolitana de João Pessoa. São grupos que trabalham na linha de produção, comercialização, criação de pequenos animais e crédito popular. Na

produção destaca-se a preocupação com a segurança alimentar – panificadora e outros gêneros alimentícios. Também acompanham grupos de artesanatos e estão envolvidos na incubação de um “Banco do Povo”, uma cooperativa de crédito solidário no bairro São José na periferia da capital.

b) Fortalecimento do movimento de economia solidária: A INCUBES participa do Fórum Estadual de Economia Solidária. Compõe a atual coordenação estadual e participa de dois grupos de trabalho – mapeamento e de formação. Além disso, é membro da Rede Unitrabalho e tem forte ligação com a Rede de ITCPs.

c) Produção do conhecimento: a Incubadora tem realizado importantes trabalhos nesta área. Um exemplo disso é a inclusão da disciplina de Economia Solidária e Educação Popular no mestrado de Educação da UFPB. A cada ano, a Incubadora realiza um curso de extensão sobre economia solidária onde são disponibilizadas vagas para as comunidades, movimentos sociais e organizações não governamentais. Fazem também consultorias sobre a temática e têm investido na sistematização dos processos formativos por meio de publicações de livros e artigos.

d) Formulação de políticas públicas para economia solidária: Além do debate sobre as políticas públicas que se dá nas Redes e Fóruns, a Incubadora tem participado das discussões sobre a política pública mais efetivamente no âmbito municipal através da Diretoria de Economia Solidária/Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - SEDES. Esta Diretoria foi criada em 2005 com o objetivo de fomentar as iniciativas de produção coletiva na perspectiva da economia solidária, na geração de emprego e renda e na segurança alimentar. A presença da Incubadora se dá pela assessoria nos processos formativos promovidos pela SEDES e através de sua representante no Conselho de Avaliação de Projetos do Empreender- JP. Este é um programa municipal de Micro-crédito orientado para a economia dos setores populares. Dentro deste programa, existe um fundo especial para grupos de economia solidária.

Essas ações estão dentro da estratégia implementada pela Incubadora que é a construção de parcerias. São parcerias realizadas no campo governamental e na sociedade civil. A Incubadora é uma instituição respeitada e goza do reconhecimento social que tem a Universidade. Isto se percebe na fala dos membros e dos parceiros que ao serem perguntados sobre os motivos que levam a realizar as parcerias respondem:

---

<sup>79</sup> Informações coletadas até a data da entrevista, julho de 2007.

Para Ronildo Monteiro<sup>80</sup>, diretor da Diretoria de Trabalho Renda e Economia Solidária da Prefeitura municipal de João Pessoa:

Desde o início desta gestão a gente tem dialogado com a universidade na perspectiva de implementar um processo de formação para os técnicos da Diretoria e também na perspectiva de discutir as políticas da economia solidária [...] as vantagens para gente, de certa forma, é o acúmulo sobre a economia solidária que a Incubes tem. [...] Este acúmulo, contribui para a Diretoria na perspectiva de potencializar as nossas ações. (MONTEIRO, 2007).

Uma das parceiras da Incubadora é a Amazona. Uma organização da sociedade civil cuja missão é contribuir para o desenvolvimento humano, atuando principalmente na formação e na prevenção de DST-Aids. O público da entidade são pessoas de baixa renda e de forma especial, os adolescentes e jovens. A INCUBES é responsável pela incubação de dois grupos de jovens na periferia de João Pessoa acompanhados pela entidade. Sobre as motivações que levaram a instituição a procurar a Incubadora, destaca Viviane Machado<sup>81</sup> coordenadora executiva da Amazona:

Primeiro, iniciamos esse mapeamento de quem trabalhava economia solidária, nós procuramos o fórum de economia solidária e percebemos que a Incubadora é respeitada pelo fórum e vem com todo o know how do Centro de Educação da Universidade, das metodologias de educação popular, então, a Incubadora traz esse referencial. Isso nos motivou a fazer o que convênio. (Machado, 2007).

Outra parceira da Incubadora é a Remar. Esta é uma rede composta por várias instituições governamentais e não-governamentais em João Pessoa. Ela tem como objetivo a articulação, mobilização e integração dos diversos atores que trabalham esta temática, em vista da política de proteção da criança e do adolescente e de suas famílias que vivem em condição de vulnerabilidade social. Um dos focos fundamentais para superação desta condição é a geração de renda. Segundo um dos coordenadores da Remar, Lourenzo de Delaini<sup>82</sup>:

Para superar essa situação, começamos com oficinas de capacitação com outros parceiros, mas era uma linha muito competitiva não reforçava nosso

---

<sup>80</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

<sup>81</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

<sup>82</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

trabalho. A gente percebeu também, que era preciso fazer um trabalho nas comunidades porque as famílias não iam para aqueles cursos. Foi aí que o professor Zé Neto da Incubadora nos ajudou muito, mostrando que a economia solidária tem essa perspectiva diferente. Então entrou toda questão da Incubadora cuja metodologia buscava integrar e, juntava formação com geração de renda. Por isso, a gente achou que era interessante uma parceria da Remar com a Incubadora (DELAINI, 2007).

Sobre a parceria com outras entidades, os membros da Incubadora afirmam que “eles conseguem captar recursos com entidades internacionais e isto tem ajudado muito. O pouco da estrutura que se conseguiu manter foi porque teve essa ajuda”. (LINS, 2007). Afirma ainda a entrevistada que “as maiores dificuldades têm sido com a prefeitura, com a burocracia<sup>83</sup>. É tudo muito demorado para acontecer os processos de licitações.” Além disso, “a prefeitura, por exemplo, está muito preocupada com resultados imediatos”(ROSENDO, 2007). Nesse sentido, “entendemos que nem é culpa deles porque os convênios, os projeto já vêm amarrados, tem prazo de execução”. (XAVIER, 2007).

Sobre a parceria com a prefeitura assim avalia Francisco Xavier:

Essa prefeitura com o novo governo de Ricardo Coutinho tentou dar uma cara diferente à gestão, agora, tem ainda o ranço político que de fato atrapalha porque ninguém quer abrir mão de ser o pai da criança. Além disso, a prefeitura fala na questão da emancipação, mas se de fato ela acontecer, eles perdem o vínculo, no fundo, existe um resquício assistencialista. (XAVIER, 2007).

Mesmos com as dificuldades explicitadas, os membros da Incubadora entendem que “sem essas parcerias, penso que seria difícil fazer um trabalho com a qualidade que temos conseguido”. (MACDONALD. 2007).

Com o exposto, verificamos que a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba tem contribuído para a efetivação da economia solidária. Ao mesmo tempo em que fomenta e discute conceitos fundamentais, constrói parcerias e apresenta resultados positivos. Suas ações, concretamente, favorecem a melhoria da qualidade de vida, e a inclusão de famílias no mercado de trabalho, a partir dos princípios da economia solidária.

---

<sup>83</sup> A referência à prefeitura aqui não se trata da Diretoria de Economia Solidária e sim com as ações nas quais a prefeitura através de suas diversas secretarias é parceira.

### 3.4 INCUBADORA DA UNIVERSIDADE DE KASSEL - VEREIN ZUR FÖRDERUNG DER SOLIDARISCHEN ÖKONOMIE E.V.

#### 3.4.1 Criação e processo organizativo da Incubadora de Economia Solidária de Kassel

A Verein zur Förderung der Solidarischen Ökonomie e.V. é a primeira Incubadora de economia solidária criada no âmbito universitário na Alemanha. Existe na Universidade de Kassel, como também, em outras universidades alemãs, Incubadoras Tecnológicas de Empresas que assessoram a criação de empresas no marco do modelo econômico vigente. São empresas cooperadas ou não, mas que não se propõem a interromper ou a questionar a ordem do sistema. Existem também, algumas Universidades nas quais a economia solidária é tema de interesse, onde há grupos de estudos, mas que não se constituíram, até o momento desta pesquisa, como incubadora de economia solidária.

A Incubadora da Universidade de Kassel, foi criada oficialmente em abril de 2007. Diferente das incubadoras universitárias de economia solidária no Brasil, ela não é um órgão da Universidade, mas tem personalidade jurídica própria. Seu vínculo com a Universidade de Kassel se dá pela sua construção histórica, ela nasce valendo-se da ação universitária.

Conforme o estatuto da Incubadora (Die Satzung 2007), destacam-se entre seus objetivos, o apoio à ciência, pesquisa e formação; e dedica-se às diversas formas da economia solidária e do desenvolvimento regional sustentável, que abrange especialmente, os aspectos sociais, ecológico e de gerações.

Para entender a presença da economia solidária na universidade de Kassel, é importante resgatar a própria constituição da Universidade no contexto local. Em 1633 foi fundada a primeira Universidade em Kassel; 20 anos depois, com a criação de uma Universidade em Marburg (cidade situada nas proximidades de Kassel), a Universidade de Kassel foi fechada. Só em 1958 é retomado o debate sobre a criação de uma Universidade na cidade. Fisicamente instalada numa antiga fábrica de caminhões que durante a segunda guerra foi utilizada como fábrica de armamentos, teve seu significado reconfigurado ao se transformar no pós-guerra em uma faculdade (Fachhochschule). Em 1970, mediante uma reforma educacional ocorrida, na qual a união de diferentes Escolas de Ensino Superior tais como: as Escolas de Engenharia e Serviço Social deu origem a nova Universidade, ela se configura como uma Universidade muito jovem comparada com outras universidades alemãs.

Atualmente, a Universidade de Kassel tem cerca de 17 mil estudantes, dos quais 1970 são estrangeiros advindos de 120 países<sup>84</sup>. Ela está organizada em 11 Departamentos (Fachbereiche), entre eles encontra-se o Departamento de Ciências Sociais (Gesellschaftswissenschaften). Neste Departamento existem os *Fachgruppe* onde estão agrupados os cursos de geografia, História, Ciências Políticas e Sociologia. Dentro da Sociologia há um dos setores<sup>85</sup> chamado de Sociologia dos Países em Desenvolvimento<sup>86</sup>, sob a coordenação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Clarita Müller-Plantenberg. Este setor tem historicamente feito parcerias com vários países latinos americanos. Tem desenvolvido pesquisas e constituído um acervo importante, sobretudo no que se refere à Amazônia. Destacamos aqui, dois trabalhos de relevância. Um foi a pesquisa coordenada pela professora Clarita Müller-Plantenberg publicada em 1988 cujo o título é “Área Indígenas e Grande Projetos no Brasil” (Indianergebiete und Großprojekte in Brasilien) e o outro foi o trabalho escrito em 2003 por Dieter Gaworra sob o título Urucu – Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás “Urucu” no Estado do Amazonas.

A Universidade de Kassel através do setor de Sociologia dos Países em Desenvolvimento tem parcerias no Brasil com a Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Rondônia e Universidade de Montes Claros em Minas Gerais e a Universidade Federal da Paraíba.

É no rastro desta tradição, que vem sendo desencadeado um intercâmbio entre professores brasileiros e alemães. O professor Dieter Gawora tem ido regularmente lecionar em universidades brasileiras, como também, têm vindo professores do Brasil para a Alemanha.

Em 2002, o professor Paul Singer veio através deste tipo de intercâmbio lecionar na Universidade Kassel. No ano seguinte, uma comissão de três pessoas ligadas ao já referido setor, viajou ao Brasil para conhecer as experiências da Incubadora de Economia Solidária da USP. Em seguida, a professora Clarita Müller-Plantenberg criou um grupo de pesquisa com a temática.

Em outubro de 2004 foi realizado um Seminário Internacional (Internationale Sommerschule) com o tema “Economia Solidária no Brasil e na Europa – caminho para utopia concreta”. Esta Escola de Verão foi promovida por cinco universidades na Alemanha

---

<sup>84</sup> Conferir em: <http://cms.uni-kassel.de/index.php?id=rundgang>. Acesso em: 29.05.2008.

<sup>85</sup> Na verdade, o Departamento é de Ciências da Sociedade, e a Sociologia dos Países em Desenvolvimento, se aproxima do que chamamos no Brasil de Linha de Pesquisa, porém é mais do que isso.

<sup>86</sup> Lamentavelmente este setor será extinto a partir de 2009.

quais sejam: Universidade de Kassel, Universidade Livre de Berlin, Universidade Técnica de Berlin, Universidade de Hannover e a Universidade de Oldenburg. Também participou uma professora da Escola Superior de Serviço Social de Munique. O evento contou com a participação de 60 pessoas e entre seus objetivos destacam-se: Trocar experiência com os



Foto 5: Sommerschule - 2004  
Fonte: Arquivo da Incubadora de Kassel

sindicatos, cooperativas, universidades, Igreja Evangélica na perspectiva de criar um grupo de trabalho conjunto; trocar experiências com estudantes na perspectiva de oferecer alternativas para organização do trabalho; aprender com as diversas experiências de economia solidária na Europa e na América Latina e; criar redes de economia local.(MÜLLER-

PLANTENBERG, NITSCH, SCHLOSSER, 2005, p. 7).

Foi nesta atividade que um grupo de estudantes e professores da Universidade Kassel que já vinha se reunindo para preparação da Escola de Verão teve sua primeira reunião como grupo organizado. O grupo passou a ser chamado de “Soligruppe” (grupo solidário). Nesta ocasião, algumas decisões foram tomadas, por exemplo: o grupo decidiu que o consenso seria a forma democrática a ser utilizada nas tomadas de decisão. Decidiu-se que se faria um processo de discussão, de forma a sensibilizar outras pessoas com o tema da economia solidária e paulatinamente ir construindo seu processo.

Neste evento, os participantes saíram com a incumbência de tentar, nas suas respectivas universidades, desencadear um processo de discussão semelhante. Porém, já durante o evento, percebiam-se algumas dificuldades dos participantes das outras universidades em dar continuidade ao processo. Muitos deles expressaram problemas referentes as estruturas universitárias tradicionais e verticalizadas que dificultavam esta inovação.

Na “Carta de Imshausen” (Imshauser Erklärung. 2004), estão contido os compromissos assumidos pelos participantes com a continuidade do processo da Escola de Verão. Ela parte da importância do fortalecimento da economia comunitária local e aponta

para a constituição de parcerias entre os diversos atores sociais, como estratégia de desenvolvimento.

A Universidade de Kassel através do Soligruppe deu continuidade a este processo. O caminho trilhado pelo Soligruppe foi o de alargar a discussão sobre a economia solidária para além dos horizontes da Universidade, de construir coletivamente com outros atores sociais da região, qual seria a relevância ou não, de uma incubadora universitária de economia solidária e qual seria seu papel no desenvolvimento regional. Duas entidades inicialmente se incorporaram no processo de organização. A Igreja Luterana de Kassel (Evangelische Kirche von Kurhessen-Waldeck – EKKW) e a Central Sindical da Alemanha da região de Kassel (Deutscher Gewerkschaftsbund - DGB). A presença destas instituições se deu basicamente em 2005 e 2006.

A idéia de criar uma Incubadora vem sendo construída juntamente com sua própria identidade. Esse processo demorou três anos, o Soligruppe se reunia semanalmente, desenvolvia atividades em conjunto, mas só em 2007 se achou em condições de assumir-se e declarar-se uma Incubadora. As atividades realizadas exigiram do Soligruppe um passo na direção de sua institucionalização, pois isto permitiria a mesma, entre outras ações, realizar convênios e parcerias com outras organizações.

Assim, constituiu-se a Incubadora Universitária de Economia Solidária -Verein zur Förderung der Solidarischen Ökonomie e.V. Ela tem o papel de fomentar a economia solidária e faz isso dialogando com outras entidades da sociedade civil sobre a sua própria razão de ser. Faz contatos com outros estados na Alemanha, mas demarca sua ação no Estado de Hessen. Sua estratégia é marcada pelo desenvolvimento regional sustentável e deseja, a partir daí, dialogar com os diversos setores, seja do campo governamental, seja no campo da sociedade civil.

#### 3.4.2 Ações da Incubadora de Economia Solidária de Kassel

A Incubadora de Economia Solidária de Kassel, com base nos seus objetivos, busca desencadear ações sob quatro eixos norteadores: 1) Conhecimento e análise da realidade; 2) Articulação e construção de parcerias; 3) Produção do Conhecimento e; 4) Incubação de Empreendimentos Solidários

1) Conhecimento e análise da realidade: A Incubadora se inspira na experiência brasileira de Incubadoras Universitárias de Economia Solidária, mas procura construir seu próprio processo formativo. Para isso, precisa entender o “estilo europeu” de fazer economia

solidária e valendo-se da cultura local, demarcar um campo de ação. Dentro deste eixo, destacaremos algumas ações:

a) Intercâmbio de experiência com organizações e cooperativas na Itália: uma das



primeiras atividades realizadas pelo “grupo de Kassel” foi uma visita de intercâmbio com as experiências de cooperativas na Itália. A visita aconteceu nos dias 08 - 18.05.05 nas cidades de Brescia, Mantua, Roma, Bologna e Modena. Nesta visita participaram 18 pessoas sendo elas representantes do DGB, da Igreja Luterana e do Soligruppe. Foram visitadas cooperativas

de produção, cooperativas sociais, bancos, uma Incubadora de Empreendimentos Solidários em Roma. Nesta oportunidade, foi possível dialogar com as trabalhadoras e trabalhadores das cooperativas, conversar com seus dirigentes e conhecer melhor a forma de organização das cooperativas daquele. Outro resultado interessante desta visita foi o conhecimento adquirido sobre a legislação que os italianos desenvolveram para dar sustentação legal às cooperativas lá existentes. Internamente, este intercâmbio contribuiu para o fortalecimento do grupo de Kassel, aproximou outros atores sociais – os sindicatos e a igreja evangélica - que a partir desta atividade se envolveram nas ações da Incubadora. Além disso, criou-se uma relação de parceria com algumas organizações italianas que posteriormente vieram à Alemanha partilhar suas experiências.

b) As Escolas de Verão (Sommerschule)<sup>87</sup>: A II Escola de Verão sobre economia solidária foi organizada pelo Soligruppe da Universidade de Kassel e seus parceiros. A atividade aconteceu de 07 -11.07.06 e o tema foi a *Economia Solidaria na Europa e o Desenvolvimento Regional*. O evento teve a participação de cerca de 60 pessoas, entre professores, estudantes e trabalhadoras e trabalhadores dos empreendimentos/cooperativas da Alemanha, representantes da Universidade de Roma e de algumas cooperativas italianas, o secretario geral da União das Cooperativas Européias e da Aliança Internacional das Cooperativas, a Central Sindical Alemã (Deutscher Gewerkschaftsbund - DGB) do estado de Hessen e representantes da Igreja Luterana (Evangelische Kirche von Kurhessen-Waldeck – EKKW). Participaram também uma especialista do Comitê Econômico Social da União

Européia e alguns convidados tais como: um Deputado Regional do Partido Verde, um prefeito da região. O evento contou ainda com a participação de pessoas responsáveis pelo fomento ao trabalho de alguns municípios do norte de Hessen.

Tão importante quanto a realização da Escola de Verão foi a preparação do evento. Sua metodologia contemplou no primeiro momento, a identificação de algumas cooperativas e iniciativas de economia solidária na região do norte de Hessen. A temática do evento foi se construindo durante seu processo de



Foto 7: Visita a Cooperativa de Energia Solar – 2006  
Fonte: Arquivo da Incubadora de Kassel

preparação. Considerando as iniciativas identificadas, foram selecionadas algumas cooperativas e em seguida realizadas visitas a esses empreendimentos. Em um segundo momento, foram realizados vários seminários na Universidade de Kassel durante o semestre de inverno de 2005/2006, oferecidos pela professora Clarita Müller-Plantenberg, nos quais, o conteúdo temático da II Escola de Verão ia se delineando. Assim, surgiram os subtemas: Energia, Alimentação, Formação/Incubação e Finanças, com enfoque no desenvolvimento regional sustentável.

Na tentativa de alargar os horizontes foram convidadas para o evento, experiências de economia solidária da Itália que contemplavam nas suas ações, a relação com os poderes públicos governamentais. Estrategicamente, alguns governantes foram também convidados. A idéia era sensibilizar o poder local para a questão das políticas públicas de economia solidária. Para não correr o risco de isolar-se no debate político mais amplo, era preciso entender os rumos deste tema na conjuntura européia, os desafios que as cooperativas tinham neste contexto e que pontes eram possíveis construir com estes setores.

A *Sommerschule* priorizou os empreendedores solidários não apenas como público, mas como protagonistas. Alguns empreendimentos que tinham sido visitados na etapa de preparação partilharam suas experiências e estas foram os *inputs* para a análises da economia solidária e o desenvolvimento regional sustentável.

---

<sup>87</sup> Aqui será privilegiado a II Escola de Verão, porque entendemos que a I Escola de Verão, já foi devidamente relatada quando tratamos da criação da Incubadora de Economia Solidária de Kassel.

c) Mapeamento de Empreendimentos Solidários no norte de Hessen: Aqui vamos ressaltar o processo organizativo e metodológico do mapeamento. Não destacaremos os resultados, pois estes estão sendo percorridos durante o corpo desta tese. O mapeamento foi a principal atividade implementada pela Incubadora entre 2007 e 2008. Ele teve uma importância fundamental, pois marcou a fase de formalização da Incubadora, mesmo não sendo oficialmente a organização executora oficial do projeto. Por condicionamento do convênio estabelecido com o Ministério da Ciência e Artes do estado de Hessen, – financiador do projeto – a gestora oficial foi a Universidade de Kassel.

Nesse período, a Incubadora tinha dois grandes desejos. Um era conhecer melhor a realidade da região, quais, onde e como se organizavam os empreendimentos de economia solidária. O outro grande



Foto 8: Apresentação do Mapeamento em Kassel  
Fonte: Arquivo da Incubadora de Kassel

desejo era praticar, implementar um processo de incubação de empreendimento solidário<sup>88</sup>. Para isso, elaborou um projeto que contemplava essas duas ações. Assim foi possível garantir uma certa infra-estrutura e liberar duas pessoas entre seus quadros, por tempo parcial para implementar o projeto. Uma pessoa responsável pelo mapeamento e a outra pela incubação de empreendimentos solidários.

A opção político-metodológica imbuída no projeto era a de realizar um mapeamento participativo, de forma que no final do processo tivéssemos dois resultados. Um quantitativo através da construção de um banco de dados e um resultado qualitativo que se daria por meio do fortalecimento dos empreendimentos solidários, como também, das organizações participantes do projeto.

Uma das iniciativas do grupo foi conhecer a experiência brasileira de mapeamento realizada pela SENAES e pelo FBES. Para isso, veio à Alemanha, o professor Roberto Marinho Alves da Silva, coordenador do mapeamento no Brasil e Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES/MTE. Com ele, a Incubadora de Kassel realizou momentos de aprofundamento sobre um mapeamento deste porte. Isto não significa que a coordenação do projeto não conhecesse o processo de pesquisa participativa, a idéia era saber quais as dificuldades e as possibilidades que um processo como este, traz para o movimento

atual de economia solidária. Assim, foram discutidos e elaborados os conceitos, definições e metodologia da pesquisa. Primeiramente, esse debate ocorreu na Incubadora, solidificou-se no Fórum e depois aprimorado pela coordenação geral do projeto quando esta foi formada.

A primeira conquista do mapeamento foi o envolvimento e a participação de mais três professores da Universidade de Kassel na coordenação geral do projeto <sup>89</sup>. Esta coordenação geral era formada por três representantes da Universidade de Kassel (Economia, Sociologia e Ciências Políticas) e três representantes da Incubadora (uma professora e as duas responsáveis pela execução do projeto).



Foto 9: Visita do representante da SENAES  
Fonte: Arquivo da Incubadora de Kassel

O mapeamento também possibilitou o envolvimento de estudantes no projeto que compuseram a equipe de 12 entrevistadores do mapeamento. Eles foram indicados pelos professores, selecionados pela coordenação geral e passaram por um processo de capacitação. Alguns destes alunos passaram a participar da Incubadora e assumir outros compromissos com a economia solidária.

Para implementar o mapeamento, o projeto contou com o apoio do Fórum Regional Sustentável do norte de Hessen que contribuiu desde a formatação do mapeamento através de vários encontros realizados, como também, durante o processo de implementação.

Foram realizadas em cada município (Landkreis) reuniões com entidades e empreendimentos para apresentação do projeto de mapeamento. A equipe identificou alguns empreendimentos, fez as entrevistas e análise dos dados. No final do processo, foi possível identificar o potencial produtivo por município. As reuniões de devolução dos resultados do mapeamento foram realizadas considerando as temática de interesse no local.

Durante o processo de mapeamento foi criada uma equipe de mídia composta por um professor de Estatística do Departamento de Sociologia, alguns funcionários e estudantes. Essa equipe se encarregou da criação do banco de dados informatizado (cujo acesso está

---

<sup>88</sup> Por uma questão didática, o processo de incubação desenvolvido pela Incubadora será tratado em um item específico no final deste bloco.

<sup>89</sup> Até então, a Incubadora contava apenas com a presença da professora Clarita Müller-Plantenberg. O projeto possibilitou a aproximação de outros professores com a temática. Esses não se tornaram ainda quadros da Incubadora, mas têm participado de várias atividade em conjunto com a Incubadora.

disponível na Internet) da elaboração do “atlas da economia solidária no norte de Hessen, e de filmes em fase de conclusão sobre empresas de economia solidária avançadas.

A realização do mapeamento causou um grande impacto na Incubadora que repercutiu em várias outras ações, de forma que seus resultados serão explicitados, conforme essas ações forem sendo apresentadas.

2) Articulação e construção de parcerias: O segundo eixo que norteia as ações da Incubadora de Kassel é articulação e construção de parcerias. Desde a criação da Incubadora – considerando esse início em 2004 – que uma estratégia sempre foi muito clara e presente. O fato de que, a economia solidária enquanto instrumento no processo de mudança social só seria possível na medida em que pudesse construir inter-relações com os demais atores sociais, solidificar laços, construir redes. Por isso, a Incubadora tem feito muito esforço para superar os seus próprios limites e investir em ações que favoreçam a articulação entre os diversos atores sociais. Aqui, destacaremos algumas ações:

a) Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável no Norte de Hessen: O Fórum foi criado em novembro de 2006 pelas seguintes organizações:

A idéia da criação de um fórum regional saiu como recomendação da II Escola de Verão em 2006, está contida na *Carta de Imshausen*. Com isso, o grupo de Kassel promoveu uma série de reuniões e debates com diversas organizações do norte de Hessen na perspectiva da criação de um Fórum.

O primeiro momento do Fórum, foi destinado ao debate mais de conteúdo formativo e organizativo. No tocante à formação, foram tratadas questões relativas aos princípios e concepções da economia solidária, de desenvolvimento regional, e etc. Alguns convidados fizeram parte destes debates, entre eles, o professor Paul Singer. Porém, o enfoque privilegiado neste momento foi a apresentação das experiências das entidades participantes. Cada uma delas apresentava suas experiências destacando as ações, o processo organizativo e objetivos.

O Fórum se reúne ordinariamente a cada três meses. Inicialmente as reuniões eram realizadas na Universidade, depois passaram a acontecer nos locais de origem dos participantes de forma alternada, assim cada organização se responsabilizaria pela reunião. A



Foto 10: Paul Singer na Universidade de Kassel -2006  
Fonte: Arquivo da Incubadora de Kassel

gestão do Fórum é feita de forma participativa e direta. A tomada de decisões é através do consenso.

Um dos primeiros “testes” pelos quais o grupo passou no processo de construção de consenso foi no tocante à denominação do Fórum. A discussão em destaque era se o Fórum deveria ser de “economia solidária” ou de “desenvolvimento regional sustentável”. Este foi um debate muito interessante porque forçou o grupo a aprofundar um conteúdo que não era apenas de denominação, mas também, organizativo (definia a sua composição) e de princípios. Alguns achavam que se a idéia era aglutinar, sensibilizar e mobilizar os empreendimentos na região, o fato de denominar o fórum de “economia solidária” poderia afastar algumas organizações, já que o termo estava muito ligado ao movimento de esquerda. Outros achavam que exatamente por isso, deveria ser chamado de economia solidária, pois assim, demarcava-se desde o início, um campo político. No fundo, o raciocínio era que a economia solidária é um instrumento para chegar a um desenvolvimento sustentável. Neste contexto, teria que ser um conceito mais próximo da população regional. Depois de muita discussão, chegou-se ao acordo de que o Fórum seria denominado de desenvolvimento regional sustentável, visto que o conceito de sustentabilidade incluía compromissos sociais, econômicos, éticos e políticos. Estes elementos se aproximavam da compreensão da economia solidária. O que afastava (e que de fato pesava no momento) era a questão da autogestão e do trabalho coletivo, visto que havia no grupo, empreendimentos bastante comprometidos com os princípios do desenvolvimento regional sustentável porém, era empresa privada.

Analisando o processo do Fórum até o momento desta pesquisa, parece ter sido esta, uma decisão acertada. Na prática, tem havido envolvimento por parte das organizações com o processo organizativo do Fórum. Cada uma, dentro de suas limitações tem contribuído como podem para o processo de articulação na região.

O Fórum foi muito importante no debate sobre o mapeamento. Foi o primeiro espaço no qual a Incubadora apresentou a proposta. Lá, foram gestadas as primeiras idéias. Com a implementação do mapeamento, o Fórum contribuiu mais nos municípios do que na condução geral do processo.

O Fórum tem uma página na Internet<sup>90</sup> que estava subalimentada. Com o mapeamento ela tomou um novo impulso, visto que as informações dos empreendimentos estão inseridas nesta página.

---

<sup>90</sup> A página do Fórum é: <http://www.rnf-nordhessen.de>

A Incubadora durante o processo do mapeamento conseguiu ampliar o leque de organizações na região de Hessen, e mesmo algumas delas não sendo ainda orgânicas do Fórum, estão envolvidas no desenvolvimento regional. Entre elas a Fundação Adam von Trott e.V ( Imshausen); a Academia Evangélica de Hofgeismar, a Volkshochschule Region Kassel, Verein für Regionalentwicklung (Landkreis Werra-Meißner), Arbeitskreis bäuerliche Landwirtschaft (Landkreis Schwalm-Eder), Beschäftigungsgesellschaft Waldeck-Frankenberg (Landkreis Waldeck-Frankenberg).

Um destaque é o fato de que com o processo do mapeamento a Volkshochschule (Escola Popular) de Kassel<sup>91</sup> decidiu incluir na sua programação um curso de economia solidária. Da mesma forma, a Academia Evangélica Hofgeismar resolveu reestruturar sua cozinha incorporando a produção e processamento dos produtos da região. Já está também programado um evento para 2009, com esses atores regionais e a Universidade, além de outras entidades de apoio. A Beschäftigungsgesellschaft Waldeck-Frankenberg vai cooperar em uma mesa redonda sobre o abastecimento das escolas por produtos ecológicos da região.

Também em outros Landkreise se formaram acordos, sempre muito específicos, segundo os interesses da região de como promover, informar e conhecer Empresas de Economia Solidária.

A Incubadora de Kassel também tem sido falada como uma experiência exitosa na Alemanha. Em 2007 a Bewegungsakademie (organização promotora do I Congresso de Economia Solidária), realizou uma exposição itinerante por várias cidades alemãs divulgando experiências de economia solidária em vários países. Nesta exposição, foi apresentada a experiência de Incubadoras de Kassel e do Brasil. Em Kassel a exposição foi apresentada numa atividade do mapeamento.



**Foto 11: Exposição de Economia Solidária**  
**Fonte: Arquivo da Incubadora de Kassel**

b) Rede Universitária de Economia Solidária: Na I Escola de Verão em 2004 foi apresentada uma proposta de fomentar na academia, o tema da economia solidária e de construir um espaço de debate entre as Universidades presentes na perspectiva de organização

---

<sup>91</sup> A Volkshochschule é uma Instituição que congrega uma grande rede de escolas espalhadas em toda a Alemanha. É subsidiada pelo governo e o estudante paga uma taxa de preço acessível para participar. Ela oferece vários cursos para população: idiomas, cultura, lazer, entre outros.

em rede. Esta articulação tem tido algumas dificuldades para se efetivar. Os encontros têm acontecidos de forma muito esporádicas. Na primeira Sommerschule faltou uma estratégia mais definida que desse conta do processo de articulação.

Nos anos que se seguiram entre a primeira e a segunda Escola de Verão, os contatos entre as Universidades foram muito pontuais. O grupo de Kassel se solidificou mas não conseguiu fazer uma articulação mais efetiva com as outras Universidades, priorizando o seu próprio processo organizativo. Um fato bastante sintomático desse distanciamento é que as Universidades que promoveram a I Escola de Verão não participaram da organização da II Escola de Verão realizada em 2006.



Um fator que talvez tenha influenciado foi a distância de dois anos entre os dois eventos. Talvez se tivesse havido algum evento intermediário, pudessem assim, as outras Universidades terem reativado os seus ânimos. Ou ainda pode ser que os representantes das Universidades não tenham se sentido motivados o suficiente para

desencadear este processo.

Um elemento importante a considerar neste caso é o perfil dos participantes. Formado por intelectuais cuja missão é o estudo e análise dos fenômenos científicos e sociais, o grupo provavelmente precise de mais tempo de maturação para se envolver e desencadear um processo organizativo desse porte.

Em 2007, a Incubadora da Universidade de Kassel fez uma tentativa no sentido de reativar esta articulação. Realizou em parceria com o Kasseler Internationales Graduiertenzentrum Gesellschaftswissenschaften - KIGG, um Colóquio sobre Economia Solidária para o qual foram convidadas as demais Universidades, além de outros professores da própria Universidade de Kassel. A expectativa era, também, facilitar o futuro estudos interdisciplinar com professores de outras faculdades.

Estas são algumas “especulações” acerca das dificuldades da primeira iniciativa em criar uma articulação em Redes das Universidade alemães em economia solidária. É importante destacar ainda que essas Universidades continuam realizando, atividades relativas à economia solidária em seus respectivos locais. A dificuldade apresentada aqui é em relação à criação de uma rede. Inclusive no decorrer do mapeamento, outras Universidades iniciaram

ações de economia solidária como foi o caso das Universidades de Münster, Hildesheim, Gießen, Oldenburg, Osnabrück e Marburg.

c) I Congresso Alemão de Economia Solidária: A Incubadora de Kassel participou da preparação e organização deste congresso que aconteceu em Berlim, nos dias 24 – 26.11.06, com o tema: *Economia Solidária no capitalismo globalizado – que economia nós queremos?*



Foto 13: I Congresso de Economia Solidária – Berlim/2007  
Fonte: Arquivo da Autora

O congresso foi promovido pela *Bewegungsakademie* que formou um grupo preparatório ao Congresso. Este grupo decidiu cooperar com a Universidade Técnica de Berlim. Várias organizações participaram e apoiaram, entre elas, a Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos – ATTAC, a DGB (Central

Sindical Alemã) e Fundações como foi o caso da fundação Rosa-Luxemburg. Estavam presentes representantes de vários países entre eles: Brasil, Venezuela, Argentina, Índia, França, Itália, Bélgica, Canadá, Espanha e alguns países da África.

O Congresso tinha sido pensado inicialmente para 500 pessoas, meta considerada ousada pela Comissão de Organização, porém, participaram 1.400 pessoas. Durante o congresso aconteceram 150 atividades entre oficinas, fóruns e painéis. A Incubadora de Kassel, além da participação na coordenação geral, realizou duas oficinas. Uma delas tratou da temática sobre Incubação na Economia Solidária, na qual foi apresentada a experiência da Incubadora de Kassel. A outra oficina teve como tema Economia Solidária e os Movimentos Sociais na América Latina e Alemanha. Nesta oficina, foi apresentada a experiência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a experiência das Empresas Recuperadas da Argentina e da Incubadora de Kassel.

A metodologia desenvolvida pelo congresso previu uma etapa anterior ao evento que tinha como objetivo divulgar, sensibilizar e mobilizar a população para participar do congresso. Por conta disso, foram realizadas palestras em mais de 20 cidades da Alemanha. Esta atividade foi chamada de “Info-Tour Solidarische Ökonomie”<sup>92</sup>. Cada cidade, através de suas organizações recebeu com antecedência um comunicado da coordenação geral com o

---

<sup>92</sup> O professor Paul Singer foi um dos convidados do congresso. Fez duas palestras antes do congresso e durante o evento, participou de várias atividades.

perfil dos convidados e seus respectivos temas. Com posse dessas informações, as organizações locais decidiam quais os temas de seus interesses e organizavam o evento.

A Incubadora de Kassel foi contemplada nessa atividade através da participação de uma de suas integrantes como convidada. O tema abordado foi o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a organização de Incubadora de Economia Solidária em Kassel. Assim, foram realizadas seis atividades nas cidades de Munique, Augsburg, Mainz, Saarbrücken, Trier e Berlim. Nessas atividades chamaram a atenção as perguntas ligadas a seguridade social (aposentadoria, direitos trabalhistas, etc.).

I Congresso Alemão de Economia Solidária foi marcado pela solidariedade e pelo trabalho voluntário. Muitas pessoas abriram suas casas para acolher os congressistas em hospedagem solidária, da mesma forma, aconteceu com as palestras que antecederam o congresso.

Este congresso serviu para pautar a economia solidária na Alemanha, revelou que há um processo de mudança em curso, há uma demanda para economia solidária, explicitada principalmente pelo público presente que respondeu prontamente ao convite. Em relação à esquerda alemã, a situação da Economia Solidária é muito parecida com a do Brasil dos anos 1980/1990. O olhar de desconfiança ainda é muito grande – será isto mais uma ação paliativa do capitalismo ou a economia solidária é realmente um instrumento de mudança social. O fato é que o Congresso serviu também para fazer várias articulações e construir parcerias. O próximo congresso está previsto para acontecer em 2009.



**Foto 14: Infor - Tour – Munique/2007**  
**Fonte: Arquivo da Autora**

d) Parcerias desenvolvidas com o Brasil: A parceria da Incubadora com a economia solidária no Brasil é antiga e tem sido referenciada no seu processo organizativo. O Brasil tem socializado sua experiência principalmente no que se refere à questão das redes e fóruns e das políticas públicas de economia solidária. Entre 2004 e 2008, o professor Paul Singer visitou a Incubadora três vezes. Esta parceria se solidificou durante o processo do mapeamento. Além da presença do coordenador do mapeamento do Brasil – já mencionado neste trabalho – a Incubadora de Kassel também partilhou sua experiência com os brasileiros. Em 2007 aconteceu a visita de uma das dirigentes da Incubadora – Alexandra Stenzel. No Brasil, além da participação em um evento promovido pela Incubadora de Economia Solidária da Universidade de São Paulo, foi possível visitar quatro estados – São Paulo, Pernambuco,

Ceará, Paraíba – e Brasília. Nesses estados, ela visitou alguns empreendimentos solidários, incubadoras de economia solidária e a SENAES, onde tratou especificamente do mapeamento desencadeado em Hessen.



O projeto contemplava duas fases. A primeira fase chamada de Fase Norte, refere-se à visita de dois jovens brasileiros à Alemanha, para acompanhar as ações da Incubadora de Kassel, isto aconteceu entre abril e julho de 2008. A Fase Sul corresponde à visita de dois jovens alemães, também por três meses, para acompanhamento dos trabalhos da INCUBES no Brasil. Este processo aconteceu entre julho e setembro de 2008. Um dos produtos deste intercâmbio é a produção de um vídeo editado nos dois idiomas – português e alemão.

Além das visitas de intercâmbio, foi realizado em julho de 2008, uma Vídeo Conferência entre a Incubadora de Kassel, incluindo a equipe de mídia do mapeamento e a coordenação nacional do mapeamento no Brasil. Esta atividade teve como objetivo principal partilhar os desafios da criação do Sistema de Informações da Economia Solidária dos dois mapeamentos realizados. A Vídeo Conferência foi promovida com o apoio da SENAES e da Universidade de Kassel.

b) Inkubator für Wirtschaftsunternehmen an der Universität Kassel: A Incubadora de Empresas da Universidade de Kassel tem sido bastante receptiva em relação à Incubadora de Economia Solidária. No início do projeto de mapeamento e incubação de empreendimentos solidários, a equipe do projeto fez uma visita a Inkubator, apresentou-se, fez uma exposição de seus interesses, perfil, público, e etc. Depois disso, o representante da Inkubator participou do Colóquio promovido pelo KIGG em janeiro de 2008. Mesmo sabendo das diferenças entre os objetivos das duas Incubadoras, esta tem contribuído e reforçado a Incubadora de Economia Solidária de Kassel, através da indicação de instituições financiadoras de projetos, informando o seu próprio público da existência da Incubadora de Economia Solidária.

3) Produção do Conhecimento: Uma Incubadora criada no meio universitário não tem como fugir de algo que faz parte de sua natureza – a sistematização, a produção do

conhecimento. Dessa maneira, a Incubadora de Economia Solidária de Kassel tem desencadeado algumas ações para dentro da Universidade criando possibilidades e aproveitando os espaços já constituídos. Neste eixo destacamos algumas iniciativas:

a) O Kasseler Internationales Graduiertenzentrum Gesellschaftswissenschaften - KIGG: O Centro Internacional de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Kassel é uma Instituição que trabalha com o apoio aos estudantes de pós-graduação. Foi criado em 2006 e tem realizado vários seminários, colóquios e debates de interesse de seus participantes. O tema do desenvolvimento regional sustentável e a economia solidária, foi pautado em dois colóquios promovidos pelo KIGG.

Atualmente, existe, na Sociologia três pesquisas de doutorado sendo realizadas no âmbito da economia solidária e do desenvolvimento regional. Dois projetos de pesquisas sobre experiências no Brasil - metodologia de incubação na economia solidária e o papel das universidades no desenvolvimento regional, e outro sendo desenvolvido com a República dos Camarões sobre as formas de energias renováveis na região.

Este tem sido um espaço importante para o debate acadêmico, pois os estudantes têm a oportunidade de apresentar seus projetos de pesquisa e discutir de forma qualificada os temas de seus interesses. Além disso, tem servido para ampliar o tema da economia solidária para outros departamentos universitários.

b) Estágios para estudantes: Essa é uma das estratégias de introduzir na Universidade a temática da economia solidária. É também um espaço de formação, de identificar pessoas interessadas na economia solidária e constituir aliados. A Incubadora tem despertado o interesse de estudantes que vêm na Incubadora um espaço onde possam desempenhar atividades práticas ligadas aos seus estudos. São trabalhos que têm reforçado o desenvolvimento regional.

Há uma forte presença do Departamento de Agronomia Ecológica da Universidade de Kassel com três estagiárias. A estudante Atsuko Wakamiya cujo trabalho desenvolvido em Waldeck Frankenberg (um dos cinco *Landkreise* do norte de Hessen), foi documentar as possibilidades e interesses dos produtores em fornecer para as escolas os produtos ecologicamente cultivados na região, ensinando a comunidade escolar uma nutrição saudável, fomentando uma parceria entre estes dois setores. Foi o caso também de Lea Unterholzner que trabalhou o abastecimento das escolas com produtos regionais ecológicos no município de Schwalm Eder onde iniciou este tipo de trabalho. Regine Hollow e Christian Brunhöber também deste mesmo Departamento investigaram os interesses que há em processar a madeira da região na própria região. Já Rebecca Körner e Malte Bock do Departamento de

Ciências Sociais desenvolveram um trabalho no distrito Landkreis Kassel e investigaram que quais os interesses existem dos atores das diferentes etapas da cadeia produtiva pegando desde dos produtores, passando pelo processo beneficiamento e fazendo uma ponte com as escolas.

c) Disciplinas e cursos: Entre 2005 e 2008 foram oferecidas em cada semestre uma disciplina sobre Introdução à Economia Solidária em alemão, além de vários outros em espanhol e em inglês<sup>93</sup>. Os temas abordados foram: Autogestão e economia solidária, economia solidária e desenvolvimento regional sustentável, economia solidária na América Latina, os impactos dos grandes projetos na região da Amazônia, comunidades indígenas e economia solidária, entre outros.

No semestre de inverno 2007/2008 foi oferecida uma disciplina sobre documentação dos empreendimentos solidários na região do norte de Hessen, que fez uma ponte com o mapeamento desenvolvido pela Incubadora, resultando na produção de um filme sobre o tema. Esta disciplina teve o apoio do setor de mídia da Universidade. Neste mesmo semestre, foi oferecida uma disciplina especial sobre o complexo Mondragon na Espanha ministrada pela professora convidada Claudia Sanchez Bayo (Argentina).

Um fato a considerar é no tocante à metodologia das disciplinas oferecidas. Elas são organizadas em seminários e de forma autogestionária. Os alunos e as professoras decidem os temas, a bibliografia e o seminário que desejam apresentar. São oferecidos, também, disciplinas especiais (Colóquios) para os doutorandos sobre economia solidária.

Esta demanda levou o Departamento de Economia a aprovar uma resolução que inclui o tema da economia solidária na grade curricular do mestrado e será iniciado no semestre de inverno 2008/2009.

d) Publicações: No tocante a publicações, foram publicados dois livros da Escola de Verão, um livro com sistematizando o colóquio de janeiro de 2008, realizado em parceria com o KIGG. Além de outros livros, tais como: “Crítica de uma Europa tecnocrata, resistência política a concepção de uma constituição européia” (refere-se à autogestão e à economia solidária já existentes na Europa) e “Economia Solidária como motor de desenvolvimento sustentável regional” (sobre uma cadeia de produção solidária no sul França - Ardelaine).

Estão sendo também produzidos três vídeos. Um sobre o intercâmbio de estudantes brasileiros e alemães (bilíngüe), um vídeo sobre os empreendimentos no norte de Hessen

---

<sup>93</sup> Estas disciplinas foram oferecidas pelos professores Clarita Müller-Plantemberg e Dieter Gawora.

mapeados pelo projeto e o terceiro sobre as origens da economia solidária também nesta região.

4) Incubação de Empreendimentos Solidários: A Incubadora de Kassel, tem desde sua origem se preocupado com o processo de incubação de empreendimentos solidários. No mapeamento foram identificadas organizações que estão interessadas no tema, que realizam algum tipo de atividade formativa no campo da economia solidária, contudo, revelou que na região não existem incubadoras de economia solidária nos marcos da compreensão que o grupo reconhece.

Com o projeto apoiado pelo governo de Kassel, foi possível iniciar um processo *in loco* de incubação nos seguintes empreendimentos: Brüder-Grimm-Solar, Energiegenossenschaft, (Cooperativa de energia), Fair- und Regionalladen (Loja de produtos regionais), Bürgerfinanzierte Biogasanlage (Empreendimento de biogás), Apfelkellerei (Fabricação de Suco de maçã), Eine-Welt-Laden (Loja de produtos do comércio justo nortel-sul), Kirschblüte Regionalwährung (Moeda regional), Gesundheitshof (Chácara de saúde), Dorfladen Bauhaus (mercadinho), Einkaufengenossenschaft Biosprit (cooperativa de biocombustíveis), Projeto de Umrüsten (Projeto de adaptação de motores para biocombustíveis).

Como em todos os processos de incubação, nem todos os empreendimentos se encontram na mesma fase organizativa. No caso dos empreendimentos assessorados pela Incubadora de Kassel, estão assim apresentados:

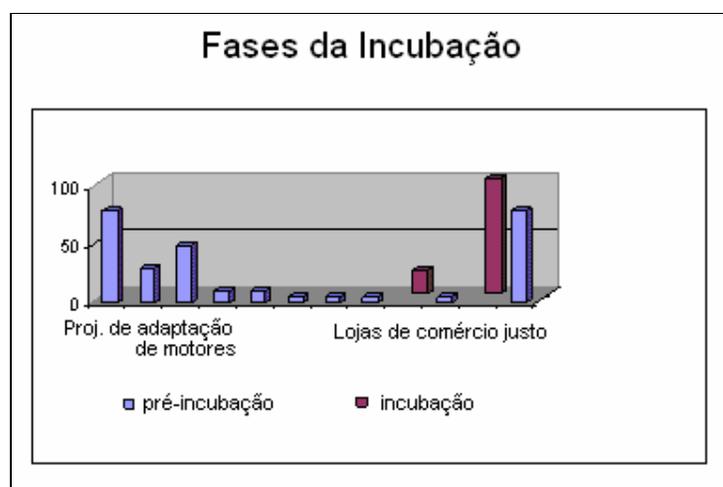


Gráfico 17: Fases da Incubação

Fonte: Relatório do Mapeamento de Economia Solidária no norte de Hessen - 2008

Na experiência implementada foram identificadas demandas que formaram três tipos de orientação/consultoria. A primeira ligada especialmente às questões econômicas, de



#### 4.1 O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL

Ao realizar esta pesquisa delimitamos um campo de análise que é a economia solidária no processo de transformação social. Este é o foco de nosso interesse. Por isso, a pergunta que tem nos acompanhado é se as metodologias de incubação, isto é, se os processos organizativos e formativos implementados pelas incubadoras universitárias de economia solidária são capazes de promover o desenvolvimento local sustentável e solidário, de modo a garantir a autonomia dos atores envolvidos. Toda investigação realizada até agora, vai no sentido de confirmar ou não esta possibilidade. Seguimos na trilha de Marilena Chaui (2002) que a este exercício de sistematização chama de “pensamento” como aquele que busca na realidade, pelo trabalho reflexivo, as repostas para suas perguntas e cuja única garantia é o contato com a própria experiência.

Antes de adentrarmos na análise das concepções e práticas das incubadoras de economia solidária aqui apresentadas é importante, primeiramente, fazer um resgate dos passos metodológicos implementados nesse estudo. Situamos a economia solidária na contemporaneidade, considerando para isso a experiência brasileira e alemã, procuramos destacar em cada uma delas, o que é específico de uma e de outra. Isto foi explicitado no primeiro capítulo deste trabalho. Em seguida, partimos para um diálogo desta realidade com alguns teóricos, contido no segundo capítulo, que nos ajudou a entender as possibilidades teóricas da efetivação da economia solidária no mundo atual para em seguida, no terceiro capítulo, centrar a análise sobre as metodologias de incubação tendo como referência, os dois casos aqui escolhidos – o caso da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Federal da Paraíba e da Incubadora na Universidade de Kassel.

Nesse sentido, uma das primeiras questões que gostaríamos de abordar nesse capítulo, diz respeito a duas compreensões que orientaram, até agora, esta pesquisa – o fato de a economia solidária ser um movimento social popular e de ser constituída pela classe trabalhadora.

Uma das inquietações despertadas no decorrer desta pesquisa foi verificar que existe um certo consenso na sociedade atual, no que tange aos espaços organizativos dos movimentos de esquerda. Há uma certa departamentalização das lutas emancipatórias, notadamente nas últimas quatro décadas. Nesse processo, cada setor social tem seus espaços definidos: os movimentos sociais atuam na arena política, na linha da conquistas dos direitos ligados aos seus segmentos específicos. A luta econômica é tradicionalmente feita pelos sindicatos e cabe ao partido político, grande catalizador das demandas da classe trabalhadora,

a disputa pelo poder do Estado, para assim, implementar uma sociedade socialista. Aqui, não entraremos no mérito sobre a forma, de como se daria esta conquista do Estado, se por luta revolucionária ou pela via institucional. Alertamos também, que não estamos nos referindo à ação dos participantes dos diversos movimentos. Obviamente, muitos militantes circulam em vários destes espaços simultaneamente. O esforço é no sentido de pinçar, o que seria espaço de lutas como tal.

O que queremos destacar é que essas “caixinhas” não dão mais conta da realidade contemporânea. O mundo mudou, tornou-se muito complexo e em velocidade gigantesca. As inovações tecnológicas – sobretudo no ramo das comunicações – fazem com que o campo produtivo seja alterado radicalmente, não sendo identificado tão facilmente como era na primeira revolução industrial, com seus enormes parques industriais. Isso tem um forte impacto na realidade, na forma de luta dos setores populares e na movimentação que fazem os donos do capital. Sim, porque estes se modernizam, se renovam, adquirem novas facetas, se for necessário se transvestem de ambientalistas, de solidários e de outras várias e diferentes roupagens.

No contexto atual, a luta de classes não desapareceu como afirmam alguns autores, pelo contrario, o atual estágio do capitalismo, na sua reestruturação produtiva a agudizou. Aumentou o antagonismo entre as classes, ampliaram-se as desigualdades sociais, criou-se uma nova pobreza. O problema é que a luta de classes é camuflada, diluída. Isto causa um grande impacto, especialmente, nos partidos políticos de esquerda, sem clareza se existe ou não o objeto central de sua luta política – a emancipação da classe trabalhadora – a luta revolucionária perde sua razão de ser. Assim, os partidos não conseguem mais elaborar um programa político identificado com as demandas populares contemporâneas. Isto acontece porque estes têm dificuldades de abstrair do estágio de desenvolvimento capitalista o seu núcleo central – a exploração da classes trabalhadora. O resultado é que esses partidos se descaracterizam, se burocratizam cada vez mais e perdem a credibilidade da população porque não conseguem fazer um diálogo com as lutas sociais. Estes fatores acabam favorecendo o chamado “movimentismo social” (X CONFERÊNCIA NACIONAL DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA - PT, 2008, p. 23), uma corrente política presente nos movimentos sociais populares que exclui os partidos políticos dos processos de mudanças sociais, chegando a afirmar que estes, esgotaram seu papel histórico na sociedade contemporânea, o que é em si, um grande equívoco. Porém, compreensível visto que os partidos se afastam das lutas dos setores populares.

Na reestruturação produtiva ora implementada pelo capital, os “sobrantes” se configuram como um excedente de força de trabalho que não têm mais lugar. O capital precisa de um número cada vez mais reduzido de trabalhadores, de forma especial, necessita de profissionais especializados, capazes de aumentar cada vez mais a produtividade e a rentabilidade das empresas. Certamente, em um cenário de retração mundial dos empregos (as empresas demitem estando ou não em crise econômica), é natural que os sindicatos se enfraqueçam, que se voltem para seus interesses particulares e mesmo assim, com muitas dificuldades de efetivar acordos, de garantir direitos dos trabalhadores conquistados historicamente.

Neste estágio do capitalismo, particularmente, o que dá identidade ao ser humano é sua condição de consumidor. Ele passa a ter significado na medida em que consome, quem não pode consumir não interessa ao sistema. Os produtos se caracterizam pela rapidez em se tornar obsoletos, descartáveis e ser substituídos por outros mais modernos, com *designes* cada vez mais arrojados. Isso faz com que convivamos em um mundo onde enclaves de modernidade, coexistam com a barbárie, expressa pelo trabalho escravo e pelo trabalho infantil, só para citar dois exemplos. É o paradoxo entre o desenvolvimento de altas tecnologias e a evidência de uma crise alimentar de imensas proporções.

A economia solidária é fruto desse contexto histórico, que por seu perfil dinâmico, não se enquadra em nenhum desses setores isoladamente. Ela, como bem afirma França Filho (2006), reúne a luta econômica com a luta social e política e ao fazer isso foge do que é dado como certo pela sociedade atual. Questiona a relação do humano com a natureza, vai para o campo da subjetividade, introduz a afetividade e a mística como um componente fundamental na luta emancipatória e põe em xeque as relações de gênero e gerações. Unifica assim, os três espaços, pois tem seu cerne voltado para os processos de produção, distribuição e consumo. Isto é, atua na perspectiva da construção de um outro paradigma societário, o que lhe confere um significado bastante ampliado.

Não queremos dizer com isso, que a economia solidária seja o maior, o melhor, ou o mais qualificado espaço de luta emancipatória. Na sua amplitude residem suas potencialidades que são, ao mesmo tempo, seus limites. A singularidade que lhe é peculiar, ou seja, o fato de juntar no seu fazer cotidiano o social, a economia e a política, confere-lhe determinadas exigências, que se não estiverem inseridas nos seu fazer, descaracterizam-na.

Neste sentido, é preciso olhar com muito cuidado, as experiências da economia solidária nas quais os empreendimentos se organizam e funcionam de forma voluntária. Criar um empreendimento com alto nível de solidariedade, cooperação, autogestionado,

ambientalmente sustentável e buscar a sobrevivência econômica de seus membros em outros espaços, seja ele, empresa capitalista, Estado etc. Isto pode indicar que a economia solidária algo de grande importância simbólica, mas não o suficiente para ser um novo modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo de produtos entre a população.

O significado econômico das experiências solidárias, juntamente com os demais aspectos devem estar contidos de forma equilibrada para não comprometer seu caráter sistêmico. É a União desses três elementos (social, econômico e político) que poderá garantir as condições necessárias para sua reprodução porque é exatamente neste conjunto como um todo que se encontra o segredo de suas possibilidades societárias.

Um olhar mais atento na realidade nos faz identificar que entre tantas iniciativas econômicas, algumas se diferenciam quando introduzem em seus processos produtivos, elementos que vão além da geração de trabalho e renda. Percebe-se que, em algumas iniciativas, os valores da gratuidade, da cooperação e da solidariedade predominam sobre a lógica do individualismo. Princípios como os da autogestão, democratização do saber, da convivência solidária com a natureza, da valorização da vida do consumidor, da questão de gênero, são diferenciais em relação à exploração econômica da lógica capitalista. A articulação dessas iniciativas econômicas solidárias com os diversos atores sociais democráticos, faz avançar na perspectiva da construção de um projeto societário democrático, solidário e sustentável. É esta ação que denominamos de *economia solidária*.

Estas constatações nos fazem desconfiar que talvez seja demais querer enquadrar a economia solidária como um movimento social na sua versão clássica – o termo “clássico” não quer dizer ultrapassado, ou conservador, apenas que no nosso entendimento é uma forma que não comporta o todo da economia solidária. É evidente que ela extrapola o conceito de Gloria Gohn (1997) – aqui escolhido porque é o que mais se aproxima da economia solidária. A autora define os movimentos sociais como ações sócio-políticas realizadas por atores políticos criando um campo político de força social na sociedade – a economia solidária é também um movimento cuja ação impacta diretamente no campo produtivo e cultural, entendendo, cultura como relacionamento da sociedade com a natureza.

Esta reflexão nos leva a nossa segunda inquietação que é sobre os atores da economia solidária, como e por que se organizam. A economia solidária é um fazer da classe trabalhadora, “dos desempregados ou daqueles que temem ficar desempregados” como afirma Singer (2000)? Ao analisar as duas experiências de economia solidária em foco, percebemos que há diferenças significativas no que tangem à identificação desses atores e nos condicionamentos de suas respectivas realidades. Conhecer os motivos e os caminhos das

diversas experiências solidárias, nos levará a compreender quais são as suas formas e conteúdos.

Ao debruçarmo-nos sobre o caso do Brasil, identificamos que a economia solidária é constituída por diversos atores sociais (organizações e seus militantes) que estão em diferentes campos de atuação. O mapeamento da economia solidária no Brasil identificou duas questões: a) o principal motivo de criação dos EES é uma alternativa ao desemprego. Em segundo lugar é uma alternativa para melhorar a renda; b) que a maior parte dos EES é formada por pequenos produtores individuais e familiares no campo e na cidade (que em grande parte nunca tiveram acesso ao mercado formal de trabalho) e que buscam fortalecer suas iniciativas em empreendimentos coletivos. Podemos afirmar que a grande maioria dos empreendedores solidários são os mais empobrecidos, desempregados e subempregados. Por isso, no Brasil, garantir a sobrevivência das pessoas, melhorar a qualidade de vida, e fazer isso incorporando ao mesmo tempo outras dimensões da vida, constitui-se o maior desafio desta forma de organização – gerar renda com solidariedade.

Uma característica significativa na experiência brasileira de economia solidária é a articulação entre os diversos atores, notadamente pela constituição de fóruns e redes. Quem trabalha com incubação, sabe que uma das primeiras atividades num processo de incubagem é conhecer e se articular com os outros empreendimentos similares, visitar, debater sobre as dificuldades, as vantagens, especula-se e pergunta-se sobre tudo. É uma ação quase que “natural”, flui com facilidade, sem grandes traumas. Talvez por isso, a configuração do Fórum Brasileiro de Economia Solidária tenha uma particularidade em relação aos outros fóruns brasileiros, mesmo considerando os diversos fóruns com participação dos movimentos sociais e dos setores governamentais.

O FBES se constituiu com representação de três setores da sociedade atuantes diretamente nesse campo, por isso, não se trata de saber quem foi ou é mais ou menos importante nesse processo. Todos são orgânicos desse grande movimento que é a economia solidária no Brasil. Claro que esta configuração traz problemas, não é realmente simples. Estamos acostumados com os espaços delimitados de ação e culturalmente isto tem a ver com a construção da identidade do movimento, de seus atores sociais. Fazer o esforço de pensar um “Estado Ampliado” (Sociedade Civil e Estado Restrito) numa perspectiva gramsciana é uma tarefa difícil, revoluciona a ação, traz dúvidas e incertezas.

A identificação de entes diferentes não quer dizer necessariamente que estes não possam conjuntamente avançar no processo de mudanças. Isto não impede, absolutamente, que os empreendedores criem seus movimentos específicos, tanto é assim que estes já estão

articulados em ligas, uniões e redes específicas. Ampliar essa articulação criando um movimento social popular de empreendedores solidários tem sentido se for para articular e fortalecer as estratégias comuns da economia solidária.

Além do mais, o Brasil passa por uma situação política extremamente conjuntural. Ao que pese todas as limitações e ambiguidades do atual governo federal, há uma propensão ao fomento da economia solidária e a participação popular nas proposições de políticas públicas na gestão do Estado. As políticas públicas de economia solidária ainda são muito frágeis, carecendo de sair da condição de política de governo para ser efetivamente garantida independente do grupo político no poder. Dependendo da correlação de forças do movimento de economia solidária na relação com o governo poderá ser criado um Sistema Nacional de Economia Solidária e um Fundo Constitucional para este fim. Caso isso se realize, teremos efetivamente um arcabouço político e jurídico da economia solidária. Por isso, os dois próximos anos, são decisivos para o futuro da política pública de economia solidária no Brasil.

No caso da Alemanha, se formos observar quem são os atores da economia solidária, esta análise nos coloca diante de um cenário no qual os empreendedores não são os mais pobres. Mesmo relativizando o conceito de pobreza (ricos são ricos em qualquer lugar, porém, ser pobre no Brasil é diferente de ser pobre na Alemanha ou em Bangladesh), considerando aqui principalmente os aspectos econômicos, a economia solidária ainda não chegou para os mais empobrecidos, os que vivem do Hartz IV, os desempregados, os imigrantes, etc.

O Hartz IV é parte de um conjunto de quatro leis que normatiza a questão do mercado de trabalho dos desempregados na Alemanha. Em 2002 o governo federal criou uma comissão de especialistas composta por representantes de empresas, sindicalistas e alguns políticos. A Comissão de Modernização dos Serviços para Mercado de Trabalho (Kommission Moderne Dienstleistungen am Arbeitsmarkt) foi coordenada por Peter Hartz – na época um dos diretores da Volkswagen – A missão da Comissão era elaborar um arcabouço legal que modernizasse a prestação do serviço do Estado nesse campo. A expectativa do governo era diminuir custos, como também, o número de desempregados (quatro milhões de pessoas), em quatro anos pela metade. Antes do Hartz IV o sistema era composto de três etapas. Quando um trabalhador era demitido, ele recebia um “Auxílio Desemprego” (Arbeitslosengeld) por dois anos no valor de 63% do seu salário. Se durante esse período, ele não voltasse para o mercado de trabalho, entrava para a segunda etapa que era uma “Ajuda aos desempregados” (Arbeitslosenhilfe) que se constituía em um valor menor do que o Arbeitslosengeld, porém, ainda tinha relação com o salário recebido. Se mesmo

assim, não conseguisse emprego, ele iria para a etapa mais baixa do sistema que era a “Ajuda Social” (Sozialhilfe). Nessa etapa, os valores pagos não tinham mais relação com o valor do salário recebido pelo trabalhador anteriormente. Nela, o Estado garantia a manutenção básica dos cidadãos alemães, assumindo despesas de aluguel, roupas, móveis, presentes de natal, além da saúde e educação. Fora isso, também se tinha direito a um valor em dinheiro de “Ajuda para Crianças” (Kindershilfe) e para o desempregado. Durante todo esse período o Estado, através do setor responsável (Arbeitsamt) procurava incorporar o trabalhador ao mercado de trabalho. A questão era que isso implicava em um alto custo para o Estado, principalmente nas atividades meio, na burocracia, já que todo esse processo era devidamente controlado.

O atual sistema garante muitos desses benefícios mas segundo seus promotores, o princípio mudou. Afirmam que o princípio que orienta o sistema, é o da “necessidade da pessoa” e prima pela autonomia dos cidadãos. Concretamente, isso significa que o desempregado depois da etapa do Arbeitslosengeld ele vai direto para o Sozialhilfe, agora chamado de Hartz IV. Os benefícios continuam, porém, condicionados a mais exigências. Por exemplo, o pagamento do aluguel precisa ser compatível com a “necessidade” da família, de forma que muitas pessoas precisam sair de suas casas e ajustar-se à nova realidade.

Há quem diga que o Estado de Bem-estar Social na Alemanha segura até agora esta população no seu limite. Garante com algumas políticas sociais o básico, de forma que este setor permanece em estado de letargia. Não se motiva para um processo organizativo na perspectiva do trabalho. Mesmo não estando convencidos deste argumento, faltam-nos elementos para confirmar ou não esta hipótese. É inquietante saber que uma parte da população – no caso do norte de Hessen é quase 10% da população é desempregada – prefere ficar dependente de um seguro social, insignificante para os padrões da sociedade alemã do que trabalhar e dele produzir seu próprio sustento. O fato é que se considerarmos as informações do mapeamento do norte de Hessen, verificaremos, por exemplo, que há pouquíssima presença de imigrantes nos empreendimentos mapeados. Da mesma forma, observamos que nos empreendimentos incubados, há um público significativo de pessoas que não estão entre os mais pobres da Alemanha. Isto não quer dizer que estes setores estejam alheios à questão da economia solidária. Pelo contrário, na experiência da Incubadora de Kassel, alguns grupos de desempregados têm participado do debate, seja através da Escolas de Verão, seja do Fórum de Desenvolvimento Regional do Norte de Hessen. Porém, até o momento, eles não se mobilizaram para criar seu próprio empreendimento.

Os fomentadores da economia solidária na Alemanha são organizações e movimentos contestatórios com larga tradição de solidariedade internacional, talvez maior do que os laços internos de articulação. Além do mais, a Alemanha viveu seu momento de *boom* de empresas solidárias na década de 1970/1980 com as experiências da economia alternativa. Algumas das falas dos empreendedores vão nesta direção. Em visita a uma empresa de energia solar, um dos representantes comentou “o que vocês estão falando sobre economia solidária era o que a gente pensava na década de 1980 quando começamos nossa empresa”.

Algo, porém, tem muita similaridade com a experiência brasileira. Ninguém está satisfeito com o atual sistema econômico, cada um com suas motivações está em busca de outras formas de organizar a sociedade. Isto nos faz lembrar das observações de Razeto (1994). O autor apresenta a economia solidária como uma grande casa. Nela os diversos grupos chegam com distintas motivações e entram por diferentes portas. Ao chegar, se apresentam, se conhecem, trocam experiências, se enriquecem uns com os outros. Os que chegam por um motivo aprendem que o *outro* tem seu próprio valor, que o *eu* só tem sentido quando reconhece o *tu* na sua integralidade e que isto se dá na reciprocidade das relações. Desta forma, a economia solidária vai se completando, se ampliando, adquirindo coerência, vai construindo sua racionalidade.

Com esta pesquisa foi possível comprovar o que Paul Singer (1998) afirmava sobre modo de produção. As respostas da sociedade, da classe trabalhadora, cujas relações de produção (supra-estrutura) não estão totalmente dependentes ou condicionadas necessariamente às forças produtivas (infra-estrutura). Temos um estágio do capitalismo financeirizado, globalizado e cada sociedade, a depender de suas condições culturais, geográficas, climáticas responde também de forma diferenciada.

Não há dúvidas, porém, de que a economia solidária parte da classe trabalhadora, porque é ela que sente de forma mais contundente as consequências do modelo atual de desenvolvimento capitalista, porém, a economia solidária é um modo de vida proposto para além dela. As evidências do colapso deste sistema são gritantes. Existe uma parcela da sociedade que, mesmo não estando tradicionalmente no campo das lutas sociais populares, percebe o quão danoso é para a seguridade do planeta, este modo predatório do atual sistema. Neste sentido, a economia solidária pode ser um instrumento muito importante na construção da hegemonia necessária para os processos de transformação social.

Desse modo, retomamos alguns aspectos inerentes à economia solidária que vimos chamando de categorias para entender os dois fenômenos sociais analisados nesta pesquisa.

Inserese nesse processo de transformação social um elemento fundamental que é a autogestão. Essa é entendida na sua dimensão de processo histórico. A autogestão para ser implementada requer um processo de mudança no hábito das pessoas. As sociedades se organizam de forma diferenciada e esses aspectos socioculturais precisam ser observados. É necessário estar aberto às diversas expressões surgidas em cada contexto e nas mais diferentes culturas.

Não seria possível repetir ou ter a expectativa de que as atuais lutas autogestionárias tivessem os mesmos moldes e contornos das insurreições efetivadas no leste europeu do século XIX ou a experiência latino-americana da década de 1970. É fundamental resguardar nas experiências anteriores os princípios e conceitos, e mesmo esses, são passíveis de mudanças e adequações nos diversos contextos históricos. O direito à experimentação social deve ser preservado e perseguido como uma forma de garantir aos diversos atores sociais envolvidos nos processos de transformação social, a possibilidade de exercitar o diálogo, a construção coletiva, a tolerância e o respeito às diferenças.

Neste sentido é de suma importância favorecer um processo de formação para a autogestão, na perspectiva de desconstruir alguns conceitos, hoje hegemônicos na sociedade, tais como, o individualismo e a competição e assim construir dialogicamente a cultura da solidariedade como elemento fundante de outro paradigma societário.

Em determinadas sociedades onde há um ambiente mais favorável, a autogestão certamente ocorrerá de forma diferenciada. No caso da Alemanha, parece haver no processo de socialização de sua população, uma propensão à autonomia, isso se manifesta nas diversas atitudes. As pessoas são educadas a se portarem de forma independente. A sociedade parece preparada, organizada para isso. Isto certamente é um grande potencial para a autogestão.

É preciso porém, superar determinados comportamentos que parecem ser advindos da socialização alemã. Um deles é o respeito à individualidade, a privacidade do outro parece algo quase sagrado. Esse elemento repercute nos processos organizativos principalmente quando este exige uma relação de maior proximidade e parceria. O “isto não é problema meu”, ou “esta não é minha tarefa”, ou ainda “ela é assim, não vai mudar” são expressões que marcam a fala das pessoas. De forma que o outro já espera ser tratado assim, qualquer investida pode ser interpretada como invasão de privacidade. Por outro lado, quem ficou com a responsabilidade de fazer determinada tarefa, se não a fizer pode ser considerado como sinal de incompetência e isso é extremamente complicado. A sociedade alemã é bastante exigente, os que não conseguem cumprir com os seus padrões, certamente devem sofrer demasiadamente.

O Brasil tem um processo de socialização completamente diferente. Fruto de uma violenta colonização européia, a maioria da população foi acostumada a esperar um “salvador da pátria”, seja ele o patrão, o coronel, chefe político ou o “messias”. Alguém que resolva por ele (o povo) os seus problemas. Há, portanto, na sociedade brasileira, uma maior dificuldade em implantar um processo de autogestão. Este precisa, de forma mais contundente, desconstruir a cultura política paternalista arraigada na vida cotidiana do povo empobrecido, público predominante na economia solidária, desde a gestão interna de um empreendimento até outras esferas da sociedade. Porém, a sociedade brasileira se comparada com a alemã, é mais dinâmica, as coisas mudam com mais rapidez. Quando não se sabe, ou não se pode efetuar determinada tarefa de uma forma, rapidamente se faz de outra. Mesmo quando não se tem todas as respostas para iniciar um determinado processo, começa-se mesmo assim. Não há um medo exagerado de errar. A liberdade e a criatividade do povo brasileiro é um grande potencial para a instauração da autogestão.

Um dos maiores desafios para a economia solidária, como um todo, no tocante à autogestão está no fato de se acreditar que uma classe tradicionalmente explorada, com muitas e diferentes debilidades (formação, recursos econômicos, etc.), causadas pela falta de oportunidades deliberadamente implementada pelo sistema dominante, tenha potencial de gerir seu próprio empreendimento. Esta é uma atitude que requer mudança de postura tanto dos empreendedores solidários como dos educadores populares, assessores, dos representantes das entidades de fomento, órgãos públicos, etc. Isso exige um olhar atento e cuidadoso por parte de todos envolvidos numa ação de economia solidária.

A separação dos detentores do saber e os que nada sabem, contida na divisão do trabalho cuja instrumentalidade separa o “trabalho intelectual” do “trabalho braçal” é um referencial que está incutido na cultura ocidental, é fruto da sociedade moderna. Muitas vezes esse comportamento acontece de forma velada, disfarçada e sutil. Pode estar escondida nas atitudes mais simples do cotidiano; muitas vezes, atrás de uma ação aparentemente solidária, pode estar presente uma postura paternalista, que nada contribui para a autogestão e o protagonismo dos setores empobrecidos<sup>94</sup>. Nessa questão, as incubadoras universitárias de

---

<sup>94</sup> A título de ilustração, posso citar como exemplo, um dos empreendimento solidários do qual participei como educadora. O grupo que estava sendo incubado era uma Feira Agroecológica, formada por pequenos agricultores de áreas de reforma agrária. A discussão era sobre quem deveria falar com o prefeito do Campus Universitário sobre o local da Feira. O grupo achava que eu deveria fazer isso porque era mais prático, eu estava com certa frequência na Universidade, etc. Eles não conheciam o ambiente, além disso, precisavam “perder” um dia de trabalho no campo. Foram necessárias várias reuniões para discutir o caso. Algumas pessoas não entendiam e achavam que era uma atitude pouco solidária da minha parte. O meu argumento era que eles deveriam aprender como se relacionar nesses espaços. O grupo entendeu, escolheu uma comissão representante do

economia solidária precisam ser bastante vigilantes, visto que há um imaginário criado que a Universidade é o lugar dos que sabem, dos doutores. Não é à toa que as incubadoras enfrentam, de forma mais vigorosa, problemas relacionados à linguagem, à socialização do saber.

Um outro elemento que queremos destacar nesta análise, refere-se ao tipo de desenvolvimento que estamos implementado. Para os que concebem a economia solidária para além de uma estratégia de sobrevivência dos empobrecidos, a questão do desenvolvimento está necessariamente presente. É preciso indagar o que se entende por desenvolvimento, para quê e para quem está voltado esse desenvolvimento. Mais do que isso, é importante questionar que desenvolvimento está sendo gestado no interior do movimento de economia solidária.

Nesse sentido, concordamos com a compreensão de Singer quando este discorre sobre o desenvolvimento sustentável e solidário porque essa forma de entender o desenvolvimento, apresenta significativas características que o diferenciam do capitalismo, seletivo e excludente por natureza. Nele, as forças produtivas, o conhecimento, as novas tecnologias devem estar a serviço de todos, de forma que a organização da produção tenha como base a propriedade social dos meios de produção e a livre organização dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários. No desenvolvimento sustentável e solidário, deve ser garantida a participação de todos seus membros nas tomadas de decisão de suas unidades produtivas. Estes devem fortalecer o mercado como um espaço democrático, controlado por regras que favoreçam a livre participação de todos.

O desenvolvimento, nesta perspectiva, obriga-nos a refletir sobre o que entendemos por tecnologia, a averiguar quais os processos tecnológicos estão sendo implementados no interior da economia solidária, porque esta análise nos remete diretamente à questão de como estamos nos relacionando com a natureza. Ao fazer isso, deparamo-nos com um dos principais pressupostos que orientam esta pesquisa – o trabalho. A relação do humano com a natureza antes de se traduzir em uma questão teórica, ela é real, revela-se nas ações humanas porque está contida em todo modo de produção, assim ela é de ordem também estratégica para a economia solidária, de forma que a questão tecnológica tem que vir “casada” com o debate sobre o meio ambiente.

As experiências analisadas nesta pesquisa, permitiram observar algumas nuances no trato da questão ecológica e, conseqüentemente, nas tecnologias implementadas. Tanto na

---

empreendimento. Eu fui junto, não como interlocutora, apenas como apoio, depois fizemos uma

experiência brasileira como na experiência alemã, o tema da ambiental é explicitado. Aqui, destacaremos o exemplo do mapeamento da economia solidária realizado nos dois países – obviamente, considerando a abrangência de cada um deles – verificamos já de início, uma diferença interessante. No tocante à caracterização dos empreendimentos solidários, no caso do Brasil, o que caracteriza os empreendimentos solidários é a “autogestão, a cooperação, a atividade econômica e a solidariedade” (Atlas da Economia Solidária. 2006, p. 11). No caso do mapeamento realizado no norte de Hessen, os empreendimentos solidários estão caracterizados pela autogestão, ecologia, cooperação, atividade econômica e orientação comunitária (Atlas da Economia Solidária no Norte de Hessen, 2008, p. 10). Quando vamos verificar a questão do meio ambiente na perspectiva da sustentabilidade e solidariedade, observamos que esse item está descrito nos dois mapeamentos como preocupação e ação com a qualidade de vida dos consumidores

No caso da Alemanha, esta questão se revela em 84% dos empreendimentos mapeados. Ela pode ser verificada pela produção agroecológica, pelos produtos orgânicos oferecidos à população e também pelo uso dos recursos naturais, notadamente expresso nas diversas iniciativas tecnológicas, tais como, a busca de independência dos combustíveis fósseis, a oferta ecológica de energia, a promoção da saúde e a preservação da diversidade. No caso do Brasil, a preocupação com o meio ambiente está descrita no mapeamento, de forma que 28,6% dos empreendimentos mapeados afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos e 31,8% realizam reaproveitamento dos resíduos.

Poderíamos dizer que o mapeamento não é um bom instrumento de análise nesta questão, dado o seu caráter pragmático de verificação. Por conta disso, fomos pegar no caso do Brasil, o documento final da I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006). Isto porque no nosso entendimento, este é o documento mais completo que o movimento de economia solidária produziu no Brasil até o período desta pesquisa, tanto pelo seu conteúdo, como também, pelo processo de construção coletiva. Este documento contém 98 artigos, a questão tecnológica aparece duas vezes. Está contida no eixo dos fundamentos da economia solidária “A Economia Solidária considera o desenvolvimento econômico e tecnológico, não como fim, mas como meio de promover o desenvolvimento humano e social em todas as suas dimensões”(Item 15) e quando se refere às prioridades das políticas públicas de economia solidária “deve-se garantir as ações de pesquisa e extensão das Universidades, Escolas

Técnicas, Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, Institutos e Centros de Pesquisa para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas à Economia Solidária” (Item 86).

Quando se trata da questão ambiental de forma mais ampla, o documento é farto. Está presente nos fundamentos da economia solidária quando apresenta o “humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa” (Item 1), quando se solidariza com a luta pela reforma agrária “que prezem pela gestão coletiva e democrática, pelo acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos, pela preservação dos recursos naturais com a adoção do manejo sustentável” (Item 13, inciso II) e, quando trata da sustentabilidade ambiental “a Economia Solidária deve ser incentivada como estratégia de produção apropriada, de manejo sustentável da natureza, de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos nos espaços urbanos e rurais, de fortalecimento da agroecologia, articulando as ações de preservação e conservação da natureza em todos os biomas e ecossistemas (Item 96).

Na expectativa de entender melhor a questão de como acontece na economia solidária a relação entre meio ambiente e tecnologia para descobrir que desenvolvimento estamos implementando, fomos buscar informações para nossa pesquisa por meio das entrevistas realizadas. Assim, ao entrevistar os representantes da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba, indagando como a questão do meio ambiente, da sustentabilidade é abordada nos processos de incubação, assim se expressa um dos membros da INCUBES:

[...] isto está dentro da própria filosofia da Incubadora, a inclusão de todos os segmentos da sociedade: gênero, etnia, religião e a questão do meio ambiente [...] a importância é que no processo de incubação os grupos vão relacionando a formação com a ação e quando a gente fala da necessidade de preservar o meio ambiente, questionamos qual tem sido a nossa postura em relação, por exemplo, à questão do lixo [...] então temos que colocar isso em prática, na vida cotidiana das pessoas para levá-las a uma esfera maior de entendimento. (XAVIER, 2007)<sup>95</sup>.

Quando o assunto se reporta para as questões mais gerais sobre o uso dos recursos naturais afirma ainda o entrevistado “a discussão tem sido mínima sobre isso, se fala disso, mas como palestras e não surte quase nenhum efeito”. (Xavier, 2007). Note-se que a questão abordada não tocava diretamente na questão tecnológica, deteve-se mais na questão do meio ambiente, do uso dos recursos naturais de forma muito genérica. No caso dos outros

---

<sup>95</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa

entrevistados sobre esta temática, as respostas confirmaram o que falou o representante da Incubadora. No caso das organizações parceiras da Incubadora, foram entrevistadas a AMAZONA (ONG que trabalha com prevenção em DST-AIDS e juventude), a Diretoria de Economia Solidária (Prefeitura Municipal de João Pessoa) e a REMAR (Rede que trabalha com protagonismo juvenil na capital do estado da Paraíba). O maior interesse dessas organizações, centrava-se no processo organizativo e na geração de renda para os seus respectivos públicos. A questão do meio ambiente aparecia diluída nas ações realizadas.

No caso dos empreendimentos solidários assessorados pela INCUBES, foram entrevistados representantes de uma panificadora criada por um grupo de jovens da Comunidade São Rafael e um grupo de mulheres costureiras da Comunidade Beira da Linha, ambos localizados na periferia da cidade. Nos dois casos, tanto a questão da ecologia, como da tecnologia usada, é algo gritante, porém seus representantes não conseguem nomear, verbalizar esse processo. O máximo que conseguem fazer é relacionar o meio ambiente com o tratamento do lixo na comunidade e como fazer para não desperdiçar insumos no processo produtivo, e mesmo assim, a questão aparece sempre ligada aos custos econômicos.

Detemo-nos no caso brasileiro porque na Alemanha, como foi já descrito durante o corpo desta tese, o tema do meio ambiente está contido na economia solidária e para os movimentos sociais deste país. A questão ambiental goza de prestígio na sociedade alemã, a disputa, evidentemente se dá, nos embates políticos com as grandes empresas capitalistas e seus representantes.

No caso do movimento de economia solidária no Brasil ainda é uma questão presente no horizonte estratégico, importante, mas o enfoque é outro. É especialmente na questão da geração de renda, seja como fonte principal ou como fonte complementar dos empreendedores, o que está em jogo é a sobrevivência das pessoas. Reconhecemos a importância incontestável desse fator, porém, a economia solidária não deve se furtar de fazer este debate conjuntamente, porque nele está inserido seu sentido de existir.

O que queremos colocar é que esse argumento da necessidade que os empreendimentos têm de gerar renda, como forma de garantir sua própria existência não explica por si só, esta realidade. Desconfiamos que ela seja mais complexa, esteja ligada à memória coletiva, à história ecológica dos diferentes povos.

Quando vamos verificar os empreendimentos solidários mapeados no norte de Hessen, observamos que são grupos profundamente enraizados, conhecedores do meio em que vivem, das relações que historicamente estabelecem com a natureza, muitos destes empreendimentos foram criados ainda em meados do século XIX, conhecedores dos manejos

sustentáveis do solo, da água, etc. Eles têm identidade coletiva nesse campo e dão continuidade a culturas desenvolvidas há séculos pelos seus antepassados.

Quando procuramos entender a história ecológica do povo brasileiro, nos defrontamos com uma realidade extremamente complicada. Isto porque muito dos seus primeiros habitantes, foram exterminados. Segundo informa o Conselho Indigenista Missionário - CIMI (2001), entre 1500 e 2001, 1477 povos indígenas foram extintos e certamente com eles, muito do conhecimento acumulado sobre o uso ecológico, sobre o relacionamento destes com a natureza desapareceu.

Roberto Marinho A. da Silva (2006) em sua análise sobre as transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento na região do semi-árido brasileiro, afirma que:

Na medida em que a civilização, comandada pelo colonizador branco europeu avançava sertão a dentro, ocorria a quebra violenta dos “paradigmas essenciais da cultura indígena”, corroendo os nexos da solidariedade, destruindo os valores vitais das civilizações autóctones e sepultando o modo de vida constituído em milhares de anos de aprendizado com a natureza. (SILVA, 2006, p. 103).

No nordeste brasileiro, no lugar da convivência com o semi-árido foi implantada uma política de combate à seca, amplamente utilizada pelos políticos como instrumento de dominação desta população. Muito dinheiro público foi utilizado para “acabar” com a seca na região. O resultado desta política é que o uso de tecnologias e de plantios inadequados para a região fazem com que, esta entre em um estágio de desertificação. “As limitações naturais impõem um cerceamento na liberdade ou no direito de exploração dos recursos naturais. O desrespeito ao código, não escrito, da natureza produz efeitos imediatos ou tardios, sutis ou graves, conforme a intensidade da transgressão”. (DUQUE, 2001, p. 18 apud SILVA. 2006, p. 118).

Outro fator complicado para uma ação mais conseqüente da questão ambiental no Brasil é o imaginário coletivo criado em torno de que este é um país “gigante pela própria natureza” (Hino Nacional Brasileiro) e que “nesta terra, em se plantando tudo dá”. (I Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal - 1500). A maioria do povo brasileiro, nesse sentido, é socializada com a imagem de um país com grandes proporções (8,5 milhões de km<sup>2</sup>), com uma floresta amazônica chamada de “pulmão do mundo”, com um vasto potencial de água doce o que leva a pensar que estes bens são eternos. Criar uma consciência planetária e uma responsabilidade ecológica, não é algo muito simples. Ao que pese, a luta incansável do movimento ambientalista, só quando alguns grupos ou comunidades se vêem ameaçadas e

tornam isto um fato público, é que a população se sensibiliza, discute o assunto, assim mesmo, muito focalizado no fato em questão.

Um dos grandes temas que pautam a agenda do desenvolvimento no mundo atual é a questão energética. Por ser este um elemento fundamental para todo processo de desenvolvimento, precisa ter espaço garantido na agenda da economia solidária de forma mais contundente. Nesse sentido, o “Seminário Latinoamericano sobre Energías Renovables” ocorrido no Chile em 2004, aponta que há uma crise energética na América Latina advinda principalmente de uma política implantada pela maioria dos Estados que não planeja a política energética de curto, médio e longo prazos.

As tendências eram uma planificação energética excessivamente centrada em critérios de rentabilidade e competitividade do mercado, amarra esta planificação a queima de combustíveis mais baratos sem incorporar fatores com a seguridade no abastecimento, os riscos da utilização dos custos ambientais. (ENCINA. LARRAÍN. 2004, p. 6)

O caso se agrava pela vulnerabilidade e a dependência energética dos países que não possuem reservas de recursos fósseis. No caso do Brasil, no tocante às políticas públicas para o setor energético implementadas pelo atual governo federal, constatamos que há uma preocupação com a produção de energias renováveis. Segundo o Ministério de Minas e Energia do Brasil, a Oferta Interna de Energia (OIE), em 2007, aumentou em 5,4% em relação ao ano anterior. Este aumento aconteceu pelo incremento no uso das fontes renováveis (hidráulica, biomassa e outras) de 7,2%. As fontes não-renováveis cresceram 3,9% (petróleo e derivados, gás natural, carvão mineral e urânio). Com este quadro, a energia renovável representa 45,8% da Matriz Energética Brasileira. O quadro atual das fontes de energia no Brasil está assim representado:

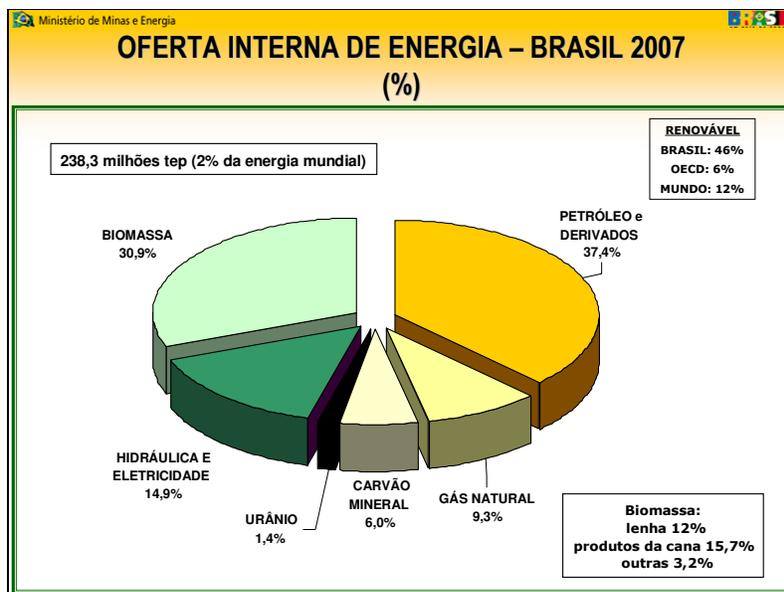


Gráfico 19: Oferta Interna de Energia – Brasil 2007  
Fonte: Ministério de Minas e Energia

Quando vamos averiguar a oferta de energia elétrica, confirmamos a supremacia da energia hidráulica. Ela representa 85,2% do total (incluindo a importação). Em seguida aparece a geração de gás natural, com 3,6% e a biomassa aparece na terceira posição, com 3,5% de participação. No caso da geração de energia eólica, ainda é muito tímida a produção, mesmo assim segundo esta mesma fonte, a produção subiu de 236 GWh em 2006 para 559 GWh em 2007. O Brasil apresenta uma significativa diferença na participação da energia hidráulica na Matriz de Oferta de Energia Elétrica:

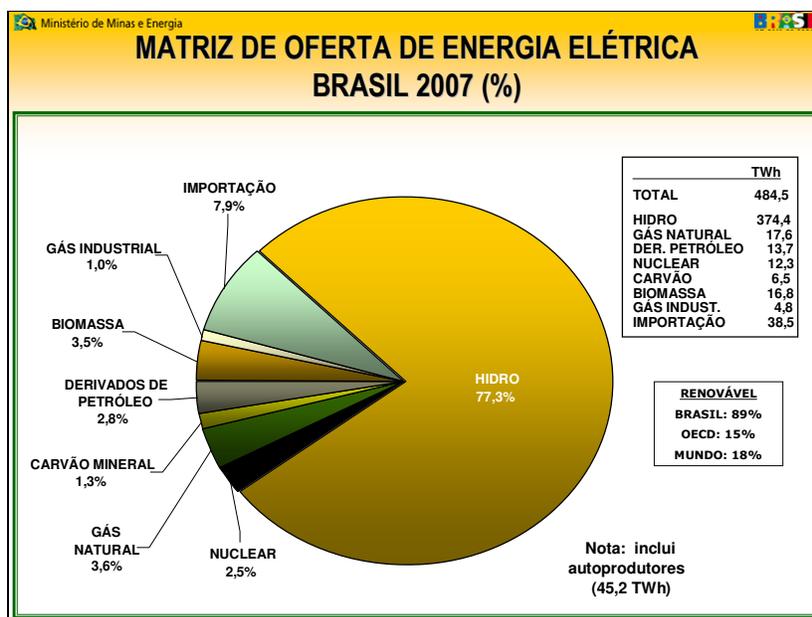


Gráfico 20: Matriz de Oferta de Energia Elétrica – Brasil 2007  
Fonte: Ministério de Minas e Energia

Este é um quadro sem dúvida interessante, compreensível quando o colocamos dentro do modelo hegemônico de desenvolvimento ligado ao crescimento econômico. Porém, ele é insuficiente. A questão que precisamos enfrentar neste debate, está ligada a pelo menos a três grandes desafios: a) Uma utilização mais eficiente dos recursos, energéticos de que dispomos; b) A diversificação das fontes e, c) A geração sustentável do ponto de vista ambiental, de forma a considerar todo o processo, desde a geração da energia, a transmissão e sua distribuição. Assim, não basta ser apenas renovável no que se refere às fontes, é preciso considerar a utilização destas fontes garantido que estas sejam também sustentáveis. Este é o caso emblemático da política energética brasileira. A hidroenergia é uma fonte renovável com grande potencial, porém é bastante questionável quando vai para o debate socio-sustentável, dado os graves problemas que a construção das grandes estruturas impõem às diversas populações e ao meio ambiente.

O desenvolvimento do Brasil tem se pautado pelo autoritarismo, pela concentração da riqueza, da terra, da água, conduzido por um perfil predatório, de estranhamento com a natureza. A consequência desse projeto é desmatamento, desertificação, e mais recentemente, impacto da produção de bioenergia. Os riscos que este tipo de política poderá trazer para a produção de alimentos são reais. O problema não é a tecnologia em si, o problema é o modelo de desenvolvimento onde ele está sendo inserido, no qual tudo vira mercadoria cuja meta é tirar o maior lucro possível. Observamos que há na atualidade, um investimento por parte do capital e de seus representantes na criação de mais um “mito do desenvolvimento”: a bioenergia. O que se constitui em uma fantasia, é irreal. Esta tecnologia não daria conta do nível de consumo dos países industrializados. Wolfgang Hees (2008) em seu artigo “Milho nos Tanques – Fome no terceiro Mundo”, afirma que para suprir a sua demanda de energia, a Europa precisaria de um território três vezes maior do que tem. Como isso não é possível, a saída é submeter os países pobres utilizando recursos naturais destes em prol dos seus interesses. É a mesma receita, o desenvolvimento orquestrado pelos países do capitalismo central, definindo agenda e prioridades dos países do capitalismo periférico. Mais uma vez, assistimos ao modelo de desenvolvimento “desigual e combinado” para favorecer o crescimento econômico dos países já enriquecidos.

Esta nova estratégia do capital, traz muita confusão na luta política, porque interfere na identificação do foco do problema. No Brasil, assistimos a uma metamorfose dos atores políticos do campo. O latifundiário, usineiro, antes responsável pela morte e expulsão de milhares de trabalhadores rurais de suas terras, agora se transforma em ambientalista,

preocupado com o bem-estar da sociedade e do planeta. Por outro lado, os movimentos sociais entram em um discurso simplista, de ser contra os biocombustíveis, não conseguem perceber que o inimigo é outro. Com isso, corre-se o risco de se inverterem os papéis.

Quem era a favor da democracia, da qualidade de vida no campo se transforma em inimigo, quem era contra os trabalhadores, hoje são os salvadores do povo e do meio ambiente. Os movimentos sociais do campo têm muitas dificuldades de convencer a sociedade brasileira quando se trata da produção de biocombustível do real dano na vida das populações mais pobres. O fato de o Programa de Biocombustível do governo federal considerar que 40% da produção seja desenvolvida pelos pequenos produtores é importante, mas não resolve o problema.

Outro equívoco que achamos importante destacar, diz respeito à questão da mudança climática, consequência deste modelo de desenvolvimento em voga. Há de forma geral, um consenso que todos somos responsáveis pela degradação do meio ambiente e portanto, temos a obrigação de preservá-lo. Esta é uma meia verdade, um discurso colocado de forma enviesada, politicamente equivocado porque dá a mesma responsabilidade ao indígena que mora na Amazônia, ao africano e ao norte-americano que vive em um país onde em cada 1000 pessoas, 800 possuem um automóvel. Cabe aos implementadores deste modelo de consumo uma parte diferente, nesse caso, há responsabilidades diferenciadas e precisam ser dadas as devidas proporções. Isto não quer dizer que o ser humano como tal não precise repensar sua forma de relacionamento com a natureza, até porque são pelo menos duas centenas de anos de predominância deste modelo.

Em um cenário como este, a tarefa da economia solidária é imensamente urgente e necessária. Tanto no que se refere aos seus processos internos quanto externos. Internamente é preciso investir no processo formativo de uma consciência ambiental, pautado na solidariedade, na convivência harmônica com a natureza e seus diversos ecossistemas. São também urgentes investimentos e incentivos em outro paradigma de desenvolvimento tecnológico. Externamente, a economia solidária precisa apertar os laços de solidariedade em favor das mais variadas lutas das populações tradicionais, nomeadamente, as comunidades quilombolas e as populações indígenas. Esses devem ser parceiros prioritários da economia solidária – sem minimizar os demais – pela importância que têm essas comunidades no conhecimento, no trato milenar com a natureza.

O desenvolvimento sustentável e solidário, para ser implementado, requer uma revolução cultural. Esta é uma tarefa urgente, porém é preciso ter serenidade para entender

que é um processo lento. O importante é fomentar ações, criar as condições, para que o humano seja capaz de solidarizar-se entre si, com outras espécies e com o planeta.

Nesse sentido, as Incubadoras de economia solidária desempenham um importante papel. Pelo seu caráter de instituição que atua no campo formativo, pode influenciar nos processos de mudança social na medida em que introduz como estratégia uma educação libertadora, que promove a emancipação humana.

#### 4. 2 AÇÕES DA INCUBES E DA VEREIN ZUR FÖRDERUNG DER SOLIDARISCHEN ÖKONOMIE E.V. – CONVERGÊNCIAS NAS DIFERENÇAS

Percebemos que há muita similaridade nas ações desenvolvidas pela Incubadora de Kassel e pela INCUBES. As duas Incubadoras atuam em regiões empobrecidas – resguardadas as devidas proporções e especificidades – o que acaba aproximando no que diz respeito à criação de estratégias. Algumas dessas ações são facilmente identificadas, tais como, o mapeamento, a participação nos fóruns específicos na região, na rede universitária de economia solidária. Obviamente, os processos são diferenciados, estão condicionados à realidade na qual cada Incubadora está inserida. No caso da incubação de empreendimentos solidários, a Incubadora de Kassel está em um estágio ainda muito inicial, é um processo iniciado há um pouco mais de um ano. Para facilitar nossa análise, procuramos destacar aqui não atividades e sim ações estratégicas desenvolvidas pelas Incubadoras citadas. Estas ações estão no nosso entendimento, assim identificadas:

##### a) Articulações e Parcerias:

As duas Incubadoras têm como estratégia interventiva a criação e o fortalecimento de parcerias, tanto é assim, que elas se envolveram no processo de formação dos seus respectivos fóruns regionais. Isto pode ser visto, no caso da INCUBES, pela criação e participação do Fórum Estadual de Economia Solidária e, no caso da Incubadora de Kassel, na criação e participação do Fórum de Desenvolvimento Regional Sustentável do Norte de Hessen. Os processos de parcerias são em todo lugar desafiantes, por se tratar de espaços coletivos com diferentes atores. Mesmo atuando no mesmo campo, é preciso muita habilidade política, para construir consensos e implementar ações mais impactantes na realidade. Porém, este é o caminho que precisamos percorrer se quisermos influenciar os processos de mudança social. Nesse sentido, cada Incubadora enfrenta seus próprios desafios. No caso da região do norte de Hessen, os espaços de articulação são principalmente o Fórum de Desenvolvimento Sustentável e a Rede para o Comércio Regional. O retorno da economia solidária à pauta das organizações e dos movimentos sociais na Alemanha ainda é algo recente. Há uma

necessidade de articulação não apenas no que se refere às atividades, como também nos espaços de debate e discussões sobre os rumos da economia solidária no país. Em entrevista realizada para esta pesquisa, uma das participantes da Incubadora afirma que:

Na Alemanha, tem somente poucas entidades que tratam da Economia Solidária. Muitas delas existem num nível mais informal, não tendo muito interesse ou tempo para um diálogo mais científico. Outras, como por exemplo, os sindicatos, abrem pouco espaço pelo discurso da Economia Solidária. (BAYER, 2008).

Internamente, a Incubadora de Kassel, também tem seus próprios limites. Estes estão ligados tanto às questões de organicidade (número de participantes, tempo de dedicação ao trabalho na Incubadora, recursos e etc.) como também, às questões de acúmulo vivenciado no campo da economia solidária, em virtude de sua criação ser também muito recente. Porém, seus organizadores têm clareza do significado da economia solidária. Segundo uma das coordenadoras da Incubadora de Kassel (também chamada de associação):

Para nós, a economia solidária é a estratégia para a realização de um verdadeiro desenvolvimento sustentável. No caso dos projetos de incubação planejados, a associação dá importância à produção que preserva o meio ambiente, mas também às dimensões sociais e econômicas. Nós não queremos uma economia de caridade e sim apoiar projetos concretos. Isso tudo deve acontecer na perspectiva da solidariedade com os outros e com as futuras gerações. (STENZEL, 2008).

Sobre a questão da incubação de empreendimentos solidários, alguns processos de incubação já foram iniciados e há pessoas na Incubadora se capacitando nesta área.

No caso da INCUBES, consideramos aqui sua participação no Fórum de Economia



Solidária no Estado da Paraíba, visto que este é o principal fórum de articulação do movimento de economia solidária no estado. Podemos perceber que há um interesse da Incubadora nesse espaço. Isso é dito pelos seus representantes e também é verificado pelos compromissos e tarefas que a Incubadora desenvolve no Fórum.

Interessados em saber o que dizem os parceiros da Incubadora sobre a participação da mesma dentro do Fórum, isto é, como se dá esta participação pela ótica dos parceiros, constatamos que há um reconhecimento por parte do Fórum no que tange à importância desta participação. Segundo uma das representantes da Coordenação Estadual do FEES:

A INCUBES está presente no Fórum desde sua criação. Ou melhor, desde o processo inicial de articulação para sua criação. Em alguns momentos atuando de forma mais permanente, em outros momentos, de forma mais pontual através de assessoria em encontros e seminários. Mas, sempre presente em momentos importantes como as plenárias estaduais [...] Uma das principais vantagens da presença da Incubadora é sem dúvida a credibilidade que essa Instituição (Universidade) tem perante a sociedade. Isso potencializa oportunidades. Por exemplo: negociação junto a governo, e outros parceiros. (MARTINS, 2007)<sup>96</sup>.

Porém, a INCUBES, tem suas próprias dificuldades. Uma delas está ligada à organização interna da Incubadora, às condições efetivas de realizar as ações, à falta de estruturas que muitas vezes acaba refletindo nas relações com os parceiros. A rotatividade na representação dos seus membros nas parcerias acaba por influenciar na imagem da Incubadora como um todo:

Apesar da credibilidade da Incubadora, a qualidade da participação da entidade, varia de acordo com a sua representação. Ou seja, as pessoas que são designadas para representá-la imprimem sua marca pessoal no espaço onde atuam. Muitas vezes, deixando a desejar. Por exemplo, já aconteceu que em plenárias estaduais, pela manhã vinha um representante, à tarde do mesmo dia outro, no dia seguinte outra pessoa representava a entidade, sem que houvesse uma comunicação entre ambos. (MARTINS, 2007).

Percebemos que a INCUBES tem, nesse sentido, uma margem pequena de movimentação. Ela depende de outros fatores que nem sempre estão sob seu controle. Um deles refere-se à participação dos seus membros, do tempo disponível que estes dedicam para a entidade. A Incubadora opera para minimizar essas dificuldades, mas elas permanecem como desafios a serem superados.

b) Organização interna:

Alguns problemas na organização interna das incubadoras são gerados por questões externas mas isso não significa que estas não possam internamente se organizar para enfrentar esses problemas. Nesta pesquisa identificamos uma necessidade de criar estratégias mais eficientes no que tange à ampliação do número e à qualificação de participantes nas Incubadoras. À medida que o movimento de economia solidária vai se ampliando, vai aumentando a demanda para os processos formativos e organizativos dos empreendimentos

---

<sup>96</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

solidários. Isso requer um aumento de quadros que respondam com qualidade a essa demanda. A dificuldade de não ter um número suficiente de pessoas liberadas para as ações das incubadoras faz com que seus representantes fiquem agregando os compromissos da Incubadora em suas horas livres. Isto deixa as Incubadoras numa situação de muita ambigüidade.

Entendemos que as incubadoras podem trabalhar com pessoas voluntárias, porém, é muito arriscado para o seu desenvolvimento, depender desse grupo para realizar todas suas ações. Até o momento, a história das incubadoras, tem sido construída pelo empenho militante de seus membros com uma grande participação de trabalho voluntário. Possivelmente esse quadro deve continuar, porém, nas nossas condições concretas, onde as pessoas precisam de trabalho para sobreviver, condicionar a vida da Incubadora ao trabalho voluntário pode sacrificar a qualidade da ação. É preciso ter um grupo de pessoas liberadas para que se dedique em tempo integral ao trabalho da Incubadora.

No caso do Brasil, como a Incubadora é um órgão da Universidade é possível solicitar alguns funcionários e técnicos de outros departamentos e órgãos universitários para o trabalho na Incubadora, de forma que estes possam durante seu horário de trabalho se dedicar à Incubadora. Alguns professores podem, além de ministrar suas aulas, combinar isso com o trabalho da extensão universitária, podem também elaborar projetos de pesquisas e realizá-los com a Incubadora o que é, sem dúvida, uma saída.

No caso da Incubadora de Kassel, pela história recente da sua criação e pelas suas características, entre as quais, o seu caráter de autonomia jurídica da Universidade de Kassel, não lhe permite uma relação tal como é feita no Brasil. Tanto é assim, que o mapeamento para ser implementado, da forma como foi, contemplando os estudantes no processo, exigiu a participação direta da Universidade como Instituição proponente. A Incubadora como associação juridicamente constituída não teve permissão de firmar o acordo com a instituição financeira. O que não quer dizer que outros acordos, em outras bases, não possam ser firmados diretamente com a Incubadora. O fato de a Universidade ser requerida como instituição proponente do projeto de mapeamento e de incubação de empreendimentos foi bastante interessante, visto que se tornou uma possibilidade concreta de introduzir o debate da economia solidária para outros Departamentos da Universidade.

A Incubadora tem um papel no debate da economia solidária dentro da universidade. No caso do Departamento de Ciências Sociais (Fachbereich Gesellschaftswissenschaft), a deliberação de acabar com a linha de pesquisa em Sociologia dos Países em Desenvolvimento (Fachgebiet) parece ser um recuo, porém se houver uma migração para o tema da economia

solidária e o desenvolvimento sustentável, é possível vislumbrar um cenário mais promissor. De certa forma, já é possível identificar alguns sinais nesta direção quando o Departamento de Economia introduziu disciplinas no mestrado que trata da economia solidária na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Podemos dizer que há um ambiente de abertura para economia solidária na Universidade de Kassel. No caso do corpo discente, cada vez mais cresce o interesse de estudantes que identificam a Incubadora como um espaço qualificado para desenvolver estágio curricular. Isso vai criando e ampliando a correlação de forças no interior da Universidade, porque leva não só os estudantes, como também, os professores a se defrontar com a temática da economia solidária. Por isso, especialmente, no caso de Kassel, para o fortalecimento da economia solidária no interior da Universidade e para a própria realização da Incubadora é estratégico oferecer espaços e qualificar os estágios de estudantes na Incubadora. Isso não pode ser visto como uma ação a mais da Incubadora, ela se configura como uma alternativa importante nesse processo de solidificação da Incubadora de Kassel.

Outra alternativa para superar o problema estrutural das Incubadoras, no que tange à falta de recursos, é favorecer para que os próprios grupos possam contribuir de forma mais efetiva para o financiamento dos processos de incubação. No caso da Alemanha, mais do que no Brasil, esta é uma alternativa viável, visto que o perfil dos empreendedores solidários é economicamente melhor do que o público das incubadoras no Brasil. Esta já é uma iniciativas de algumas incubadoras brasileiras, mas muito complicada de se efetivar concretamente, porque os grupos são muito pobres, e no máximo conseguem compartilhar nas atividades formativas com um pouco do que eles têm.

Mesmo assim, a contrapartida dos grupos nos processos formativos é algo extremamente educativo. O mais importante não é a quantidade, o valor monetário da contribuição, mas o que isso representa simbolicamente para o processo de mudanças, para o fortalecimento do grupo, para a construção de sua identidade. Pode-se incentivar esses processos de várias maneiras. Uma delas é a transparência sobre o valor dos recursos utilizados nas atividades de incubação. Há em muitas incubadoras de economia solidária (não apenas universitárias), a prática de apresentar no final de cada atividade formativa o custo do referido evento. Demonstrando um balanço financeiro simplificado, com linguagem acessível, especificando as responsabilidades (valores financeiros) da incubadora, das instituições parceiras – quando houver – e dos participantes. É importante valorizar a contribuição dos grupos, mesmo que ela se expresse pela ajuda na alimentação, passagem, etc.

Estes elementos, muitas vezes, ficam submersos nas ações formativas. Os trabalhadores, em sua maioria (no caso do Brasil), não conseguem visualizar sua própria contribuição nos processos organizativos. Isso precisa ser potencializado porque ajuda para levantar a auto-estima dos participante e para a autonomia dos grupos. Assim, é possível que eles percebam a formação como algo inerente ao processo de organização dos empreendimentos, tão importante quanto estar na produção ou na comercialização.

Portanto, o que gostaríamos de afirmar é que, a sustentabilidade das incubadoras precisa ser enfrentada como uma questão estratégica e para isso precisa ser pensada, ter comissão específica estudando e propondo alternativas, não pode se minimizada, é algo que as equipes têm que contemplar nas suas ações e preocupações, não pode ser reduzida aos momentos de negociar os projetos específicos. A sustentabilidade tem que ser planejada de forma mais duradoura e permanente. É preciso ir constituindo fundos internos que possam no intervalo, entre um e outro projeto, garantir a infra-estrutura necessária para a realização das ações.

#### c) Autoformação dos Participantes das Incubadoras:

Um grande desafio posto para as incubadoras, de forma geral, é o aspecto da formação e qualificação dos seus membros. No caso das Incubadoras Universitárias, a expectativa dos parceiros e empreendimentos parece ser mais exigente, visto que há um imaginário criado em torno disso. Não que as Incubadoras devam reforçar essa imagem, mas elas têm concretamente um papel a cumprir nos processos formativos e devem fazer isso de forma qualificada. Não há aqui, a pretensão de que a Incubadora deva dar conta de todos os problemas e temáticas que surgem durante a incubação de um empreendimento, mas ela precisa ter a capacidade de administrar esses desafios, seja na resolução de conflitos internos, seja nas questões de ordem técnica operativa. O problema é que muitas vezes as demandas são tantas que os espaços para formação dos seus membros ficam reduzidos e as incubadoras mal encontram tempo para as reuniões de trabalho. Perguntados sobre de como acontece o processo de formação interna dos participantes da Incubadora, no caso da INCUBES, afirma um dos seus membros:

Nós temos círculos de estudos e promovemos a cada ano um curso de formação interna e nesse curso de formação interna, nós preparamos um curso de extensão aberto para comunidade. Tem as Redes das quais participamos que também promovem formação e muita coisa nós temos acesso pelo que tem circulado na Internet. A formação é importante porque como nós temos estagiários precisamos investir nisso, pois eles podem ser futuros quadros não apenas para a Incubadora, mas também para a economia solidária.(Xavier, 2007).

No caso da Incubadora de Kassel, segundo uma de suas participantes em entrevista realizada, afirma que o “processo formativo internamente é pouco. Por um lado, ele acontece individualmente através de cursos de formação, por outro lado, coletivamente como foi no caso de um seminário sobre associações que organizamos e que participaram várias pessoas. (BAYER, 2008). Ainda sobre esse tema, uma das coordenadoras da Incubadora de Kassel, retoma o processo formativo vivenciado pela incubadora, reconhecendo nele, os intercâmbios de experiência como um espaço formativo importante e pontuando os dilemas que a Incubadora convive:

No momento, o processo de formação dos sócios acontece principalmente no grupo de trabalho. Inicialmente, nós aprendemos muito através das visitas que fizemos aos empreendimentos na Itália. Porém, a maioria dos sócios da Incubadora tem outros trabalhos ou ainda são estudantes. O processo de formação corre muito devagar porque nós não nos encontramos muito. (STENZEL, 2008)

Isto posto, reconhecemos que as dificuldades realmente existem. Porém, a formação interna dos membros da Incubadora não pode ser sacrificada em prol das atividades externas. Ela precisa ter seu espaço garantido, programado, planejado e este planejamento tem que considerar as especificidades de cada local. No caso da Incubadora de Kassel, uma das dificuldades, por exemplo, é que, o recesso da Universidade durante as férias de verão<sup>97</sup> é muito prolongado, ele dura três meses (julho – outubro) e muitos participantes são estudantes, alguns deles são de outras regiões e retornam para suas casas. Além disso, a cultura alemã valoriza muito o período de verão. Muita gente viaja com suas famílias, sendo realmente difícil realizar muitas atividades nessa época. Este traço cultural tem que ser considerado, No Brasil, também tem seus limites nesse campo. As festas populares têm espaço garantido na cultura do povo. Determinados eventos, se não considerar devidamente esses momentos, estão fadados ao fracasso. No nordeste, de forma especial, na Paraíba, as festas juninas<sup>98</sup> são contempladas pelas organizações e movimentos sociais em toda programação que se faça no mês de junho.

---

<sup>97</sup> Há também no calendário escolar, as férias de inverno (seis semanas), férias de outono (duas semanas), férias de páscoa (uma semana). Tudo é devidamente programado oficialmente. Cada estado tem seu calendário próprio, contido na autonomia dos estados federativos.

<sup>98</sup> As “festas juninas” são festas populares com comidas e danças típicas, em homenagem a Santo Antonio (12), São João (24) e São Pedro (29). As festividades duram todo o mês de junho com várias atividades em diversas cidades.

A economia solidária deve respeitar os diferentes modos e costumes dos grupos e populações envolvidas. A isto tem que ser dada a devida importância. Os membros da incubadoras são pessoas inseridas nos seus espaços históricos culturais e a subjetividade desses atores estão presentes nos espaços coletivos. Afirmamos com isso, que a autoformação dos membros da Incubadora deve estar contida como tarefa permanente, seja garantindo momentos pontuais (formação programada), seja durante os momentos de formação na ação. No caso da Incubadora de Kassel, há uma peculiaridade: Alguns de seus membros realizam ou já realizaram experiências em países de diferentes continentes – Ásia, África, América Latina e em outros países da Europa. Isto confere uma riqueza no processo formativo, porque introduz elementos culturais distintos que potencializados abrem novas perspectivas.

No Brasil, as incubadoras universitárias de economia solidária já nasceram realizando incubação de empreendimentos solidários, implantando projetos sociais e econômicos. Também por conta disso, alguns passos já foram dados, como por exemplo, a criação de fundos e programas especiais para implantação de incubadoras universitárias – como é o caso do PRONINC – é um aporte que faz a diferença. Mesmo com toda ambiguidade dos projetos e programas, estes apoios quando efetivados melhoram a qualidade dos serviços oferecidos pelas Incubadoras porque esta garante o deslocamento de seus técnicos às comunidades, recursos para pesquisa, pagamentos de bolsas para estagiários, etc.

d) A mística e a subjetividade nos espaços da Incubadora:

A mística é um elemento incondicional nos processos formativos, ela deve estar presente não apenas nas ações externas das Incubadoras. É preciso introduzi-las nas atividades



Foto 17: IV Plenária de Economia Solidária - Brasília/2008  
Fonte: Arquivo da Autora

internas que as Incubadoras realizam. A mística como instrumento de libertação, compreende o humano no seu todo, é ela que dá a liga entre a ação concreta e a representação simbólica que esta possui para quem a está realizando. A subjetividade se reveste de concretude nas ações implementadas, o processo que faz

emergir este fenômeno é a mística. Ela está presente nas formas mais radicais da atitude humana. Superar as correntes que aprisionam a subjetividade, o sentimento, o desejo e sonhos das pessoas às amarras da razão, do sentimentalismo e do coletivismo é um desafio urgente. MORIN (2002) afirma que é preciso considerar o *risco do erro e da ilusão*, presentes em todo

conhecimento porque nenhuma teoria científica está imune à falha. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais, com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. O desenvolvimento da inteligência é inseparável da afetividade, isto é, da curiosidade, da paixão que são a mola da pesquisa filosófica e científica. A afetividade pode asfixiar o conhecimento, mas pode também fortalecê-lo.

Por esta razão, uma das questões que orientou esta pesquisa e que se fez presente nas entrevistas realizadas, diz respeito às motivações que levam as pessoas a participar de uma Incubadora, a atuar na economia solidária. Uma das principais motivações vai na direção apontada por uma das entrevistadas. O que a motiva a participar da Incubadora de Kassel é a convicção de que “um outro caminho do desenvolvimento num nível global só vai funcionar através um outro tipo de economia.[...] a autogestão é o nível máximo possível do ser humano se realizar e se desenvolver como humano mesmo e na convivência dentro da sociedade”. (BAYER. 2008)<sup>99</sup>.

Quando observamos as ações das Incubadoras tanto de Kassel quanto a da Paraíba, verificamos que de alguma forma os aspectos subjetivos estão presentes. Se destacarmos o mapeamento, verificamos que estes estavam presentes quando se perguntava quais as motivações que levaram as pessoas a criar os empreendimentos solidários, a aderir à economia solidária, a se empenhar numa Incubadora é apenas o primeiro passo. É necessário garantir momentos para que isso seja vivenciado nos grupos e nas Incubadoras.

Percebemos que os momentos de místicas são considerados principalmente quando se trata de eventos externos promovidos pelas incubadoras. É como se os participantes da Incubadora não precisassem mais desses espaços, como se isto fosse um conhecimento já adquirido, portanto, não mais necessário. Isso é um equívoco, mística é antes de tudo vivência, favorecer espaços onde se pode conhecer melhor as companheiras e companheiros de trabalho, fortalece os laços internos, ajuda a compreender determinados comportamentos e com isso tratar melhor os conflitos.

Na ciência moderna não há espaço para o subjetivo e sendo o campo universitário o lugar privilegiado dos cientistas, as Incubadoras Universitárias muitas vezes têm mais dificuldades se comparadas à outras organizações, o que é compreensível já que não faz parte da prática cotidiana desses setores. Porém, é preciso ser ousado e introduzir, de acordo com o perfil do grupo, os momentos de mística. À primeira vista, pode soar como uma música fora do tom, porém a experiência tem mostrado que isso é possível.

---

<sup>99</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

Não é necessário que os momentos de mística sejam algo formalizados, que entrem na pauta do dia, o importante é que ela esteja presente. Isto pode acontecer de várias formas. Nesse sentido, uma alternativa que a Incubadora de Kassel encontrou foi iniciar as reuniões perguntando quem tem notícia boa para partilhar. Esta é uma forma simples e positiva de começar uma reunião. As pessoas



partilham informes que consideram importantes, não necessariamente ligados ao tema da Incubadora. Outra forma é sair, às vezes, dos espaços da Universidade para reuniões. A Incubadora de Kassel realizou muitas reuniões nas casas dos seus membros. A prática era cozinhar juntos e comer juntos, isso favorecia a criação de um ambiente mais aconchegante, mais descontraído. São possibilidades que não precisam necessariamente de pauta específica.

É possível, ainda, utilizar as técnicas dos jogos cooperativos que são uma ferramentas interessantes tanto para os empreendimentos solidários, como para a própria Incubadora. Podem ser usados em vários momentos, uma boa oportunidade é na acolhida dos novos membros, dos estagiários, etc.

O que queremos dizer com isso, é que se a mística for algo importante para o grupo ela flui de diversas formas, porém ela precisa ser re-alimentada e vivenciada. A subjetividade é inerente ao ser humano e a economia solidária, que deseja construir um outro processo de desenvolvimento, deve incorporá-la nos seu processo construtivo.

## PROCESSOS DE INCUBAÇÃO IMPLEMENTADOS PELAS UNIVERSIDADES – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nos processos de incubação da economia solidária, há desafios estão postos no que se refere à metodologia. Precisamos conjuntamente buscar algumas saídas na tentativa de qualificar nossa intervenção na realidade, de forma que não nos afastemos de nosso horizonte estratégico, que é, contribuir para a construção de outro projeto societário. Por isso, é importante saber qual a visão dos participantes da economia solidária sobre a metodologia implementada e por que ela é importante. Segundo afirma a pessoa diretamente responsável pelos processos de incubação de empreendimentos na Incubadora de Kassel a “incubação é o conjunto de assessoria tecnológica e social [...]. O ser humano perdeu, dentro do mundo

capitalista, a capacidade da cooperação entre parceiros. Aprender isto novamente é voltar às raízes do ser humano e assim, ao poder da mudança. (BAYER, 2008).<sup>100</sup>

Nesta análise, procuramos entender os processos realizados pelas duas incubadoras universitárias buscando destacar alguns elementos, ao nosso olhar, relevantes para o aperfeiçoamento da metodologia de incubação dos empreendimentos solidários que parte do campo universitário.

No caso da Incubadora de Kassel (conforme destacado no capítulo anterior), o processo de incubação só iniciou depois que foi aprovado o financiamento com o Ministério de Economia do Estado de Hessen. No projeto estava previsto – além do mapeamento – a incubação de empreendimentos solidários, sendo que estes empreendimentos deveriam contemplar estudantes universitários criando, assim, alternativas de empregos para os futuros profissionais. Este condicionamento na prática não ocorreu, visto que, as relações ainda estão em fase muito preliminar, no processo de sensibilização, de aproximação da Incubadora com os grupos e comunidades. Porém, se tivesse sido implementado poderia constituir em um grave impedimento para a economia solidária no que tange à questão da autogestão. Aqui não entraremos no mérito de ser a Universidade de Kassel e não a Incubadora, a proponente do projeto, porque entendemos que este é um elemento apenas formal. A incubação de empreendimentos solidários é uma ação da Incubadora contemplada em um projeto de financiamento na qual a proponente jurídica é outra.

Nesse sentido, o fato de a Incubadora de Kassel condicionar sua assessoria influenciando na composição do empreendimento poderia se constituir como uma interferência no processo de autonomia do grupo. Quem deve decidir a entrada e a participação de seus membros no empreendimento é o próprio grupo. À Incubadora cabe ajudar no processo de formação, de gestão, na resolução de conflitos, apresentando elementos para que os grupos tomem suas próprias decisões. Evidentemente, em todo o processo de incubação, os entes participantes devem afirmar com clareza, suas condições, metodologia, objetivos etc. Nas incubadoras (não apenas universitárias) de economia solidária no Brasil, há um consenso no que se refere a alguns temas que compõem os conteúdos formativos nos processos de incubação. Tanto as incubadoras como os grupos apresentam seus interesses, alguns deles (economia solidária, autogestão, entre outros) fazem parte do bloco apresentado pela Universidade que são acrescidos pelos interesses e necessidades de cada grupo incubado. Obviamente que existe flexibilidade, até porque cada processo de incubação é único, tudo vai

---

<sup>100</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

depende do diálogo estabelecido entre as partes. O que é fundamental é respeitar a autonomia do grupo.

O processo de incubação iniciado pela Incubadora de Kassel foi realizado através de reuniões, visitas, seminários com algumas empresas já formadas e com pessoas que, na sua maioria, já possuíam sua fonte de renda principal e desejavam iniciar um empreendimento solidário e sustentável. Kristina Bayer, ao analisar a experiência desenvolvida pela Incubadora, afirma que os principais problemas enfrentados no processo de incubação desses empreendimentos é a falta de clareza e de concepção quanto ao desenvolvimento desejado para a região, advindo do conflito entre o modelo de desenvolvimento hegemônico e o desenvolvimento sustentável e solidário. Destaca ainda como dificuldades:

Família como modelo social dominante, preconceitos ou falta de experiência diante de modelos supra-familiares de cooperação. Grande necessidade de autonomia que muitas vezes é maior do que a necessidade de cooperação. Em geral problemas da "região subdesenvolvida" que também tem como problema uma certa falha de consciência do valor próprio. (BAYER, 2008)<sup>101</sup>.

Assim, os desafios no campo das metodologias de incubação da economia solidária são complexos. Cada realidade, cada grupo apresenta suas próprias potencialidades e dificuldades. Por isso, é preciso ser ao mesmo tempo, humilde e ousado. Humilde no sentido de saber que não temos todas as respostas para as perguntas que a realidade apresenta. Todavia, esta constatação não pode nos levar ao imobilismo, temos que ser ousados, fazer acontecer, aprender juntos, indagar, conhecer. Uma questão sempre presente nos processos de incubação é a escolha de que projeto as Incubadoras devem ou não participar. Uma das questões que se deve levar em consideração é saber de quem foi a idéia da criação do empreendimento, se ela é fruto de um processo participativo ou é um sonho de uma pessoa. As incubadoras de economia solidária precisam estar atentas às demandas que apresentadas e não podem sucumbir à tentação de elaboração de projetos interessantes, mas que não se constituem como interesse coletivo, mesmo que seja de um pequeno agrupamento. O projeto precisa ser de interesse de todas as pessoas diretamente envolvidas.

A incubação na economia solidária apresenta determinadas dificuldades que muitas vezes não estão muito evidentes, são sutis e só tendo clareza metodológica é que elas podem ser identificadas. Um projeto que merece destaque foi apresentado à Incubadora de Kassel, por um grupo de jovens, alguns ainda estudantes universitários. Este projeto visa à confecção

---

<sup>101</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

de roupas ecológicas para a demanda juvenil. O projeto parte da constatação de que não há no mercado, produtos que contemplem toda a cadeia produtiva ecológica e solidária. A idéia é tecer um fio desde os produtores e criadores ecológicos, passando pela produção da lã e linho, considerando o processo de beneficiamento da produção com a criação de empreendimentos solidários de confecção e chegando até a comercialização desses produtos. Com isso, o projeto fecha o ciclo da cadeia produtiva na economia solidária. O projeto é constituído por uma equipe muito preparada tecnicamente e empenhada na economia solidária. O grupo fez uma pesquisa de mercado, onde constatou a demanda existente, houve contatos com agricultores que se interessaram pelo projeto e estão se dispondo a cultivar parte de suas terras para um plano piloto do projeto. Já foi também confeccionado vários materiais de divulgação (folders, cartazes, etc.). O grupo está procurando apoio para realização do projeto. Se o grupo conseguir financiamento adequado poderá se tornar uma importante referência de economia solidária na Alemanha.

No caso dos processos de incubação realizados pela Incubadora da Universidade Federal da Paraíba, por ser uma ação desenvolvida há mais tempo do que a Incubadora de Kassel, procuramos conhecer como essa metodologia é implementada e de que forma ela interfere nos processos de mudanças sociais e se é capaz de influenciar ou não o empoderamento e autonomia dos empreendedores solidários. Para isso, consideramos a compreensão que têm os membros da Incubadora sobre incubação, como ela é compreendida pelos seus parceiros e o que pensa os grupos acompanhados pela Incubadora.

Nesse sentido, afirma um dos membros da Incubadora responsável pelo acompanhamento de um grupo de mulheres costureiras na Comunidade da Beira da Linha (periferia de João Pessoa), trabalho realizado em parceria com a Rede REMAR “o que nós fazemos são outros processos, nós não estamos fechando feridas no capitalismo, estamos mostrando que há outros caminhos [...] então, seguindo essa metodologia da Incubadora da economia solidária eu posso ajudar a construir algo diferente, uma pequena coisa com esse grupo” (ROSENDO, 2007)<sup>102</sup>. Se observarmos bem esse depoimento, verificamos que ele contém dois elementos de fundamental importância para a economia solidária: a clareza tanto nos objetivos como também na estratégia de implementação. O fato de realizar “uma pequena coisa com esse grupo” demonstra que é possível começar um processo com as condições que se possuem, mesmo sendo com um grupo de mulheres extremamente pobres é possível “construir algo diferente”.

---

<sup>102</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

A metodologia de incubação é vista pelas entidades parceiras da INCUBES como um instrumento de mudança social. Perguntadas sobre como se daria esse processo, se era possível identificar algum elemento de mudança dentro da Instituição a partir da parceria firmada com a INCUBES, a coordenadora executiva da Amazona, Viviane Macedo e a assessora técnica Dôra Delfino, assim descrevem:

Esta é a primeira vez que a gente trabalha com economia solidária, quando nós formulamos a proposta do projeto, com a pouca leitura que nós tínhamos, fomos dialogar com a INCUBES. A gente viu que até a forma de encaminhar projeto estava errada. Nós fizemos um projeto de três anos para entidade de cooperação internacional e colocamos que iríamos formar três cooperativas e pelas características das comunidades que a gente já conhece, dizíamos até de que seria a produção. Quando a gente sentou com a INCUBES, eles nos disseram que não era possível definir tudo no começo e só no processo de incubação era que a gente iria descobrir. Isso foi um grande aprendizado[...]. Eles foram realmente parceiros, no sentido de repassar material para nós, de sentar conosco para elaborar novas propostas. O projeto foi todo modificado, agora a gente já aprendeu. Eles são muito abertos para essa questão da construção coletiva e eu poderia dizer que a gente começou do zero, a gente não sabia muitas questões técnicas e políticas do conteúdo da economia solidária. (MACHADO e DELFINO, 2007)<sup>103</sup>.

Esta Organização Não Governamental (Amazona) que trabalha com jovens em situação de vulnerabilidade social, observa que em relação à metodologia implementada pela Incubadora há alguns limites que precisam ser mais bem considerados:

Um dos problemas da metodologia da universidade é a linguagem. Isso precisa melhorar. É muito técnico, muito professor e aluno, deveria ser outra linguagem porque com grupos de jovens, precisamos de algo mais apropriado, [...] Tem realmente essa questão da fala muito fundamentada, é preciso trazer isso para dentro da realidade deles. É muito forte a questão da formação política, do capitalismo, tivemos que adequar um pouco isso para os jovens porque eles são jovens da periferia com uma defasagem escolar muito grande. Outra dificuldade que eu acredito interfere nessa questão é a estruturação da própria Incubadora. São poucas as pessoas[...] acho que era preciso mais formação para os estagiários e bolsistas porque eles acabam sendo o corpo representante da Incubadora. (MACHADO e DELFINO, 2007).

Porém, mesmo com estas dificuldades, a instituição afirma que o trabalho realizado em parceria com a INCUBES para implantação de empreendimentos solidários tem conseguido influenciar até na relação da Organização com a entidade financiadora de cooperação internacional:

---

<sup>103</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

A nossa entidade parceira de cooperação internacional nos cobra muito, mas agora, ela começa a acreditar nesse trabalho de economia solidária. Isto porque foi visto que as outras entidades que começaram a fazer trabalhos com jovens, muitos deles desistiram e com a economia solidária não. Nós continuamos com nossos grupos. [...] Nós estamos propondo a nossa parceira internacional, para ela convidar as outras entidades com quem eles trabalham e nós, da Amazona, falarmos da nossa experiência com a economia solidária. (MACHADO, 2007).<sup>104</sup>

Em relação ao processo de incubação dos grupos de jovens com os quais a Amazona trabalha, segundo seus dirigentes é possível perceber algumas mudanças:

Nós estamos muito empolgadas com essa questão. O grupo de jovens da Comunidade São Rafael, participou da pré-incubação com a INCUBES e eles começaram a produzir pão. Este grupo de jovens está comercializando junto com a Feira Agroecológica da Universidade. [...] A qualidade que foi feita do trabalho de incubação fez com que os jovens acreditassem, tivessem esperanças no futuro, porque eles são muito pressionados dentro de casa, pela família para gerar renda. [...] nós fizemos um levantamento com o grupo sobre qual a visão que tiveram da formação e descobrimos que o grupo amadureceu muito. Foi muito bom o nível de reflexão, eles conseguiram perceber questões políticas que os outros grupos de jovens ainda não conseguem. [...] A gente descobriu que a economia solidária é uma nova motivação para o mundo juvenil. (MACHADO e DELFINO, 2007)

Fomos também ouvir o que dizem os grupos incubados, saber como eles se organizam e se há ou não alguma identificação, semelhança com a afirmação das entidades fomentadoras. Assim, entrevistamos o grupo de jovens citado pela Amazona sobre como aconteceu o processo de incubação. Ao se referir a esse processo, uma das participantes afirma que:

A gente está produzindo e comercializando há três meses. A formação a gente teve por um ano. Um ano de incubação, toda essa história de associativismo, de cooperativismo feita pela Amazona e pela Incubadora da Universidade Federal da Paraíba [...] a formação mais política quem faz é a Incubadora [...] no início do trabalho, a gente não tinha muita dimensão do que era economia solidária, nunca ouviu falar disso, além do mais, a gente queria logo trabalhar, botar a mão na massa. O grupo começou com 13 jovens, agora só tem nove. [...] foi desgastante, era muita informação a gente não estava acostumado, a gente também fez intercâmbio com outros grupos e começamos. [...] as pessoas que estão aqui é porque querem alguma coisa [...] essa coisa é uma sociedade diferente e um estilo de vida diferente. (SANTOS, 2007).

---

<sup>104</sup> Em julho de 2008, a organização parceira da Amazona realizou um Seminário Internacional na França com seus parceiros e a Amazona veio apresentar sua experiência de economia solidária.

Procuramos saber o que elas entendem por economia solidária, assim se descreve Josiele Veríssio (18 anos), uma das participantes deste grupo:

Eu estou na Amazona há muitos anos, já participei de outros grupos, mas grupo produtivo a primeira vez [...] a diferença de trabalhar no grupo produtivo é que no grupo normal você produz idéias, e o grupo produtivo você faz não só a idéia, você faz a massa e você é dono do que você faz. Economia solidaria e pensar no coletivo, pensar no outro como um todo e não de olhar o outro como uma forma de ganhar dinheiro. O capitalismo só pensa no dinheiro. (VERÍSSIO, 2007)



Sobre a gestão e o processo de decisão do grupo, verificamos que há uma regularidade nas reuniões. Essas acontecem duas vezes por semana. Uma reunião é realizada na sede da Amazona, com a presença da instituição e de outros grupos de jovens, a outra reunião o grupo realiza na própria comunidade. Esta reunião é destinada ao processo organizativo e também de caráter mais operativo. Elas fazem a avaliação e planejamento da semana – o que se produziu, custos e a sobra. Todos trazem propostas e o grupo decide por votação e o que é mais interessante. Eles não têm um coordenador, todos coordenam. Sendo que a pessoa que faz a contabilidade do grupo é definida periodicamente por sorteio. Segundo Vanessa Santos, esta questão foi assim definida “porque a gente acha importante que todos têm que passar por isso, produzir, vender e organizar o caixa”. (SANTOS, 2007). Sobre o cumprimento das regras estabelecidas afirma ainda esta entrevistada que “a partir do momento em que o grupo decide alguma coisa, a pessoa tem que fazer”. (VERÍSSIO, 2007) . Provocadas se isso sempre dá certo, afirmam as jovens que “nem sempre dá certo, porque são pessoas diferentes, mas isso não é problema, porque é nesse momento de crise que o grupo amadurece. Então o grupo começa a falar, a dialogar, a debater. Essa é a hora do crescimento do grupo”. (SANTOS, 2007)

É interessante observar que a formação é valorizada pelo grupo. Isso pode ser visto por exemplo, pelo fato de ele considerar isso nos poucos recursos adquiridos. “nós temos dois caixas: 50% é dividido para os componentes do grupo, a gente divide igualmente e 50% para a compra de matéria-prima e para a formação”. (SANTOS, 2007).

Este grupo utiliza o quintal (jardim) da casa de uma das participantes, onde tem uma estrutura mínima para a fabricação de pães caseiros. Iniciaram a produção sem financiamento

externo, sem apoio de crédito “a gente começou foi cada uma dando R\$3,00, a gente foi juntando [...] a gente não tem muita coisa, temos um fogão emprestado e compramos algumas pequenas coisas, como colheres, bacias etc.”. (SANTOS e VERÍSSIO, 2007).

Sobre o processo de comercialização, o grupo realiza vendas individuais, visita as instituições e tem como lugar fixo a venda junto com outro empreendimento solidário que é a Feira Agroecológica da Várzea Paraibana. Esta feira acontece semanalmente no Campus I da Universidade Federal da Paraíba. A Comunidade onde moram não é muito distante da Universidade (cerca de 3 km), por conta disso, elas podem se deslocar a pé e levam o material em um carro-de-mão. Segundo as representantes do grupo:

O ruim da Feira é porque a gente precisa acordar muito cedo, às três horas da manhã [...], mas é muito bom porque tinha gente que não falava quase nada no grupo, ficava calado, na Feira é o que mais fala! muito interessante descobrir talentos que a gente não sabia que existia dentro do nosso grupo, tem sido muito bom. (SANTOS e VERÍSSIO, 2007).

Neste caso em estudo, é interessante observar que o exercício da solidariedade é um aprendizado que as pessoas levam consigo para outros ambientes. Este grupo afirma que o trabalho realizado no grupo de produção tem ajudado a melhorar o relacionamento desses jovens no convívio familiar. “ tinha pessoas no nosso grupo que não fazia nada dentro de casa, que não ajudava os pais, hoje é diferente. É uma melhoria no individual e no coletivo”

Procuramos saber na opinião do grupo de jovens, se elas percebem alguma mudança na comunidade onde elas moram. Assim afirma a entrevistada:

[...] Tem pessoas que tinham outra visão dos jovens na nossa comunidade. Hoje em dia isso mudou, a gente está dentro da comunidade participando e a visão do grupo produtivo é outra. Muitos adolescente não queriam estudar, agora a gente está sendo exemplo. Lá tem muita gente que usa droga, que rouba e nosso grupo está sendo referência que se pode mudar. (VERÍSSIO, 2007).

Em relação à participação do grupo em outros espaços de articulação, elas informaram que participam da Rede Educadores Populares do Nordeste e que “a gente está querendo se inserir no Fórum de Economia Solidária porque é importante participar desses espaços, quem sabe eles possam nos ajudar também”. (SANTOS, 2007).

Com este caso, é possível perceber que há uma sintonia entre fala dos diferentes atores envolvidos no processo de incubação. Há um fio condutor que identifica a metodologia

nos diversos segmentos, desde a fala dos membros da Incubadora, passando pelo que dizem os parceiros até chegar à construção dos empreendedores solidários. As pessoas são capazes de elaborar dentro de suas condições efetivas, de nomear o que estão fazendo e porque o fazem. No Brasil, é possível identificar várias “juventudes”. A semelhança entre os jovens da elite e os da periferia é o desejo de mudança que nesta fase da vida adquire um significado próprio. Porém esta mudança também está relacionada às condições efetivas de cada “juventude”. Na Comunidade São Rafael, como em outras regiões pobres do Brasil, os jovens precisam, desde cedo, trabalhar para ajudar no sustento da família, no mínimo garantir o seu próprio sustento.

Esse grupo de forma especial, se não tiver um acompanhamento, regular e sistemático por parte das entidades fomentadoras, terá dificuldades efetivas de permanecer no mercado. Tanto pelo tipo de produto que fabricam como pela pouquíssima estrutura que possui.

Com esta afirmação queremos voltar ao tema dos “passos metodológicos” que compõem a metodologia de incubação na economia solidária, apresentados no capítulo 3 desta tese. Destacamos, pois, o terceiro passo que se refere ao processo de acompanhamento no grupo, depois da implantação do projeto, isto é, o período em que o grupo começa a produzir. Observamos que há, de forma geral, uma atenção demasiada por parte de muitas incubadoras (não só universitárias) à fase que antecede a implantação do projeto. Aquela que se constitui pela realização dos cursos, seminários, visitas de intercâmbio e etc. Parece que o fato de formalizar o empreendimento, seja em cooperativa, associação ou outra forma jurídica, adquire o significado de que o grupo conseguiu cumprir sua meta. A realidade nos mostra que não é bem assim. Não há dúvida de que chegar a esse estágio pode significar que muitas barreiras já foram vencidas. Por outro lado, ela pode escamotear determinadas exigências que são externas aos grupos. Por exemplo, é sabido o quanto é importante para determinadas instituições apresentar a quantidade de cooperativas por ela incubada.

As estatísticas apresentadas muitas vezes são consideradas por determinadas agências como indicador de resultado positivo e isso tem ressonância nos acordos e financiamentos que as incubadoras realizam. Com isso, há uma “corrida” para se cumprir a meta e iniciar uma outra incubação, visto que, será mais uma cooperativa a ser criada. Aqui, não fazemos nenhum juízo de valor, apenas chamamos à atenção para o fato de que é preciso considerar com muita cuidado o momento da formalização do empreendimento. Há situações em que é melhor o grupo iniciar a produção informalmente – no Brasil, em alguns casos, isso é possível – e só quando o grupo se sentir seguro (organizativo e financeiramente) formalizar

o empreendimento. Isto evita inclusive que o grupo adquira dívidas desnecessárias, porque no fundo, são os cooperados – e não as organizações – que arcam com essas despesas. Não são poucos os casos de trabalhadores que estão impossibilitados de receber créditos porque se envolveram em cooperativas que não deram certo. Um dos resultados prováveis é que o cooperado acabe adquirindo dívidas com a receita federal, sendo com isso é penalizado.

Entendemos que fase a assessoria no momento em que o grupo começa a produzir se constitui como uma fase própria com características muito peculiares. É uma fase bastante demorada, muitas vezes complicada e, mesmo que o grupo tenha passado por um longo processo de preparação (como foi o caso da Panificadora da Comunidade São Rafael), nada garante que o grupo consiga pôr em prática os conhecimentos adquiridos. Aqui se dá mais precisamente o que chamamos na educação popular de “formação na ação”. Durante o processo de produção, do enfrentamento direto com os desafios do mercado, do processo produtivo, dos conflitos nas relações estes elementos adquirem novos significados. Muitos deles só aparecem só no processo de produção. Sobre isso, afirma um dos membros da INCUBES, Edinaldo Rosendo:

No início nós ainda pensávamos toda aquela coisa das etapas da pré-incubação, incubação e desencubação. Eu ficava muito preocupado com essa questão porque a gente trabalhava com os grupos como se tivéssemos um modelo: primeiro tinha que cumprir uma etapa, depois da outra. No fazer do dia-a-dia você vai percebendo que não existe essa coisa [...] não adianta muito dizer na pré-incubação que o grupo vai aprender a fazer o projeto, tem que aprender fazer a ata, estatuto e etc. [...] O que eu estou dizendo é que é necessário ficar atento às necessidades dos grupos. Por exemplo, este grupo que eu acompanho passou por um momento que precisava tirar nota fiscal, então fomos fazer uma discussão sobre o que é, qual a importância de tirar nota fiscal. A formação tem que estar atrelada às necessidades dos grupos. Estas duas coisas têm que andar juntas. (ROSENDO)<sup>105</sup>.

Na maioria das vezes, os processos formativos, nesta fase, adquirem novos desafios. Um deles é o fato do grupo, na ânsia de produzir, acaba não priorizando os momentos mais pontuais de formação. O caso da Panificadora da Comunidade São Rafael que incluiu a formação como uma prioridade, reservando recursos para este fim, não é algo muito comum na realidade dos empreendimentos. Sair da produção para participar de momentos de formação nem sempre é muito simples. E não é porque os trabalhadores se desinteressam pela formação. Muitas vezes, as exigências da produção, dos acordos firmados com os clientes se configuram como uma questão real. Este é sem dúvida, um elemento que contribui para o

afastamento dos empreendimentos solidários de seus propósitos iniciais. A luta pela sobrevivência econômica do empreendimento pode sucumbir os objetivos políticos organizativos. Por conta disso, as incubadoras precisam ficar atentas e “gastar tempo” nesta fase da incubação.

Portanto, alguns desafios na economia solidária são específicos dos processos de incubação. Um primeiro desafio diz respeito à própria essência da incubação. É o zelo constante pelo conteúdo político da formação, pelo seu caráter emancipador. Isto deve estar claro, para não nos perdermos nas diversas armadilhas do processo formativo, principalmente no que se refere à formação na ação dos empreendimentos. Outro desafio é fazer a ponte das demandas cotidianas dos grupos incubados com o horizonte estratégico do projeto societário. Um dos exemplos nesse campo é a dificuldade enfrentada por muitos grupos na capacitação para o empreendedorismo. Os empreendimentos precisam ter viabilidade econômica para se manter. Muitas incubadoras têm uma tendência de supervalorizar o projeto estratégico e minimizar a renda. No caso do Brasil, o empreendimento que não consegue dar algum tipo de retorno econômico, está fadado ao fechamento.

O terceiro desafio é a construção de *indicadores da economia solidária* que possam demonstrar se o caminho que estamos percorrendo está indo na direção estratégica que queremos. Não podemos recorrer aos indicadores criados e postos pelo capitalismo porque a lógica da economia solidária é complementemente outra. É urgente favorecer os processos de avaliação e sistematização das experiências como forma de adquirirmos conhecimento. É preciso saber o que aprendeu os empreendedores, as incubadoras, os parceiros nos processos formativos implementados. Assim, vamos juntos construindo a economia solidária em outros parâmetros.

As práticas educativas nos processos de incubação da economia solidária buscam fortalecer um movimento que privilegie um projeto econômico-social no qual seja valorizado o ser humano e não o capital, e ao mesmo tempo, denunciar a lógica capitalista que condiciona as pessoas à mera condição de compradores e vendedores de força de trabalho. Por isso, a metodologia implementada em um processo organizativo de um empreendimento solidário é uma condição para que estes empreendimentos não se desliguem dos princípios da solidariedade e da cooperação nos processos econômicos.

---

<sup>105</sup> Entrevista concedida para esta pesquisa.

## CONCLUSÕES

Ao concluir o processo de sistematização referente à pesquisa realizada, retomo aqui a minha motivação pessoal porque nela está contida a energia e o esforço na busca de novos caminhos e novas respostas para perguntas inerentes aos processos de mudanças sociais. A maior motivação consistiu em conhecer a economia solidária na contemporaneidade, no seu formato atual, identificando os desafios dos processos formativos que a compõem. Partiu-se do pressuposto no qual, para uma pesquisa que procura entender as causas dos fenômenos sociais, o caminho mais apropriado é a metodologia dialética. Portanto, não havia outra alternativa senão buscar nos processos históricos, na realidade empírica e na literatura disponível, as respostas para as perguntas apresentadas.

Nesta pesquisa, dedicada ao estudo dos processos de incubação na economia solidária, procurou-se descobrir se as metodologias de incubação implementadas pelas Universidades seriam capazes de promover uma outra forma de desenvolvimento que denominamos de sustentável e solidário. Nesse sentido, esta pesquisa, considerando os objetivos aqui expostos e a forma pela qual foi realizada, permite apontar as seguintes afirmações:

1. A economia solidária expressa um novo movimento social emancipatório:

O estudo realizado sobre a economia solidária no Brasil e na Alemanha, buscando apreender suas características e significados, permitiu retomar e ampliar os contatos com vasta literatura de autores que estão contribuindo para essa compreensão do recente fenômeno de expansão da economia solidária. Além dos estudos bibliográficos, as observações empíricas realizadas durante esta pesquisa permitem afirmar que na contemporaneidade, a economia solidária expressa um novo movimento social emancipatório. Historicamente, ele vem no rastro da luta operária contra o capitalismo no século XIX, mas toma outro formato na atualidade.

Cada vez mais, a economia solidária faz parte das estratégias dos setores sociais, organizados ou não em outros espaços e movimentos sociais, com capacidade de se alargar, de disputar e construir uma hegemonia social. Pelo atual estágio do capitalismo e pelas suas características, a economia solidária apresenta uma mobilidade suficiente que lhe permite penetrar em todos os campos – sociais, políticos e econômicos. Amplia-se o número de pessoas e de diversos setores organizados da sociedade que aderem a essa mobilização por

outra economia com base na cooperação, na autogestão e na solidariedade. No Brasil, é possível verificar essa adesão entre o movimento sindical (rural e urbano), movimentos culturais (sobretudo de afrodescendentes e de outras comunidades tradicionais), organizações ambientalistas, movimentos de luta pela terra e fortalecimento da agricultura familiar, movimentos populares urbanos, de moradia, de saúde, pastorais populares etc. Ao mesmo tempo, pessoas e grupos informais, até pouco tempo ainda não articuladas nesses espaços de mobilização e luta por direitos de cidadania, também encontram nos fóruns e redes de economia solidária espaços para expressão coletiva de suas reivindicações e de construção de plataformas de luta.

Na Alemanha, a economia solidária ressurge como novo movimento social que vai buscar no que foi o movimento alternativo da década de 1980 seu caráter emancipador, mas o faz incorporando novos elementos presentes na contemporaneidade. Podemos dizer que novo movimento de economia solidária na Alemanha traz uma característica especial que é o diálogo estabelecido com experiências de economia solidária de outros países e continentes. A presença das diversas organizações e movimentos sociais internacionalistas favorece a abertura para o relacionamento com diferentes culturas. O fortalecimento da tolerância cultural é um dos grandes desafios da atualidade e pode ser um importante aporte que o movimento de economia solidária traz tanto para o seu processo de organização interna como também, para os processos de mudança social na Alemanha. As relações estabelecidas nesse campo, começam a influenciar os movimentos sociais internacionalistas nas suas intervenções internas no país. É o caso do ATTAC, que introduziu a economia solidária como eixo estratégico de suas ações dentro da Alemanha. Da mesma forma, as Universidades começam a realizar parcerias com Incubadoras Universitárias no Brasil e com outras Universidades na América Latina. Assim também os empreendimentos solidários se articulam diretamente com outros empreendimentos de diferentes países. A economia solidária na Alemanha vem galgando espaço em vários setores da sociedade civil com fortes indícios de ampliação social.

## 2. A ecologia é um elemento central na implantação da economia solidária:

Esta pesquisa possibilitou identificar a centralidade da ecologia na construção e recente expansão da economia solidária. Por se preocupar com as inter-relações que se estabelecem entre os habitantes de um sistema ecológico, numa perspectiva sistêmica, a ecologia nos permite compreender o uso dos recursos naturais numa outra perspectiva. Isto implica na reflexão do sistema ecológico como um todo, considerando energia, solos, água,

atmosfera, flora e a fauna nos processos de desenvolvimento. É preciso pois, sair do paradigma capitalista que mercantiliza a natureza e que a limita à condição de insumo, de matéria prima, um capital que pode gerar mais capital.

A dimensão ecológica ocupa, cada vez mais, lugar de destaque nos debates e reflexões sobre o trabalho emancipado ao explicitar as novas formas de relação com a natureza mediadas pelas tecnologias. Sob a ótica da economia solidária, o caráter emancipatório do trabalho exige a expansão da solidariedade, para além da ajuda mútua entre as trabalhadoras e trabalhadores dos empreendimentos. Exige pactuar com os demais seres da natureza a necessidade de preservação e renovação das condições de vida. Esse aprendizado de uma relação de pertencimento à natureza é possível, sobretudo com as comunidades e povos tradicionais que realizam uma *oikonomia* em harmonia com o meio ambiente.

A dimensão ecológica, é na atualidade, de forma especial, um elemento que define o tipo de desenvolvimento que queremos. Interfere diretamente na produção tecnológica e revela a forma que a sociedade, por meio do trabalho e das outras dimensões constitutivas da vida, se relaciona com a natureza.

De forma especial, no caso do Brasil, deve ter um destaque mais acentuado nos processos formativos, visto que as dificuldades nesse campo – já apresentadas no último capítulo desta tese de doutoramento – são mais contundentes. Devemos urgentemente modificar nossas estratégias, sob pena de, se não considerarmos esse elemento, correr o risco de nos perdermos no caminho e não chegar ao desenvolvimento sustentável e solidário que almejamos. Por isso, esse tema precisa estar fortemente presente nos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários.

### 3. Economia solidária é capaz de se efetivar em diversas culturas:

A pesquisa realizada demonstrou que a economia solidária não é uma alternativa apenas para os empobrecidos do interior da Paraíba para aquelas e aqueles que não tiveram acesso ao mercado de trabalho ou os que foram expulsos de suas terras, ela é possível também de se efetivar em diferentes realidades, culturas distintas, com pessoas de níveis econômicos diferentes. O caso aqui estudado, situando países diferentes, em continentes distantes, com culturas, línguas e costumes completamente distintos, possibilitou identificar similaridades contidas na estrutura da economia solidária, no complexo que lhe corporifica, que lhe dá significado, aproximando o distante, o diferente, unindo na diversidade.

Observamos nos casos estudados que a necessidade de geração de renda, nos empreendimentos solidários, talvez não seja o elemento unificador, que dá identidade ao movimento contemporâneo de economia solidária. A geração de renda tem significados diferentes a depender do espaço, das condições históricas e econômicas de seus participantes. Isto de forma alguma quer dizer que ela não seja importante, ela se constitui, sim, como característica dos empreendimentos econômicos solidários, porém tem um peso bastante diferenciado numa situação na qual já se tem a sobrevivência garantida (como é o caso da sociedade alemã); para as situações em que a geração de renda é condição para a sobrevivência das pessoas envolvidas, como é o caso de muitos empreendimentos solidários no Brasil e certamente em outras partes do mundo.

Desconfiamos que o elemento que tem a maior capacidade de unificar, de aglutinar o movimento de economia solidária seja exatamente a centralidade da questão ecológica. Pelas evidências que o desenvolvimento capitalista apresenta, seja na mudança climática, seja no processo de marginalização da maioria das pessoas. Este pode ser o mote, que mobilizaria as pessoas em diferentes países, com culturas e condições sociais diferentes para a economia solidária. Ao propor um desenvolvimento solidário e sustentável considerando outra forma de se relacionar com a natureza, a economia solidária pode criar a hegemonia necessária para os processos de mudança social nas diferentes sociedades, ampliando e questionando com isso, o modelo de desenvolvimento hegemônico pelo capital. A particularidade da ecologia na centralidade da economia solidária é um elemento que deve ser mais aprofundado em pesquisas futuras, visto que esta, não foi capaz de absorver a sua amplitude. Ela é um resultado que aparece durante a verificação das hipóteses nesta tese de doutoramento.

4. A metodologia de incubação implementada pelas universidades favorece o afloramento da economia solidária:

Ao analisar a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba e a Incubadora de Kassel, é possível afirmar que as metodologias de incubação da economia solidária, implementadas pelas universidades, por terem um caráter aberto e participativo, por considerarem os condicionamentos históricos de forma a acolher as diferentes culturas, fazem-nas portadoras de mudanças sociais. A forma como a Incubadora de Kassel foi criada e como esta desenvolve suas ações aponta para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos sociais. A Incubadora tem desde o princípio, primado pelo processo de construção coletiva. Ela foi construindo-se no diálogo com outros atores sociais na região do

norte de Hessen, seja realizando atividades em parcerias locais, seja articulando-se em nível nacional, como foi o caso do congresso de economia solidária ou seja ainda fomentando o debate da economia solidária e a importância da incubação voltada para este fim, por meio de seminários, palestras, trazendo convidados e experiências de outros países etc.

Da mesma forma, é possível afirmar que os processos de incubação realizado pela INCUBES possibilitam a autonomia dos parceiros ao mesmo tempo em que favorecem o protagonismo dos empreendedores solidários. Isto pode ser comprovado quando analisamos os depoimentos – citados, especialmente, no terceiro capítulo desta tese – dos vários parceiros da INCUBES, dos empreendimentos incubados e dos próprios participantes da Incubadora. Os parceiros reconhecem os aspectos da metodologia usada pela Incubadora, sabem nomeá-los têm apropriação de seus conteúdos, sabem dos seus limites, conseguem fazer a crítica e apontar resultados.

Essa constatação vem confirmar a tese central desta pesquisa, isto é, de que os processos de incubação são determinantes para a consolidação da economia solidária. Verificamos que os diferentes atores, em lugares e situações distintas, utilizando esta metodologia podem implementar processos de mudanças sociais, promover o desenvolvimento local e regional sustentável e solidário, de modo a garantir a autonomia dos atores envolvidos.

Por fim, é possível afirmar que as metodologias de incubação, fica evidente o potencial de transformação social contido no princípio fundante da educação popular freiriana, que favorece a educação para a liberdade. É uma metodologia aberta, disposta a acolher o novo, que permite transitar com liberdade em todos os círculos, aglutinando mobilizando, construindo novos saberes, se modificando-se na medida que entra em diálogo com o outro.

Ao mesmo tempo, esta pesquisa identifica a economia solidária na contemporaneidade como depositária de um significativo potencial de mudança social, resultado dos processos históricos, do trabalho que caracteriza a ação humana e da mobilização de segmentos sociais na busca pela liberdade, pela justiça social e pela cidadania plena.

A economia solidária como um novo movimento social na busca da emancipação humana, é um fenômeno social que se apresenta neste início do terceiro milênio como uma possibilidade para a humanidade sair dos entraves impostos pelo modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo, porém nada garante que ela seja efetivada, que seja a opção da sociedade atual. Intervir na realidade criando as condições para um desenvolvimento

sustentável e solidário impõe muitos e novos desafios, coloca todos na condição de eterno aprendizes, por isso, novas investigações que devem ser conduzidas, possibilitando uma intervenção cada vez mais qualificada e conseqüente, só assim, seremos artífices de um novo processo civilizatório.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. LEROY, Jean-Pierre. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática**. Rio de Janeiro: FASE. 1999

ALTAVILLA, Jayme. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Companhia. Melhoramentos de São Paulo, 1925.

ALVES, Rosângela. Agro-ökologischer Markt der Várzea Paraibana Bildungspraxis für Solidarische Ökonomie. In: MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita; NITSCH, Wolfgang (Org.). **Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie**. Kassel: Kassel University Press. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3ª ed., São Paulo: Moderna, 2006.

ASSMANN, Hugo. SUNG, Jung Mo. **Competência e Sensibilidade Solidária: Educar para a esperança**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

BERNARDI, Jacqueline da Silva. **Economia Solidária - A autogestão como um dos caminhos para a democratização de empreendimentos solidários: estudo de caso Brasil e Alemanha**. 2007 Tese (Doutorado em sociologia) – Centro de Ciências Sociais, Universidade de Kassel, Kassel.

BERTUCCI, Ademar; SILVA, Roberto Marinho Alves. (Org.). **20 Anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs a EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. Desenvolvendo a Solidariedade no caminho da transição: um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 33., Rio Grande do Norte: Natal. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/encontro\\_2005.htm](http://www.anpec.org.br/encontro_2005.htm). Acesso em 18.07.2006.

BOMTEMPO, Denise. SILVA, Maria Ozanira da. **Serviço Social, Pós-graduação e Produção do Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2005.

BRASIL: Comunidades dos Quilombos. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Lex:** legislação federal.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Economia Solidária. Decreto nº 10.683, de 28 de maio de 2003. **Lex:** legislação federal.

\_\_\_\_\_. Fundo de Amparo ao Trabalhador. Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. **Lex:** legislação federal.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília, 2003

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema de Informações da Economia Solidária**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária**. Disponível em <http://www.mte.gov.br> Acesso em 24.07.07.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Formação para uma Economia Solidária: Balanço das Ações da Senaes - 2003 a 2007**. Brasília: 2008. (mimeografado).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Universidade Para Todos**. Disponível em: <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm> Acesso em: 28.05.2008

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/> Acesso: 28.05.2008

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desenvolvimento Territorial. Brasília. 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **AGENDA 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em 13.06.2007.

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia. **Matriz Energética do Brasil**. Disponível em: [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br). Acesso em: 26.08.08

\_\_\_\_\_. Sistema Único de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Lex**: legislação federal.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos Cooperativos: Se o importante é competir, o fundamental é cooperar**. 7 ed., Santos: RE-Novada, 2003.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Paulo Freire sua visão de mundo de homem e de sociedade**. Caruaru: FAFICA, 2001.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Movimentos Sociais Urbanos**. 8. ed., Colômbia: Siglo veintiuno editores, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13 ed., São Paulo: Ática, 2006

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 1987. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda\\_21](http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21)  
Acesso em: 13.06.2007

CONSELHO INDIGINISTA MISSIONÁRIO. **Outros 500: construindo uma nova história**. São Paulo. Editora Selesiana. 2001

CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 1., **Carta de João Pessoa. Documento Final**, João Pessoa: 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., Disponível em <http://www.fbes.org.br> Acesso em 12.01.2008.

CONFERENCIA NACIONAL DA ARTICULACAO DE ESQUERDA, 10., Partido dos Trabalhadores e Movimentos Sociais. 2008, (mimeografado)

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: **Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. ABEES n°4. São Paulo: Cortez, 1991.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Editora Abril S.A Cultural e Industrial. 1978.

ENCINA, Francisco. LARRAÍN, Sara. **Seminário Latinoamericano sobre Energías Renovables. Hacia la Conferencia Mundial de Bonn – 2004**. Programa Cono Sur Sustentable. LOM Ediciones. [S.l.] 2004.

ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES. Mais fortes são os poderes do povo: poder local, controle social e desenvolvimento. **Gaveta Aberta**, n. 7. Recife: 2003.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Relatório da III Plenária Nacional**. Brasília: 2003.

\_\_\_\_\_. **II Encontro Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 12.12.07.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Reunião do GT Conselho Nacional de Economia Solidária**. Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em 20.12.07.

\_\_\_\_\_. **Carta ao Presidente Lula**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br> Acesso em: 08.07.07

FREIRE, Paulo. Faudez Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 26 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educação Como Prática da Liberdade**. 30 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança**. 30 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. 35 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. (org.); MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela; SCHIORHET, Walmor. Economia Solidária e Movimentos Sociais. In **Políticas Públicas de Economia Solidária: Por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária de Pernambuco. 2006

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional** Disponível em: <http://www.ecosol.org.br/txtmapeamento1.pdf>. Acesso em: 21.04.08

\_\_\_\_\_. Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>. Acesso em 18.07.2006.

GALLIZA, Diana Soares de. A escravidão na Paraíba. In: **A Paraíba nos 500 anos do Brasil**. Anais no ciclo de Debates do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP. João Pessoa: 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conselhos Gestores e Participação Sócio-política**. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. (trad.) Coutinho, Carlos Nelson. 4. ed., Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1982.

HARTZ-KONZEPT. Disponível em: <http://de.wikipedia.org/wiki/H-Konzept>. Acesso em: 04.09.08

HEIDER, Frank. Selbstverwaltete Betriebe in Deutschland. In ROTH. Roland. RUCHT. Dieter (Hg.). **Die Sozialen Bewegungen in Deutschland seit 1945: Ein Handbuch**. Frankfurt/Main. Campus Verlag GmbH, 2008.

HESS. Wolfgang. Mais im Tank – Hunger in der Dritten Welt? Disponível em <http://www.caritas-international.de> Acesso em: 29.08.08.

HOLZHAUER, Axel. Wassergenossenschaft in Großropperhausen. In: MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. (Org.). **Solidarische Ökonomie in Europa – Betriebes und regional Entwicklung**. Kassel: Kassel University Press. 2007.

IMSHAUSER ERKLÄERUNG. In: MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita/ NITSCH, Wolfgang (Org.). **Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie**. Kassel: Kassel University Press. 2005.

| INFORMATIONSSYSTEM SOLIDARISCHE ÖKONOMIE. 2008. Kassel. Mimeografado

JORNAL GLOBO. **Kioto entra em vigor com protestos anti-EUA.** Rio de Janeiro: 17.02.2005

KOLB, Eberhard. **Die Arbeiterräte in der Deutschen Innenpolitik 1918-1919.** Düsseldorf: Droste Verlag, 1962.

KRUPPA, Sônia M. Portela. Sanchez, Fábio José Bechara. **Metodologias de Incubagem – uma tentativa de Problematização.** São Paulo. 2002. (Mimeografado).

KRUPPA, Sonia M. Portela. Volkskoptiven – eine neue Perspektitvefür Universtitä. In: MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita/ NITSCH, Wolfgang (Org.). **Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie.** Kassel: Kassel University Press. 2005.

LECHAT Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** Leituras cotidianas nº 152. Disponível em: <https://email.t-online.de> Acesso em: 18.07.2006.

LEROY. Jean-Pierre. **Tudo ao Mesmo Tempo Agora:** desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Severino José Xangai de. Democratização do Poder Local. In ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES. Mais fortes são os poderes do povo: poder local, controle social e desenvolvimento. **Gaveta Aberta**, nº 7. Recife: 2003.

LIRA, Leandro de Lima. **A História da Paraíba.** Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 20.04.08

LUXEMBURG, Rosa. **O que quer a Liga Spartakus?** Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/LuxemburgoRRCAP1htm>. Acesso em: 17.07.07

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes:** a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e Filosóficos de 1844. In: Erich Fromm. **Conceito Marxista do Homem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** 10 ed. São Paulo: Editora Hucitec. 1996.

NUTZINGER, Hans. Die Überlebensfähigkeit von Produktionsgenossenschaften und selbstverwalteten Betrieben. In: **Zeitschrift für öffentliche und gemeinwirtschaftliche Unternehmen**, nº 10. 1988.

MEIJER. H. Cane. Movimento de los Consejos Obreiros en Alemanha. **Revista Tribuna da Europa.** Barcelona, N. 24, 1998.

MELO, Josemir Camilo. O Resgate da História Indígena na Paraíba: notas para uma pesquisa etnohistoriográfica. In. ALMEIDA, Luis Sávio de; GALINDO, Marcos; SILVA, Edson (Org.) **Índios do Nordeste:** temas e problemas. Alagoas: UFAL, 1999.

MELO NETO, José Francisco de. **Dialética** – uma introdução. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB. 2001.

\_\_\_\_\_. José Francisco de. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária. 2004.

\_\_\_\_\_. José Francisco de. **O Trabalho: Sua Centralidade No Mundo Contemporâneo**. Disponível em [http://www.prac.ufpb.br/extelar/producao\\_artigos.html](http://www.prac.ufpb.br/extelar/producao_artigos.html). Acesso em 07.08.2006.

\_\_\_\_\_. José Francisco.(org.). **Extensão Popular**. Coleção Extensão Popular. João Pessoa: Editora Universitária. 2006.

\_\_\_\_\_. José Francisco de. COSTA. Francisco Xavier Pereira da. OLIVEIRA. Iolanda Carvalho de. (org.). **Incubação de Empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: Editora Universitária. 2006.

\_\_\_\_\_. José Francisco de. **Paulo Freire dialogante**. João Pessoa: 2007.( Mimeografado).

MILANEZ. Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In **A Outra Economia**. (Org.) CATANNI. Antonio David. Porto Alegre:Veraz Editores. 2003.

MORIN, Edgar. **Os Setes Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita. **Solidarische Ökonomie und Regional Entwicklung**. In: \_\_\_\_\_ . **Solidarische Ökonomie in Europa – Betriebes und regional Entwicklung**. Kassel University Press. Kassel. 2007.

\_\_\_\_\_. Clarita. NITSCH, Wolfgang (Org.). **Solidarische Ökonomie in Brasilien und Deutschland - Wege zur konkreten Utopie**. Kassel. Kassel University Press. 2005.

\_\_\_\_\_. Clarita. STENTZEL, Alexandra. **Atlas der Solidarischen Ökonomie in Nordhessen: Strategie für eine nachhaltige Zukunft**. Kassel University Press. 2008

NASCIMENTO, Cláudio. **Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais da Catende**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em : 12.07.2007.

NOVAIS, Eduardo Sales. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** Disponível em: <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/meioamb/agenda21/apresent/index.htm>. Acesso em: 13.06.2007.

O'BRIEN, Rory. Uma análise da abordagem metodológica da Pesquisa-Ação. In RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa-Ação: princípios e métodos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **A Feira Agroecológica da Varzea Paraibana: Práticas**

**Educativas para uma economia popular solidária.** Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2004.

OPPENHEIMER, Franz. **Die Siedlungsgenossenschaft.** Versuch einer positiven Überwindung des Kommunismus durch Lösung des Genossenschaftsproblems und der Agrarfrage. 1. Aufl. Duncker & Humblot, Leipzig 1896.

PAIVA, Vanilda (org.). **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular.** Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 2 ed., 1986.

PLENÁRIA NACIONAL DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., 2003, Brasília.

PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR **Los 20 Puntos Básicos de la Reforma Agraria.** Disponível em: <http://www.abacq.net/imagineria/20puntos.htm> Acesso em 25.10.2006

PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR: **La Construccion de La Nueva Economia.** Disponível em: <http://www.abacq.net/imagineria/frame5b.htm>. Acesso em 25.10.2006

PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS E COOPERATIVAS- PRONINC. BRASIL. Disponível: <http://www.acompanhamentoproninc.org.br>. 20.12.2005.

\_\_\_\_\_.Relatório de visitas. João Pessoa: 2005 (Mimeografado).

PUIGGRÓS, Adriana. História y prospectiva de la educación popular latino-americana. In: GADOTTI, Moarci. TORRES A. Carlos. (Org.) **Educação Popular – Utopia Latino-Americana.** São Paulo: Cortez, 1994

RAZETO, Luis Migliaro. **Crítica de la Economía, mercado democrático y crecimiento:** Libro Segundo de: Economía de Solidaridad y Mercado democrático. Santiago: Programa de Economía del Trabajo. 1994.

Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Disponível em: [http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes\\_foruns.php](http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/redes_foruns.php) Acesso em: 26.05.2008.

Relatório do Mapemaento de Economia Solidária no norte de Hessen – 2008

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Emílio ou do Emílio.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALES, Ivandro da Costa. **Os desafios da gestão democrática:** em diálogo com Gramsci. Ceará: Edições UVA; Recife: Editora da UFPE. 2005.

SCHERER-WAREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyolas, 1993.

SCHULZ, Kristina. Studentische Bewegungen und Protestkampagnen. In ROTH. Roland. RUCHT. Dieter (Hg.). **Die Sozialen Bewegungen in Deutschland seit 1945- Ein Handbuch.** Frankfurt/Main. Campus Verlag GmbH. 2008.

SCHÜTZ, Rosalvo. A falácia da democracia moderna. **Revista Espaço Acadêmico.** N. 42. Nov. 2004.

SCHWEITZER, Barbara. „**Vernetztes Wir**” **Soziale Bewegungen und Solidarische Ökonomie in der Region Nordhessen**. Diplomarbeit 2008 (Fachbereich Sozial-und Kulturwissenschaften). Justus-Liebig- Universität Gießen. Gießen.

SEBRAE. **Apoio ao Micro-crédito e médio empresário**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 19.11.2007.

SINGER, Paul . **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Paul. Machado, João. **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000.

\_\_\_\_\_. Paul e SOUZA, André Ricardo (org). **A Economia Solidária no Brasil - A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. Paul. **É Possível levar o Desenvolvimento as Comunidades Pobres**. Brasília: 2004. (Mimeografado)

\_\_\_\_\_. Paul. **SENAES - Uma Experiência Brasileira de Política de Economia Solidária**. Brasília: 2005. (Mimeografado).

\_\_\_\_\_. Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Dilemas e Perspectivas da Construção Local e Territorial do Desenvolvimento Sustentável e Solidário**. Brasília: 2005. (Mimeografado).

\_\_\_\_\_. Roberto Marinho Alves da. **Desenvolvimento Solidário e Sustentável**. Brasília: Caderno Cáritas, 2005.

\_\_\_\_\_. Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento 2006**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.

\_\_\_\_\_. Roberto Marinho Alves da **A Economia Solidária no Brasil está avançando na sua organização política**: Disponível em: [www.unisinos.br](http://www.unisinos.br). Acesso em: 02 de agosto de 2007.

SILVA, Leonardo Barbosa e. **O Governo Lula e a Agenda dos Anos 90: ambiguidades na política administrativa**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, São Paulo.

SIMIONATO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 3 ed. Santa Catarina: Editora da UFSC; São Paulo: Editora Cortez , 2004.

SPANGENBERG, Joachim. **Critérios Integrados para a Elaboração do conceito de sustentabilidade**. Rio de Janeiro. Brasil Sustentável e Democrático. FASE. 1999.

UNITRABALHO: **História da Rede**. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/> Acesso em: 28.05.08

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. **A extensão na UFPB: um olhar sobre a inclusão produtiva**. João Pessoa: 2005. (Mimeografado).

UNIVERSIDADE DE KASSEL. Disponível em: <http://cms.uni-kassel.de/index.php?id=rundgang>. Acesso em: 29.05.2008

VEREIN ZUR FÖRDERUNG DER SOLIDARISCHEN ÖKONOMIE E.V. Der Satzung. Kassel. 2007

VIANA. Natália. Economia Solidária. **Revista Caros Amigos**, n° 66. 2002.

VIGOSTKI. Lev Semonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fonte, 2007.

WAS IST HARTZ IV? Disponível em: <http://www.sozialleistungen.info> Acesso em: 04.09.08

ZACHARIAS. Vera Lúcia Câmara. **Vygotsky e a Educação**. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.com.br/vygotsky.html>. Acesso em: 24.05.2007.